

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E ARTES**

DÉBORA DE LIMA SANTOS

**EDIÇÃO ANOTADA E ESTUDO DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DE
ALEXANDRE HERCULANO SITUADAS ENTRE 1367 A 1433**

Manaus

2016

DÉBORA DE LIMA SANTOS

**EDIÇÃO ANOTADA E ESTUDO DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DE
ALEXANDRE HERCULANO SITUADAS ENTRE 1367 A 1433**

Trabalho dissertativo apresentado para
obtenção de título de Mestre em Letras
e Artes no Programa de Pós-graduação
em Letras e Artes da Universidade do
Estado do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Gomes de Matos

Manaus

2016

Catálogo na fonte
Elaboração: *Ana Castelo CRB11ª -314*

S237e Santos, Débora de Lima
Edição anotada e estudo das narrativas históricas de Alexandre Herculano
situadas entre 1367 a 1433. / Débora de Lima Santos. – Manaus: UEA, 2016.
196fls. : 30cm.

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas, para
obtenção do título de Mestre em Letras e Artes.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Gomes de Matos

1. Narrativas históricas 2. Alexandre Herculano – Edição Anotada

I. Orientador: Prof. Dr. Mauricio Gomes de Matos. II. Título.

CDU 82.091

DÉBORA DE LIMA SANTOS

**EDIÇÃO ANOTADA E ESTUDO DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DE
ALEXANDRE HERCULANO SITUADAS ENTRE 1367 A 1433**

Dissertação de Mestrado em Letras e Artes para a obtenção do título de Mestre em Letras e Artes no Programa de Pós-graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Mauricio Gomes de Matos – UEA (Orientador)

.....
Profa. Dra. Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira – UFAM

.....
Profa. Dra. Renata Beatriz Brandespin Rolon – UEA

Manaus, 31 de Março de 2016.

*Dedico aos meus pais, Raimundo e Ize,
meus alicerces. Amo vocês!*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida, pelo cuidado, proteção, pela sabedoria e pela capacidade de caminhar nos momentos mais difíceis durante este percurso.

Aos meus pais, Raimundo e Ize, que sempre lutaram para que eu e meus irmãos pudéssemos ter uma boa educação e uma vida digna. Meus pais sempre contribuíram para a realização de meus objetivos. Obrigada por serem meus melhores amigos e incentivadores.

Ao meu irmão David, Mestrando em História na Universidade Federal do Amazonas, pela convivência, conversas e parceria neste momento de nossas vidas, mesmo sendo difícil vivermos longe de nossos pais, nós temos conseguido suportar a saudade.

Aos meus irmãos Dênis e Daniel, e aos meus sobrinhos Juliana e Ray, sou muito grata a vocês pelo incentivo e cuidado, amo vocês!

Ao meu orientador, Dr. Mauricio Matos, uma das pessoas responsáveis por eu ter me apaixonado pelos estudos literários, em particular, por esta pesquisa. Obrigada por conduzir-me durante este percurso, pela disponibilidade, pela paciência, pela responsabilidade e dedicação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, da Universidade do Estado do Amazonas. Em especial à Dra. Juciane Cavalheiro, mulher determinada e guerreira, obrigada pela disponibilidade e atenção, enquanto coordenadora e professora do PPGLA.

À Dra. Luciane Páscoa, exemplo de elegância e mansidão, obrigada pelo carinho e pelas orientações durante nossas aulas na disciplina de *Seminário de Projetos e Pesquisa*.

Ao Dr. Marcos Frederico Krüger, suas aulas foram fundamentais para meu crescimento intelectual e profissional, obrigada pela dedicação durante a disciplina de *Oficina de criação e crítica literária*.

Ao Dr. Alisson Leão, por aceitar o convite de compor a banca examinadora deste trabalho durante o Exame de Qualificação, obrigada pelos apontamentos, e os conhecimentos compartilhados durante a disciplina de *Arquivos literários*. Sinto-me muito privilegiada e muito contente, por sua colaboração nesta pesquisa.

À professora que eu admiro muito, Dra. Nícia Petreceli Zucolo, obrigada pelas críticas e pelos erros corrigidos durante o Exame de Qualificação, eles me fizeram dar um novo nível ao meu trabalho. Obrigada pelas sugestões bibliográficas que só enriqueceram esta pesquisa.

Aos colegas de turma, Ana, Ângela, Carrie, Cinthia, Eva, Fadul, Jussara, Maison, Tiago, Fabiano, Katiuisa e Antonio Dorneles (nosso Cervantes), que se tornaram amigos. Obrigada por todo conhecimento compartilhado, sugestões bibliográficas, e pelas discussões críticas que contribuíram para enriquecer meus conhecimentos.

À Universidade do Estado do Amazonas, e à Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas, grandes incentivadores dessa pesquisa, através do Programa Rh-Interiorização-Fluxo Contínuo.

Às minhas amigas, Leda Maria, Luziane Dantas, Eliete Costa, Flávia Guimarães e Sara Souza, pelas conversas, vocês sempre deixam meus dias mais animados.

Ao meu primo, Salatiel Barbosa, Mestrando em Geografia na Universidade Federal do Amazonas, e minha tia Rosa Maria. Obrigada pela torcida!

Aos professores do curso de Letras da Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudo Superior de Tefé, em especial à Dra. Veronica Prudente Costa, pela amizade e incentivo.

À Coordenação Regional de Ensino/SEDUC/Tefé, pela compreensão neste processo final de meu mestrado, em especial à Professora Assunta Maria Castro Araújo Coordenadora desta instituição, e aos colegas professores da Escola Estadual Professora Nazira Litaiff Moriz, obrigada pela parceria.

Ao homem que Deus colocou em minha vida para ser meu amigo e namorado. Quantas noites ouviu meu choro ao telefone, por estar longe de minha família e de você. Obrigada pelo amor, pela paciência, compreensão e incentivo durante este processo em minha vida. Sou muito feliz ao teu lado, juntos continuaremos conquistando nossos sonhos e objetivos. Amo você, meu Gesiel.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma proposta de edição anotada e um estudo das narrativas históricas de Alexandre Herculano situadas entre 1367 a 1433, *Arras por Foro de Espanha*, *A Abóbada*, e *O Castelo de Faria*. A este período compreendem o reinado de D. Fernando e D. João I. Tais narrativas foram publicadas no início do Romantismo português, inicialmente, em periódicos de revistas portuguesas, em seguida, foram reunidas em volumes com outras narrativas históricas deste autor, e publicadas sob o título de *Lendas e Narrativas*. Esta pesquisa desenvolveu-se a partir da inquietação suscitada pela carência deste material em nosso contexto acadêmico. Vale ressaltar, que outras obras de Herculano são bem mais acessíveis, e por consequência mais conhecidas e estudadas, como, por exemplo, os romances *O Bobo (1843)*, *Eurico o Presbítero (1844)*, e *O Monge de Cister (1848)*. Nesta proposta de edição anotada, temos em vista o leitor escolar, o leitor universitário, até mesmo, o leitor leigo em geral. Por isso, pretendemos colocar ao alcance deste público uma edição com anotações que os auxiliem durante a leitura destas narrativas, ao terem um texto enriquecido com informações pertinentes que esclareçam e possibilitem sua compreensão.

Palavras Chave: Narrativas históricas; Edição anotada; Alexandre Herculano.

ABSTRACT

This thesis proposes an annotated edition and a study of the historical narratives of Alexandre Herculano located between 1367-1433, *Arras forum for Spain*, *The vault*, and *Castle of Faria* in this period include the reign of Ferdinand and D. John I. Such narratives were published at the beginning of the Portuguese Romanticism initially in journals of Portuguese journals then were gathered in volumes with other historical narratives of the author, and published under the title *Legends and Lore*. This research was developed from concern over the lack of this material in our academic context, it is noteworthy that other works of Herculaneum are much more affordable and therefore more known and studied, for example, the novels *The Fool* (1843), *Eurico the priest* (1844), and *the Monk Cistercian* (1848). This annotated edition proposal, we intend school player, college player, even the lay reader in general. Therefore, we intend to put the scope of this public an issue with notes to assist them while reading these stories, to have an enriched text with relevant information to clarify and enable a better understanding of it.

Keywords: Historical Narratives; Annotated Edition; Alexandre Herculano.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1. ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS ATUAÇÕES DE ALEXANDRE HERCULANO NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL.....	12
1.1 O Romance Histórico no Romantismo português.....	18
2. ESTUDO DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS ARRAS POR FORO DE ESPANHA, O CASTELO DE FARIA E A ABÓBADA.....	21
2.1 Representações de coletividade nacional em <i>Arras por Foro de Espanha</i>	22
2.2 Configurações de coragem e sentimento nacional em <i>O Castelo de Faria</i>	32
2.3 Gênio cavaleiro Afonso Domingues: representação da identidade portuguesa em <i>A Abóbada</i>	36
CONSIDERAÇÕES.....	47
3. PROPOSTA DE EDIÇÃO ANOTADA DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DE ALEXANDRE HERCULANO SITUADAS ENTRE 1367 A 1433.....	49
3.1 <i>Arras por Foro de Espanha</i>	52
3.2 <i>O Castelo de Faria</i>	129
3.3 <i>A Abóbada</i>	134
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	175
GLOSSÁRIO.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	188
OBRAS CONSULTADAS.....	195

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de estudo as narrativas históricas de Alexandre Herculano que compreendem o reinado de D. Fernando (1367 – 1383) a D. João I (1385 – 1433), *Arras por Foro de Espanha*, *O Castelo de Faria* e *A Abóbada*. Apresentadas no início do romantismo português, através de publicações em periódicos de revistas portuguesas, em seguida, foram reunidas em volumes com outras narrativas históricas deste autor, e publicadas sob o título de *Lendas e Narrativas*.

Nesta dissertação, temos por objetivo oferecer aos leitores e estudiosos da área uma “*Edição anotada e estudo das narrativas históricas de Alexandre Herculano situadas entre 1367 a 1433*”, narrativas que se constituem como um dos mais importantes clássicos do romantismo português.

Estas narrativas históricas, ao lado de outras narrativas de Herculano, ressaltam no cenário do romantismo português, uma das primeiras manifestações do romance histórico em Portugal. Apesar disso, há evidências da pouca acessibilidade e circulação destas narrativas no âmbito nacional brasileiro, uma vez que durante o período de realização desta pesquisa, fizemos um levantamento de estudos desenvolvidos a partir destas narrativas, e nada encontramos, cuja temática as envolvessem. Encontramos nessa caminhada estudos que envolvem outras obras de Alexandre Herculano, bem mais conhecidas e que circulam com maior frequência, tais como, *O Bobo* (1843), *Eurico o Presbítero* (1844), *O Monge de Cister* (1848).

Esta pesquisa deu-se em duas vertentes, inicialmente, o estudo das narrativas, e em seguida, a preparação da edição. Para a primeira, pautamo-nos em diversos escritos de historiadores e literários. Entre estes, Fernão Lopes, Joaquim Veríssimo Serrão, José Matoso, José Gil, Oliveira Martins, Jacques Le Goff, György Lukács, António José Saraiva, Óscar Lopes, Eduardo Lourenço, entre outros, cujas ideias serão apresentadas no desenvolvimento deste trabalho.

Quanto à preparação da edição, constituiu-se na transcrição diplomática das narrativas históricas *Arras por Foro de Espanha*, *O Castelo de Faria* e *A Abóbada*. Para tanto, adotamos a edição de *Obras Completas de Alexandre Herculano*, publicada em 1970, pela Bertrand – Portugal. E então, realizamos as anotações das narrativas.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro oferece uma atenção especial ao contexto histórico do momento de produção das narrativas históricas. Este capítulo oferece ao leitor uma breve biografia de Alexandre Herculano,

seguindo então, o panorama histórico-cultural de sua época. Ressaltamos que a relevância destes elementos configura-se como suporte para complementar a leitura dos que apreciarão este trabalho.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo das narrativas. Por fim, o terceiro é especialmente destinado à edição anotada proposta nesta pesquisa, que segue acompanhada de um índice onomástico e um glossário.

1. ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS ATUAÇÕES DE ALEXANDRE HERCULANO NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL

“Os românticos não viajam realmente em direção ao passado, antes trazem o passado para o presente.”
(LOURENÇO, 1999, p. 59)

Alexandre Herculano (1810-1877) – romancista, contista, cronista, poeta e historiador – tem uma parte significativa de seus trabalhos centrados sobre a temática ideológica do passado português como contraponto à insatisfação em relação a seu próprio momento histórico, quando Portugal, sob a miséria da dinastia de Bragança, se havia tornado um fantasma do que fora sua Idade Média, sobretudo. Assim, Herculano é um medievalista por natureza, mas um medievalista que busca, no passado, um exemplo para o presente e para o futuro. Herculano deixou relevantes registros na história da literatura portuguesa, tomando como foco a reconstituição do passado do reino português, por meio das investigações de suas origens históricas, incorporando o medievalismo em sua potência máxima, inspirado, sobretudo, em Walter Scott.

Alexandre Herculano de Carvalho Araújo, este nome representativo no Romantismo luso, nasceu em Lisboa, em 28 de março de 1810, “durante a segunda invasão francesa” (SARAIVA, 1972, p. 171). Filho do modesto funcionário público, Teodoro Cândido de Araújo, Herculano pertencia a uma família que não detinha muitas posses. Preparava-se para ingressar na Universidade de Coimbra, quando – devido às dificuldades econômicas e ao estado de saúde de seu pai – se viu forçado a desistir de realizar seus estudos superiores, para frequentar um curso prático com intuito de obter um emprego remunerado em curto tempo.

Vale a pena observar, que nos primórdios de sua carreira literária, teve contato com o Morgado de Assentis e D. Leonor de Almeida, a Marquesa de Alorna, momento que contribuiu à formação cultural e literária de Herculano. Por meio destes, ele frequentou reuniões, onde se encontravam poetas simpatizantes dos ideais liberais. Neste contexto, o autor luso teve contato com os românticos e pré-românticos alemães e poetas ingleses, os quais o influenciaram. Outra contribuição para a formação literária de Herculano foram as leituras das obras dos historiadores franceses Thierry, Guizot, Thiers e os romances históricos de Walter Scott e Victor Hugo. Devido as frequentes invasões estrangeiras que sucederam durante a formação cultural de Herculano “as fronteiras portuguesas estavam abertas às influências estrangeiras” (SARAIVA; LOPES, 2005, p. 705).

Com referência à formação intelectual de Alexandre Herculano, Hugo Lenes Menezes, em *A formação da Prosa Moderna em Língua Portuguesa: O Lugar de Garrett e Herculano*, ao narrar paralelos entre Garrett e Herculano sublinha que:

Alexandre Herculano corporiza o modelo de homem caro ao romantismo: o burguês que cresce por si mesmo em oposição ao aristocrata, ou seja, o *self-made man*, que, no caso, não se faz na escola, e, sim, mediante a leitura em várias línguas e o convívio com personalidades literárias da época, vindo a conquistar sólida cultura de base científica, em especial, no plano da história. (2005, p. 24).

O “homem caro ao Romantismo”, ao lado de Garrett, como expressou Eduardo Lourenço em, *Portugal Como Destino* em sua obra *Mitologia da Saudade* (1999), foi um indivíduo admirável. Pensou o presente ao espelhar-se no passado, destacou-se tanto no âmbito literário, quanto no historiográfico.

Defensor da Revolução Liberal, chefiada no território luso por D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil), Herculano, ao envolver-se na frustrada revolta do 4º Regimento de Infantaria em 1831, contra o regime absolutista de D. Miguel, deparou-se com o exílio para a Inglaterra depois para a França. Durante este período, conheceu mais de perto a literatura desses dois países. Seus anos de exílio foram dedicados à leitura de diversas obras das bibliotecas e arquivos destas localidades. Desembarcou nos Açores em 1832 para juntar-se ao exército liberal de D. Pedro IV, que entraria em Portugal pela cidade do Porto para impedir a proximidade de D. Miguel ao trono português. Ao término do conflito, que ficou conhecido como Guerra Civil Portuguesa ou Guerra Miguelista, Alexandre Herculano se tornou bibliotecário da Biblioteca Municipal do Porto.

Durante os anos que permaneceu no cargo de bibliotecário, Herculano buscou documentos primários que pudessem criar as bases para a escrita de sua história de Portugal. Herculano, enquanto historiador, realizou uma importante viagem pelo território português, reunindo documentos históricos, antecedentes ao século XV, nos arquivos eclesiásticos, e foram estes os escritos que o autor publicou com o título *Portugaliae Monumenta Historica*.

Em setembro de 1836, deu-se em Lisboa a Revolução Setembrista. E, devido ao triunfo desse movimento, que representava a posição contrária ao Movimento Liberal, saíram do poder os liberais conservadores, dentre estes, Alexandre Herculano. Fiel aos seus princípios, ele abandonou seu cargo de bibliotecário e iniciou sua carreira de escritor publicando a *Voz do Profeta* (1836), conforme discorre Rodríguez:

A Voz do Profeta, testemunha o descontentamento de Herculano para com a “população” em ascensão. Nesse mesmo ano pediu demissão do seu cargo público no Porto e regressou a Lisboa, onde se engajou na luta contra o *setembrismo*. Herculano, como aliás o seu inspirador, Guizot, era um liberal moderado. O jovem escritor era um *cartista* que defendia entusiasticamente a posição de Dom Pedro IV [I do Brasil], inimigo declarado do modelo absolutista ensejado pelo *miguelismo*, bem como do democratismo (2003, p. 4).

Desse modo, este manifesto era uma crítica aos novos governantes e a “massa inculca que se deixou arrastar durante a revolta” (DURIGAN, 1982, p. 4), pelo *Setembrismo*, considerado por Herculano um movimento demagógico que ofendia a justiça e a moral.

Em 1837, em Coimbra, Alexandre Herculano assume a direção do jornal *Panorama*, onde publicou algumas das narrativas que reuniu posteriormente em *Lendas e Narrativas*, e outras obras como *O Bobo* e *O Monge de Cister*. Permanece à frente do jornal até 1839, em seguida, nomeado bibliotecário, passa a dirigir as bibliotecas reais da Ajuda e Necessidades, “este cargo deu-lhe condições para se dedicar absorventemente aos estudos históricos” (SARAIVA, 1972, p. 172). Durante o período em que esteve à frente deste cargo de bibliotecário, Alexandre Herculano, atuou como literato e historiador, neste período publicou *Apontamentos Para a História dos Bens da Coroa e dos Forais*, e um dos seus romances mais repercutidos, *Eurico, o Presbítero*; publicou também *O Pároco da Aldeia*, que em 1850 integraria o segundo volume de *Lendas e Narrativas* e dois volumes da *História de Portugal*.

Foi eleito deputado em 1840 pelo partido Cartista (conservador). Contudo a ditadura de Costa Cabral o fez retirar-se da política, e no ano de 1850 participou do golpe de Estado da Regeneração, que pôs fim ao cabralismo. Passou a atuar ativamente dentro do primeiro governo após o cabralismo, mas seu conjunto de programas de reforma foi colocado de lado por conta do oportunismo de Rodrigo da Fonseca de Magalhães, fazendo-o passar à oposição (SARAIVA, 1972).

Como jornalista político, Herculano dirigiu dois jornais de oposição contrária ao governo: *O País* (1851) e *O Português* (1853). Durante toda a década de 1850, voltou a se destacar por conta de sua intensa produção intelectual, que culminou com a publicação do terceiro volume de *História de Portugal*, que desencadeou a insatisfação do clero português. O nosso autor defendeu a sua obra, como nos intitulados *Eu e o Clero*, *Solemnia Verba* e no prefácio à *História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal* – cujo primeiro volume apareceria depois, em 1853

(RODRÍGUEZ, 2003, p. 5). Líder progressista assumido, Herculano despertou, entre tradicionais e renovadores, uma espécie de luta ideológica, contestando criticamente dados históricos, dentre estes, o mais repercutido referente à batalha de Ourique, que marca o início de uma polêmica visceralmente travada entre Herculano e o clero, polêmica esta que se estenderia ao longo de seus anos como historiador, autor literário e político revolucionário.

Logo em seguida, de 1854 a 1859, dedicar-se-á à redação de *História e Origem do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, tendo como propósito “mostrar o papel do fanatismo e da hipocrisia na introdução do tribunal do Santo Ofício, acompanhando pormenorizadamente a correspondência entre o rei de Portugal, os seus embaixadores e a corte pontifícia acerca do assunto” (LOPES; SARAIVA, 2005, p. 750). Neste aspecto, portanto, compreendemos um historiador e polemista que participou na linha de frente das discussões de seu tempo. Deste contexto de atuação do escritor lusitano, é relevante citarmos a divisão de duas fases do autor. Segundo Saraiva e Lopes:

Devem distinguir-se duas épocas na actividade de Herculano como jornalista e polemista: na primeira, anterior à polémica com o clero a propósito da batalha de Ourique (1850), predominam os assuntos políticos, pedagógicos e literários relacionados com a adaptação ao nosso país das novas instituições; na segunda, que vai até à morte, predominam os temas relacionados com a crise social europeia subsequente à revolução de 1848, com as novas condições sociais portuguesas que se desenvolvem a partir da Regeneração (1851) e com a adaptação da hierarquia religiosa à nova estabilidade hegemónica pela alta burguesia, em grande parte nobilitaria (2005, p.751).

Este autor é considerado um dos maiores expoentes da literatura portuguesa oitocentista, classificado como “o homem de maior prestígio intelectual e moral de sua geração” (COELHO, 1984, p. 303).

O contexto sociocultural vivenciado por Herculano reflete um momento de busca do povo português de reconhecer-se enquanto nação, como consequência do abalo sofrido pelas convulsões sociopolíticas do fim do século XVIII ao início do XIX, desdobrado do quadro geral europeu. A esse sentimento tomamos como imagem o próprio Herculano, nas falas de Eduardo Lourenço:

Se Herculano se descobre e inventa romancista pseudo-medievalizante e historiador, não é por amor do passado enquanto tal, por mais glorioso, mas como prospector do tempo perdido de Portugal, cuja decifração lhe é vital para se situar como homem, cidadão e militante num presente enevoado e oscilante. Só assim julga possível modelar o perfil futuro da incerta forma histórica em que se converteu a sua Pátria. (1988, p. 82-83).

Este seria então, a propósito, o fundamento da empreitada galgada por Herculano, no início do Romantismo em Portugal, ao lado de Almeida Garrett, destacando-se ambos em suas individualidades. Retomando a epígrafe que inicia este capítulo, “trazem o passado para o presente”, como forma de regenerar este presente e garantir o futuro.

Destarte, ao assinalar o nascimento de um novo gênero na literatura portuguesa, através de suas narrativas históricas, Herculano fomenta, aos moldes da temática envolvente do século XIX, a recomposição de “Portugal na sua grandeza ideal tão negada pelas circunstâncias concretas de sua medíocre realidade política, econômica e cultural” (Lourenço, 1988, p. 87).

Pensemos, nesse caminhar, sobre o sentimento que a pátria portuguesa havia perdido, ou estaria se esfacelando, por consequência da perda dos valores invadidos pela influência estrangeira, o ser nação.

Ao refletirmos sobre nação, seguindo os princípios elucidados por Ernest Renan (1997), entendemos que buscar os valores identitários no passado, emerge no Romantismo um escape para resguardar “uma alma nacional, um princípio espiritual”¹. Um refere-se ao legado comum de recordações, o outro ao desejo de viver em conjunto preservando a herança que se recebeu de forma íntegra. Não é, por acaso, que Herculano buscou e focalizou suas narrativas sobre a Idade Média, onde ele via o refulgir da glória portuguesa, pois, ainda nos pressupostos de Ernest Renan, um grande agrupamento de homens, de espírito sadio e coração ardoroso, cria uma consciência moral chamada nação. Na concepção de José Mattoso (1997, p. 15), “consciência nacional” está ligada à noção de pertença a uma mesma coletividade. E para uma comunidade constituir uma nação, é necessário que adquiram esta consciência.

Para Benedict Anderson (2008), as nações nascem como comunidades políticas imaginadas, “sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.” (2008, p.32). Imaginada por estabelecer uma comunhão, um vínculo entre os seus membros, por mais que eles não se conheçam, limitada por existirem barreiras finitas, ainda que elásticas, a separar de outras nações e soberana porque sob este emblema mantém-se a liberdade. O povo, dessa maneira, acaba por identificar-se em razão desse construto arbitrário e imaginado que são as nações. Ao escrever suas narrativas históricas, Alexandre Herculano prioriza os fatos históricos que poderiam fazer recordar o

¹ RENAN, 1997, p. 173.

imaginário afetuosos que os envolviam. Os grandes feitos heroicos portugueses do passado, durante a luta por sua soberania, renovariam o sentimento de pertencimento, reestruturando os laços e os vínculos que agrupam pessoas distintas em uma mesma roupagem.

Dessa maneira, no momento “enevado”², em que viveu Herculano, ele se destaca pelas investigações históricas que realizou. Por meio destas inscreve a História portuguesa, e nela, o autor descreve a nação portuguesa como produto da ação política dos condes portugalenses e dos primeiros reis de Portugal³. Eduardo Lourenço acentua em suas reflexões que “*A História de Portugal* de Alexandre Herculano não é uma entre outras, é a primeira digna desse nome escrita dentro e segundo as mais rigorosas exigências da época” (1999, p. 108).

Fazemos, então, um paralelo entre o que apresentamos aqui, e as reflexões elucidadas por José Gil, em *Portugal, Hoje: O Medo de Existir* (2004), configurando o estado em que as consciências vivem no nevoeiro, como um espaço que se traduz num plano invisível de não inscrição, uma lacuna, um espaço em branco. O “presente enevado”, as “consciências que vivem no nevoeiro” seriam, então, o quadro social apresentado no contexto vivenciado por Herculano – ainda segundo o pensamento de José Gil – devido a esse nevoeiro, cria-se uma nitidez particular, e é com essa nitidez que Herculano, inscreve o passado português, não só em sua atividade enquanto historiador, mais além, levando para o campo literário a inscrição da História Portuguesa.

Assim, é possível perceber que, para Herculano conhecer e dar a conhecer as raízes históricas portuguesas era – em nossas palavras – a chave de acesso à renovação do povo luso, consoante ao pensamento da corrente romântica, recordar para acordar e buscar o sentimento comum que os unia. A essa relevância de conhecer o passado, expõe Herculano na *Carta I*, das *Cartas sobre a História de Portugal*:

Ha neste falar das recordações de avós o que quer que é saudoso e sancto, **porque a história pátria é como uma destas conversações** d’ao pé do lar em que a família, quando se acha só, **recorda as memórias do pae e da mãe que já não são, de antepassados e parentes que mal conheceu**. Mais saboroso pasto d’espírito que esse não há talvez, porque em taes lembranças **alarga-se o âmbito dos nossos affectos**; com ellas povoamos a casa de mais entes para amarmos; explicamos pelos caracteres e inclinações dos mortos, os caracteres e inclinações dos que vivem; os habitos actuaes pelos habitos e costumes dos nossos velhos [...]. **As recordações da terra da pátria não**

² LOURENÇO, 1988, p. 83.

³ HERCULANO, 1980.

são, porém, mais que as memórias de uma numerosa família. [Grifos nossos] (HERCULANO apud PEREIRA, 2013, p. 118).

Conhecer o passado através de recordações, tomadas como imagens de um espaço afetivo – o mesmo que envolve uma família em revolver suas memórias – é o espaço que amplia e assegura afetuosamente o sentimento de pertencer a uma comunidade (família). As memórias dessa “numerosa família” oferecem aos indivíduos a possibilidade de se verem como parte daquele passado. Para Le Goff (2007), a memória acaba por estabelecer um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Esse vínculo que se torna afetivo possibilita que esse povo passe a se enxergar como “sujeito da história”, como forma de legitimação de um novo consenso nacional, tendo na busca uma razão histórica, o fundamento necessário à compreensão daquilo que deveria ser entendido como um renascimento da Nação.

Herculano seguiu fielmente a doutrina da prática romântica, divulgando-a rigorosamente em Portugal. Buscou, então, na Idade Média as memórias pátrias, tornando-as objetos de suas narrativas, desta forma, reuniu documentos que lhe davam seguras referências a essas memórias.

1.1 O Romance Histórico no Romantismo Português

Como debaixo dos pés de cada geração que passa na terra dormem as cinzas de muitas gerações que o precederam, assim debaixo dos fundamentos de cada cidade grande e populosa das velhas nações da Europa jazem alastrados os ossos da cidade que precedeu a que existe (HERCULANO, 1964, p. VI).

Em aspectos gerais, o romance histórico surgiu na Europa no início do século XIX, como afirma György Lukács (2011), com a publicação de *Waverly* (1814), de Walter Scott. No entanto, antes do surgimento desse tipo de narrativa, existiam romances com temáticas históricas, sendo essa sua figuração, apenas uma roupagem, e não o retrato artístico fiel de uma época histórica concreta, dessa maneira, os romances dos séculos XVII e XVIII não apresentam o elemento especificamente histórico, diferente do que é apresentado a partir de Scott. Para Viana (1996, p. 157-158):

Desde o século XIII já encontramos nos cancioneiros portugueses, entre sátiras de costumes, algumas cujos temas foram inspirados em acontecimentos históricos. [...] No entanto, na grande maioria das cantigas sátiras a história aparece como motivo, não sendo descrita literalmente, mas apenas aludida. A reprodução do fato histórico só vai ocorrer na literatura portuguesa durante o século XIX. Os romances então voltam-se para os livros

de linhagens e as crônicas da Idade Média para fazer deles seu tema principal.

Os estudiosos afirmam que o romance histórico é uma modalidade específica de romance que combina “duas fortes tendências do Romantismo: a revalorização evasíonista do passado e o nacionalismo exaltatório dos valores, das figuras e das tradições locais” (BASTOS, 2007, p. 62).

A epígrafe que inicia esse momento de nossa dissertação é um trecho do texto que introduz *O Monge de Cister*, de Alexandre Herculano. Podemos, assim, analisar o que levaria o autor a escrever este romance histórico. Segundo Morais (2014), a cidade a que se refere o autor é Lisboa que depois de terremotos, incêndios e guerras, restam apenas “raros e quase apagados vestígios dessas existências de larga vida, desses edifícios monumentais que nas outras cidades da Europa contam o passado ao presente” (HERCULANO, 1964, p. VII). Olhar para esta cidade é avistar os “cacos” de sua história como “folhas rasgadas de um livro precioso e único” (HERCULANO, 1964, p. VIII). Percebemos assim, que havia uma certa inquietação em Herculano – a ausência de narrativas que trouxessem o passado para o presente – e, para construí-la era necessário “imaginação do artista e o faro de antiquário” (HERCULANO, 1964, p. VIII), o que tornaria possível construir “um capítulo do livro perdido” (HERCULANO, 1964, p. IX), exigindo essa parceria – imaginário e histórico – para recompor o passado em face do presente

Ao escrever *O bobo* (1843), Herculano reconstrói, por meio do romance, os fragmentos do passado português, precisamente o “século XII e à batalha do campo de S. Mamede, definitiva para que Portugal não se tornasse uma província de Espanha” (MORAIS, 2014, p. 55). No texto introdutório deste romance, há uma apresentação dos tempos heroicos do povo português em contrapartida à decadência do presente. Vejamos um fragmento desta introdução:

Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e de renome, que nos resta senão o passado? Lá temos os tesouros dos nossos afetos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afetos da nacionalidade. Que todos aqueles a quem o engenho e o estudo habitam para os graves e profundos trabalhos da história se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime. (HERCULANO, s.d., p. 15)

Nesse despertar do sentimento nacional, que se desdobrou num olhar sensível às raízes históricas nacionais para a construção de uma identidade nacional, está o surgimento do romance histórico, que se configura como subgênero do romance, um texto literário que utiliza o discurso histórico. No entanto, não podemos ver o romance histórico como um gênero particular, e sim, a forma que o romance assume ao figurar o passado, sendo este, a pré-história do presente (SILVA, 2010, p. 17).

Através do romance histórico, o leitor passaria a conhecer o sentimento que havia por trás dos monumentos e das crônicas de Portugal, para Herculano, dessa forma, o passado estabeleceria o contato efetivo com a pátria enquanto comunidade nacional. Sobre essa relevância, Herculano diz:

Quando o caracter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as chronicas desenharam esse caracter com pincel firme, o novelleiro póde ser mais verídico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo passou pelo do povo que passa. Então de um dicto, ou de muitos dictos elle deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos á lembrança positiva, não traduzidos, até materialmente; de um facto ou de muitos factos deduz um affecto ou muitos affectos, que se não revelaram. Esta é a história íntima dos homens que já não são: esta é a novella do passado. Quem sabe fazer isto chama-se Scott, Hugo, ou De Vigny, e vale mais, e conta mais verdades, que boa meia-dúzia de bons historiadores . (HERCULANO apud MARINHO, 1999, p.16).

O trabalho dos noveleiros evocados por Herculano, assim como os de sua produção, revelaria a “história íntima dos homens que já não são”; essas histórias estavam impressas nas glórias do passado retomadas pelo romance histórico.

Para Herculano o retorno ao passado heroico, seja pelo discurso histórico ou pelo discurso ficcional desse passado, era necessário para a motivação à renovação do afeto à nacionalidade. O romance histórico, para além da beleza do sentimento patriótico, está inteiramente relacionado com o desejo de despertar o sentimento nacional. Dessa forma, Alexandre Herculano constrói seus romances históricos utilizando personagens históricos reais que compõem a trama dessas narrativas ficcionais, nestas, observamos as reconstituições de costumes e instituições do passado português, detalhadamente. E, mesmo tratando-se de narrativas ficcionais, configuram-se como narrativas históricas cuidadosamente escritas por Herculano, a partir de seus conhecimentos históricos e sua preocupação com o momento vivenciado por ele.

2. ESTUDO DAS NARRATIVAS *ARRAS POR FORO DE ESPANHA, A ABÓBADA E O CASTELO DE FARIA*

As narrativas históricas *Arras por foro de Espanha, O castelo de Faria* e *A Abóbada* pertencem originalmente ao livro *Lendas e Narrativas*. A compilação de *Lendas e Narrativas*, elaborada por Alexandre Herculano em dois volumes, ou tomos, como o autor nomeia, reúnem narrativas publicadas anteriormente “entre 1838 1846, n’O *Panorama* e na *Ilustração*” (FERREIRA, 1988, p. 51). Refere-se às publicações em vida do autor, quatro edições de *Lendas e Narrativas*, a primeira na edição *Princeps* em 1851, a segunda em 1858, a terceira em 1865 e a quarta em 1877.

Esclarecemos que a edição utilizada em nossa pesquisa é a edição de *Obras Completas de Alexandre Herculano*, publicadas em 1970, pela editora portuguesa Bertrand. Nesta edição, o primeiro volume permanece conforme Herculano ordenou, no entanto, no segundo volume, apresenta-se uma nova ordem, há supressão de narrativas como *De Jersey a Granville* e o *Pároco de Aldeia* e o acréscimo de seis narrativas: *Destruição de Áurea* (século VIII), *O Emprazado* (1312), *O Mestre Assassinado* (1320), *Mestre Gil* (século XV), *Três Meses em Calecut* (1498) e *O Cronista – Viver e Crer de Outro Tempo* (1535). Há ainda, o acréscimo em Apêndice de “uma breve lenda”, *Os Sete Dormentes*.

No primeiro volume desta coletânea estão reunidas as narrativas históricas: *O Alcaide de Santarém* (950-961), *Arras Por Foro de Espanha* (1371-2), *O Castelo de Faria* (1373) e *A Abóbada* (1401). E, no segundo volume de *Lendas e Narrativas*, estão: *Destruição de Áurea* (Século VIII), *A Dama Pé de Cabra* (Século VX), *O Bispo Negro* (1130), *A Morte do Lidador* (1170), *O Emprazado* (1312), *O Mestre Assassinado* (1320), *Mestre Gil* (Século XV), *Três meses em Calecut* (1498), *O Cronista* (1535) e *Os Sete Dormentes*.

Dispondo das *Crônicas* de Fernão Lopes como provável base mais específica, nestas narrativas o período da Idade Média é reconstituído com muito louvor por Herculano, “devido a erudição e rigor crítico que refletem a vocação do historiador” (FERREIRA, 1988, p. 52). E, a partir destas, assim como em outras obras deste autor, é possível compreender o uso dos textos literários como forma de propagar o sentimento nacional.

Durante as leituras das narrativas herculianas que engendram nosso trabalho, deparamo-nos em vários momentos com passagens que asseguram a colocação do autor,

mencionada anteriormente, que reunir as memórias dispersas configura-se em construir a história de seus antepassados⁴. Em nossa leitura, compreendemos que, ao reunir estas narrativas, confere a montagem de um quebra cabeça, cujas peças estariam dispersas no tempo, e por isso, silenciadas. Reunir estas peças e montar este quebra cabeça, garante que o silêncio seja rompido, a voz ecoa através das imagens, agora possíveis de serem expostas. Essa voz conta-nos as memórias de indivíduos que se tornaram heróis, termo que desde a “Antiguidade designava uma personagem fora do comum em função da sua coragem e vitórias” (Le Goff, 2009, p. 15).

As narrativas históricas aqui analisadas se voltam para a heroicidade de uma galeria de personagens, que refletem o exemplo a ser seguido na atmosfera social dos oitocentos em Portugal. Esses indivíduos e seus feitos fazem com que o povo se incline para olhar para si, para sua própria pátria. Segundo Eduardo Lourenço (1991), o quadro político, econômico e social de Portugal no século XIX, marcado por sérias crises, fez com que a literatura se tornasse um espaço de problematização e de questionamento social, através dos processos de “autognose pátria” e de “autognose do eu” a fim de descobrir “o sentido do ser português” (LOURENÇO, 1991, p.85).

Dessa maneira, as narrativas de Alexandre Herculano envolvem nas artimanhas dos seus enredos e no teor historicista, o posicionamento de um indivíduo que durante sua vida se incomodou com os problemas políticos e sociais de seu tempo. Por isso, ele se debruçou sobre os documentos históricos da Idade Média Portuguesa, a fim de ter fontes que lhe dessem a garantia de juntar as peças necessárias para construir suas narrativas.

Para isso, Herculano resgatou como heróis medievais, homens que atuaram bravamente durante a gênese da nação portuguesa, os sentimentos que envolveram tais indivíduos serviriam de modelo a ser seguidos em sua contemporaneidade. Veremos esses aspectos durante a análise das narrativas.

2.1 Representações de sentimento de coletividade em *Arras por foro de Espanha*

A estrutura de *Arras por Foro de Espanha* constitui-se nos capítulos a conhecer: I *A Arraia Miúda*, II *O Beguino*, III *Um Bulhão e Uma Agulha de Alfaiate*, IV *Mil Dobras Pé-Terra e Trezentas Barbudas*, V *Mestre Bartolomeu Chambão*, VI *Uma Barregã Rainha* e VII *Juramento, Pagamento*. Cada uma dessas divisões apresenta

⁴ Ao recolher “folhas rasgadas de um livro precioso e único” (HERCULANO, 1964, p. VIII).

momentos que se diferenciam em suas ações. Nelas, o autor elabora descrições detalhadas das personagens, suas ações, e dos locais onde se apresentam. Nossa análise dá-se na apresentação do enredo destes capítulos e intervenções para apontarmos possíveis informações para auxiliar a leitura da edição anotada que propomos.

Começamos por apresentar o cenário e o momento histórico de desenvolvimento da narrativa *Arras por Foro de Espanha*. Nesta narrativa, apresentam-se acontecimentos que ocorreram em Lisboa durante o século XIV, reinado D. Fernando (de Portugal) – nono rei português e último da Dinastia de Borgonha – era filho de D. Pedro I e de D. Constança. Aos 21 anos de idade em 1367, D. Fernando assumiu o trono, após a morte de seu pai.

O enredo desta narrativa dá-se pelo descontentamento da união de D. Leonor e o rei D. Fernando, desenvolvendo-se a partir dos planos arquitetados para evitar tal casamento. Um forte fator destacado pelo autor é o sentimento comum que une o povo português contra Leonor Teles. O conflito é gerado devido à representação de Leonor Teles aos portugueses, mesmo ao pertencer a uma linhagem que a ligava às casas reais portuguesas e castelhanas, o povo não concordava que ela fosse sua rainha.

Leonor Teles era filha de Martim Afonso Telo⁵, que após sua morte, “aproximadamente aos quinze anos [Leonor e seus irmãos] vindos para Portugal, para a casa de seus tios Guiomar Lopes Pacheco e João Afonso Telo” (CAMPOS, 2008, p.24) passam a residir em Portugal.

Segundo relata Fernão Lopes na *Crônica de El-Rei D. Fernando*, por falta de uma rainha ou outra infanta para fazer companhia à infanta D. Beatriz, filha de Inês de Castro e D. Pedro I, D. Fernando levava D. Beatriz a casas de moças filhas de linhagem. Leonor Teles, estando na companhia da infanta, conheceu D. Fernando. “Quando [D. Fernando] viu em sua casa D. Leonor, louçã e elegante e de bom corpo, apesar de a já ter conhecido anteriormente só então começou a atentar aficadamente nas suas formosas feições e graça”. (LOPES, 1993, p. 73).

D. Leonor já era casada com João Lourenço da Cunha, sendo este o motivo de ser por vezes chamada de “adúltera”, e da não aceitação de casar-se com o rei, além do que, contrariava “interesses políticos, pois já existia acordo matrimonial do rei com

⁵ Foi rico homem, mordomo-mor e amante da Rainha de Castela, D. Maria, filha de Afonso IV de Portugal, mulher de Alfonso XI de Castela; deste modo, estima-se que tenha vivido, em Castela entre 1340 e 1356, ano em que foi assassinado, em Toro, por Pedro I, de Castela, que era o filho de sua amante, Maria de Portugal, e do rei Alfonso XI, de Castela. Em Portugal, casara com Aldonça de Vasconcelos, filha herdeira de infância Joane Mendes de Vasconcelos, que foi alcaide-mor do castelo de Estremoz. O casal teve quatro filhos, dentre estes Leonor Teles (CAMPOS, 2008, p. 21).

Leonor, filha do rei de Castela, Henrique II” (TREVISAN, 2010, p. 16), sendo esquecido por D. Fernando após apaixonar-se por D. Leonor Teles. Dessa maneira, a união do rei com esta mulher trouxe desordem social e descontentamento da população e da diplomacia. Como será daqui por diante exposto.

No primeiro capítulo de *Arras por Foro de Espanha* o narrador descreve minuciosamente o cenário urbano de Lisboa, guiando-nos ao espaço-temporal que se passa à narrativa, ao mesmo tempo em que, em um tom de mistério insinua que algo fora do comum estaria acontecendo naquela cidade e oferece-nos algumas pistas. Vejamos:

O sino das ave-marias ou da *oração* tinha dado na torre da Sé a última badalada, e pelas frestas e portas dessa multidão de casas que, apinhadas à roda do castelo e como enfeixadas e comprimidas pela apertada cinta das muralhas primitivas de Lisboa, pareciam mal caberem nelas, viam-se fulgurar, aqui e acolá, as luzes interiores, enquanto as ruas, tortuosas e imundas, jaziam como baralhadas e confusas sob o manto das trevas. [...] O que, porém, **havia aí desacostumado e estranho eram o completo silêncio e a escuridão profunda em que jazia sepultado o Paço de a par S. Martinho, onde então residia el-rei D. Fernando**, ao mesmo tempo que pelos becos e encruzilhadas soava um tropear de passadas, **um sussurro de vozes vagas, que indicavam terem sido agitadas as ondas populares** pelo vento de Deus e que ainda esse mar revoltado não tinha inteiramente caído na calma e sonolência que vem após a procela. [Grifos nossos] (HERCULANO, 1970, p. 55).

Neste trecho da narrativa, temos informações que nos situam no tempo – Lisboa, reinado de D. Fernando – E anteriormente, no título da narrativa, o autor inseriu uma data que nos informa precisamente o ano EM que se passa aquele episódio – 1371 a 1372 – mediante isso e outros fatos que descreveremos mais adiante, Herculano segue fielmente seu propósito de construir suas narrativas com fortes fatores verossímeis para aproximar o povo português de sua época ao passado glorioso de sua pátria.

O narrador, então, a instigar o leitor, a saber, a que se dava o silêncio e a escuridão na residência do rei e os indícios de agitações populares. Convida o leitor a “averiguar por seus próprios olhos e ouvidos, se, manso, manso e disfarçado, quiser entrar connosco na mui afamada e antiga taberna do velho Folco Taca⁶” (HERCULANO, 1970, p. 56). Naquele local estavam muitas pessoas que se articulavam

⁶ “Genovês que viera a Portugal ainda impúbere, como pagem d’armas do famoso almirante Lançarote Peçanha” (HERCULANO, 1970, p. 56). “Lançarote Peçanha era filho do Almirante genovês Manuel Pezagno, convidado por D. Dinis para organizar a marinha portuguesa. Lançarote Peçanha morreu assassinado em Beja, num motim popular que culminou com a coroação do Mestre de Avis”. (LUCAS, 1970, p. 180).

demonstrando sua insatisfação com o rei D. Fernando, pois já eram conhecidos os interesses do rei por Leonor Teles. Na citação abaixo é possível observar o sentimento que contaminava os corações:

A vasta quadra da taberna estava apinhada de gente, que transbordava até o breve terreirinho da Sé, falando todos a um tempo, acesos, ao que parecia, em violentas disputas, que às vezes eram interrompidas pelo mais alto brado das pragas e blasfêmias, indício evidente de que o sucesso que motivava aquela assuada ou tumulto era negócio que excitava vivamente a cólera popular. [...] Se na rua o burburinho era tempestuoso e confuso, dentro da casa de misser Folco a bulha podia chamar-se infernal. (HERCULANO, 1970, p. 57).

Contrários ao possível fato de ter Leonor Teles como rainha, o povo e alguns importantes homens do reino, ali estavam. A saber: Fernão Vasques (eleito pelo povo como porta-voz para falar ao rei), Bartolomeu Chambão e Frei Roi Zambrana. Somando-se a eles, o infante D. Dinis (irmão do rei) e o velho Diogo Lopes (conselheiro real) que também desaprovaram tal amor. Todos planejavam impedir o casamento de D. Fernando com Leonor Teles.

Seguros de que estavam lutando pelo bem e pela moral do povo, viam a união do rei com a mulher de João Lourenço como um verdadeiro adultério, que colocava em risco o acordo com o rei de Castela e o futuro da coroa portuguesa. Vejamos no fragmento:

Conforme as ideias daquele tempo, além das considerações políticas, semelhante consórcio era monstruoso aos olhos do vulgo, por um motivo de religião, o qual ainda de maior peso seria hoje, como o será em todos os tempos em que a moral social for mais respeitada do que o era naquela época. Tal consórcio constituía um verdadeiro adultério, e os filhos que dele procedessem mal poderiam ser considerados como infantes de Portugal e, por consequência, como fiadores da sucessão da Coroa (HERCULANO, 1970, p. 65).

Neste momento da narrativa, narra-se os episódios que ocorreram na “tarde que precedeu a noite em que começa esta história” (HERCULANO, 1970, p. 66). Na efervescência da notícia de que o rei havia enamorado Leonor Teles, a cólera popular rebentara violentamente. Então:

Três mil homens se tinham dirigido tumultuariamente às portas do paço, dando apenas tempo a que as cerrassem. A vozeria e o estrépito que fazia aquela multidão desordenada assustou el-rei, que por um seu privado mandou perguntar o que *lhes prazia* e para que estavam assim reunidos. Então o alfaiate Fernão Vasques, *capitão e procurador por eles*, como lhe chama Fernão Lopes, afeou em termos violentos as intenções de el-rei, liberalizando

a D. Leonor os títulos de má mulher e feiticeira e asseverando que o povo nunca havia de consentir em seu casamento adúltero. A arenga rude e veemente do alfaiate orador, acompanhada da vitoriosa de gritas insolentes e ameaçadoras do tropel que o seguiu, moveu el-rei a responder com agradecimento às injúrias, e a afirmar que nem D. Leonor era sua mulher, nem o seria nunca, prometendo ir na manhã seguinte aclarar com eles este negócio no Mosteiro de S. Domingos, para onde os emprazava. Com tais promessas, pouco a pouco se aquietou o motim, e ao cair da noite o terreiro de a par S. Martinho estava em completo silêncio. (HERCULANO, 1970, p. 66).

Após esse episódio, os mentores do intento contra D. Leonor, dirigiram-se para taberna do genovês para acertarem os últimos detalhes para o encontro com D. Fernando pela manhã no Mosteiro de S. Domingos.

Herculano é enfático ao escrever no capítulo II da narrativa a decadência de Lisboa em seu tempo, chama a atenção do leitor para o passado “silenciado” pelo desgaste do tempo. O autor insere em sua narrativa o saudosismo, relembra o caráter imponente das construções. Além disso, denuncia o estado de abandono em que se encontravam os monumentos históricos. Evoca, através dos fragmentos destes monumentos históricos, um episódio memorável da nação portuguesa em face do presente decadente que se passa em Lisboa no século XIX:

Quem hoje passa pela cadeia da cidade de Lisboa, edifício imundo, miserável, insalubre, que por si só bastara a servir de castigo a grandes crimes, ainda vê na extremidade dele umas ruínas, uns entulhos amontoados, que separa da rua uma parede de pouca altura, onde se abre uma janela gótica. **Esta parede e esta janela são tudo o que resta dos antigos Paços de a par S. Martinho, igreja que também já desapareceu, sem deixar, sequer, por memória um pano de muro, uma fresta de outro tempo.** O Limoeiro é um dos monumentos de Lisboa sobre que revoam mais tradições de remotas eras. nenhuns paços dos nossos reis da primeira e da segunda dinastia foram mais vezes habitados por eles. Conhecidos sucessivamente pelos nomes de *Paços de El-Rei*, *Paços dos Infantes*, *Paços da Moeda*, *Paços do Limoeiro*, **a sua história vai sumir-se nas trevas dos tempos.** São da era mourisca? Fundaram-nos os primeiros reis portugueses? Ignoramo-lo. E que muito, se a origem de Santa Maria Maior, da venerada catedral de Lisboa, é um mistério! **Se, transfigurada pelos terremotos, pelos incêndios e pelos cónegos, nem no seu arquivo queimado, nem nas suas rugas caiadas e douradas pode achar a certidão do seu nascimento e dos anos da sua vida!** Como as igrejas, as ruínas da monarquia **dormem em silêncio à roda de nós, e, envolto nos seus eternos farrapos,** o povo vive eterno em cima ou ao lado delas, e nem sequer indaga porque jazem aí! [Grifos nossos] (HERCULANO, 1970, p. 75-76).

Alexandre Herculano tende a despertar o povo para resguardar a sua história, para indagar-se o porquê de tais vestígios históricos estarem abaixo de seus pés e ao seu

redor. As memórias postas em fragmentos tão pequenos são agora reunidos pela pena do autor. Assim, continua a construir a história que ali se passou.

O segundo capítulo, fazendo jus ao seu título, é focalizado sobre a figura de Frei Roy, o beguino. Frei Roy é aquele que revela os acontecimentos que haviam sido arquitetados na taberna de Folco Taca, e previne o monarca português, que fica ciente dos desejos dos súditos reais, “o beguino era o espia mais sincero e imperturbável de todo o mundo” (HERCULANO, 1970, p. 78).

A recompensa de Frei Roy, por sua lealdade, foram vinte dobras de D. Pedro, e a promessa feita por Leonor Teles, que ao assumir a coroa portuguesa, daria ao espia o resto da recompensa.

Além do destaque ao Frei Roy, nesta passagem da narrativa destaca-se o contraste entre D. Fernando e Leonor Teles, apesar da paixão que os envolve, o caráter de Leonor Teles apresenta um pulso firme e articulado, e estrategicamente sugere a fuga. Por outro lado, a imagem do rei é de um homem sem direção com medo de perder a mulher por quem está loucamente apaixonado; paixão confirmada por tais palavras: “Viver contigo ou morrer contigo. Cairei do trono ou tu subirás a ele” (HERCULANO 1970, p. 81). Alexandre Herculano constrói a imagem de D. Leonor Teles conforme concebeu o cronista Fernão Lopes – dissimulada – e D. Fernando em uma imagem de submissão ao amor por D. Leonor, ao ponto de enganar seu povo, que muito lhe estimava.

O caráter de Leonor Teles é novamente posto a evidenciar-se quando ela pede a D. Fernando suas arras: “Quero que me dês as minhas arras: quero o preço do meu corpo, conforme foro de Espanha” (HERCULANO, 1970, p. 86). Confirmando sua postura rude, a amada do rei dispensa cidades e castelos em troca da morte dos que foram contra seu casamento, e a sua possibilidade de ser coroada rainha. Envolvido pela paixão, D. Fernando concorda com o preço a pagar por D. Leonor Teles. E, um beijo selou o pacto de ódio e extermínio. (HERCULANO, 1970, p. 87).

A imagem de Leonor Teles apresentada por Herculano e validada pela fonte histórica do cronista Fernão Lopes é contrária à imagem da mulher medieval. Segundo Ana Rodrigues Oliveira (apud TREVISAN, 2010, p. 15-16), quanto maior a visibilidade feminina e maiores os poderes de uma mulher, maiores são os perigos para o reino, conforme as representações medievais. Isto se relaciona à imagem medieval inversa, a da mulher virtuosa: tutelada pelo homem e contida nas palavras, obediente e não interveniente nos assuntos públicos, ou seja, o contrário da representação que Herculano

e Fernão Lopes irão conferir para Leonor, a aleivosa, a mulher que suscitou em muitos o inconformismo de tê-la como rainha.

O grupo contrário ao casamento do infante de Portugal com Leonor Teles era constituído em sua maioria pela camada popular (arraia-miúda)⁷, e como bons e leais portugueses (LOPES, 1993, p. 75) destacam-se por sua coragem e ousadia. E, como símbolo de coletividade nacional, em Lisboa, “era a primeira vez que neste reinado que a arraia-miúda dava mostras de sua força e reivindicava o direito de dizer armada – *não quero!*”. (HERCULANO, 1970, p. 90).

Ao destacar a imagem representativa da *arraia-miúda*, Alexandre Herculano retorna a tempos antigos, a fim de buscar características para suas aspirações do presente, como parte de um processo de busca de uma memória para uma coletividade. A ousadia popular ao intervir na escolha matrimonial de seu rei, representa em *Arras por foro de Espanha* um forte exemplo do nacionalismo⁸ português, que serviria como caracteres de identificação para o século XIX.

Em prosseguimento a narrativa, o povo se reuniu no Mosteiro de S. Domingos para encontrar com D. Fernando, conforme o acordo feito com o infante. Acometidos de grande agitação, a hora combinada com o rei não havia chegado, mas o povo, confiante da importância que seria aquele encontro, não se importavam com a antecedência da hora, pois, o povo estava “embebecido na ideia de quebrar os laços adúlteros que o uniam a Leonor Teles” (HERCULANO, 1970, p. 91). Durante a espera pelo rei, apresenta-se um forte conflito entre os nobres favoráveis a Leonor Teles contra aqueles que se posicionaram contra a pretendida rainha. Entre os que apoiavam o matrimônio estava “o conde de Barcelos, D. João Afonso Telo, tio de D. Leonor, a quem nos diplomas dessa época se dá por excelência o nome de fiel conselheiro” (HERCULANO, 1970, p. 96).

Os ânimos do povo se alteraram com a chegada do nobre conselheiro, segundo a narrativa, ele era um dos responsáveis por conseguir anular o casamento da sobrinha com João Lourenço. No entanto, narra-se também que D. João Afonso Telo havia tentando desviar o interesse do rei por sua sobrinha. Na *Crônica de El-Rei D. Fernando*,

⁷O termo nomeava as camadas populares mais simples em oposição à classe nobre. O termo aparece inicialmente em documento datado de 1305 (LOPES, 1993, p. 193).

⁸O nacionalismo seria “um movimento ideológico que procura alcançar e manter a autonomia, unidade e identidade para uma população que alguns dos seus elementos pensam constituir uma ‘nação’ atual ou potencial” (SMITH apud SOBRAL, 1999, p. 72).

de Fernão Lopes, mostra-nos essa postura também por parte de D. Maria, irmã de Leonor Teles, a quem o rei confessou seu amor.

D. Maria era assisada e corda, e ficou muito perturbada quando lhe ouviu dizer isto [paixão do rei por Leonor Teles], vendo por tal causa que el-rei queria desencaminhar o casamento da infanta de Castela, e ainda mais, por ser sua irmã casada e mulher de bom fidalgo como era de el-rei D. Fernando. Por isso, começou a contrariá-lo muito. [...] Então falou D. Maria com sua irmã tudo o que se passara com el-rei, e ambas resolveram falar com seu tio, o conde. Este não conseguiu dissuadir el-rei. Desta cousa teve conhecimento a infanta. [...] E acabaram todos, para fazerem a vontade de el-rei, por buscar caminho para ela ser quite de seu marido por motivo de parentesco. (LOPES, 1993, p. 73-74).

Cientes desses acontecimentos, acima relatados, aqueles que não concordavam com os interesses de D. Fernando, não tinham bom sentimento para com os parentes de D. Leonor, e “odiavam principalmente o conde, como protector daqueles adúlteros” (HERCULANO, 1970, p. 97). O conflito tem seu ápice com o confronto entre o conde e Fernão Vasques, deixando o povo mais exaltado.

D. Fernando e Leonor Teles foram informados por Frei Roy da maneira que o povo se organizou no Mosteiro de S. Domingos: “Vim a dizer-vos que, a estas horas, talvez tenha já corrido sangue no rossio de Lisboa, e que é espantoso o tumulto dos populares contra os do conselho e contra os senhores e fidalgos da casa e valia de el-rei” (HERCULANO, 1970, p. 105). Por isso, D. Fernando saiu às escondidas da cidade na companhia de Leonor Teles para Santarém. E, afrontados, os revoltosos voltaram-se para D. Fernando, mas “este motim sem objecto” acalmou-se naquele mesmo dia, e “os cabeças da revolta estavam irremediavelmente perdidos” (HERCULANO, 1970, p. 133).

Longe de Lisboa, o desejo de D. Fernando poderia ser realizado, a fuga para Santarém se torna necessária e propícia ao casamento com Leonor Teles. De fato, o casamento se realiza. Assim, não havia mais motivos para uma insurreição popular, aceitar D. Leonor Teles como rainha era inevitável.

O início do penúltimo capítulo da narrativa faz uma sinopse da melancolia que se estenderá até o final deste:

O Douro é bem carregado e triste! A sua corrente rápida, como que angustiada pelos agudos e escarpados rochedos que a comprimem, volve águas turvas e mal-assombradas. Nas suas ribas fragosas raras vezes podeis saudar um Sol puro ao romper da alvorada, porque o rio cobre-se durante a noite com o seu manto de névoas, e, através desse manto, a atmosfera embaciada faz cair sobre a vossa cabeça os raios do Sol semimortos, quase como um frio

reflexo da Lua ou como a luz sem calor de tocha distante. É depois de alto dia, que esse ambiente, semelhante ao que rodeava os guerreiros de Ossian, vos desoprime os pulmões, onde muitas vezes tem depositado já os gérmens da morte. (HERCULANO, 1970, p. 135)

A narrativa nos leva à celebração do “matrimônio adúltero, agoirado pelas maldições populares” (HERCULANO, 1970, p. 139). Para este momento D. Fernando reuniu todos os homens ricos e conselheiros do reino, dentre eles estavam os amestrados de D. Leonor e D. Dinis, a figura de destaque desta parte da narrativa.

A narrativa passa de um estado de agitação para um momento de tristeza. Produzia-se um efeito de melancolia durante o cortejo nupcial, tomamos com imagem nítida desse sentimento – mais fúnebre do que de celebração – a imagem de D. Dinis e do povo:

D. Dinis caminhava em silêncio, e no aspecto melancólico do mancebo divisava-se quão profunda tristeza lhe consumia o coração, vendo-se como atado ao carro triunfal da mulher que pouco a pouco se convertera em sua irreconciliável inimiga. Triste era, também, o aspecto dos populares, que, sem um só grito de regozijo, se apinhavam para ver passar aquele préstito real. Mil olhos se cravavam no infante D. Dinis, cujo rosto melancólico revelava que os seus pensamentos eram acordes com os do povo, que por toda a parte não via neste consórcio senão um crime e uma fonte de desventuras. (HERCULANO, 1970, p. 140-141).

E enfim, Leonor Teles, guiada por D. Fernando, caminha com passos firmes ao trono, como “o navegante, que afrontando temporais desfeitos por mares incógnitos e aparcelados e chegando ao porto longínquo, quase que não crê pisar a terra de seus desejos” (HERCULANO, 1970, p. 143), e tinha agora, “ao seu lado um rei, a seus pés um reino!” (HERCULANO, 1970, p. 143). O rei de Portugal recebe perante todos D. Leonor Teles como sua mulher, e dali por diante foi chamada rainha de Portugal.

No entanto, o sentimento de regozijo pairava sobre uma pequena parcela de pessoas ali presentes, nem todos aceitam com facilidade a união entre o rei e Leonor Teles, isso se evidencia no momento em que o rei solicita aos nobres portugueses que beijem a mão de D. Leonor Teles, em sinal da aceitação à sua situação de rainha. Apesar de receosos os nobres cavaleiros portugueses beijam a mão da nova rainha. O audacioso irmão do rei, D. Dinis se recusou reverenciar Leonor Teles, e ainda, reivindicava sua linhagem real, seu discurso vai contra as palavras de D. Fernando ao apresentar naquela cerimônia D. Leonor como descendente dos antigos reis: “Nunca D. Dinis de Portugal beijará a mão da mulher de João Lourenço da Cunha. Primeiro ela

descerá do trono e virá ajoelhar aos meus pés; que de reis venho eu, não ela” (HERCULANO, 1970, p. 148).

Nesta passagem da narrativa, D. Dinis incorpora o exemplo de homem corajoso, que ousa ser o único a não se curvar diante de uma mulher que representava perigo ao reinado de D. Fernando, seu irmão. Alexandre Herculano busca narrar atos individuais através dos heróis de suas narrativas, com a possibilidade de despertar a população portuguesa oitocentista de um estado de inércia, fazendo com que eles se lembrem da coragem de seus predecessores diante das adversidades que cruzavam seu caminho (SANTOS, 2010, p. 56).

No último capítulo, *Juramento, Pagamento*, ao narrar o que sofreram os líderes da afronta contra o casamento de D. Fernando e D. Leonor Teles, destaca-se o período medieval em que matar e vingar-se era comum. Assim, após dois anos do motim que reuniu três mil homens para falar contra tal união, fez-se o pagamento requerido pela rainha às suas arras.

– ... Justiça que manda fazer el-rei em Fernão Vasques, João Lobeira e Frei Roi: que morram na forca, sendo ao primeiro as mãos decepadas em vida. [...] os desgraçados morriam, como aqueles que o salteador assassina na estrada, pela alta noite, e sem um sacerdote que os consolasse na extrema agonia (HERCULANO, 1970, p. 174-175).

Ao ouvir os gritos de agonia, o Rei D. Fernando disse a rainha Leonor Teles: “Até a derradeira mealha estão pagas vossas arras, rainha de Portugal!” (HERCULANO, 1970, p. 175).

A narrativa histórica “*Arras por Foro de Espanha*” segue com forte intertextualidade com as *Crônicas de Fernão Lopes*. Através de uma nota explicativa do termo “arraia-miúda”, Herculano dá o conceito a este termo evocando a *Crônica de D. João I*. E essas notas seguem presentes na narrativa de Herculano, tomando o texto de Fernão Lopes não só como instrumento para tecer a narrativa com mais esclarecimentos, mas também para assegurar o diálogo entre o texto ficcional e os acontecimentos históricos. Segundo Cruz (2010), *Arras por Foro de Espanha* é uma importante fonte da literatura histórica portuguesa por mesclar a narrativa ficcional com trechos literais de obras de história, como as crônicas de Fernão Lopes.

Outro exemplo é a apresentação do alfaiate Fernão Vasques, segundo Maria Ema Tarracha (1988), “Herculano evoca o cronista, adotando a expressão com que no

capítulo LX da *Crónica de D. Fernando* define a função cívica do alfaiate: «capitão e procurador por eles», ou como se lê na crónica, «capitam e propoedor por elles».

Igualmente ocorre com a personagem Leonor Teles, apresentada na narrativa de Herculano como mulher “ambiciosa”, “dissimulada” e “corrompida”, com alma comparada como o “abismo de cobiça, de desenfreamento, de altivez e de ousadia”, que via em D. Fernando apenas o “refulgir da coroa”, negando que Leonor Teles amasse o Rei.

Em uma *Nota Final* em “*Arras por Foro de Espanha*”, Herculano desenha o caráter de D. Leonor Teles mediante a descrição feita pelo cronista, “o caráter atroz e dissimulado de Leonor Teles, tão bem pintado por Fernão Lopes” (p. 178). Esse é o retrato de Leonor Teles, apresentado na narrativa histórica, a “rainha barregã”, que tem suas arras pagas através da vingança e morte de seus inimigos.

Durante a leitura de *Arras por Foro de Espanha*, encontramos os exemplos de Fernão Vasques, D. Dinis e a arraia-miúda como imagem de heroicidade, personagens que sustentam a bravura, a coragem, características necessárias ao engrandecimento da nação. No entanto, destaca-se uma figura importante para a construção narrativa, D. Leonor Teles. O perfil apresentado pelo cronista Fernão Lopes deixa evidente o motivo que gerou a falta de confiança nesta mulher. Essa imagem é explorada por Herculano e justifica o conflito que à corpo narrativa *Arras por Foro de Espanha*.

2.2 Configurações de coragem e sentimento nacional em *O Castelo de Faria*

Publicado n’*O Panorama* em 1838, a narrativa histórica “*O Castelo de Faria*”, apresenta-se, com relação às outras duas narrativas históricas de nossa pesquisa, uma narrativa menos extensa, apesar de transpor uma composição tão relevante quanto as demais. Trata-se da história “de um dos mais heroicos feitos de corações portugueses” (HERCULANO, 1970, p. 191), que ocorreu no ano de 1373.

Um episódio narrado pelo cronista Fernão Lopes na *Crónica de El-Rei D. Fernando* é reconstituído por Herculano: “Como Henrique Manuel Pelejou com Pedro Sarmiento, e foram vencidos os Portuguezes”, e “Como Nuno Gonçalves de Faria foi morto porque não quis dar o castelo a Pero Rodrigues Sarmiento” (LOPES, 1993, p. 59, 61). Como característica do romantismo histórico, Herculano utiliza esse episódio do passado histórico para mostrar a coragem e os feitos que engrandeceram este castelo. O

autor utiliza a história para trazer o passado ao presente como capacidade de transformação do futuro (MIRÂNDOLA; COSTA, 2003, p. 129).

Seguindo fielmente a história escrita na crônica de D. Fernando, esta narrativa também ocorre de Entre o Douro e Minho. Logo no início, o autor apresenta-nos a localização e o tempo que ocorre a ação:

A breve distância da Vila de Barcelos, nas faldas da Franqueira, alveja ao longe um convento de franciscanos. [...] O monte que se alevanta ao pé do humilde convento é formoso, mas áspero e severo, como quase todos os montes do Minho. [...] O espectador colocado no cimo daquela eminência volta-se para um e outro lado, as povoações e os rios, os prados e as fragas, os soutos e os pinhais apresentam-lhe o panorama variadíssimo que se descobre de qualquer ponto elevado da província de Entre Douro e Minho. [...] Este monte, ora ermo, silencioso e esquecido, já se viu regado de sangue: já sobre ele se ouviram gritos de combatentes (HERCULANO, 1970, p. 189-191).

Observamos na citação acima, a valorização do passado, ao passo que se destaca a paisagem local, engrandecendo as belezas naturais do território português. E, ao descrever a localização do Castelo de Faria, o autor “ressalta o contraste entre o cenário de batalhas que podia ser observado no século XIV e a calma que se sente no século XIX, quando o conto foi escrito” (AZEVEDO, 2014, p. 51). Então, vemos um local, que antes era agitado pelos gritos de combatentes, tornar-se um calmo convento de Franciscanos. “O ruído dos combates calou no alto do monte, e nas faldas dele alevantaram-se a harmonia dos salmos e o sussurro das orações” (HERCULANO, 1970, p. 191).

Ao chamar a atenção para a importância das memórias depositadas nos fragmentos daquele antigo castelo, Herculano critica a falta de cuidado em preservar os monumentos históricos de Portugal:

Este antigo castelo tinha recordações de glória. Os nossos maiores, porém, curavam mais de praticar façanhas do que de conservar os monumentos delas. Deixaram, por isso, sem remorsos, sumir nas paredes de um claustro pedras que foram testemunhas de um dos mais heróicos feitos de corações portugueses (HERCULANO, 1970, p. 191).

Os fragmentos do Castelo de Faria servem como testemunhas do feito histórico que se passou nesse local. Esse acontecimento é o tomado por Alexandre Herculano para escrever a narrativa que recebe o mesmo nome do cenário onde se deu o episódio. Essa narrativa apresenta a batalha entre o reino português e o reino de Castela:

Reinava entre nós D. Fernando. Este príncipe, que tanto degenerava de seus antepassados em valor e prudência, fora obrigado a fazer paz com os castelhanos, depois de uma guerra infeliz, intentada sem justificados motivos, e em que se esgotaram inteiramente os tesouros do Estado. A condição principal, com que se pôs termo a esta luta desastrosa, foi que D. Fernando casasse com a filha del-rei de Castela: mas, brevemente, a guerra se acendeu de novo; porque D. Fernando, namorado de D. Leonor Teles, sem lhe importar o contrato de que dependia o repouso dos seus vassallos, a recebeu por mulher, com afronta da princesa castelhana. Resolveu-se o pai a tomar vingança da injúria, ao que aconselhavam ainda outros motivos. Entrou em Portugal com um exército e, recusando D. Fernando aceitar-lhe batalha, veio sobre Lisboa e cercou-a. Não sendo o nosso propósito narrar os sucessos desse sítio, volveremos o fio do discurso para o que sucedeu no Minho (HERCULANO, 1970, p. 151).

A narrativa segue apresentando a batalha que se deu para defender o território português contra a invasão dos castelhanos. Na província do Entre-Douro-e-Minho, nas imediações de Barcelos, as forças castelhanas encontraram a resistência organizada por D. Henrique Manuel, “conde de Seia e tio del-rei D. Fernando” (HERCULANO, 1970, p. 192). D. Henrique conseguiu reunir uma quantidade significativa de pessoas que entraram em luta contra os castelhanos, tal força não foi suficiente para fazer o reino de Castela recuar e muitos portugueses caíram como prisioneiros. Entre estes, destaca-se a figura do valente Nuno Gonçalves Farias, o alcaide-mor do castelo de Faria, tal como desenha Lopes, não estava disposto a entregar o castelo a Pedro Rodriguez Sarmiento, de quem ele estava prisioneiro. “Cativo, o valoroso alcaide pensava em como salvaria o castelo de el-rei seu senhor das mãos dos inimigos” (HERCULANO, 1970, p. 192), então, com a justificativa de que diria ao filho Gonçalo Nunes para entregar o castelo sem resistência, pede para ser levado até seu filho Gonçalo Nunes, que havia ficado em seu lugar no castelo.

A narrativa prossegue com a chegada de Nuno Gonçalves ao castelo, mesmo estando preso por castelhanos armados, o alcaide surpreende seus inimigos, demonstrando sua fidelidade a D. Fernando. Vejamos o episódio do encontro de Nuno Gonçalves e Gonçalo Nunes:

Sabes tu, Gonçalo Nunes, de quem é esse castelo [...]? [...] – de nosso rei e senhor D. Fernando de Portugal, [...] – Sabes tu, Gonçalo Nunes, que o dever de um alcaide é de nunca entregar, por nenhum caso, o seu castelo a inimigos, embora fique enterrado debaixo das ruínas dele? –Sei, oh meu pai! [...]. –Mas não vês que a tua morte é certa, se os inimigos percebem que me aconselhaste a resistência? Nuno Gonçalves, como se não tivera ouvido as reflexões do filho, clamou então: – Pois se o sabes, cumpre o teu dever, alcaide do Castelo de Faria! Maldito por mim, sepultado sejas tu no Inferno, como Judas o traidor, na hora em que os que me cercam entrarem nesse

castelo, sem tropeçarem no teu cadáver. –Morra! – gritou o almocadém castelhano – Morra o que nos atraíçoou. – E Nuno Gonçalves caiu no chão atravessado de muitas espadas e lanças (HERCULANO, 1970, p. 194).

Destaca-se nessa narrativa, como vemos no trecho acima, a coragem de Nuno Gonçalves. Sua intrepidez, diante do risco de perder sua própria vida em defesa do reino português, configura-se na característica exaltada por Herculano, uma vez que, no século XIX necessitava recorrer a um tempo onde se manifestava “actos de bravura e nobre desapego da vida, tempo de heróis em terra nova de promessas a cumprir” (NOGUEIRA, 1972, p. 184-185).

Cavaleiros como Nuno Gonçalves eram vistos por Alexandre Herculano como o maior atributo a Idade Média, para o autor, “eram estes guerreiros que faziam aqueles votos denodados, em demanda de cuja execução muitas vezes perdiam a vida: eram estes que, percorrendo pelas terras estrangeiras, aí deixavam perene memória de seus esforços feitos” (HERCULANO apud MELÃO, 2003, p. 143). A atitude heroica de Nuno Gonçalves, e de todos aqueles que se empenharam em defender o castelo, deveriam servir de modelo aos portugueses do século XIX.

O cavaleiro Nuno Gonçalves perde a vida ao defender o castelo de seu rei D. Fernando, e a narrativa prosseguiu com o desespero de Gonçalo Nunes, que “corria como louco o redor da barbacã, clamando vingança” (HERCULANO, 1970, p. 195). A proteção ao castelo deu-se numa batalha, os castelhanos atacaram as defesas do castelo, no primeiro dia de combate o local ficou cheio de cadáveres, e muitos cidadãos que se refugiaram nos limites do castelo perderam a vida.

No primeiro dia de combate o terreiro da barbaça ficou alastrado de cadáveres tismados e colonos e ramos reduzidos a cinzas. Um soldado de Pedro Rodrigues Sarmiento tinha sacudido com a ponta de sua longa chuça um colmeiro incendiado para dentro da cerca; o vento suão soprava nesse dia com violência, e em breve os habitantes da povoação, que haviam buscado o amparo do castelo, pereceram juntamente com suas frágeis moradas (HERCULANO, 1970, p. 195).

Mesmo com as condições ruins para os que batalhavam em defender o castelo, Gonçalo Nunes não recuou, as últimas palavras que seu pai proferiu não saíram de sua mente, tomou para si a responsabilidade e a ousadia de Nunes Gonçalves, e o moço não estava disposto a entregar o castelo de Faria ao reino castelhano, então: “O orgulhoso Sarmiento viu sua soberba abatida diante dos torvos muros do Castelo de Faria. O moço alcaide defendia-se como um leão, e o exército castelhano foi constringido a levantar o

cercos” (HERCULANO, 1970, p. 196). Igualmente a imagem de seu pai, Gonçalo Nunes deixa eternizado na história portuguesa um modelo de coragem e persistência, porém sua missão de cavaleiro encerra-se ali,

“a lembrança daquele horrível sucesso estava sempre presente no espírito do moço alcaide. Pedindo a el-rei o desonerasse do carga tão bem desempenhara , foi depor ao pé dos altares a cervilheira e o saio de cavaleiro, para se cobrir de vestes pacíficas do sacerdócio. Ministro do santuário, com lágrimas e preces que ele podia pagar a seu pai o ter coberto de perpétua glória o nome de alcaide de Faria” (HERCULANO, 1970, p. 196).

Ao final da narrativa *O Castelo de Faria*, Alexandre Herculano chama a atenção para o trabalho dos historiadores como a perpetuação da glória desse acontecimento, trabalho mais duradouro que o mármore.

2.3 Gênio cavaleiro Afonso Domingues: representação da identidade portuguesa em *A Abóbada*

Alexandre Herculano começou a publicar a narrativa *A Abóbada* no jornal português *O Panorama*, no volume III, durante o período de 16 de março a 13 de abril de 1839, depois recolhida, em 1851, pelo autor nas *Lendas e Narrativas*. A narrativa está dividida em cinco capítulos, a saber: O Cego, Mestre Ouguet, O Auto, Um Rei Cavaleiro e o Voto Final. Através desta narrativa, Herculano oferece-nos uma experiência do passado português ao construir sua obra ficcional a partir dos escritos do cronista Fernão Lopes.

Seu texto entranhado de história configura uma narrativa que opera como palco onde perpassa “cenas” atuadas por personagens verídicas ou fictícias. Ao apresentar a cor local dos cenários, as personagens com sua linguagem, vestuário e atividade, Herculano oferece à sua narrativa uma transfiguração da realidade histórica, nesse sentindo a narrativa histórica “*A abóbada*”, reinado de D. João I, refere-se ao período “mais bem tratado, por que o autor dispunha da extraordinária narrativa que são as crônicas de Fernão Lopes” (SARAIVA; LOPES, 2005, p. 745).

Isso não se configura como um simples retorno ao passado, algo sem propósitos, homens como Alexandre Herculano “buscavam uma melhor instrução dos membros da sociedade, fazendo com que eles compreendessem as bases da formação da nação” (AZEVEDO, 2014, p. 38), dessa maneira, suas produções literárias exaltavam personagens

da história de Portugal e fatos do passado como representações máximas da cultura portuguesa.

O discurso presente em *A Abóbada* é constituído por construções possíveis, espelhadas no discurso histórico, configuração que lhe confere *status* de verossímil. Para Santos (2010, p. 46):

Atestar a veracidade do exercício ficcional é uma constante em Herculano. O verossímil impõe-se, naturalmente, na obra de ficção pela própria natureza do mundo possível representado, pela sua coerência interna e pela sintaxe lógica do enredo. O que importa, realmente, é que o universo diegético se torne credível para o leitor; para o garantir, o autor tem de socorrer-se de dispositivos de veredicação, como a invenção/referência às fontes ou o apelo à antiguidade dos factos.

Na narrativa *O Bispo Negro*, também reunida em *Lendas e Narrativas*, Herculano chama a atenção do leitor ao enfatizar que: “A história conta-nos o facto; a tradição os costumes. A história é verdadeira, a tradição verossímil; e o verossímil é o que importa ao que busca as lendas da pátria”. (1970, p. 80). Assim, dentro da própria narrativa, o autor acentua a aproximação da verossimilhança com a história, além de esclarecer o dever do poeta e seus meios. Remetendo-nos a Aristóteles que outrora afirmava que “Não é obra do poeta dizer o que aconteceu, mas o que poderia acontecer, segundo o que é verossímil e necessário” (1990, p. 252).

Em *A Abóbada*, temos então, a apresentação do fato histórico como verossímil fazendo uma analogia ao discurso do historiador, o que nos leva a compreender que o discurso ficcional é constituído pela construção verossímil, enquanto o discurso construído pelo historiador produz acontecimentos da maneira mais real possível.

Ao criar a narrativa embrenhando-se nos domínios da histórica, Herculano joga com o discurso histórico e o discurso ficcional criando uma proximidade entre suas cenas imaginadas e os fatos que aconteceram, atribuindo aos enredos de suas narrativas certa credibilidade. O autor é capaz de criar a “ilusão da verdade”, a essa capacidade Teresa Cerdeira chamou de “pacto de veracidade, do qual o romancista não se pretende alienar se deseja criar no leitor o fingimento da verdade” (1989, p. 26).

Desde as palavras iniciais da narrativa *A Abóbada*, Herculano deixa claro seu “pacto de veracidade”, situando o período a que se referem os fatos narrados: “O dia 06 de Janeiro do ano da Redenção 1401 tinha amanhecido puro e sem nuvens” (HERCULANO, 1970, p. 201), aí começa a evocação ao passado.

Diferentemente do início das narrativas *Arras por foro de Espanha* e o *Castelo de Faria*, *A abóbada* não tem uma abertura melancólica. No entanto, semelhante às narrativas anteriores, o autor acaba ressaltando a característica nacionalista e patriótica, agora, destacar a paisagem e suas características benéficas:

Os campos, cobertos aqui de relva, acolá de searas, que cresciam a olhos vistos com o calor benéfico do Sol, verdejavam ao longe, ricos de futuro para o pegureiro e para o lavrador. **Era um destes formosíssimos dias de Inverno mais gratos que os do Estio, porque são de esperança, e a esperança vale mais do que a realidade;** destes dias, que Deus só concedeu aos países do Ocidente, em que os raios do Sol, que começa a subir na eclíptica, estirando-se vívidos e trémulos por cima da terra enegrecida pela humidade, e errando por entre os troncos pardos dos arvoredos despídos pelas geadas, **se assemelham a um bando de crianças, no primeiro viço da vida, a folgar e a rolar-se por cima da campã**, sobre a qual há muito sussurrou o último ai da saudade, e que invadiram os musgos e abrolhos do esquecimento. [Grifos nossos] (HERCULANO, 1970, p. 201).

Os pontos destacados, no trecho acima, deixam claro de que forma os contemporâneos de seu tempo deveriam encarar o momento atual de Portugal, e deveriam trazer à memória os episódios que naquele local se passaram; época do “primeiro viço da vida” portuguesa, quando como crianças rolavam por cima da campã. Neste clima de regozijo, “em que a Natureza sorri como a furto, rasgando o denso véu da estação das tempestades” (p. 202), prossegue a narrativa.

Em 1401, reinava em Portugal D. João I, filho do rei D. Pedro I e de Tereza Lourenço. Após a morte de seu meio-irmão o rei D. Fernando, D. João I, o Mestre de Avis, é eleito como defensor do reino, em oposição à regência de D. Leonor Teles, assumida em 1383, após a morte de D. Fernando. Em 1385, D. João I é aclamado rei de Portugal, permanecendo no poder até o ano de sua morte, em 1433.

Na narrativa *A Abóbada*, D. João I é narrado como “plebeu por herança materna”, “nobre por ser filho de D. Pedro”, “rei eleito por uma revolução e confirmado por cinquenta vitórias, era o mais popular”, “o mais amado e o mais acatado de todos os reis da Europa” (HERCULANO, 1970, p. 216).

Deste período histórico, Alexandre Herculano toma como trama para a narrativa *A Abóbada* a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgarmente chamado da Batalha. Segundo Neto (1990, p.6):

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória foi mandado construir por D. João I a partir de 1385. Na véspera de defrontar o exército do rei de Castela, no sítio

de Aljubarrota, D. João I, Mestre da Ordem de Avis, fez voto de que em caso de vitória, mandaria erguer um mosteiro dedicado à Virgem. Por isso, o monarca cumpriu a sua promessa ao ordenar a construção do edifício. Fê-lo num terreno próximo do local do combate.

No segundo parágrafo da narrativa, temos a informação de que o convento foi doado por D. João I aos frades dominicanos. O rei não decidiu logo sobre a ordem religiosa que ocuparia o espaço. Só passados três anos depois da batalha e quando já decorriam os trabalhos de edificação é que D. João I resolveu doar o convento à Ordem de S. Domingos. “À vontade régia não teria sido estranha a influência de João das Regras e do dominicano Frei Lourenço Lampreia, confessor real” (NETO, 1990, p. 6).

A *Abóbada* apresenta a visita de D. João I ao mosteiro, onde inauguraria a sala de assembleias (Casa do Capítulo), cuja abóbada havia sido projetada pelo arquiteto do Mosteiro da Batalha, o português Afonso Domingues. Por consequência de seu estado físico, em avançada idade e vítima da cegueira que havia o acometido, Domingues foi afastado de seu cargo, sendo substituído por um arquiteto irlandês, “homem mediano em quase tudo” (Herculano, 1970, p. 218). A esta situação, o arquiteto português defende que devido sua cegueira arrancaram-lhe “das mãos o livro, e nas páginas em branco mandaram escrever um estrangeiro!” (Herculano, 1970, p.210).

Durante a descrição do arquiteto português – destituído do poder – é possível perceber que, apesar da cegueira, Afonso Domingues seria capaz de continuar na direção da construção. Vejamos:

via-se um velho, venerável de aspcto, que parecia embrenhado em profundas meditações. Pendia-lhe sobre o peito uma comprida barba branca: tinha na cabeça uma touca foteada, um gibão escuro vestido, e sobre ele uma capa curta ao modo antigo. A luz dos olhos tinha-lha de rodo apagado a velhice; mas as suas feições revelavam que dentro daqueles membros trémulos e enrugados morava um ânimo rico de alto imagina. As faces do velho eram fundas, as maçãs do rosto elevadas, a fronte espaçosa e curva e o perfil do rosto quase perpendicular. Tinha a testa enrugada, como quem vivera vida de contínuo pensar, e, correndo com a mão os labores da pedra sobre que estava assentado, ora carregando o sobrolho, ora deslizando as rugas da fronte, repreendia ou aprovava com eloquência muda os primores ou as imperfeições do artífice que copiara à ponta de cinzel aquela página do imenso livro de pedra a que os espíritos vulgares chamam simplesmente o Mosteiro da Batalha (HERCULANO, 1970, p. 204-205).

Após ouvir os conselheiros reais, D. João I concorda em destituir mestre Afonso de seu cargo, e David Ouguet, o irlandês passa a assumir tal cargo. Afonso Domingues é tomado por um profundo penar. Vejamos seu olhar com relação à atitude de seu rei:

Não é este edifício obra de reis, ainda que por um rei me fosse encomendado seu desenho e edificação. Mas nacional, mas popular, mas da gente portuguesa, que disse: não seremos servos do estrangeiro e que provou seu dito. Mestre Ouguet, escolar na sociedade dos irmãos obreiros, trabalhou nas sés de Inglaterra, de França e de Alemanha, e aí subiu ao grau de mestre; mas a sua alma não é aquecida à luz do amor da pátria; nem, que o fosse, é para ele pátria esta terra portuguesa (HERCULANO, 1970, p. 211-212).

Diante das preocupações que envolviam a sociedade portuguesa no século XIX, observamos que se torna coerente o paralelo entre a situação vivida pelo arquiteto destituído de seu poder e a situação portuguesa. Eduardo Lourenço (1988, p. 83) acentua que a literatura do oitocentista é “marcada pela preocupação obsessiva de descobrir quem somos e o que somos como portugueses”.

Afonso Domingos (arquiteto do mosteiro da Batalha), Portugal (século XIX) – um indivíduo e uma nação – passam por situações semelhantes, privados do poder que é concedido a um estrangeiro. Eduardo Lourenço (1988, p. 85) acentua que “Portugal é, de 1808 a 1820, um país invadido, emigrado ou subalternizado pela presença militar ostensiva do estrangeiro”.

Alexandre Herculano descreve uma seria crítica à inserção de estrangeirismos aos bens portugueses. Notamos que o autor coloca a importância de se valorizar os bens nacionais, em detrimento às influências que chegam de outros países; nesta narrativa o centro principal desta crítica faz referência à arquitetura (AZEVEDO, 2014, p. 45).

Para entender o pensamento do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, cumpre ser português; cumpre ter vivido com a revolução que pôs no trono o Mestre de Avis; ter tumultuado com o povo defronte dos paços da adúltera; ter pelejado nos muros de Lisboa; ter vencido em Aljubarrota. [...] a sua mão não é aquecida à luz do amor da pátria; nem, que fosse, é para ele pátria esta terra portuguesa (HERCULANO, 1970, p. 212-213).

Para irmos um pouco além da fala de Afonso Domingues acima apresentada, observamos seu discurso ao lembrar aos frades do Mosteiro da Batalha que ele participara da peleja em Aljubarrota: “Com sangue comprei minha honra! Comigo trago a escritura. [...] mostrou duas largas cicatrizes no peito. – Em Aljubarrota foi escrito o documento à ponta lança por mão castelhana.” (HERCULANO, 1970, p. 208). Nesta cena Afonso Domingues leva-nos aos episódios da batalha narrados por Fernão Lopes:

Ao encontrarem-se as linhas de batalha puseram as lanças uns nos outros, ferindo e empuxando quanto podiam, [...] um lado e de outro eram dados tais e tamanhos golpes como cada um melhor podia apresentar àquele que lhe

caía em sorte, de maneira que os muitos para subjugar e os poucos para se verem livres de seus inimigos lidavam com toda a sua força (LOPES, 1993. p. 337-338).

Em “*A Abóbada*” a batalha de Aljubarrota é relembrada através das memórias do arquiteto cego, que fora segundo a narrativa, homem de armas nesta peleja. Maria Ema Tarracha associa o arquiteto ao rei cavaleiro D. João I, pois ambos identificam-se “no mesmo ideal”, estes compreendem o valor da palavra pátria e glória. Afonso Domingues transmite o sentimento patriótico das figuras encontradas na crônica escrita por Fernão Lopes, estes juntos com D. João I e Nun’Álvares combateram ardentemente contra os castelhanos em Aljubarrota.

Mestre David Ouguet, o arquiteto irlandês que substituiu Afonso Domingues, alterou a planta original da abóbada da casa do capítulo do Mosteiro da Batalha, e na visita de D. João I, no dia previsto para a inauguração desta, a abóbada desabou, e por isso, ficou possesso durante a encenação do Auto: “David Ouguet podia estar possesso, em consequência de algum grave pecado” (HERCULANO, 1970. p. 233).

Nesta parte da narrativa, através do rei D. João I, mais uma vez o autor privilegia as criações nacionais em detrimento do estrangeirismo. D. João I pergunta ao irlandês se Afonso Domingues havia sido consultado sobre a alteração da edificação da abóbada, David Ouguet respondeu que devido o estado de Afonso Domingues ninguém mais cobraria Domingues a provar a viabilidade de seus projetos. Porém, D. João I contraria a decisão tomada por Ouguet (HERCULANO, 1970, 220).

Mestre Ouguet – acudiu El-rei, com aspecto severo – lembrai-vos de que Afonso Domingues é o maior arquitecto português. Não entendo de vossas distinções de ciência e de engenho: sei só que o desenho de Santa Maria da Vitória causa assombro a vossos próprios naturais, que se gabam de ter no seu país os mais afamados edifícios do mundo: e esse Mestre Afonso, de quem vós falai com pouco respeito, foi o primeiro arquitecto da obra que a vosso cargo está hoje (HERCULANO, 1970, p. 221).

Após mostrar a conclusão de seu trabalho ao rei e aos nobres que o acompanhavam, Mestre David Ouguet “dizia consigo mesmo: Pobres ignorantes! Que seria o vosso Portugal sem estrangeiros, senão um país sáfaro e inculto” (HERCULANO, 1970, p. 22). Durante estes seus pensamentos o irlandês é surpreendido ao notar que a abóbada que havia construído começava a ruir sob sua cabeça.

Diante da queda da abóbada do capítulo, D. João I, Frei Lourenço e Frei Joane, os dois dominicanos responsáveis pelo mosteiro buscam uma solução para o acontecimento. Ao chegar à conclusão que Afonso Domingues deveria reassumir seu cargo e construir, a abóbada, marco principal do Mosteiro da Batalha, o rei D. João pede ao cego que reassuma seu lugar. No entanto, o arquiteto se recusa reerguer a abóbada:

– Senhor rei – disse o cego, erguendo a fronte, que até ali tivera curvada –, vós tendes um ceptro e uma espada; tendes cavaleiros e besteiros; tendes ouro e poder: Portugal é vosso, e tudo quanto ele contém, salvo a liberdade dos vossos vassalos: nesta nada mandais. Não!... vos digo eu: não serei quem torne a erguer essa derrocada abóbada! Os vossos conselheiros julgaram-me incapaz disso: agora eles que a alevantem (HERCULANO, 1970, p. 245).

O rei português insistiu, pediu desculpas ao arquiteto, citou os momentos que viveram juntos como cavaleiros ao defender o reino português das mãos castelhanas em Aljubarrota, luta que foi determinante para que o Mestre de Avis subisse ao trono.

– Vamos, bom cavaleiro – disse el-rei pondo-se em pé –, não haja entre nós doestos. O arquitecto do Mosteiro de Santa Maria vale bem o seu fundador! Houve um dia em que nós ambos fomos pelejadores: eu tornei célebre o meu nome, a consciência mo diz, entre os príncipes do mundo, porque segui avante por campos de batalha; ela vos dirá, também, que a vossa fama será perpétua, havendo trocado a espada pela pena com que traçastes o desenho do grande monumento da independência e da glória desta terra. Rei dos homens do aceso imaginar, não desprezeis o rei dos melhores cavaleiros, os cavaleiros portugueses! Também vós fostes um deles; e negar-vos-eis a prosseguir na edificação desta memória, desta tradição de mármore, que há de recordar aos vindouros a história dos nossos feitos? Mestre Afonso Domingues, escutai os ossos de tantos valentes que vos acusam de trairdes a boa e antiga amizade. Vem de todos os vales e montanhas de Portugal o soído desse queixume de mortos; porque, nas contendas da liberdade, por toda a parte se verteu sangue e foram semeados cadáveres de cavaleiros! Eia, pois: se não perdoais a D. João I uma suposta afronta, perdoai-a ao Mestre de Avis, ao vosso antigo capitão, que, em nome da gente portuguesa, vos cita para o tribunal da posteridade, se refusais consagrar outra vez à pátria vosso maravilhoso engenho, e que vos abraça, como antigo irmão nos combates, porque, certo, crê que não quereis perder na vossa velhice o nome de bom e honrado português (HERCULANO, 1970, p. 246).

Neste trecho da narrativa verificamos o momento de maior tensão e maior reflexão apresentado pelo discurso nacionalista produzido por Herculano (AZEVEDO, 2014). Este momento sugere-nos compreender este encontro entre D. João I e o Mestre Afonso Domingues como um ajuste de contas. Compor a abóbada representa, aos intelectuais oitocentistas, uma maneira de fazer justiça aos portugueses do passado, uma forma de dar vida e sentimentos a um nome na história do mosteiro, o do primeiro arquiteto do mosteiro.

Mestre Afonso Domingues foi o primeiro arquitecto do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, segundo um documento de 1402. Não se sabe, com certeza, onde nasceu, no entanto parece ter sido em Lisboa, tendo sido baptizado na freguesia da Madalena e tendo morado ou possuído algumas casas junto à Porta do ferro, que lhe haviam sido doadas por D. João I. [...] Trata-se de um arquitecto arcaizante nas soluções espaciais que adopta, também o é no tipo de recorte das molduras das ogivas, sempre de secção quadrangular, nos capitéis de folhagens elevadas (GRANDE enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1978, p. 414 apud AZEVEDO, 2014, p. 43).

Contar a história deste indivíduo, romaneando-a, é um modo de perpetuá-lo através da narrativa. Após a insistência do rei, o arquitecto aceita construir sua “*Divina Comédia*”:

– Vencestes, senhor rei, vencestes!... A abóbada da casa capitular não ficará por terra. Oh meu Mosteiro da Batalha, sonho querido de quinze anos de vida entregues a pensamentos, a mais formosa das tuas imagens será realizada, será duradoura, como a pedra em que vou estampá-la! Senhor rei, as nossas almas entendem-se: as únicas palavras harmoniosas e inteiramente suaves que tenho ouvido há muitos anos, são as que vos saíram da boca: só D. João I compreende Afonso Domingues; porque só ele compreende a valia destas duas palavras formosíssimas, palavras de anjos: pátria e glória (HERCULANO, 1970, p. 247).

Após alguns meses D. João I retornou ao mosteiro e inaugurou a abóbada erguida pelo arquitecto cego, este jurou sentar-se no meio da sala do capítulo quando a estrutura de sustentação fosse retirada, Afonso Domingues cumpriu sua palavra, a abóbada não desabou, depois dos três dias, tempo decretado por ele para seu voto, foram retirá-lo, mas o arquitecto estava morto. Os que ali estavam choraram a morte de Afonso Domingues:

As últimas palavras do mestre foram estas: “A abóbada não caiu... a abóbada não cairá!”. O arquitecto, gasto de velhice, não pôde resistir ao jejum absoluto a que se condenara. No momento em que, ajudado por Martim Vaques e Ana Margarida, se quis erguer, pendeu moribundo nos braços deles, e aquele génio cavaleiro mergulhou-se nas trevas do passado (HERCULANO, 1970, p. 263).

O “génio cavaleiro” demonstra-nos sua razão de existir através da conclusão de sua *Divina Comédia*, cântico de sua alma, seu livro de pedra, seu cântico de vitória, após escrever sobre o mármore o hino dos valentes de Aljubarrota ele completa sua missão. Afonso Domingos espelha o modelo de honra a ser seguido, apesar das circunstâncias conflituosas – a cegueira, a idade avançada, o desprestígio. “Há aqui não só uma defesa do talento do homem português, mas também dos monumentos

nacionais, o que evidencia um apelo do escritor aos elementos constituidores da identidade nacional” (BORGES, 2011, p. 4).

Outra figura importante nomeada em “*A Abóbada*” é João das Regras, que fez parte do Conselho de D. João I. Na narrativa de Herculano, João das Regras é apresentado junto com aqueles que acompanhavam el-Rei na primeira visita ao Mosteiro da Batalha. Notamos assim, mais uma referência feita por Herculano em sua narrativa às figuras históricas apresentadas por Fernão Lopes.

Em uma quadra das que serviam de aposentos reais no Mosteiro da Batalha, [...] Eram estas D. João I, frei Lourenço Lampreia e o procurador Frei Joane. [...] Além destes, outros indivíduos aí estavam, que as pessoas lidas nas crônicas deste reino também conhecerão: tais eram os doutores João das Regras e Martim de Océim, do concelho de el-rei (HERCULANO, 1970. p. 239).

É neste ponto, que observamos Alexandre Herculano citar os nomes das figuras que acompanhavam D. João I e enfatizar claramente que estes se encontravam inseridos nas crônicas de seu reino. João das Regras é descrito por Fernão Lopes na *Crónica de El-Rei D. João* como “um notável varão, homem de perfeita autoridade, de saber acabado, muito grande letrado em leis, [...] cuja subtileza e clareza de bem falar hoje em dia é tida em conta entre os letrados” (LOPES, 1993. p. 265). João das Regras é a voz que atua nos episódios narrados por Fernão Lopes ao tratar da elevação do D. João I ao reinado de Portugal, “nomeemos e escolhamos na maneira mais cabal possível, este D. João, filho de el-rei D. Pedro, para rei e senhor destes reinos” (LOPES, 1993. p. 282).

Símbolo de prestativo servidor de D. João I, temos Nuno Álvares Pereira, ou simplesmente, Nun’Álvares o herói da *Crónica de El-Rei D. João*. Na narrativa de Herculano, esta figura é referida através do diálogo entre os frades Frei Lourenço Lampreia e Frei Joane. Durante esta conversa, há analogias à batalha de Aljubarrota. Ao falarem sobre os preparativos e cuidados para receber D. João I na primeira visita ao Mosteiro da Batalha, o padre-procurador ressalta: “Desde ontem que tenho tido tanto descanso como hoste ou cavalgada de castelhanos diante das lanças do Contestável” (HERCULANO, 1970. p. 206).

O Condestável que é mencionado pelo frade, refere-se a ilustríssima figura da vitória da batalha de Aljubarrota, Nun’Álvares, que fazia parte do Conselho de D. João I, conforme Fernão Lopes, quando narra “*Dos nomes de algumas pessoas que o ajudaram o Mestre a defender o Reino*”, dos inimigos : “O primeiro nesta ladainha seja

o muito nobre D. Nuno Álvares Pereira, glória e louvor de toda sua linhagem, cuja claridade de bem servir nunca sofreu eclipse nem perdeu a sua luz” (LOPES, 1993. p. 254).

Após a nomeação de D. João I ao reinado português, “el-rei ordenou que o fosse o seu muito leal vassalo e servidor”, pois D. João I conhecia as habilidades de Nun’Álvares, este era “de honestos costumes e muito avisado nos feitos de cavalaria” (LOPES, 1993, p. 254). Serrão (1979) afirma que:

Logo o Mestre de Avis foi eleito regedor e defensor do reino. Tarefa urgente, pois aguardava-se a todo momento a invasão castelhana. Uma das maiores figuras da história portuguesa aparece então ao seu lado como chefe das suas forças: Nuno Álvares Pereira, filho de D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, antigo prior do Hospital e irmão de D. Pedro Álvares, novo prior. Fora escudeiro da rainha e, ainda jovem, casara com a viúva rica de Entre Douro e Minho, ali vivendo os últimos tempos do reinado de D. Fernando. [...] Afastando-se de seu irmão, que abraçara o partido adverso, D. Nuno partiu para Lisboa e veio a derrotar os castelhanos em várias batalhas, sendo condestável do Reino e o mais alto dignitário da corte portuguesa (p. 296).

Essa figura importante no reinado de D. João I é descrito por Fernão Lopes como aquele que foi grande e forte muro, e segundo braço da defesa do Reino. Nele resplandecia a tradição dos costumes dos antigos e grandes varões portugueses. A figura do Condestável da Batalha de Aljubarrota, tão bem descrito por Fernão Lopes, na narrativa histórica “*A Abóbada*” é símbolo de fiel e prestativo servidor.

Outro ponto interessante que Herculano insere na narrativa, dá-se quando D. João I retorna ao Mosteiro da Batalha para inaugurar a abóbada novamente erguida. Ao encaminhar-se para o mosteiro, D. João I se encontra com “um bom número de homens magros, pálidos, rotos e descalços” (HERCULANO, 1970. p.258), estes eram homens castelhanos cativos de pelejas. Nesta passagem da narrativa temos as consequências que estes homens sofriram, “ser metido em ferros era então ventura para o pobre prisioneiro; porque os mais deles morriam assassinados pelo povo desenfreado, em vingança dos maus tratos que em Castela padeciam cativos os portugueses” (HERCULANO, 1970, p. 259). Estes homens bradavam por misericórdia a D. João I, que por sua vez, comovido prometeu-lhes que os libertariam se a nova abóbada não desabasse, e assim aconteceu. Na *Crónica de El-Rei D. João*, Fernão Lopes acentua o enfoque dado neste ponto da narrativa de Herculano:

E, como quer que os Portugueses desde a antiguidade e por natureza sejam entre si caridosos, e da mesma maneira precedam com os estrangeiros, no

entanto, considerando os grandes males e muitas crueldades que tinham recebido dos Castelhanos, não podiam apostar com os seus corações que deles não tomassem redobrada vingança (1993. p.349).

A afiguração destes castelhanos por Herculano ressalta a visão descrita por Fernão Lopes, os textos ao se entrelaçarem demonstram o “mosaico de citações” levantado por Júlia Kristeva, onde o cruzamento entre textos trarão, possivelmente, o surgimento de outros textos, é a partir dessa consideração que Kristeva elabora o conceito de intertextualidade. A inserção destes elementos dentro do novo texto demonstra que o “texto literário é uma rede de conexões” (KRISTEVA, 2005, p. 99), há, portanto, uma rede dialógica da escritura e a leitura do autor, este lê, reinterpreta e reconstrói.

Nesse mesmo contexto apresenta-se tia Brites de Almeida, ela também assume um exemplo de patriotismo português. Essa personagem é reconhecida por D. João I na mesma ocasião anteriormente relatada. Brites representa a voz de outra figura participante na batalha de Aljubarrota, com sua “patriótica pá de forno” mandou sete castelhanos “de presente ao diabo”. Tia Brites de Almeida se coloca à disposição de D. João I para enfrentar novamente tais inimigos, no entanto D. João I em resposta enfatizou que “ a gente de nossa terra é cortês; el-Rei de Castela veio visitar-nos várias vezes: agora ando eu na demanda de lhe pagar com usura suas visitas”(HERCULANO, 1970, p. 26).

CONSIDERAÇÕES

Alexandre Herculano satura as narrativas – *Arras por foro de Espanha*, *O Castelo de Faria* e *A Abóbada* – de descrições e detalhes cuidadosos de espaços geográficos, monumentos históricos, e personagens, situados no cenário de formação da nação portuguesa. O autor reconta o passado no campo ficcional como mecanismo para a criação de valores nacionais portugueses em seu tempo, portanto, mescla história e ficção para tratar de assuntos da identidade individual e coletiva.

Para isso, Alexandre Herculano, encara a história como uma transcrição mimética de fatos ocorridos, e vê a ficção histórica como uma forma de produzi-la para divulgá-la. Este jogo entre ficção e seu referencial concreto da realidade estética, “estabelece-se unicamente em função do objetivo de resgatar a nacionalidade portuguesa” (VIANA, 1996, p. 163). Essa postura é coerente com a época vivenciada por Herculano. Nos oitocentos trazia-se o passado para o presente para servir-lhe de modelo. Vejamos:

No início do século XIX, Hegel dizia que o historiador deveria narrar a realidade, a despeito de sua circunstancialidade, acidentalidade e arbitrariedade, sem imprimir na forma sob a qual ela se lhe oferecesse a mínima modificação ou ocupação, e que caberia ao poeta, quando se ocupasse de assuntos históricos, fazer essas correções e modificações (VIANA, 1996, p. 163).

As narrativas que foram objetos de estudo em nossa dissertação trazem indivíduos perpetuados pela história portuguesa, e divulgados pelas narrativas históricas de Herculano, por seus atos de coragem e força, qualidades virtuosas que lhe deram *status* de heróis portugueses.

D. Dinis, em *Arras por foro de Espanha* – contrário ao casamento do rei D. Fernando e D. Leonor Teles – é apresentado como um dos mais aplicados em planejar contra tal união. Mesmo após a concretização deste matrimônio, continua firme em expor os riscos de tê-la como rainha de Portugal, o maior momento de sua coragem dá-se quando ele nega a ordem de D. Fernando para beijar a mão da nova rainha.

Nuno Gonçalves e Gonçalo Nunes em *O Castelo de Faria* – demonstram ousadia e persistência ao defender o castelo de Faria das mãos dos inimigos castelhanos – Nuno Gonçalves perde a vida nesta peleja, e serve de exemplo para que o filho lute para manter o castelo sob o domínio português, a morte do pai não o fez desistir de

lutar, ao contrário lutou ferozmente contra o inimigo, o que lhe resultou na derrota de Castela.

Mestre Afonso Domingos e Nun'Alvares em *A Abóbada*, o arquiteto do símbolo da vitória portuguesa contra Castela, e cavaleiro durante esta peleja, ao lado de Nun'Alvares são os heróis que exaltam Portugal durante o reinado de D. João I.

Ademais, é possível perceber que ao descrever cuidadosamente a beleza das paisagens naturais da península ibérica, Alexandre Herculano, além de situar o local de desenvolvimento da narrativa, enobrece o território português. “A elaboração da descrição do espaço geográfico sendo utilizado para a criação do sentimento de pertencimento é um artifício válido” (AZEVEDO, 2014, p. 85), e Alexandre Herculano emprega esse artifício no início das três narrativas que analisamos.

Igualmente, apresentam-se monumentos erguidos durante momentos memoráveis para os portugueses. As descrições desses monumentos trazem às narrativas elementos de saudosismo e glória: o Castelo de Faria – apenas um raro fragmento – é símbolo do passado de glória do qual “as relações dos historiadores foram mais duradouras que o mármore”(HERCULANO, 1970, p. 196); o Mosteiro de Santa Maria da Vitória representa a vitória portuguesa contra os castelhanos em Aljubarrota (1385).

Verificamos que os elementos utilizados por Alexandre Herculano para glorificar os feitos heroicos de sua nação, se destacam tendo em vista o propósito da narrativa histórica deste autor, que nos mostra, através de três momentos da história portuguesa, conflitos relacionados à proteção de interesses nacionais, culminando sempre na vitória portuguesa, apesar das condições desfavoráveis.

Concluindo, julgamos que, com o presente trabalho, contribuímos para futuros estudos das narrativas que compõem nossa proposta de edição anotada, que se configura na relevância de disponibilizar um instrumento, de forma didática, de narrativas vistas como matriz literária lusa durante o período romântico português.

3. PROPOSTA DE EDIÇÃO ANOTADA DAS NARRATIVAS ARRAS POR FORO DE ESPANHA, O CASTELO DE FARIA E A ABÓBADA

Além do estudo das narrativas *Arras por foro de Espanha, O Castelo de Faria e A Abóbada*, nossa dissertação traz uma proposta de edição anotada destas narrativas. Observamos dois aspectos pertinentes para a elaboração desta edição. Primeiro, a não existência de uma edição anotada destas narrativas, pensando a reflexão elucidada por Silva (2010, p 146), de que “dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois diferentes são os interesses”, esta colocação leva-nos ao segundo aspecto, o público alvo.

Nesta proposta de edição anotada, temos em vista o leitor escolar, o leitor universitário, até mesmo, o leitor leigo em geral. Por isso, pretendemos colocar ao alcance deste público uma edição com anotações que os auxiliem durante a leitura destas narrativas, ao terem um texto enriquecido com informações pertinentes que esclareçam e possibilitem uma melhor compreensão do mesmo.

3.1 Critérios de edição

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 138), uma edição anotada configura-se como uma edição “com acréscimos de notas explicativas, que podem ser do próprio autor ou da pessoa encarregada do preparo da edição ou, ainda, elaboradas por um especialista no assunto da obra”. A partir desse pressuposto, nosso trabalho incidiu sobre os seguintes aspectos:

I. Transcrição diplomática das narrativas:

Quanto à preparação da edição, constituiu-se na transcrição diplomática das narrativas históricas *Arras por foro de Espanha, O Castelo de Faria e A Abóbada*, para tanto adotamos a edição de *Obras Completas de Alexandre Herculano*, com prefácio e revisão por Vitorino Nemésio, publicada em 1970, pela Bertrand – Portugal.

Uma transcrição diplomática consiste na reprodução tipográfica de um documento original, completa e perfeita cópia do mesmo, conservando sua grafia, suas abreviações, todos os seus sinais e lacunas, inclusive os erros e as passagens estropiadas (Spina, 1977, p. 78).

Nesse enfoque, seguimos os seguintes critérios⁹ durante a transcrição diplomática:

- a) Acentuação conforme o original.
- b) Pontuação original mantida.
- c) Ortografia mantida na íntegra, não se efetuando nenhuma correção gramatical.

Após a transcrição das narrativas, procedeu-se a uma revisão na íntegra, observamos as seguintes questões¹⁰:

- Correção de possíveis erros durante a transcrição.
- Verificação da integralidade dos parágrafos, para evitar quebras errôneas ou junção de parágrafos.
- Verificação de itálicos em palavras e pontuação.
- Verificação ortográfica, observando possíveis alterações realizadas pelo corretor ortográfico.

● Encerrando as etapas acima, num segundo momento, todas as passagens e palavras do texto que consideramos que poderiam suscitar dúvidas foram anotadas. Então, designamos as seções que se seguem – com suas respectivas configurações para compor a edição anotada¹¹.

II. Índice Onomástico: “Índice com nomes de pessoas, locais e instituições”¹².

● Listaremos, em ordem alfabética, nome de personagens e locais, com a indicação das páginas que se encontram, desse modo, facilitará a consulta, permitindo a localização rápida do(s) nome(s) procurado(s).

III. Glossário: “Obra que explica o significado de vocábulos pouco comuns”¹³.

● Oferecemos possíveis definições das palavras antigas, não usuais, contidas nas narrativas.

IV. Notas de rodapé: “Notas explicativas relativas ao texto, as quais são colocadas no pé da página”¹⁴.

⁹ Elaboramos estes critérios a partir dos fundamentos teóricos de crítica textual, elaborados por Spina (1977), em *Introdução à edótica: crítica textual*.

¹⁰ Para a elaboração destes passos seguimos os procedimentos definidos por Quintas (apud Soares, 2013), em *O Romance da raposa: Uma edição anotada para crianças*.

¹¹ Idem.

¹² CUNHA, 2008, p.200. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*.

¹³ Idem p. 180.

¹⁴ Idem p. 261.

Seguimos os critérios, a saber:

- Quando necessário, mantemos as notas de Vitorino Nemésio (V.N) e do próprio autor, Alexandre Herculano (A.H), apresentadas no texto original.

- Nas passagens do texto de difícil interpretação – geralmente pela dificuldade dos vocábulos ou por estes se encontrarem em desuso – optámos por parafrasear a passagem, ao substituir no corpo da nota palavras(s) difíceis por palavra(s) de mais fácil compreensão;

- Explicamos expressões populares cujo sentido não fosse claro;

- Identificamos as intertextualidades mais evidentes, com vista a promover a leitura comparada com a tradição literária precedente e subsequente.

Pautamo-nos nestes critérios, tendo em vista a reflexão elucidada por Soares (2013, p. 34), a partir do momento que o leitor se sentasse a ler estas narrativas, “recorrendo diligentemente a um dicionário escolar para consultar as palavras que não conhecesse, precisaria ainda assim das anotações para esclarecer lemas que já não figuram nos dicionários correntes ou que, figurando, não fossem fáceis de entender à luz do texto”. Ressaltamos que não se anotaram palavras ou passagens repetidas, exceto se usados com significados diferentes, também, não anotamos vocábulos cujo significado fosse facilmente retirado do contexto.

Para efetuarmos as anotações e o glossário, utilizamos o *Dicionário da Idade Média* (1997), organizado por Henry R. Loyn, os dicionários *on-line*: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP), *Dicionário da Língua Portuguesa Porto Editora*, *Léxico: dicionário de português online* e a *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. E, sempre que necessário recorreremos aos autores apresentados durante o primeiro e o segundo capítulo desta dissertação.

ARRAS POR FORO DE ESPANHA

(1371-2)

I

A ARRAIA-MIÚDA

O sino das ave-marias ou da *oração* tinha dado na torre da Sé¹⁵ a última badalada, e pelas frestas e portas dessa multidão de casas que, apinhadas à roda do castelo e como enfeixadas e comprimidas pela apertada cinta das muralhas primitivas de Lisboa¹⁶, pareciam mal caberem nelas, viam-se fulgurar, aqui e acolá, as luzes interiores, enquanto as ruas, tortuosas e imundas, jaziam como baralhadas e confusas sob o manto das trevas. Era chegada a hora dos terrores; porque durante a noite, naqueles bons tempos, a estreita seda de bosque deserto não era mais triste, temerosa e arriscada do que a própria Rua Nova, a mais opulenta e formosa da capital. O que, porém, havia aí desacostumado e estranho eram o completo silêncio e a escuridão profunda em que jazia sepultado o Paço de a par S. Martinho¹⁷, onde então residia el-rei D. Fernando, ao mesmo tempo que pelos becos e encruzilhadas soava um tropear de passadas, um sussurro de vozes vagas, que indicavam terem sido agitadas as ondas populares pelo vento de Deus e que ainda esse mar revolto não tinha inteiramente caído na calma e sonolência que vem após a procela¹⁸.

E assim era, com efeito, como o leitor poderá averiguar por seus próprios olhos e ouvidos, se, manso, manso e disfarçado, quisesse entrar connosco na mui afamada e antiga taberna do velho Folco Taca¹⁹, que nos fica bem perto, logo ao sair da Sé, na rua que sobe para os Paços da Alcáçova²⁰, sete ou oito portas acima dos Paços do Concelho²¹.

¹⁵ *Sé de Lisboa*: Provavelmente, foi construída por D. Afonso Henriques, e recebeu reparos por Afonso IV, após os terremotos de 1337, 1344 e 1347; devidos a outros terremotos, no século XIV, houve novas obras por de D. Pedro e de D. Fernando. Nos séculos XVII e XVIII, ocorreram modificações, ao gosto renascentista. No início do século XIX, novas reformas resgataram a arquitetura primitiva, românico-gótica, ficando esta restauração, sob a responsabilidade de Augusto Freschini, em seguida, António do Couto. (Nota baseada pelas informações de Vitorino Nemésio, retiradas do texto original desta edição, daqui por diante receberá a sigla Por VN).

¹⁶ *Muralhas primitivas de Lisboa*: São as muralhas mouras, edificadas de fins do séc. X a fins do séc. XI. (Por VN)

¹⁷ *Paço de a par S. Martinho*: Nome recebido por ter uma passagem externa que o ligava à demolida Igreja de S. Martinho. Outrora, fora chamado Paço dos Infantes, por ter sido residência, no século XIV, dos infantes D. João e D. Dinis, filhos de Inês de Castro e D. Pedro I. Além disso, também servia de casa da moeda, tribunais e prisão, desde o reinado de D. João II, já então com a designação actual Limoeiro. (Por VN)

¹⁸ *Procela*: Refere-se à tormenta no mar, à tempestade, sendo por isso tomada como referência a agitação popular, confusão.

¹⁹ *Folco Taca*: Personagem imaginária. Num documento público firmado a 1 de Fevereiro de 1317, D. Dinis estabelecia que Manuel Pessanha e seus descendentes seriam obrigados a ter sob suas ordens, sempre prontos, vinte genoveses, peritos em navegação, pagando-lhes o rei enquanto estivessem ao seu

A taberna de misser Folco Taca, genovês que viera a Portugal ainda impúbere, como pajem de armas do famoso almirante Lançarote Pessanha, e que havia anos abandonara o serviço marítimo para se dar à mercancia, era a mais célebre entre todas as de Lisboa, não só pelo luxo do seu adereço, e bondade dos líquidos encerrados nas cubas monumentais que pejavam, mas também porque, em um aposento mais retirado e interior, uma vasta banca de pinho e muitos assentos rasos ou escabelos ofereciam todo o cómodo aos tavolageiros de profissão para perderem ou ganharem aí, em noites de jogo infrene, os belos alfonsins e maravedis de ouro ou as estimadas dobras de D. Pedro I²², o qual, ao contrário dos seus antecessores e sucessores, julgara ser mais rico e poderoso fazendo cunhar moeda de bom toque e peso, do que roubando-lhe o valor intrínseco e aumentando-lhe o costume de todos os reis no começo de seu reinar.

Misser Folco soubera estender grossas névoas sobre os olhos do carregador da Corte e de todos os saíões, algozes e mais família da nobre raça dos alguazis sobre a ilegalidade de semelhante estabelecimento industrial. O elixir que ele empregara para produzir essa maravilhosa cegueira não sabemos nós qual fosse; mas é certo que não se perdeu com a alquimia, porque se vê que ele existe em mãos abençoadas, produzindo, ainda hoje, repetidos milagres, em tudo análogos a este.

Era, pois, na taberna-tavolagem²³ da Porta do Ferro, conhecida vulgarmente por tal nome em consequência da vizinhança desta porta da antiga cerca, onde os ruídos vagos e incertos que sussurravam pelas ruas da cidade soavam mais alto e distintamente, como em sorvedouro marinhos as ondas²⁴, remoinhando e precipitando-se, estrepitam no centro da voragem com mais soturno e retumbante fragor²⁵. A vasta quadra da taberna estava apinhada de gente, que transbordava até o breve terreirinho da Sé, falando todos a um tempo, acesos, ao que parecia, em violentas disputas, que às vezes eram interrompidas pelo mais alto brado das pragas e blasfêmias, indício evidente

serviço e podendo o almirante empregá-los, fora disso, por conta própria, no comércio naval ou em outras empresas. (Por VN)

²⁰ *Paços de Alcáçova*: Antigo palácio Mouro, reformado por D. Dinis, passando a ser, a partir de então, residência real, até o tempo de D. Sebastião. Foi destruído pelo terremoto de 1755. As ruínas estão na área do Castelo de São Jorge. (Por VN)

²¹ Concelho: Refere-se ao grupo com privilégios senhoriais ligados ao rei, que dispõem de participação administrativa.

²² *Alfonsim, Maravedis e Dobras*: Eram Moedas. (Verifique no glossário).

²³ *Taberna-tavolagem*: Designa-se a casa de jogos.

²⁴ *Como sorvedouro marinhos as ondas*: “Como redemoinho no mar ou no rio, que leva para o fundo o que nele cai”.

²⁵ *Estrepitam no centro da voragem com mais soturno e retumbante fragor*: “Vibravam no centro do abismo infernal com mais assustador e forte estrondo”.

de que o sucesso que motivava aquela assuada²⁶ ou tumulto era negócio que excitava vivamente a cólera popular.

Já no fim do século décimo quarto era o povo, assim como hoje, colérico. Então cóleras de puerícia²⁷; hoje aborrecimentos da velhice.

Se na rua o burburinho era tempestuoso e confuso, dentro da casa de misser Folco a bulha podia chamar-se infernal. Para um dos lados, no meio de uma espessa mó²⁸ de populares, ouviam-se palavras ameaçadoras, sem que fosse possível receber contra qual ou quais indivíduos se acumulava tanta sanha. Para outra parte, dentre a vozear de uma cerrada pinha de mulheres, cuja vida de perdição se revela nos seus coromens de pano de Arrás²⁹, nos cintos escuros, nas camisas e véu desadornados e lisos, rompiam risadas discordes e esganiçadas nas quais se manifestam, profundamente impressos, o descaro e a insolência daquelas desgraçadas. Em cima dos bufetes viam-se pichéis e taças vazias, e debaixo de alguns deles corpos estirados, que simulariam cadáveres, se os assobios e roncões que, às vezes, sobressaíam através do ruído daquele respeitável congresso, não provassem que esses honrados cidadãos, suavemente embalados pelos vapores do vinho e do entusiasmo, tinham adormecido na paz duma boa consciência. Enfim, a composta e bem reputada taberna do antigo companheiro de glória de misser Lançarote estava visivelmente prostituída e livelada com as mais imundas e vis baiucas de Lisboa. O gigante popular tinha aí assentado a sua cúria feroz, e pela primeira vez o vício e a corrupção tinham transposto aqueles umbrais sem a sua máscara de modéstia e gravidade. Sobre os farrapos do povo não têm cabida os adornos de ouropel³⁰. É a única diferença moral que há entre ele e as classes superiores, que se creem melhores, porque no ginásio da civilização aprendem desde a infância as destrezas e os momos de compostura hipócrita. Provém,

O astro que parecia alumiar com a sua luz, aquecer com o seu calor aquele turbilhão de planetas; o centro moral à roda do qual giravam todos aqueles espíritos era um homem que dava mostras de ter bem quarenta anos, alto, magro, trigueiro, olhos encovados e cintilantes, cabelo negro e revoltado, barba grisalha e espessa. Encostado a um dos muitos bufetes que adornavam o amplo aposento e rodeado de uma vasta pinha

²⁶ Aquela assuada: “Aquele ajuntamento de gente em algazarra”. Etimologicamente, origina-se do árabe: *al-gazarâ*, eram os gritos de guerra que faziam os mouros no início de uma luta ou combate.

²⁷ *Puerícia*: Idade pueril, período da vida compreendido entre a infância e a adolescência.

²⁸ *Mó*: Equivale a “grande agrupamento de pessoas, multidão”.

²⁹ *Pano de Arrás*: Tecido ou bordado usado para decorar paredes, portas, galerias, etc.

³⁰ *Não têm cabida os adornos de ouropel*: “Não cabem aparência enganosa”. *Ouropel* é uma lâmina de latão, fina e polida, que imita o ouro e de longe tem seu brilho.

de populares de ambos os sexos que o escutavam em respeitoso silêncio, a sua voz forte e sonora sobressaía no ruído e só se confundia com alguma jura blasfema que se disparava do meio das outras pinhas do povo ou com as modulações das risadas que vibravam naquele ambiente denso e abafado, de certo modo semelhantes a clarão afogueado que sulcasse rapidamente as trevas húmidas e profundas da cripta³¹ subterrânea de alguma igreja do sexto século.

De repente, dois cavaleiros, cuja graduação se conhecia pelos barretes de veludo preto adornados de pluma ao lado, pelas calças de seda golpeadas e pelos cintos de pele de gamo lavrados de prata, entraram na taberna e, rompendo por entre o povo, que lhes alargava a passagem, chegaram ao pé do homem alto e trigueiro. Traziam os capeirotos puxados para a cara, de modo que nenhum dos circunstantes pôde conhecer quem eram. Bastantes desejos passaram por muitos daqueles cérebros violentos de o indagar; mas a mesma reflexão atou simultâneamente todas as mãos. Ao longo da coxa esquerda dos embuçados via-se reluzir a espada, e no lado direito e apertado no cinto, que a ponta erguida do capeirote deixava aparecer, descortinava-se o punhal. O passaporte para virem assim aforrados era digno de consideração, e ainda que entre a turba³² se achassem alguns homens de armas, principalmente besteiros, quase todos estavam desarmados. Tinha seus riscos, portanto, o pôr-lhe o *visto* popular.

Os dois desconhecidos falaram em segredo por alguns minutos ao homem alto e magro, que, de quando em quando, meneava a cabeça, fazendo um gesto de assentimento: depois romperam por entre a turba, que os examinava com uma espécie de receio misturado de respeito, e foram assentar-se em dois escabelos enfileirados ao correr da parede. Encostados os cotovelos em um bufete, com as cabeças apertadas entre os punhos, ficaram imóveis e como alheios ao sussurro que começava a alevantar-se de novo à roda deles.

Este durou breves instantes; um *psiu* do homem alto e magro fez voltar a todos os olhos para aquela banda. Subindo a um escabelo, ele deu sinal com a mão de que pretendia falar.

– Ouvide, ouvide! – Bradaram alguns que pareciam os maiorais daquela multidão desordenada.

³¹ *Cripta*: É uma construção subterrânea, geralmente feita de pedras ou escavada no subsolo. Etimologicamente provém do grego, *krypte*, e do latim, *crypta*. Estas construções geralmente localizam-se na parte inferior de Igrejas e Catedrais, sendo um espaço, no qual, pessoas importantes ou relíquias são enterradas.

³² *Turba*: Multidão desordenada, geralmente com a intenção de fazer justiça com as próprias mãos.

Todos os pescoços se alongaram a um tempo, e viram-se muitas mãos calosas erguerem-se encurvadas e formarem em volta das orelhas de seus donos uma espécie de anel acústico. O orador principiou:

– Arraia-miúda³³! Tendes vós já elegido, entre vós outros, cidadãos bem-falantes e avisados para propor vossos embargos e razoados contra este maldito e descomunal casamento de el-rei com a mulher de João Lourenço da Cunha?

– Todos à uma entendemos que deveis ser vós, mestre Fernão Vasques – respondeu um velho, cuja calva polida reverberava os raios de uma das lâmpadas pendentes do tecto, e que parecia ser homens de conta entre os populares. – Quem há aí entre a arraia-miúda mais discreto e aposto para tais autos que vós? Quem com mais urgentes razões proporia nosso agravo e a desonra e vilta de el-rei, do que vós o fizestes hoje na mostra que demos ao paço esta tarde?

– Alcácer, alcácer! Por nosso capitão Fernão Vasques – bradou uníssona a chusma³⁴.

– Fico-vos obrigado, mestre Bartolomeu Chambão! – replicou Fernão Vasques, sossegado o tumulto. – Pelo razoado de hoje terei em paga a força, se a adúltera chega a ser rainha; pelo de manhã terei as mãos decepadas em vida, se el-rei com suas palavras mansas e enganosas souber apaziguar o povo. E tende vós por averiguado, mestre Bartolomeu, que o carrasco sabe apertar melhor o nó da corda na garganta que eu o ponto em peitilho de saio ou em costura de redondel ou pelote, e que o cutelo do algoz entra mais rijo no gasnate de um cristão que a vossa enxó numa aduela de pipa!

– Nanja enquanto na minha aljava houver armazém, e a garrucha da bésta me não estoírar – exclamou um bêteiro do conto, cambaleando e erguendo-se debaixo de um bufete, para onde o haviam derribado certas perturbações de entusiasmo político.

– *Amen, dico vobis*³⁵! – gritou um beguino, cujas faces vermelhas e voz de Estentor³⁶ brigavam com o hábito de grosseiro burel e com as desconformes camândulas que lhe pendiam da cinta.

– Olé, Frei Roi Zambrana, fala linguagem cristenga³⁷, se queres vir nesse bordo por nossa esteira – bradou um petintal de Alfama que, segundo parecia, capitaneava um

³³ *Arraia-miúda*: Refere-se ao povo, grupo de pessoas que fazem parte daquela que é considerada a camada mais baixa da sociedade. De acordo com a *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, o nome *arraia-miúda* surge como nomeação ao grupo popular, distinguindo-se dos nobres, que juntos participaram da revolta a favor do Mestre de Avis.

³⁴ *Bradou uníssona a chusma*: Gritaram unânime a multidão.

³⁵ *Amen, dico vobis*: “Em verdade vos digo”, em latim.

³⁶ *Estentor*: Do grego *Sténtor*, pelo latim *Stentōre*-, herói da Ilíada, cuja voz era muito forte.

grande troço de pescadores, barqueiros e galeotes daquele bairro, então quase exclusivamente povoado de semelhante gente.

– Digo por linguagem – acudiu o beguino – que ninguém como mestre Fernão Vasques é homem de cordura e sages³⁸ para amanhã falar a el-rei aguisadamente sobre o feito do casamento de Leonor Teles, do mesmo modo que ninguém leva vantagem ao petintal Airas Gil em ousadia para fugir às galés de Castela e para doestar os bons servos da Igreja.

Era alusão pessoal. Uma risada ruidosa e longa correspondeu à mordente desforra de Frei Roi, que abaixou os olhos com certo modo hipòcritamente contrito, semelhante ao gato que, depois de dar a unhada, vem roçar-se mansamente pela mão que ensangentou.

Frei Roi era também, como Airas Gil, um ídolo popular, e a má vontade que parecia haver entre o beguino e o petintal nascera da emulação; de uma dívida cruel sobre a altura relativa do trono de encruzilhada, do trono de lama e farrapos em que cada um deles se assentava.

Se, pois, aquela multidão não estivesse persuadida da superioridade intelectual do alfaiate Fernão Vasques, a opinião desses dois oráculos lhe não teria deixado a menor dúvida sobre isso. Todavia, nas palavras de ambos havia um pensamento de ódio que nascera num dia, e num dia lançara profundas raízes nos corações de ambos. O marinheiro e o eremita tinham pensado ao mesmo tempo que, lisonjeando esse homem mimoso de vulgo, tirariam juntamente dois resultados, o de ganharem mais critério entre este e o de aplanarem a estrada da força ao novo rei das turbas, erguido, havia poucas horas, sobre os broquéis populares.

Mas que auto era esse de que o povo falava? Sabê-lo-emos remontando um pouco mais alto.

O amor cego do el-rei D. Fernando pela mulher de João Lourenço da Cunha, D. Leonor Teles, havia muito que era o pasto saboroso da maledicência do povo, dos cálculos dos políticos e dos enredos dos fidalgos. Ligada por parentesco com muitos dos principais cavaleiros de Portugal, D. Leonor, ambiciosa, dissimulada e corrompida, tinha empregado todas as artes do seu engenho pronto e agudo em formar entre a nobreza uma parcialidade que lhe fosse favorável. Quanto a el-rei, a paixão violenta em

³⁷ *Linguagem cristenga*: Linguagem cristã.

³⁸ *Homem de cordura e sages*: Homem prudente, aquele que alia a virtude à sabedoria; aquele cujos juízos e cujo comportamento são inspirados e governados pela retidão de espírito, pelo bom senso.

que este ardor lhe assegurava a ela o completo domínio no seu coração. Mas as miras daquela mulher, cuja alma era um abismo de cobiça, de desenfreamento, de altivez e de ousadia, batiam mais alto do que na triste vanglória de ver a seus pés um rei bom, generoso e gentil. Através do amor de D. Fernando ela só enxergava o refulgir da coroa, e o homem sumia-se nesse esplendor. O nome de rainha misturava-se em seus sonhos; era o significado de todas as suas palavras de ternura, o resumo de todas as suas carícias, a ideia primordial de todas as suas ideias. Leonor Teles não amava el-rei, como o provou o tempo; mas D. Fernando cria no amor dela; e este príncipe, que seria um dos melhores monarcas portugueses, e que a muitos respeitos o foi, deixou na história, quase sempre superficial, um nome desonrado, por ter escrito esse nome na horrível crônica da nossa Lucrecia Bórgia. Uma dificuldade, quase insuperável para outra que não fosse D. Leonor, se interpunha entre ela e os seus ambiciosos desígnios. Era casada! Um processo de divórcio por parentesco, julgado por juizes affectos a D. Leonor ou que sabiam até onde alcançava a sua vingança, a livrou desse tropeço. Seu marido, João Lourenço da Cunha, aterrado, fugiu para Castela, e D. Fernando, casado, segundo se dizia, a ocultava com ela, muito antes da época em que começa esta narrativa, viu enfim satisfeito o seu amor insensato.

Aqueles dentre os nobres que ainda conservavam puras as tradições severas dos antigos tempos indignavam-se pelo opróbrio da Coroa e pelas consequências que devia ter o repúdio da infanta de Castela, cujo casamento com el-rei, ajustado e jurado, este desfizera com a leveza que se nota como defeito principal no caráter de D. Fernando³⁹. Entre os que altamente desaprovavam tais amores, o infante D. Dinis, o mais moço dos filhos de D. Inês de Castro, e o velho Diogo Lopes Pacheco eram, segundo parece, os cabeças da parcialidade contrária a D. Leonor: aquele pela altivez do seu ânimo; este por gratidão a D. Henrique de Castela, em quem achara amparo e abrigo no tempo dos seus infortúnios, e que o salvara da triste sorte de Álvaro Gonçalves Coutinho e de Pedro Coelho, seus companheiros no patriótico crime da morte de D. Inês.

O casamento de el-rei, ou verdadeiro ou falso, era ainda um rumor vago, uma suspeita. Os nobres, porém, que o desaprovavam souberam transmitir ao povo os próprios temores, e a agitação dos ânimos crescia à medida que os amores de el-rei se

³⁹ D. Fernando, ao se aliar ao rei D. Pedro IV de Aragão, propõe-lhe casamento com sua filha D. Leonor, o acordo é desfeito, após D. Fernando prometer casamento a D. Leonor, filha do rei D. Afonso II, de Castela, no entanto, após enamorar-se por D. Leonor Teles, o rei português quebra novamente a aliança política, como fizera ao rei de Aragão. A atitude do monarca trouxe conflitos que resultou na desordem social, devido o descontentamento do povo, e na insatisfação dos diplomatas do reino.

tornavam mais públicos. D. Fernando tinha já revelado aos seus conselheiros a resolução que tomara, e estes, posto que a princípio lhe falassem com a liberdade que então se usava nos paços dos reis, vendo as suas diligências baldadas⁴⁰, contentaram-se de condenar com o silêncio essa mal-aventurada resolução. O povo, porém, não se contentou com isso.

Conforme as ideias daquele tempo, além das considerações políticas, semelhante consórcio era monstruoso aos olhos do vulgo, por um motivo de religião, o qual ainda de maior peso seria hoje, como o será em todos os tempos em que a moral social for mais respeitada do que o era naquela época. Tal consórcio constituía um verdadeiro adultério, e os filhos que dele procedessem mal poderiam ser considerados como infantes de Portugal e, por consequência, como fiadores da sucessão da Coroa.

A irritação dos ânimos, assoprada pela nobreza, tinha chegado ao seu auge, e a cólera popular rebentara violenta na tarde que precedeu a noite em que começa esta história.

Três mil homens se tinham dirigido tumultuariamente às portas do paço, dando apenas tempo a que as cerrassem. A vozeria e o estrépito que fazia aquela multidão desordenada assustou el-rei, que por um seu privado mandou perguntar o que *lhes prazia* e para que estavam assim reunidos. Então o alfaiate Fernão Vasques, *capitão e procurador por eles*, como lhe chama Fernão Lopes, afeou⁴¹ em termos violentos as intenções de el-rei, liberalizando a D. Leonor os títulos de má mulher e feiticeira e asseverando que o povo nunca havia de consentir em seu casamento adúltero. A arenga rude e veemente do alfaiate orador, acompanhada e vitorizada de gritas insolentes e ameaçadoras do tropel que o seguiu, moveu el-rei a responder com agradecimento às injúrias, e a afirmar que nem D. Leonor era sua mulher, nem o seria nunca, prometendo ir na manhã seguinte aclarar com eles este negócio no Mosteiro de S. Domingos, para onde os emprazava. Com tais promessas, pouco a pouco se aquietou o motim, e ao cair da noite o terreiro de a par S. Martinho estava em completo silêncio. Como se, na solidão, el-rei quisesse consultar consigo o que havia de dizer ao seu bom e fiel povo de Lisboa, as vidraças coradas das esguias janelas dos paços reais, que vertiam quase todas as noites o ruído e o esplendor dos saraus, cerradas nesta hora e caladas como sepulcro, contrastavam com o reluzir dos fochos, com o estrépito das ruas, com o rir das mulheres perdidas e dos homens embriagados, com o perpassar contínuo dos magotes e pinhas de

⁴⁰ *Vendo as suas diligências baldadas*: Vendo seus esforços serem inúteis, sem surtir efeito algum.

⁴¹ *Afeou*: Tornou feio; corrompeu com exageros pessimistas.

gente que se encontravam, uniam, separaram, retrocediam, vacilavam, ficavam imóveis, aglomeravam-se para se desfazer, desfaziam-se para se aglomerar de novo, sem vontade e sem constrangimento, sem motivo e sem objecto, vulto inerte, movido ao acaso, como as vagas dor mar, tempestuoso e irreflectido como elas. Feroz na sua cólera razoada, ferocíssimo no seu rir insensato, o vulgo passava, rei de um dia. Esse ruído, essa vertigem que o agitava era o seu baile, a sua festa de triunfo; e as estrelas da serena noite de Agosto, semelhantes a lâmpadas pendentes de abóbada profunda, alumiam o sarau popular, as salas do seu folguedo, a praça e a encruzilhada. Era conjuntamente truanesco⁴² e terrível.

Na taberna de misse Folco (onde deixámos as personagens principais desta história, para inserir, talvez fora de lugar, o prólogo ou a introdução a ela) as aclamações frenéticas dos populares tinham tornado indubitável que o *propoedor*⁴³ para o ajuntamento do dia seguinte devia ser o mui avisado e sages mestre Fernão Vasques. Frei Roi era de todos os circunstantes o que mais parecia ter a peito esta escolha, e o petintal Airas Gil ajudava-o poderosamente com o ruído dos amplos pulmões dos galeotes de Alfama, contraídos como em voga arrancada, vitoriando seu capitão. O alfaiate não pôde resistir, nem, porventura, tinha vontade disso, a tanta popularidade e, em pé sobre o escabelo, com a cabeça levemente inclinada para o peito, numa postura entre de resignação e de bem-aventurança, tremulava-lhe nos lábios semiabertos um sorriso que revelava uma parte dos mistérios do seu coração. Enfim, quando a grita começou a asserenar⁴⁴, Fernão Vasques ergueu a cabeça e com aspecto grave deu sinal de que ainda pretendia falar.

Fez-se de novo silêncio.

– Seja, pois, como quereis – disse o alfaiate –; mas vede o grão risco a que me ponho por vós outros. Falarei a el-rei com liberdade portuguesa; proporei vosso agravo e a desonra e feio pecado de sua real senhoria: mas é necessário que vós todos quantos aí sois estejais de alcateia e ao romper de alva no alpendre de S. Domingos. Dizem que a adúltera é mulher de grande coração e ousados pensamentos; em Lisboa estão muitos cavaleiros seus parentes e parciais. Bèsteiros deste concelho, que não vos esqueçam em casa vossa bestas e aljavas! Peoda de Lisboa, levai vossas ascumas! Os trons e engenhos do castelo – acrescentou o alfaiate em voz mais baixa e hesitando – não vos

⁴² *Truanesco*: Divertido.

⁴³ *Propoedor*: Aquele que propõe; proponente.

⁴⁴ *Asserenar*: Acalmar; tornar sereno.

apoquentarão, ainda que el-rei o quisesse, porque o alcaide-mor João Lourenço Bubal não é dos afeiçoados a D. Leonor Teles. Santa Maria e Sant'Iago sejam convosco! Alcácer, alcácer pela arraiá-miúda! A repousar, amigos!

– Alcácer, alcácer! – respondeu a turbamulta.

– Morra a comborça! – gritou Airas Gil com voz de trovão.

– Morra a comborça! – repetiram os galeotes e as virtuosas matronas dos coromens de Arrás e cintos pretos que assistiam àquele conclave.

– Olha, Airas, que S. Martinho fica perto, e contam que D. Leonor tem ouvido subtil – disse Frei Roi ao petintal com sorriso diabólico.

– Dor de levadigas⁴⁵ te consumam, echacorvos! – replicou o petintal. – Quando eu quero que me ouçam é que falo alto. Alcácer por sua senhoria o bom rei D. Fernando! Deus o livre de Castela e de feitiços!

O petintal emendava a mão como podia. E entre morras e alcáceres; entre risadas e pragas; entre ameaças vãs e insultos inúteis, aquela vaga de povo contida na taberna de misser Folco espalhou-se pelas ruas, derivou pelas quilhas, vielas e becos, e embebeu-se pelas casinhas e choupanas que nessa época jaziam, não raro, deitadas juntos às raízes dos palácios na velha e opulenta Lisboa.

Com os braços cruzados, o alfaiate contemplava aquela multidão, que diminuía rapidamente, e cujo sussurro, alongando-se, era comparável ao gemido do tufão que passa de noite pelas sarças da campina. Ainda ele tinha os olhos fitos no portal por onde saíra o vulto indelneável chamado povo, e já ninguém aí estava, salvos os dois cavaleiros, que se tinham conservados imóveis na mesma postura que haviam tomado, e Frei Roi, que se estirara sobre um dos bufetes e já roncava e assobiava, como em sono profundo.

Os dois cavaleiros ergueram-se e descobriram os rostos: a um ainda a barba de homem não punhia nas faces; o outro, na alvura das melenas brancas, que trazia caídas sobre os ombros à moda de Castela, e no rosto sulcado de rugas certificava ser já bem larga a história da sua peregrinação na Terra.

O mancebo olhou para Fernão Vasques, que parecia absorto⁴⁶, e depois para o velho, com gesto de impaciência. Este olhou também para ele e sorriu-se. Depois, o ancião chamou o alfaiate em voz baixa, mas perceptível.

⁴⁵ *Dor de levadigas*: Dor aguda ou pontada, que aparecia debaixo do braço ou junto da virilha e precedia ou acompanhava tumor, inchaço, nos casos da peste negra do século XIV.

Este, como se caísse em terra da altura dos seus pensamentos, estremeceu e, saltando do escabelo, onde ainda se conservava em pé, encaminhou-se rapidamente para os dois cavaleiros.

– Senhor infante, que vossa mercê me perdoe e o senhor Diogo Lopes Pacheco! À fé que, no meio deste arruído, quase me esquecera de que éreis aqui. Estais desenganados por vossos olhos de que posso responder pelo povo, e de que amanhã não faltarão em S. Domingos?

– Na verdade – respondeu o mancebo – que tu governas mais nele que meu irmão, com ser rei! Veremos se amanhã te obedecem, como te obedeceram hoje.

– És um notável capitão – acrescentou Diogo Lopes, rindo e batendo no ombro do alfaiate. – Se fosses capaz de reger assim em hoste uma bandeira de homens de armas, merecerias a alcaidaria de um castelo.

–Que só entregaria, no alto e no baixo, irado e pagado, de noite ou de dia, àquele que de mim tivesse preito e menagem.

– Bem dito! – interrompeu o velho Pacheco, no mesmo tom em que começara. – Se ta negarem, não será por não trazeres já bem estudadas as palavras do preito. Tem a certeza de que hás-de ir longe, Fernão Vasques; muito longe! Assim eu a tivera de que não me será preciso coser à ponta de punhal a boca de quem ousar dizer que o infante D. Dinis e Diogo Lopes Pacheco cruzaram esta noite a porta da taberna do genovês Folco Taca.

Quando essas últimas palavras, proferidas lentamente, saíram dos lábios do que as proferia, os roncões e assobios do beguino que dormia foram mais rápidos e trêmulos.

– Quem é aquele echacorvos? – prosseguiu Diogo Lopes, apontando para Frei Roi, com gesto de desconfiança.

– É um dos nossos – respondeu o alfaiate –, um dos que mais têm encarniçado a arraia-miúda contra a feiticeira adúltera. Na assuada desta tarde foi dos que mais gritaram defronte dos Paços de El-Rei. Por este respondo eu. Não tereis, senhor Diogo Lopes, de lhe coser a boca à ponta de vosso punhal.

– Responde por ti, honrado capitão da arraia-miúda – replicou o velho cortesão. – Quem me responde por ele é o seu dormir profundo; quem me responderia por ele, se, acordando, nos visse aqui, seria este ferro que trago na cinta. Agora o que importa. Enquanto amanhã el-rei se demorar em S. Domingos, um troço de arraia-miúda e

⁴⁶ *Parecia absorto*: Parecia concentrado em seus próprios pensamentos; compenetrado durante a realização de algo; pensativo, preocupado, extasiado.

besteiros há-de acontecer o paço, e, ou do terreiro ou rompendo pelos aposentos interiores, é necessário que uma pedra perdida, um tiro de bésta disparado por engano, uma ascuma brandida em algum corredor escuro nos assegure que el-rei não pode deixar de atender às súplicas dos seus leais vassallos e dos cidadãos de Lisboa.

–Morta! – exclamou o infante, com um gesto de horror. – Não, não, Diogo Lopes; não ensanguenteis os paços de meu irmão, como...

–Como ensanguentei os Paços de Santa Clara – atalhou Pacheco –, disse-o francamente; porque nem remorsos me ficaram cá dentro. Senhor infante, vós esquecestes-vos disso, porque eu posso e valho com el-rei de Castela! Senhor infante, a ambição tem que saltar muitas vezes por cima dos vestígios de sangue! Vós passastes avante e não vistes os do sangue de vossa mãe! Porque hesitareis, ao galgar os do sangue de Leonor Teles? Senhor infante, quem sobe por sendas íngremes e por despenhadeiros tem a certeza de precipitar-se no fojo, se covardemente recua.

D. Dinis tinha-se tornado pálido como cera. Não respondeu nada; mas dos olhos rebentaram-lhe duas lágrimas.

Fernão Vasques escutou a prelação política do velho matador de D. Inês de Castro com religiosa atenção. E resolveu lá consigo não se deixar cair no fojo.

– Far-se-á como apontais – disse ele, falando com Diogo Lopes –; mas, se os homens de armas e besteiros de João Lourenço Bubal descerem do castelo. . .

– Não te disse, ainda há pouco, que João Lourenço ficaria quedo no meio da revolta? Podes estar sossegado, que não te certifiquei disso para animares o povo. É a realidade. Agora trata de dispor as cousas para que não seja um dia inútil o dia de amanhã.

Pegando então na mão do infante, o feroz Pacheco saiu da taberna e tomou com ele o caminho da Alcáçova. Fernão Vasques ficou um pouco cismando: depois saiu, dirigindo-se para a Porta do Ferro e repetindo em voz baixa:

–Não me precipitarei no fojo!

Passados alguns instantes de silêncio, Frei Roi alevantou devagarinho a cabeça, assentou-se no bufete e pôs-se a escutar; depois saltou para o chão, apagou a lâmpada que ardia no meio da casa, abandonada por Folco Taca, logo que o povo tumultuariamente a inundara, chegou à porta, escutou de novo alguns momentos, manso e manso encaminhou-se para a torre da Sé da banda norte e, como um fantasma, desapareceu cosido com a negra e alta muralha da catedral.

II

O BEGUINO

Quem hoje passa pela cadeia da cidade de Lisboa, edifício imundo, miserável, insalubre, que por si só bastara a servir de castigo a grandes crimes⁴⁷, ainda vê na extremidade dele umas ruínas, uns entulhos amontoados, que separa da rua uma parede de pouca altura, onde se abre uma janela gótica. Esta parede e esta janela são tudo o que resta dos antigos Paços de a par S. Martinho, igreja que também já desapareceu, sem deixar, sequer, por memória um pano de muro, uma fresta de outro tempo. O Limoeiro é um dos monumentos de Lisboa sobre que revoam mais tradições de remotas eras. nenhuns paços dos nossos reis da primeira e da segunda dinastia foram mais vezes habitados por eles. Conhecidos sucessivamente pelos nomes de *Paços de El-Rei*, *Paços dos Infantes*, *Paços da Moeda*, *Paços do Limoeiro*, a sua história vai sumir-se nas trevas dos tempos. São da era mourisca? Fundaram-nos os primeiros reis portugueses? Ignoramo-lo. E que muito, se a origem de Santa Maria Maior, da venerada catedral de Lisboa, é um mistério! Se, transfigurada pelos terremotos, pelos incêndios e pelos cónegos, nem no seu arquivo queimado, nem nas suas rugas caiadas e douradas pode achar a certidão do seu nascimento e dos anos da sua vida! Como as igrejas, as ruínas da monarquia dormem em silêncio à roda de nós, e, envolto nos seus eternos farrapos, o povo vive eterno em cima ou ao lado delas, e nem sequer indaga jazem aí!

Na memorável noite em que se passaram os sucessos narrados no capítulo antecedente, essa janela dos Paços de El-Rei era a única aberta em todo o vasto edifício, mas calada e escura, como todas as outras. Só, de quando em quando, quem para lá olhasse atento do meio do terreiro enxergaria o que quer que fosse, alvacento, que ora se chegava à janela, ora se retraía. Mas o silêncio que reinava naqueles sítios não era interrompido pelo menor ruído. De repente, um vulto chegou debaixo da janela e bateu devagarinho as palmas: a figura alvacentu chegou à janela, debruçou-se, disse algumas palavras em voz baixa, retirou-se, tornou a voltar e pendurou uma escada de corda que segurou por dentro. O vulto que chegara subiu rapidamente, e ambos desapareceram através dos corredores e aposentos do paço.

⁴⁷ Isto era escrito em 1844. (Nota do autor)

Em um destes últimos, alumiado por tochas seguras por longos braços de ferro chumbados nas paredes, passeava um homem de meia-idade e gentil presença. Os seus passos eram rápidos e incertos, e o seu aspecto carregado. De quando em quando, parava e escutava a uma porta, cujo reposteiro se maneava levemente; depois, continuava a passear, parando, às vezes, com braços cruzados e como entregue a cogitações dolorosas.

Por fim, o reposteiro ondeou de alto a baixo e franziu-se no meio; mão alva de mulher o segurava. Esta entrou, e após ela um homem alto e robusto, vestido de burel e cingido de cinto de esparto, donde pendiam umas grossas camândulas. A dama atravessou vagorosamente a sala e foi sentar-se em um estrado de altura de palmo, que corria ao longo de uma das paredes do aposento. O homem que passeava assentou-se, também, no único escabelo que ali havia. Frei Roi, que o leitor já terá conhecido, ficou ao pé da porta por onde entrara, com a cabeça baixa e em postura abeatada⁴⁸.

– Aproxima-te, beguino! – disse com voz trémula el-rei; porque era el-rei D. Fernando o homem que se assentara.

Frei Roi deu uns poucos de passos para adiante.

– Que há de novo? – perguntou el-rei.

– O povo cada vez está mais alvorotado e jura falar rijamente amanhã a vossa senhoria. Mas essa não é a pior nova que eu trago!

– Fala, fala, beguino! – acudiu el-rei, estendendo a mão convulsa para o echacorvos.

– É que amanhã, enquanto vossa senhoria estiver em S. Domingos, o paço será acometido. Pretendem matar. . .

– Mentos, beguino! – gritou a dama, erguendo-se do estrado de um salto, semelhante a tigre descoberto pelos caçadores nos matagais da Ásia. – Mentos! Podem não me querer rainha: mas assassinar-me! Isso é impossível. Amo muito o povo de Lisboa: tenho-lhe feito as mercês que posso; não me há de odiar assim de morte. Os fidalgos podem persuadi-lo a opor-se ao nosso casamento; mas nunca a pôr mãos violentas na pobre Leonor Teles.

– Prouvera a Deus que eu mentisse hoje! Seria a primeira vez na minha vida – replicou o echacorvos, com ar contrito. – Mas ouvi com meus ouvidos a ordem para o feito e a promessa da execução, haverá três credos, na taberna de Folco Taca.

⁴⁸ *Postura abeatada*: Postura de devoção.

– Miseráveis! – bradou, erguendo-se também, el-rei, a quem o risco da sua amante restituíra por um momento a energia. – Miseráveis! Querem sobre a cerviz o jugo de ferro de meu pai⁴⁹? Tê-lo-ão. Quem ousa ordenar tal cousa?

– Diogo Lopes Pacheco, do vosso concelho, o disse ao alfaiate Fernão Vasques, o coudel dos revoltosos, e vosso irmão D. Dinis estava, também, com eles – respondeu Frei Roi.

O beguino era o espia mais sincero e imperturbável de todo o mundo.

– Velho assassino! – exclamou D. Fernando.

– Cobriste de luto eterno o coração do pai: queres cobrir o do filho. E tu, Dinis, que eu amei tanto, também entre os meus inimigos! Leonor, que faremos para te salvar?! Aconselha-me tu, que eu quase enlouqueci!

O pobre e irresoluto monarca cobriu o rosto com as mãos, arquejando violentamente. D. Leonor, cujos olhos centelhados, cujos lábios esbranquiçados revelavam mais ódios que terror, lançou-lhe um olhar de desprezo e, em tom de mofa⁵⁰, respondeu:

– Sim, senhor rei, na falta de vossos leais conselheiros, posso eu, triste mulher, dar-vos um bom conselho. Acordai vossos pajens, que vão pregar um pôster à porta destes paços e mandai-me amarrar a ele, para que o vosso povo de Lisboa possa despedaçar-me tranquilamente amanhã, sem profanar os vossos aposentos reais. Será mais uma grande mercê que lhe fareis em recompensa do seu amor à vossa pessoa, da sua obediência aos vossos mandados.

– Leonor, Leonor, não me fales assim, que, me matas! – gritou D. Fernando, deitando-se aos pés de D. Leonor e abraçando-a pelos joelhos, com um choro convulso. – Que te fiz eu para me tratares tão cruelmente?

–D. Fernando, lembra-te bem do que te vou dizer! O povo ou se rege com a espada do cavaleiro, ou ele vem colocar a ascuma do peão sobre o trono real. Quem não sabe brandir o ferro cede; deixa-o reinar.

– Tens razão, Leonor! – disse D. Fernando, enxugando as lágrimas e alçando a fronte nobre e formosa, onde se pintava a indignação. – Serei filho de D. Pedro o cruel; serei sucessor de meu pai. Eu mesmo vou ao alcáçar examinar os engenhos mais

⁴⁹ D. Fernando se refere a D. Pedro I, rei de Portugal (1320-1367). Historicamente, D. Pedro I é apresentado como um rei de temperamento inquieto, cuidadoso nas leis, um homem que se dedicava à montaria e viagens, mas jamais se descuidava da administração do reino, protetor dos povos, infligia sofrimento aos inimigos, sendo chamado de “*O Cruel*”. Governou como um monarca legislador e justo, recebendo o apelido de “*Justiceiro*”.

⁵⁰ *Tom de mofa*: Tom de escárnio; zombaria.

valentes que cubram o terreiro de S. Martinho de pedras, de virotões e de cadáveres: os montantes e as béstas dos homens de armas e bêteiros do meu alcaide-mor de Lisboa farão o resto. João Lourenço Bubal será fiel a seu rei. Se necessário for, com minhas próprias mãos ajudarei a pôr fogo à cidade, para que nem um revoltoso escape. Adeus, Leonor: conta que serás vingada.

D. Fernando voltou-se rápido para a porta do aposento. Frei Roi estava imóvel diante dele.

– João Lourenço Bubal – disse o espia, sem mudar de tom nem de gesto – é dos revoltosos. Ouvi-o da boca do próprio Diogo Lopes, que o certificou a Fernão Vasques. Os trons do alcácer estão desaparelhados⁵¹, e a maior parte dos homens de armas e bêteiros do alcaide-mor eram na taberna de Folco Taca os mais furiosos contra a que eles chamam...

– Cala-te, beguino! – gritou el-rei, empurrando-o com força e procurando tapar-lhe a boca.

O echacorvos parou onde o impulso recebido o deixou parar e ficou outra vez imóvel diante de D. Fernando, a quem este último golpe lançava de novo na sua habitual perplexidade.

– ... a adúltera – prosseguiu Frei Roi acabando a frase, porque ainda a devia, e era escrupuloso e pontual no desempenho do seu ministério.

–Beguino! – atalhou D. Leonor, com voz trémula de raiva – melhor fora que nunca essa palavra te houvesse passado pela boca; porque, talvez, um dia ela seja fatal para os que a tivessem proferido.

– Mas que faremos? – murmurou el-rei com gesto de indizível agonia.

– Havia ainda há pouco três expedientes – respondeu D. Leonor, recobrando aparente serenidade –: combater, ceder, fugir. O primeiro é já impossível; o segundo!... Porque não o aceitas, Fernando? Prestes estou para tudo. Não me verás mais, ainda que, longe de ti, por certo estalarei de dor. Cede à força: os teus vassalos o querem; qué-lo o teu povo. Esquece-te para sempre de mim!

– Esquecer-me de ti? Não te ver mais? Nunca! Obedecer à força? Quem há aí que ouse dizer ao rei de Portugal: «Rei de Portugal, obedece à força»? Os peões de Lisboa?! Porque sou manso na paz, não crêem que a minha espada no campo da batalha

⁵¹ *Os trons do alcácer estão desaparelhados*: As peças de artilharia do castelo estão desarmadas.

corde arneses⁵², como a do melhor cavaleiro? Bons escudeiros e homens de armas da minha hoste, por onde andais derramados? Dormis por vossas honras e solares? O povo vos acordará, como me acordou a mim; bramirá, como os lobos da serra, ao redor de vossas moradas; saltar-vos-á no meio de vossos banquetes, por entre o ruído de vossos folgares. No ardor de vossos amores, dir-vos-á: « Desamai!» Ele ousa já dizê-lo a seu rei e senhor... Oh desgraçado de mim, desgraçado de mim!

– Não quereis, pois, deixar-me entregue à minha estrela? – disse D. Leonor, com voz entre de choro e de ternura, abraçando pelo pescoço o pobre monarca e chegando a sua fronte suave e pálida às faces afogeadas de D. Fernando, que, numa espécie de delírio, olhava espantado para ela.

– Não, não! Viver contigo ou morrer contigo. Cairei do trono ou tu subirás a ele.

Um sorriso quase imperceptível se espalhou pelo rosto de Leonor Teles, que, recuando e tomando uma postura resoluta e ao mesmo tempo de resignação, prosseguiu com voz lenta, mas firme:

– Então resta o fugir.

– Fugir! – exclamou el-rei. E só esta palavra era mais expressiva que narração bem extensa dos atrozes martírios que o mal-aventurado curtia no coração irresoluto, mas generoso, com a ideia de um feito, vil e covarde em qualquer escudeiro, vilíssimo num rei de Portugal, em um neto de Afonso IV⁵³.

El-rei olhou para ela um momento. Era sereno o seu rosto angélico, semelhante ao de uma dessas virgens que se encontravam nas iluminuras de antigos códices, o segredo de cujos toques, perdido no fim do século décimo quinto, a arte moderna a muito custo pôde fazer ressurgir. O mais experto fisionomista dificilmente adivinharia a negrura de alma que se escondia debaixo das puras e cândidas feições de D. Leonor, se não fossem duas rugas que lhe desciam da fronte e se uniam entre os sobrolhos, contraindo-se e deslizando-se rapidamente, como as vesículas peçonhentas das fauces de uma víbora.

– Seja, pois, assim! Fugamos – murmurou D. Fernando com o tom e gesto com que o supliciado daria do alto do patíbulo o perdão ao algoz.

D. Leonor tirou do largo cinto com que apertava a airosa cintura uma bolsa de ouro e atirou com ela aos pés do beguino, que, de mãos cruzadas sobre o peito e os

⁵² *Arneses*: Refere-se à armadura completa dos antigos guerreiros.

⁵³ *Afonso IV*: Filho de D. Dinis; foi um rei que se impôs pelo sentimento de justiça para com os povos, destacando-se por dons militares que lhe conferiram o apelido de “*O Bravo*”.

olhos semiabertos cravados na abóbada do aposento, parecia extático e engolfado nos pensamentos sublimes do Céu.

– Vinte dobras de D. Pedro por teu soldo, beguino: vinte pelo teu silêncio. O resto de recompensa tê-lo-ás um dia, se a adúltera atravessar triunfadora o portal por onde vai sair fugitiva.

O rir afável de que estas palavras foram acompanhadas fizeram correr um calafrio pela medula espinal do echacorvos, cujas pernas vacilaram. Mas o contacto das quarentas dobras, que uniu imediatamente ao peito debaixo do escapulário, lhe restituiu o vigor natural.

El-rei havia-se assentado, quase desfalecido, no escabelo único do aposento, e o seu aspecto demudado infundia ao mesmo tempo terror e compaixão. Quando o beguino alevantou a bolsa, D. Fernando fitou nele os olhos e estendeu a mão para o reposteiro, sem dizer palavras.

Frei Roi curvou a cabeça, cruzou de novo as mãos sobre o peito e, recuando até a porta, desapareceu no corredor escuro por onde entrara.

Apenas os passos lentos e passados do echacorvos deixaram soar, D. Leonor encaminhou-se para uma janela que dava para um vasto terrado e afastou a cortina que servia durante o dia de mitigar a excessiva luz do Sol. A noite ia em meio do seu curso, como o indicava o mortiço das tochas, que mal alumiam o aposento, e a Lua, já no minguante, começava a subir na abóbada do firmamento, mergulhado no seu clarão sereno o brilho esplêndido das estrelas. A janela estava aberta, e o escabelo de el-rei ficava próximo e fronteiro: o luar batia de chapa no rosto belo e triste de D. Fernando, que, embebido no seu amargurado cismar, parecia alheio ao que passava à roda dele e esquecido de que lhe restavam poucas horas para poder levar a cabo a resolução que tomara. Leonor Teles, encostada ao mainel da janela, pôs-se a olhar atentamente. A cidade dormia, e apenas o ladro de algum cão cortava aquela espécie de zumbido que é como o respirar nocturno de uma grande povoação que repousa. Lá em baixo, uma faixa trémula, semelhante a uma ponte de luz, cortava abliquamente o Tejo, donde mais largo se encurvava pela margem esquerda. Os mastros de milhares de navios, emparelhados com a cidade, desde Sacavém até o promontório onde campeava, fora dos arrabaldes, o Mosteiro de S. Francisco, formavam uma espécie de floresta lançada entre a cidade e a sua imensa baía. Desde o terrado para o qual dava a janela até o rio, o Bairro dos Judeus, pendurado pela encosta íngreme e fechado com traveses e cadeias nos topos das ruas, desenhavam uma espécie de triângulo, cuja base assentava sobre o laço oriental da

muralha mourisca, e cujo vértice, voltado para o ocidente, se coroava com a sinagoga, abrigada à sombra do vulto disforme da catedral. Pouco distante do terrado, entre o palácio e a judiaria, a claridade da Lua batia na chapa em um terreiro irregular, rodeado de mesquinhas e meio arruinadas casas, que pela maior parte pareciam desabitadas. No meio dele, o que quer que era se erguia semelhante ao arco de um portal romano. Parecia ser uma ruína, um fragmento de edifício da antiga Olisipo⁵⁴, que esquecera ali aos terremotos, às guerras e os incêndios, e ao qual finalmente chegara a sua hora de desabar, porque uma alta escada de mão estava encostada à verga que assentava sobre os dois pilares laterais e os unia, como se ali a tivessem posto para, em amanhecendo, os obreiros poderem subir acima e derribarem-se em terra.

Era para esse vulto que D. Leonor se pusera a olhar atentamente.

Depois voltou o rosto para el-rei, que, com a cabeça baixa, os braços estendidos e as mãos encurvadas sobre os joelhos, parecia vergar sob o peso da sua amargura: contemplou-o com um gesto de compaixão por alguns momentos e, estendendo para ele os braços, exclamou:

– Fernando!

Havia no tom com que foi proferida esta única palavra um mundo de amor e voluptuosidade; mas, no meio da brandura da voz de Leonor Teles, havia também uma corda áspera; alguma cousa do rugir de tigre.

El-rei deu um estremeção, como se pelos membros lhe houvera coado uma faísca elétrica; ergueu-se, e atirou-se a chorar aos braços de Leonor Teles.

– Amanhã – disse com voz afogada –, o rei mais desonrado da cristandade serei eu: o cavaleiro mais vil das Espanhas será D. Fernando de Portugal. Que me resta? Só o teu amor; mas nada. Porque não me pedem antes a coroa real, que para mim tem sido coroa de espinhos? Dera-a de boa vontade. Oh Leonor, Leonor! Serias a mulher mais perversa, se um dia me atraíçoasses.

Um beijo da adúltera cortou as lágrimas de el-rei. A formosura desta mulher tinha um toque divino à claridade da Lua. D. Fernando, embriagado de amor, esqueceu-se de que poucas horas lhe restavam para fugir do seu povo enganado e ludibriado por ele.

– Fernando! – prosseguiu D. Leonor – jura-me ainda uma vez que serás sempre meu, como eu serei sempre tua.

⁵⁴ *Olisipo*: Atual Lisboa.

Dizendo isto, afastou-se brandamente de si.

– Juro-to uma e mil vezes pela fé de leal cavaleiro que até hoje fui. Juro-to pelo Céu que nos cobre. Juro-to pelos ossos de meu nobre e valente avô, que ali dorme junto ao altar-mor da Sé, debaixo das bandeiras dos infiéis que conquistou no Salado⁵⁵. Juro-to por mais que tudo isso: juro-to pelo meu amor!

– Bem está, rei de Portugal! – atalhou D. Leonor. – Agora só uma cousa me resta para te pedir. Não é favor; é justiça.

– Não me peças Lisboa, que essa sabe Deus se tornará a ser minha, rica, povoada e feliz, como eu a tornei, ou se repousarei ainda a cabeça nestes paços de meus antepassados, passando por cima das ruínas dela! Não me peças Lisboa, que talvez amanhã deixe de me chamar seu rei: do resto de Portugal pede-me o que quiseres.

– Quero que me dês as minhas arras: quero o preço do meu corpo, conforme foro de Espanha.

– Vila Viçosa é alegre como um horto de flores, e Vila Viçosa dar-ta-ei eu. O castelo de Óbidos é forte e roqueiro, são numerosos e prestes para a defesa os seus engenhos, e o castelo de Óbidos será teu. Sintra pendura-se pela montanha entre lençóis de águas vivas, e respira o cheiro das ervas e flores que crescem à sombra das penedias: podes ter por tua a Sintra. Alenquer é rica no meio das suas vinhas e pomares, e Alenquer te chamará senhora.

– Guarda as tuas vilas, D. Fernando, que eu não tas peço dote: quero, apenas, uma promessa de cousa de bem pouca valia.

– De muita ou de pouca, não me importa! Dar-te-eio que me pedires.

D. Leonor estendeu a mão para a espécie de portada romana que se erguia solitária no meio do terreiro deserto:

– É ali que tu me darás o preço do meu corpo, se um dia a cerviz da orgulhosa Lisboa se curvar debaixo do teu jugo real.

⁵⁵ O casamento de Afonso XI de Castela com D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal, em 1328, devia ter selado uma aliança entre os dois países. No entanto, a relação, mantida publicamente, de Afonso XI com a amante Leonor de Guzman estabeleceu uma situação humilhante a princesa portuguesa. Para vingar a afronta feita à filha, D. Afonso IV invadiu o território do genro. No entanto, o conflito luso-castelhano foi interrompido pela ameaça mulçumana. Por causa do perigo que também ameaçava o reino português, Afonso IV atendeu ao pedido de Afonso XI, e juntos combateram e venceram o inimigo comum. A batalha travada nas margens do rio Salado, em 30 de outubro de 1340, configura-se em uma das grandes vitórias da Reconquista.

El-rei lançou um rápido volver de olhos para onde Leonor Teles tinha o braço estendido, mas recuou horrorizado. O vulto que negrejava no meio do terreiro, era o patíbulo popular e peão: era a forca, tétrica, temerosa, maldita!

– Leonor, Leonor! – disse el-rei com som de voz cavo e débil – porque vens misturar pensamentos de sangue com pensamentos de amor? Porque interpões um instrumento de morte e de afronta entre mim e ti? Porque preferes o fruto do cadafalso às vilas e castelos de que te faço senhora? Porque trocas a estola do clérigo que há-de unir-nos pelo baração áspero do algoz?

– Rei de Portugal! – respondeu a mulher de João Lourenço Cunha, com um brado de furor – ainda me perguntas porque o faço? Tu nunca serás digno do ceptro do teu pai! Queres saber porque ajunto pensamentos de sangue a pensamentos de amor? É porque esses de quem eu peço pediram também o meu sangue. Queres saber por que interponho entre mim e ti um instrumento de morte e de afronta? É porque o teu bom povo de Lisboa quis também interpor entre nós a morte e saciar-me de afrontas. Queres que te diga porque prefiro o fruto cadafalso às vilas e castelos que me ofereces? É porque para os ânimos generosos não há de vender vinganças por ouro. Vingança, rei de Portugal, te pede em dote a tua noiva! Jura-me que um dia os teus vassallos que me perseguem serão também perseguidos, e que essa vil plebe que cobre de injúrias e pragas o meu nome porque te amo, o amaldiçoem, porque levo os seus caudilhos ao patíbulo⁵⁶. Este é o preço do meu corpo. Sem esse preço, a neta de D. Ordonho de Leão⁵⁷ nunca será mulher de D. Fernando de Portugal.

E com um braço estendido para o lugar sem nome do suplício e com o outro curvado, como quem afastava de si el-rei, esta mulher vingativa era sublime de atrocidade.

–Tens razão, Leonor – disse por fim D. Fernando, depois de largo silêncio, em que os afectos inconstantes do seu carácter volúvel mudaram gradualmente. – Tens razão. A futura rainha de Portugal terá o seu desagravo: as línguas que te ofenderam calar-se-ão para sempre; os corações que te desejaram a morte deixarão de bater. No meu trono, até aqui de mansidão e bondade, assentar-se-á a crueza. Com Judas o traidor seja eu sepultado no Inferno, se faltar ao juramento que te faço de lavar em sangue a tua e a minha injúria.

⁵⁶ Estas são as *arras* requeridas por Leonor Teles a D. Fernando.

⁵⁷ Provavelmente, Leonor Teles era descendente de D. Ordonho II, rei de Leão.

A estas palavras, o aspecto severo de D. Leonor Teles mudou-se em um sorriso de inexplicável doçura.

– Ah, como te hei-de amar sempre! – Murmurou ela. E estas palavras caíam dos seus lábios meigos e suaves, como o arrulhar de pomba amorosa.

Um beijo ardente, que sussurrou levado nas asas da brisa fresca da noite, asselou esse pacto de ódio e de extermínio.

III

UM BULHÃO
E UMA AGULHA DE ALFAIATE

O Sol, que havia mais de meia hora subira do oriente cingido da sua auréola de vermelhidão, no meio da atmosfera turva e acinzentada de um dia de fins de Agosto, dava de chapa no rossio ou praça onde avultava o Mosteiro de S. Domingos, rodeado de hortas e pomares, que verdejavam pelo vale da Mouraria, ao oriente, e pelo de Valverde, ao norte. Já muitos bêteiros e peões armados de ascumas se derramavam ao longo da parede dos Paços de Lançarote Pessanha fronteiros ao mosteiro, descendo uns por entre as vinhas de Almafala, outros do Arrabalde da Pedreira ou Bairro do Almirante, outros da banda da Alcáçova, outros, enfim, desembocando das ruas estreitas e irregulares que iam dar à opulenta e célebre Rua Nova. Homens e mulheres apinhavam-se, aos dez e aos doze, no meio da praça e às bocas das ruas; falavam, meneavam-se, riam, chamavam-se uns aos outros. Às vezes, aquela mó de gente, cujo vulto engrossava de minuto para minuto, agitava-se como a superfície de um pego, passando o tufão. Incerta, vacilante, informe, súbitamente se configurava, alinhava-se e, semelhante a triângulo enorme, a quadrela gigante desfechada de trom monstruoso, vibrava-se contra a vasta alpendrada do mosteiro, cujas portas ainda estavam fechadas. Aí hesitava, ondeava e retraía-se, como ressaltaria a folha cortadora de uma acha de armas quando não pudesse romper as portas chapeadas de forte castelo. Então, aquela multidão tomava a forma de meia-lua, cujas pontas se encurvavam pelos lados de Valverde e da Mouraria e vinham topar uma com outra por baixo do bairro ladeirento da Pedreira, donde, confundindo-se e irradiando-se de novo, se espalhavam pela vastidão do terreiro. O povo, que dorme às vezes por séculos, fora acometido duma das suas raras insónias e vivia essa possante vida da praça pública, em que de ordinário é ridículo e feroz, mas em que não raro é sublime e terrível.

Era a manhã imediata à noite em que ocorreram os sucessos narrados anteriormente. O povo preparava-se para uma luta moral com o seu rei; mas não se descuidara de vir prestes para uma luta física, se D. Fernando quisesse apelar para esse último argumento. Era a primeira vez neste reinado que a arraia-miúda dava mostras de sua força e reivindicava o direito de dizer armada – não quero! O elemento democrático erguia-se para influir activamente na monarquia; enxertava-se nela, como princípio

político, a par da aristocracia, que, com a manopla de ferro, arrojava a plebe contra o trono, sem pensar que brevemente este, conhecendo assim a força popular, se valeria dela para esmagar aqueles que ora sopravam os ânimos para a revolta e davam ao vulgo nova existência.

A hora aprazada para a vinda de el-rei ainda não havia batido; mas o povo, orgulhoso da importância que sùblitamente se lhe dera, embevecido na ideias de que obrigaria el-rei a quebrar os laços adúlteros que o uniam a Leonor Teles, não media o tempo pelo curso do Sol, mas pelo fervo da sua impaciência. Duas vezes se espalhou a voz de que D. Fernando chegara, e duas vezes o povo correu para o alpendre do mosteiro. As portas da igreja estavam, porém, fechadas, bem como a portaria e as estreitas e agudas frestas do mosteiro gótico, que, formado apenas de um pavimento térreo e humilde, contrastava com a magnificência do templo, em cujas portadas profundas, sobre os colunelos pontiagudos que sustinham os fechos e chaves da abóbada, os animais monstruosos e híbridos, os centauros, os sátiros e os demónios, avultados na pedra dos capitéis, por entre as folhagens de carvalho e de lódão, pareciam, com as visagens truanescas que nas faces mortas lhe imprimira o escultor, escarnecerem a cólera popular, que, lenta como os estos do oceano⁵⁸, começava a crescer e a trasbordar. Apenas, lá dentro, se ouviam, de vez em quando, as harmonias saudosas do órgão e do cantochão monótonos dos frades, que ofereciam a Deus as preces matutinas. Era então que o povo escutava: e retraía-se arrastado pelas blasfêmias e pragas que saíam de mil bocas e que eram repelidas do santuário pelo sussurro dos cânticos que reboavam dentro da igreja e que transudavam por todos os poros do gigante de pedra um murmúrio de paz, de resignação e de confiança em Deus.

O povo, porém, era como os homens robustos do Génesis: era ímpio, porque era robusto.

O dia crescia, e crescia com ele a desconfiança. As notícias corriam encontradas: ora se dizia que el-rei cedera aos desejos dos seus vassallos e dos peões, e que viria anunciar ao povo a sua separação de Leonor Teles; ora, pelo contrário, se asseverava que ele era firme em sustentar a resolução contrária. Havia, até, quem asseverasse que na Alcáçova e no terreiro de S. Martinho se começavam a ajuntar homens de armas e bêteiros. A cólera popular crescia, porque a atiçava já o temor.

⁵⁸ *Estos*: Nível mais alto a que a maré sobe; maré alta; maré cheia.

No meio de uma pilha de galeotes, carnicheiros, pescadores, moleiros, lagareiros e alfagemes, dois homens altercavam violentamente: eram Airas Gil e Frei Roi: objecto da disputa Fernão Vasques; arguente o petintal; defendente o beguino.

– Que não virá, vos digo eu – gritava Airas Gil. – Disse-mo Garciondonez, o mercador de panos que mora ao cabo da Rua Nova, aos Açougues, defronte das taracenas de el-rei.

– Mentiu pela gorja, como um perro judeu – replicou Frei Roi. – Não era Fernão Vasques homem que faltasse a este auto, tendo-o a arraia-miúda elegido por seu propoedor.

– Medo ou dobras do paço podem tapar a boca aos mais ousados e fazê-los dormir até desoras⁵⁹ – retrucou o petintal.

– Que fazem falar as dobras do paço, sei eu – tornou o beguino com riso sardónico, lembrando-se do que nessa noite passara –; medo sabeis vós que faz fugir; inveja sabemos nós todos que faz imaginar...

–Descaro e gargantóice que faz mendigar – interrompeu Airas Gil, vermelho de cólera, cerrando os punhos e descaindo para o echacovos, como galé que vai aferrar outra em combate naval.

– *Excommunicabo vos*⁶⁰ – murmurou Frei Roi, fazendo-se prestes para resistir ao abalroar⁶¹ do petintal.

E o vulgacho⁶² que estava de roda ria e batia as palmas.

Nisto os gritos de *alcácer! alcácer!* reboaram para outro lado da praça: o povo correu para lá. Os dois campeadores voltaram-se: era o alfaiate.

Sem dizer palavra, o beguino olhou com gesto de profundo desprezo por Airas Gil e, tomando uma postura entre heróica e de inspirado, estendeu o braço e o índice para o lugar onde passava Fernão Vasques. Depois, partiu com a turbamulta que o rodeava, enquanto o petintal o seguia de longe, lento e cabisbaixo.

O alfaiate, cercado de outros cabeças da revolta da véspera, encaminhou-se para a alpendrada de S. Domingos. Trazia vestida uma saia de valencina reforçada, calças de bifa, sapatos de pele de gamo, chapeirão de ingrês com fita de momperle e cinta de couro, tudo escuro, ao modo popular. Com passos firmes, subiu os degraus do alpendre. Dalí, em pé, com os braços cruzados, correu com os olhos a praça, onde entre o povo

⁵⁹ *Dormir até desoras*: Dormir até tarde.

⁶⁰ *Excommunicabo vos*: “Amaldiçoo você”, em latim.

⁶¹ *Abalroar*: Investir contra; ir de encontro a outro.

⁶² *Vulgacho*: Trata-se da classe mais baixa de uma sociedade.

apinhado se fizera repentino silêncio. Depois, tirando o chapeirão, cortejou a turbamulta para um e outro lado; os seus gestos e ademanos eram já os de um tribuno.

—Alcácer, alcácer pala arraia-miúda! Alcácer por el-rei D. Fernando de Portugal, se desfizer nosso torto e sua vilta, senão!...

Esta exclamação de um alentado alfageme que estava pegado com a balastrada do alpendre foi repetida em grita confusa por milhares de bocas.

De repente, do lado da Rua de Gil Eanes, sentiu-se um tropear de cavalgaduras, que parecia correrem à rédea solta: todos os olhos se volveram para aquela banda: muitos rostos empalideceram.

Uma voz de terror girou pelo meio das turbas. «São homens de armas de el-rei!» Aquele oceano de cabeças humanas redemoinhou, a estas palavras, e começou a dividir-se, como o mar Vermelho diante de Moisés. Num momento, viu-se uma larga faixa esbranquiçada cortar aquela superfície móvel e escura: era ampla estrada que se abria por entre ela, desde a Rua de Gil Eanes até S. Domingos. As paredes dessa estrada adelgaçavam-se⁶³ rapidamente. Para as bandas da Mouraria e da Pedreira, os becos e encruzilhadas apinhavam-se de gente, e os reflexos dos ferros das ascumas populares, que erguidas cintilavam ao sol, começaram a descer e a sumir-se, como as luzinhas das bruxas em sítio brejoso aos primeiros assomos do alvorecer. Fernão Vasques olhou em redor de si: estava só. Descorou; mas ficou imóvel.

Entretanto, o tropear aproximava-se cada vez com mais alto ruído: os bêteiros do concelho, postados ao longo dos Paços do Almirante, eram, talvez, os únicos em quem o terror não fizera profunda impressão: alguns já haviam estendido sobre o braço da bêtea os virotes ervados e, revolvendo a polé, faziam encurvar o arco para o tiro. Os bêteiros de garrucha tinham já o dente desta embebido na corda, prontos a desfechar ao primeiro refulgir dos montantes nus dos cavaleiros e escudeiros reais. Do resto do povo, os ousados eram os que recuavam; porque o maior número voltava as costas e internava-se pelas azinhagas dos hortos de Valverde e das vinhas de Almafala ou tropeava pelas ruas escuras e mal-gradadas do Bairro do Almirante.

Mas, no meio deste susto geral, aparecera um herói. Era Frei Roi. Ou fosse imprudente confiança no cargo oculto que lhe dera D. Leonor, ou fosse robustez de ânimo, ou fosse, finalmente, a persuasão de que o hábito de beguino lhe serviria de broquel, longe de recuar ou titubear, correu para a quina da rua donde rompia o ruído e,

⁶³ *Adelgaçavam-se*: Estreitavam-se.

mirando pela aresta do ângulo um breve espaço, voltou-se para o povo e, curvando-se com as mãos nas ilhargas, desatou em estrondosas gargalhadas.

Tudo ficou pasmado; mas, vendo e ouvindo o rir descompassado do enchacorvos, o povo começou a refluir para a praça. Aquelas risadas produziam mais ânimo e entusiasmado que os *quarenta séculos vos contemplam* de Napoleão na batalha das Pirâmides⁶⁴. Os amotinados recobriram num instante toda a anterior energia.

Esta cena tinha sido rapidíssima; todavia, ainda grande parte dos populares hesitava entre o ficar e o fugir, quando se reconheceu claramente a causa daquele temor que apertara por algum tempo todos os corações. Era a Corte que chegava.

Montados em mulas possantes, os oficiais da casa real, os ricos-homens, conselheiros e juizes do desembargo vinham assistir ao auto solene em que da boca de el-rei a nação devia ouvir ou uma resolução conforme com os desejos tanto da arraia-miúda como dos senhores e cavaleiros, ou a confirmação de um casamento mal-agourado por muitos nobres e por todos os burgueses, e condenado, de não duvidoso modo, por estes últimos. No meio das variadas cores dos trajos cortesãos negrejavam as garnachas dos letrados e clérigos do paço, e entre o reluzir dos esplêndidos arreios das mulas alentadas e fegosas dos vassalos seculares, dos alcaides-mores e senhores, viam-se rojar as gualdrapas dos mestres em leis e degredos, dos sabedores e letrados que constituíam o supremo tribunal da monarquia, a cúria ou desembargo de el-rei.

A numerosa cavalgada atravessou o terreiro por entre o povo apinhado. Em todos os rostos transluzia o receio acerca de qual seria o desfecho deste drama terrível e imenso, em que entravam representantes de todas as classes sociais.

Entre os membros daquela lustrosa companhia distinguia-se por seu porte altivo o conde de Barcelos, D. João Afonso Telo, tio de D. Leonor Teles, a quem nos diplomas dessa época se dá por excelência o nome de *fiel conselheiro*. Quando os amores de el-rei com sua sobrinha começaram, ele fizera, sincera ou simuladamente, grandes diligências para desviar o monarca de levar avante os seus intentos. D. Fernando persistira, todavia, neles, e então o conde, juntamente com a infanta D. Beatriz e com D. Maria Teles, irmã de D. Leonor, suscitara a ideia de a divorciar de João Lourenço da Cunha⁶⁵. O povo sabia isto, e posto que houvesse estendido a sua má

⁶⁴ *Quarenta séculos vos contemplam*: Famosa frase proferida por Napoleão, que incitou seus soldados a enfrentar os inimigos mamelucos muçulmanos, durante a Batalha das Pirâmides em 1798.

⁶⁵ *Ideia de a divorciar de João Lourenço*: No primeiro momento D. João Afonso Telo e D. Maria Teles foram contra os sentimentos de D. Fernando para com Leonor Teles, mas acabaram por fazerem a

vontade a todos os parentes de Leonor Teles, odiava principalmente o conde, como protector daqueles adúlteros amores. Foi, portanto, nele que se cravaram os olhos populares, que, tendo-se em poucas horas elevado até a altura do trono, ousavam, também, dar testemunho público do seu ódio contra o mais distinto membro da fidalguia.

– Velha raposa, em que te pese, não será a adúltera rainha da boa terra de Portugal! – gritava um carnicheiro, voltando-se para uma velha que estava ao pé dele, mas olhando de través para o conde, que perpassava.

– *Leal conselheiro* de barreguices⁶⁶, por quanto vendeste a honra do compadre Lourenço? – perguntava um alfageme, fingindo falar com um vizinho, mas lançando também os olhos para D. João Afonso Telo.

– Que tendes vós com o lobo que empece ao lobo? – acudiu um lagareiro calvo e acurvado debaixo do peso dos anos. – Deixai-vos morder uns aos outros, que é sinal de Deus se amercear de nós.

– O eles mereciam – interrompeu uma regateira – era serem atagantados com boas tiras de couro cru.

– E ela, tia Dordia? – acrescentou um ferreiro. – Conheceis vós a comborça? Às varas a quisera eu: uma do alcaide no chumaço; outra do coitado nas costas dela!

– É costume, ergo direita a pena – notou um procurador, que gravemente contemplava aquele espetáculo e que até ali guardara silêncio.

Estas injúrias, que, como o fogo de um pelotão, se disparavam ao longo das extensas e fundas fileiras dos populares, iam ferir os ouvidos do conde de Barcelos, que, fingindo não lhes dar atenção, empalidecia e corava sucessivamente e mordida os beiços de cólera.

De quando em quando, o vociferar afrontoso da gentilha era afogado no ruído de risadas descompostas, mas insolentes cem vezes que as injúrias; porque no rir do vulgo há o que quer que seja tão cruel e insultuoso, que faz dar em terra o maior coração e o ânimo mais robusto.

Entre os parciais de D. Leonor que vinham naquela comitiva viam-se, porém, muitos fidalgos e letrados que ou eram pessoalmente seus inimigos ou, pelo menos, desaprovavam alta e francamente a sua união com el-rei. Diogo Lopes Pacheco era o

vontade do rei, buscaram então, pela justificativa de parentesco, anular o casamento de Leonor Teles e João Lourenço Cunha.

⁶⁶ *Barreguices*: Designação a concubinato; homem e mulher conviverem sem estarem casados perante a lei.

principal entre eles, e o povo, ao vê-lo passar, saudou-o com um murmúrio que foi como a recompensa do velho pelas desventuras da sua vida, desventuras que devera a um caso análogo, a morte de D. Inês de Castro⁶⁷.

Quando os fidalgos, cavaleiros e letrados da casa e conselho de el-rei se apearam junto aos degraus do alpendre do mosteiro, o alfaiate, que viera misturar-se com o povo logo que desembocaram na praça, subiu após eles e esperou que se assentassem no extenso banco de castanho que corria ao longo da alpendrada. Depois voltou-se para a multidão apinhada ao redor:

– Se el-rei ainda não é presente – disse em voz inteligível e firme –, aí tendes para ouvir vossos agravamentos os senhores do seu conselho: porventura que eles poderão dar-vos respostas em nome de sua senhoria, e ele virá depois confirmar o seu dito.

– Senhor Fernão Vasques, sois o nosso propoedor: a vós toca falar – replicou um do povo.

– Assim o queremos! assim o queremos! – bradou a turbamulta.

O alfaiate voltou-se então para os cortesãos, conselheiros e letrados do desembargo de el-rei, e disse:

– Senhores, a mim deram carrego estas gentes que aqui estão juntas de dizer algumas cousas a el-rei nosso senhor que entendem por sua honra e serviço; e porque é direito escrito que, sendo as partes principais presentes, o ofício de procurador deve cessar no que elas bem souberam dizer, vós outros que sois principais partes neste feito, e a que isto mais tange que a nós devíeis dizer isto, e eu não: porém, não embargando que assim seja, eu direi aquilo de que me deram carrego, pois vós outros em elo não quereis pôr mão, mostrando que vos doeis pouca da honra e serviço de el-rei...

– Cal-te vilão! – bradou, erguendo-se, o conde de Barcelos, com voz afogada da cólera, que já não podia conter – se não queres que seja eu quem te faça resfolgar sangue, em vez de injúrias, por essa boca sandia.

O velho Pacheco pôs-se também em pé, exclamando:

– Conde de Barcelos, lembrai-vos de que os burgueses têm por costume antigo o direito de dizerem aos reis seus agravamentos, de se queixarem e de os repreenderem. Nós somos menos que os reis.

⁶⁷ A morte de Inês de Castro:

Fernão Vasques tinha-se entretanto voltado para o povo apinhado ao redor do alpendre, com o rosto enfiado, mas era de indignação, e havia feito um sinal com a cabeça. No mesmo instante o povo abriu uma larga clareira, e quando os fidalgos e conselheiros, atentos para o conde e para Diogo Lopes, voltaram os olhos para o rossio, ao tropear a multidão, um semicírculo de mais de quinhentos bêteiros e peões armados fazia uma grossa parede em frente dos populares.

Fernão Vasques encaminhou-se então para D. João Afonso Telo e, com a mão trémula de raiva, segurando-o por um braço, disse-lhe:

– Senhor conde, vós sois que doestais os honrados burgueses desta leal cidade em minha pessoa; porque eu nada fiz, senão repetir em voz alta o que cada um e todos me ordenaram repetisse. O que propus não é meu. Eis seus autores! Pelo que a mim toca, senhor conde, não receio vossas ameaças. Quando o nobre despe o gibão de ferro para vestir o de tela, não sei eu se este é mais forte que o do peão e se, também, a sua boca não pode golfar sangue, como a de um pobre vilão.

D. João forcejava por desasir-se do alfaiate, procurando levar a mão à cinta, onde tinha o punhal; mas Fernão Vasques era mais forçoso, e o conde já tinha entrado na idade em que costumava minguar a robustez do homem. Não pôde chegar com a mão ao cinto.

– Conde de Barcelos – prosseguiu o alfaiate, com um sorriso –, não recorrais a esse argumento; porque eu também estou habituado a lidar com ferros azerados, ainda que mais delgados e curtos que o vosso bulhão⁶⁸.

Estas últimas palavras, ditas em tom de escárnio, mal foram ouvidas: a grita na praça era já espantosa; as injúrias, as pragas, as ameaças, cruzando-se nos ares, produziam aquele rouco e grande brado da fúria popular que só tem semelhança com o ruído do tufão abismando-se por cavernas imensas.

Os fidalgos e letrados tinham rodeado os dois contendores: os parciais de D. Leonor o conde; os outros, cujo número era muito maior, o alfaiate. E tanto estes, como aqueles trabalhavam em apaziguá-los, posto que todos os ânimos estivessem quase tão irritados como os dos dois contendores.

Finalmente, o conde cedeu. O aspecto da multidão, que se agitava furiosa, contribuiu, porventura, mais para isso que todas as razões e rogativas dos fidalgos e

⁶⁸ *Bulhão*: Espécie de punhal antigo.

cavaleiros, atónitos com o espetáculo da ousadia popular: desta ousadia que, menoscabando as ameaças do primeiro entre os nobres, era mais incrível que a da véspera, a qual apenas se atrevera ao trono.

Que fazia, porém, o nosso beguino no meio destes prelúdios de uma eminente assuada? É o que o leitor verá no seguinte capítulo.

IV

MIL DOBRAS PÉ-TERRA
E TREZENTAS BARBUDAS

Mal Fernão Vasques travara do braço do conde de Barcelos, e a grita popular começara a atroar a praça⁶⁹, Frei Roi, escoando-se ao longo da parede do mosteiro, dobrara a quina que voltava para a Corredoura e, seguindo seu caminho por vielas torcidas e desertas, chegara à Porta do Ferro, donde, atravessando o contíguo e mal-assombrado terreirinho que os raios do Sol apenas alumiavam poucas horas do dia, embargados, ao nascer, pelos agigantados campanários da catedral e, ao declinar, pelos panos e torres da muralha mourisca, chegara esbaforido a S. Martinho. A porta do paço estava fechada, mas a da igreja estava aberta. Entrou. Ao lado direito uma escada de caracol descia da tribuna real para a capela-mor, e a tribuna comunicava com o palácio por um passadiço que atravessava a rua. O beguino olhou ao redor de si e escutou um momento: ninguém estava na igreja. Subindo rapidamente a escada, Frei Roi atravessou o passadiço e encaminhou-se, sem hesitar no meio dos corredores e escadas interiores, para uma passagem escura. No fim dela havia uma porta fechada. O monge vagabundo parou e escutou de novo. Dentro altercavam três pessoas. Frei Roi bateu devagarinho três vezes, e pôs-se outra vez a escutar.

Ouviram-se uns passos lentos que se aproximaram da porta, e uma voz esganiçada e colérica perguntou:

– Quem está aí?

– Eu – respondeu o beguino.

– Quem é eu? – replicou a voz.

– Honrado D. Judas, é Frei Roi Zambrana, indigno servo de Deus, que pretende falar a el-rei ou à mui excelente senhora D. Leonor, para negócio de vulto⁷⁰.

– Abre, D. Judas, abre! – disse outra voz, que pelo metal parecia feminina e que soou do lado oposto do aposento.

A porta rodou nos gonzos, e o echacorvos entrou.

Era o lugar onde Frei Roi se achava uma quadra pequena, alumiada escassamente por uma fresta esguia e engradada de grossos varões de ferro, a qual dava

⁶⁹ *Atroar a praça*: Fez a praça estremecer com estrondo.

⁷⁰ *Negócio de vulto*: Negócio importante.

para uma espécie de saguão, ainda mais acanhado que o aposento. A abóbada deste era de pedra; de pedra as paredes e o pavimento: ao redor viam-se por único adereço muitas arcas chapeadas de ferro. O monge entrara na casa das arcas da Coroa – do *recábedo do regno*⁷¹. As duas personagens que aí estavam, afora a que abrira a porta, eram D. Fernando e D. Leonor. El-rei, de pé, curvado sobre uma das arcas, com a fronte firmada sobre o braço esquerdo, folheava um desconforme volume de folhas de pergaminho, cujas guardas eram duas alentadas tábuas de castanho, forradas exteriormente de couro cru de boi, ainda com pêlo. D. Leonor, também em pé por detrás de el-rei, olhava atentamente para as páginas do livro. O que abrira a porta era o tesoureiro-mor D. Judas, grande afeiçoado de D. Leonor e valido de el-rei. O judeu apenas voltara a ponderosa chave, sem volver sequer os olhos para o recém-chegado, tornara imediatamente para o pé da arca a qual o rei estava encostado e prosseguira a veemente conversação cujos últimos ecos Frei Roi ouvira ao aproximar-se...

– Mil dobras pé-terra e trezentas barbudas⁷² são todo o dinheiro que o vosso fiel tesoureiro vos pode apurar neste momento, respingando, como a pobre Rute⁷³, no campo do vosso tesouro, ceifado e bem ceifado (aqui o judeu suspirou) por aqueles que, talvez, menos leais vos sejam. Jurar-vos-ei sobre a Toura⁷⁴, se o quereis, que não fica em meu poder uma pojeia.

El-rei não o escutava. Apenas Frei Roi entrara, D. Leonor havia-se encaminhado para o echacorvos e, lançando-lhe um olhar escrutador, perguntara com visível ansiedade:

– Beguino, a que voltasse aqui?

– A cumprir com minha obrigação, apesar de vós me terdes dado ontem por quite e livre. Vim a dizer-vos que, a estas horas, talvez tenha já corrido sangue no rossio de Lisboa, e que é espantoso o tumulto dos populares contra os do conselho e contra os senhores e fidalgos da casa e valia de el-rei.

⁷¹ Do *recábedo do regno*: Do arrecadador do reino, em latim.

⁷² *Dobras pé-terra e Barbudas*: Moedas forjadas por ordem de D. Fernando. Se pai, o rei D. Pedro I, imitando as moedas hispânicas, mandou cunhar as dobras de ouro, com o mesmo valor e peso que as dobras de D. Pedro O Cruel, de Castela e Leão. Nas *dobras pé-terra*, havia a imagem de D. Fernando de pé em terra, originando o termo *pee terra*, ao contrário das dobras de D. Pedro I, cuja imagem cunhada na moeda, era o rei sentado. As barmudas, a moedas de prata, que receberam este nome em memória dos soldados na guerra contra Castela.

⁷³ *Rute*: Personagem principal de uma narrativa bíblica. Este texto descreve a história de um povo pobre que estava vivendo sob o jugo do Império Persa, nesse contexto conta a história de uma família, na qual Rute se agrega.

⁷⁴ *Jurar-vos-ei sobre a Toura*: Jurar-vos-ei sobre o livro sagrado judaico.

Fora à palavra *sangue* que D. Fernando havia cessado de atender à voz esganiçada do tesoureiro-mor, que continuava em tom de lamentação:

– Bem sabeis, senhor, que tenho empobrecido em vosso serviço e que hoje sou um dos mais mesquinhos e miseráveis entre os filhos de Israel. Aonde irei eu buscar dois mil maravedis velhos de Além-Douro, que são, em moeda vossa, trezentos e noventa mil soldos?

– Sangue, dizes tu, beguino? – exclamou el-rei.

– Oh, que é muito! A quem se atreveram assim esses populares malditos?

– Eu próprio vi o nobre conde de Barcelos travar-se com Fernão Vasques; mui grande número de bêteiros e peões armados de ascumas rodeavam já o alpendre de S. Domingos, e os clamores de *morram os traidores* atroavam a praça.

– Que me dêem o meu arnês brunido, a minha capelina de camal e o meu estoque francês⁷⁵ – gritou D. Fernando, escumando de cólera. – Eu irei a S. Domingos e salvarei os ricos-homens de Portugal ou acabarei ao pé deles. Pajens! Onde está o meu donzel de armas?

– O teu donzel de armas D. Fernando – interrompeu com voz pausada e firme D. Leonor –, segue com os outros pajens caminho de Santarém, montado no teu cavalo de batalha. Aqui, só tens a mula do teu corpo para seguires jornada.

– Mas conde de Barcelos! O meu leal conselheiro, deixá-lo-ei pelos peões desta cidade abominável? Lembra-te de que é teu tio; que foi o teu protector, quando o braço de D. Fernando ainda se não erguera par te coroar rainha.

– Rei de Portugal, és tu que deves lembrar-te dele, quando o dia da vingança chegar. Então cumprirá que os traidores e vis te vejam montado no teu ginete de guerra. Hoje não podes senão deixar entregue à sua sorte nobre D. João Afonso e os senhores que são com ele; mas não te esqueça que, se o seu sangue correr, todo o sangue que derramares para o vingar será pouco, como serão poucas todas as lágrimas que eu verterei sem consolação sobre os seus veneráveis restos. Combateres? Ajudado por quem, numa cidade revolta? Os homens de armas do teu castelo quebraram seu preito e tumultuam na praça; muitos de teus ricos-homens estão conjurados contra ti: teu próprio irmão o está. Partir! partir! Há quantas horas sabes tu que a última esperança está no partir breve? Porque, depois de tantas hesitações, ainda hesitar uma vez? Asseguremos

⁷⁵*Arnês brunido*: armadura polida. *Capelina de camal*: Capacete malha de aço que se estendia até o ombro. *Estoque francês* punhal direito e comprido; espada.

ao menos a vingança, se não pudermos salvar aqueles que, leais a seu senhor, se foram expor à fúria da vilanagem para esconder nossa fuga... fuga; que é o seu nome!

O furor e o despeito revelavam-se nas faces e nos lábios esbranquiçados da adúltera, e a aflição e o temor comprimidos atraíam-se numa lágrima que lhe rolou insensivelmente dos olhos. Era uma das raríssimas que derramara na sua vida.

El-rei tinha escutado imóvel. Desacostumado de ter vontade própria, desde que (como dizia o povo) esta mulher o enfeitiçara, ainda mais uma vez cedeu da sua resolução, se não de homem cordato, ao menos de valoroso, e respondeu em voz sumida:

– Partamos. E que seja feita a vontade de Deus!

– Amém! – murmurou o echacorvos.

– Beguino – interrompeu D. Leonor, voltando-se para Frei Roi –, corre já ao rossio de S. Domingos e diz em voz bem alta aos populares amotinados que me viste partir com el-rei caminho de Santarém. Talvez assim o conde seja salvo, porque a fúria desses vis sandeus se voltará contra mim. Dize-o, que dirás a verdade: quando lá houveres chegado, o meu palafrem terá já transposto as Portas da Cruz. Guardai-vos, mesquinhos, que ele a torne a passar com sua dona. Echacorvos! esse dia será aquele em que a *adúltera* pague todas as suas dívidas!

Frei Roi sentiu pela medula dorsal o mesmo calafrio que sentira na noite antecedente; porque o olhar que Leonor Teles cravou nele era diabólico, e a palavra *adúltera* proferida por ela soava como um dobrar de campã e vinha como envolta num hálito de sepulcro: o beguino arrependeu-se, desta vez mui sèriamente, de ter sido tão miúdo e exacto na *parte oficial* que apresentara na véspera. Calou-se, todavia, e saiu com o seu ademã do costume, cabeça baixa e mãos cruzadas no peito.

Os três ficaram outra vez sós.

– D. Judas, meu bom D. Judas – disse o el-rei com gesto de aflição –, não entendo estas embrulhadas letras mouriscas da tua aritmética. Estou certo de que não deves ao tesouro real uma única mealha e de que nas arcas do haver não existe senão o que tu dizes; mas, decerto, não queres que um rei de Portugal caminhe por seu reino como romeiro mendigo. Ao menos os dois mil maravedis de ouro...

– Ai! – suspirou o tesoureiro-mor – juro a vossa real senhoria que me é impossível achar agora outra quantia maior que a de mil dobrãs pé-terra e trezentas barbudas.

– Fernando – atalhou Leonor Teles –, ordena aos moços do monte que aí ficaram que enfriem as mulas: devemos partir já. É então meu afeiçoado D. Judas que, com suas palavras, eu obterei o que tu não pudeste obter com tantas rogativas.

Ela sorriu alternativamente com um sorriso angélico para el-rei e para o tesoureiro-mor. D. Fernando obedeceu e, alevantando o reposteiro que encobria uma porta fronteira àquela por onde entrara o beguino, desapareceu. O tesoureiro ia a falar; mas ficou com a boca semiaberta, o rosto pálido e como petrificado, vendo-se a sós com D. Leonor. Era que já a conhecia havia largos tempos.

– D. Judas – disse esta em tom mavioso –, tu há-de fazer serviço a el-rei para esta jornada. Darás os dois mil maravedis velhos.

– Não posso! – respondeu D. Judas com voz trémula e afogada.

– Judeu! – replicou D. Leonor, apontando para um cofre pequeno que estava no canto mais escuro do aposento, coberto de três altos de pó – o que está naquela arca?

O tesoureiro-mor, depois de hesitar por momentos, balbuciou estas palavras:

– Nada... ou, a falar verdade... quase nada. Bem sabeis que, dantes, guardava ali algumas mealhas que me sobejavam da minha quantia; mas há muito que nem essas poucas mealhas me restam.

– Vejamos, todavia – tornou D. Leonor, cujo aspecto se carregara.

– Misericórdia! – bradou D. Judas com indizível agonia. Mas, reportando-se, por um destes arrojões que os grandes perigos inspiram, procurou disfarçar o seu susto, continuando com riso contrafeito:

– Misericórdia, digo; porque fora mais fácil achar entre os amotinados do rossio um homem leal a seu rei, do que eu lembrar-me agora do lugar onde terei a chave de uma arca há tanto tempo inútil e vazia.

– Perro infiel! Eu te vou recordar quem pode dizer onde a havemos de achar.

– Estais hoje, mui excelente senhora, merencória e irosa – replicou o tesoureiro-mor, trabalhando por dar às suas palavras o tom da galantaria, mas, visivelmente, cada vez mais enfiado e trémulo. – Assim chamais perro infiel ao vosso leal servidor, por causa de uma chave inútil que se perdeu? Todavia, dizei quem sabe dela, e eu a irei procurar.

– Generoso e leal tesoureiro! – interrompeu D. Leonor, imitando o tom das palavras do judeu, como quem gracejava – não te dês a esse trabalho, por tua vida. Quem pode fazê-la aparecer é um velho cão descrido que mora na comuna de Santarém.

Eu seu de um remédio que lhe restituirá à língua a presteza de uma língua de mancebo de vinte anos. O seu nome é Issachar. Conhece-lo?

– Alta e poderosa senhora, vós falais de meu pobre pai! – respondeu o tesoureiro-mor, redobrando-lhe a palidez. – Mas trataremos agora do que importa. Com mil e quinhentas dobras de pé-terra e trezentas barbudas, que eu disse a meu senhor el-rei estarem prestes...

D. Leonor lançou para o judeu um olhar de escárnio e prosseguiu:

– Do que importa é que eu trato. Sabes tu, meu querido D. Judas que, sejam as tuas dobras mil ou mil e quinhentas, amanhã, a estas horas, eu, D. Leonor Teles, a rainha de Portugal, estarei em Santarém? Ouviste já dizer que, em não sei qual das torres do alcácer, há um excelente rapaz potro, capaz de desconjuntar num instante os membros do mais robusto vilão? Veio-me agora à ideia de que o velho Issachar, amarrado a ele, deve ser gracioso; porque, tendo vivido muito, constrangido a falar, há-de contar cousas incríveis, quanto mais dizer onde está uma chave cujo paradoro ele não pode ignorar. Não achas tu, também, que é folgança e desporto digno de qualquer rainha o ver como estoiram os ossos carunchosos de um perro de noventa anos?

Um suor frio manou da fronte de D. Judas, cujas pernas vacilantes se esquivavam a sustê-lo. Quando D. Leonor acabou de fazer as suas atrozes perguntas o judeu tinha caído de joelhos aos pés dela.

– Por mercê, senhora – exclamou ele, em trance horroroso de angústia –, mandai-me açoitar como o mais vil servo mouro; mandai-me rasgar as carnes com os mais atrozes tormentos; mas perdoai a meu velho pai, que não tem culpa da pobreza de seu filho. Se eu tivera ou pudera alcançar mais que as duas mil dobrar e as quinhentas barbudas que ofereci a meu senhor el-rei...

– Judeu! – atalhou D. Leonor – tu deves saber três cousas: a primeira é que os tratos do potro são intoleráveis; a segunda é que eu costumo cumprir as minhas promessas; a terceira é que, se, neste momento de aperto, eu te pudesse aplicar o remédio, não o guardaria para a ossada bolorenta de um lebrú⁷⁶ desdentado.

– Vendido cem vezes – prosseguiu o tesoureiro-mor, lavado em lágrimas e procurando abraçá-la pelos joelhos –, eu não poderia apresentar neste momento mais que a soma já dita de duas mil e quinhentas dobras e quinhentas barbudas, ainda que vossa mercê me mandasse assar vivo.

⁷⁶ *Lébreu*: Cão adestrado para a caça de lebres; que caça lebres.

– És louco, D. Judas! – interrompeu D. Leonor, afastando de si o judeu, com gesto de brandura. – Por uma miséria de pouco mais de quinhentas pé-terra, consentirás que Issachar, que é teu pai, honrado velho!, pragueje, nas ânsias do potro, contra o Deus de Abraão, de Jacob e de Moisés?

O tesoureiro-mor conservou-se por alguns momentos calado e na postura em que estava. Depois, passando o braço de revés pelos olhos, enxugou as lágrimas e ergueu-se. A resolução que tomara era a de um desesperado que vai suicidar-se.

– Aqui estarão, senhora – murmurou ele –, os dois mil maravedis quando os quiserdes. Procurarei obtê-los; mas ficarei perdido. Agora podeis dar ordem à vossa partida.

– Adeus, meu mui honrado D. Judas – disse D. Leonor, sorrindo. – Não perderás nada em ter cedido aos meus rogos.

Dito isto, saiu pela mesma porta por onde saíra el-rei.

O judeu estendeu os braços, com os punhos cerrados, para o reposteiro, que ainda ondeava, e levou-os depois à cabeça, donde trouxe uma boa porção de melenas grisalhas. Feito isto, tirou da aljubeta uma chave, abriu o cofre pequeno e pulverulento, sacou para fora um saquinho pesado, selado e numerado, e os dois mil maravedis rolaram sobre o grande livro, que ainda estava aberto sobre uma das arcas. Contou-os quatro vezes, empilhou-os aos centos e, como se as forças se lhe tivessem exaurido no espantoso combate que se passava na sua alma, atirou-se de braços sobre a pequena arca e, abraçado com ela, desatou a chorar.

– Meu pobre tesouro, junto com tanto trabalho! – exclamou por fim, entre soluços. – Guardei-te neste cofre com medo de te ver roubado, e os salteadores vim encontrá-los aqui! Mas que se livrem de eu tornar a receber os direitos reais das mãos dos mordomos. Meus ricos dois mil maravedis de bom ouro, não voltareis sozinhos quando vos tornardes a ajuntar com os vossos abandonados companheiros!

Esta ideia pareceu consolar de algum modo D. Judas. Levantou-se, tornou a contar os dois mil maravedis: desconfiou de que havia engano, e que eram dois mil e um; tornou-os a contar, quando el-rei entrou no aposento, já prestes para cavalgar, tinha o bom judeu obtido a certeza de que não dava uma pojeia de mais da soma que lhe fora requerida em nome do potro da torre de Santarém.

– Oh – exclamou el-rei, lançando os olhos para cima do desalmado fólio, sobre cujas páginas amareladas estava empilhado o dinheiro –, temos os dois mil maravedis?!

– Saiba vossa real senhoria que, felizmente, tinha em meu poder uma soma pertencente a Jeroboão Abarbanel, o mercador da Porta do Mar, soma de que não me lembrava: ao vasculhar as arcas, dei com ela; a quantia está completa, e o honrado mercador não levará, por certo, mais de cinco por cento ao mês, enquanto os ovençais de vossa senhoria não vierem entregar no tesouro o produto dos direitos reais vencidos. Então, pagar-lhe-ei, até a última mealha, a quantia e seus lucros, se vossa senhoria não ordena o contrário.

– Faze o que entenderes, D. Judas – respondeu el-rei, que não o ouvira, atento a meter numa ampla bolsa de argempel, que trazia pendente no cinto, os dois mil marevedis. – Tudo fio de ti, honrado e leal servidor.

E recolhidos os maravedis, saiu. O judeu ficou só.

– No Inferno ardas tu com Datão, Coré e Abirão⁷⁷, maldito nazareno! ... – murmurou ele. – Porém não antes de eu haver colhidos os dois... quero dizer, os três mil e duzentos marevedis que me tiraste com tanta consciência quanta pode ter a alma tisonada de um cristão.

Feita esta jaculatória ao Deus de Israel, D. Judas aferrolhou interiormente a porta do reposteiro, atravessou o aposento, saiu pela porta fronteira, que também aferrolhou, e a bulha dos seus passos, que se alongavam, soou através dos corredores por onde passara Frei Roi, até que, por aquela parte do palácio, tudo caiu em completo silêncio.

⁷⁷ *Datão, Coré e Abirão*: Personagens bíblicas que organizaram uma rebelião contra seu líder Moisés, segundo a narrativa, abriu-se o chão debaixo deles e os engoliu juntamente com todos de suas famílias, seus seguidores e tudo o que possuíam.

V

MESTRE BARTOLOMEU CHAMBÃO

Frei Roi, saindo da casa das arcas, atravessara os corredores vizinhos; mas, em vez de seguir o que dava para o passadiço de S. Martinho, tomara por uma escadinha escura aberta no topo da estreita passagem anterior a esse passadiço. Esta escadinha descia para o átrio do paço. O beguino, habituado, pelo seu ministério, a entrar na morada real às horas mortas e a sair nas menos frequentadas, sabia por diuturna experiência que a porta principal devia estar aberta, mas ainda erma, ao mesmo tempo que a igreja, por onde entrara, já começaria a povoar-se de fiéis, porque, como é fácil de supor, as igrejas eram naquela época mais frequentadas do que hoje. Desceu, pois, com passo firme, resolvido a encaminhar-se ao rossio e a espalhar entre os amotinados a notícia da partida de el-rei.

Mas embargou-lhe os passos dificuldade imprevista. Ou fosse que os acontecimentos da véspera obrigassem a maiores cautelas, não havendo ainda então exército permanente, nem guardas pagas para defesa da pessoa real, cuja melhor proteção estava na própria espada, ou fosse por qualquer outro motivo, a porta ainda se não abrira. O beguino hesitou sobre se devia retroceder para sair pela igreja, se esperar. As considerações que o tinham movido a seguir este caminho obrigaram-no a ficar. Metido no estreito e escuro vão da escada, o enchacorvos assemelha-se, envolto nas suas roupas de burel e reluzindo-lhe os olhos à meia luz que dava o pátio interior, a um moderno funcionário, que hoje, nesses mesmos paços e em desvão igual, talvez no mesmo sítio, mostra aos que entram o rosto banhado na hediondez da sua alma, esperando que a vindicta⁷⁸ pública o convide a algum banquete de carne humana e, no esperar atroz, rodeia com as garras os ferros do seu covil, como o tigre cativo. O espia era ali, por assim dizer, uma *preexistência*, uma *harmonia preestabelecida* do algoz.

Passara obra de meia hora, e o beguino começava a impacientar-se mui sèriamente quando sentiu pés de cavalgadura no pátio interior do edifício. Daí a pouco, um donzel, trazendo na mão uma desconforme chave e as rédeas de valente mula enfiadas no braço, chegou à porta e começou a abri-la. Era um dos donzéis de el-rei. Costumado a disfarçar a sua frequente entrada no paço sob a capa da mendicidade, e

⁷⁸ *Vindicta*: Vingança, em latim.

habituação a estender a mão à espera de alguns soldos que devotamente lhe atiravam senhores, cavaleiros e escudeiros, ao que ele retribuía com a longa lenda das suas orações em aleijado latim, Frei Roi era aceito a quase todos os moradores da casa de el-rei, que respeitavam a sua aparente santidade. Por isso, saindo do seu desvão, encaminhou-se para a porta.

– A Madre Santa Maria vos guarde de mau-olhado, de feitiços e de ligamentos – disse ele, chegando-se ao donzel e fazendo sobressair esta última palavra.

– Vós aqui, Frei Roi, por estas horas? – replicou o donzel, voltando-se admirado.

– Que quereis! – tornou o beguino. – Quando ontem os malditos burgueses acometeram os paços reais com sua grita e revolta, estava eu aqui. Ai que medo tive! Escondi-me naquele desvão, e quando se fecharam as portas achei-me encurralado cá dentro, como um emparedado em seu nicho. A minha profissão de paz e de religião não me consentia passar por meio de homens possuídos do espírito de cólera e inspirados por Belzebu, nem o susto me deixava ânimo desafogado para ir roçar o burel do meu santo hábito pelos trajos empestados dos filhos de Belial⁷⁹. Também a humildade e mortificação cristã se opunham a que eu subisse a pedir gasalho a algum de vós outros, os moradores da casa de nosso senhor el-rei. Assim, louvando a Deus por me conceder uma noite de padecimento, ali me deixa ficar sobre as lájeas húmidas, sobre as duras e agudas arestas dos degraus daquela escada. Agora, que a revolta é finda, consolado com as dores que me traspassam os ossos e confiado na providência de Jesus-Cristo, vou-me ao meu giro diário, para ver se obtenho da caridade dos devotos a pitação usual com que possa matar a fome de vinte e quatro horas, pela qual dou louvores ao justo juiz, que reina eternamente nos altos Céus.

O beguino revirou beatificamente os olhos e fez uma visagem entre aflita e resignada, levando ao mesmo tempo a mão ao joelho, como se ali sentisse dor agudíssima.

– Venerável Frei Roi! – atalhou o donzel, com as lágrimas nos olhos – se tivésseis procurado aposento dos donzéis, nós vos daríamos, ao menos, um almadrague para repousar e repartiríamos convosco nossa ceia. Mas o mal está feito, e o pior é que para hoje não vos posso oferecer abrigo. Vós credes, santo homem, que a revolta é finda, e nunca ela esteve mais acesa. Sua senhoria vai partir já da cidade...

⁷⁹ *Filhos de Belial*: De acordo com o contexto bíblico, esse termo é usado para pessoa má, coisa ruim ou para o mal personificado no diabo.

– Santa Maria val⁸⁰! Santo nome de Jesus! Acorrei-nos, Virgem bendita! – interrompeu Frei Roi. – Pois os populares teimam em sua assuada, e el-rei deixa-nos aos coitados de nós, humildes religiosos e cidadãos pacíficos, entregues ao furor dos peões?

– E que remédio, bom Frei Roi?! – replicou tristemente o donzel. – Sem cavaleiros, escudeiros e bêteiros não se faz guerra, nem se desafazem assuadas, e nada disto tem el-rei. Agora vou eu ao rossio de S. Domingos avisar os senhores do conselho, os privados e fidalgos que lá estão, que sigam o caminho de Santarém, sob pena de incorrerem em caso de traição, se ficarem em Lisboa: por sinal que el-rei me recomendou procurasse avisar primeiro que ninguém sua mercê o infante D. Dinis.

– No rossio de S. Domingos, dizei vós? – tornou o beguino, arregalando os olhos. – Confesso que vos não entendo.

Durante este diálogo o donzel tinha acabado de destrancar a porta do paço, cavalgado na mula que trazia de rédea e saído ao terreiro seguido de Frei Roi, que coxeava, estorcia-se e suspirava dolorosamente de quando em quando. Passo a passo e sofrendo a mula, caminho da Sé, o pajem narrou ao beguino todas as particularidades sucedidas aquela manhã, as quais Frei Roi sabia melhor do que ele. Chegados defronte dos Paços do Concelho, o pajem tomou pelo sopé da Alcáçova e Frei Roi pela Porta de Ferro, não sem terem primeiro saído da bolsa do donzel para a manga do beguino alguns pilares, e da boca deste para os ouvidos daqueles alguns latinórios pios devidamente escorchados.

Apenas passara o largo da Sé e transpusera a velha e soturna Porta de Ferro, Frei Roi tinha-se achado perfeitamente são do seu violento reumatismo. Ligeiro como galgo, desceu por entre tercenas reais, e em menos de três credos estava no Pelourinho. Aí viu cousa que o fez parar.

Um homem vestido da valencina, e coberta a cabeça com um grande feltro, arengava a um troço de bêteiros e peões armados de lanças ou ascumas, de almárcovas ou cutelos: tinha nas mãos um desconforme montante e na cinta uma espada curta. A turba ora o escutava atentamente, ora prorrompia em gritos confusos e estrondosos. Frei Roi chegou-se. O homem do feltro amplo era o mestre tanoeiro Bartolomeu Chambão, que, entusiasmado, prosseguia o seu veemente discurso, sem reparar no beguino:

– Já vo-lo disse: daqui ninguém bole pé antes de el-rei nosso senhor sair para S. Domingos. Nada de bulha fora de sação, que lá estão os esculcas. Daremos mostra ao

⁸⁰ *Santa Maria val!*: Pronunciava-se este termo para expressar grande admiração.

paço quando aí for só a adúltera. Se, como ontem, nos fecharam as portas, isso é outro caso. É preciso que isto se desfaça. A cobra peçonhenta deve sair da toca. Não digo que então não seja possível esmagar-se-lhe a cabeça... Num brandir de ascumas... Mas cautela, não haja sangue!... Pelo menos de inocentes... Leais e esforçados cidadãos desta mui leal cida... Safa, bruto!

Esta peroração inesperada com que mestre Bartolomeu interrompera o seu discurso, que se ia elevar ao ápice da eloquência, procedera de lhe ter descido a grossa e espaçosa mão do echacorvos sobre o ombro, que lhe vergara, como se houvessem descarregado em cima dele uma aduela de cuba. A Frei Roi ocorrera uma ideia abençoada, a de comunicar a mestre Bartolomeu a nova que D. Leonor lhe recomendara espalhasse entre os amotinados; a nova da sua partida de Lisboa com el-rei. O mendicante sabia que o tanoeiro era de bofes lavados, e que, dentro de meia hora, a notícia teria corrido toda a cidade. Assim se esquivava, não só a ser visto no rossio pelo donzel, de quem naquele instante se apartara, mas também a achar-se envolvido em qualquer desordem que semelhante notícia pudesse produzir, atenta a irritação dos ânimos. Além disso, a lembrança do arrepio dorsal que as últimas palavras de D. Leonor lhe tinham causado faziam-lhe quase desejar que o tanoeiro, encarregado (segundo percebera do fim da sua arenga) da comissão que, na taberna de Folco Taca, Diogo Lopes incumbira a Fernão Vasques, pudesse ainda desempenhá-la, atalhando a fuga de D. Leonor. Estas considerações, que lhe haviam passado rapidamente pelo espírito, e o ver que mestre Bartolomeu não levava jeito de concluir moveram-no a falar ao tanoeiro, que só o sentira quando ele lhe descarregara sobre o ombro a ponderosa, mas amigável, palmada.

– Com mil e quinhentos satanases! – exclamou mestre Bartolomeu, voltando-se e vendo ao pé de si o beguino. – Sabia que a mão da Santa Madre Igreja era pesada; mas não pensava que o fosse tanto! Que me quereis; Frei Roi?

– Dizer-vos que podeis mandar sair vossos esculcas de sua atalaia; porque poderiam chegar a curtir o Inverno aí, antes de verem el-rei chegar e passar para S. Domingos.

– Frei Roi – replicou o tanoeiro, fazendo-lhe vermelho de cólera –, para interromper-me com uma de vossas bufonarias, não valia a pena de me aleijardes este ombro!

– Tomai como quiserdes as minhas palavras; chamai-me o que vos aprouver, bufão ou mentiroso; mas a verdade é que não será hoje que os populares falarão com el-rei.

– Pois quê, morreu dos feitiços da adúltera ou tornou-o invisível algum encantador seu amigo?!

– Nem uma cousa, nem outra; mas, com estes olhos de grande pecador (aqui o echacorvos fez o gesto habitual de cruzar as mãos sobre o peito), eu o vi sair para a banda da Porta da Cruz...

– Frei Roi, olhai que estes honrados cidadãos vos escutam, e que o auto é mui grave para gastar truanices.

– Já disse, mestre Bartolomeu, que falo verdade. Pelo bento cercilho do santo padre vos juro que, hoje, el-rei não dormirá em Lisboa, segundo o jeito que lhe vejo. Ele cavalgava uma possante mula de caminho; noutra ia uma dona coberta com um longo véu: seguiam-no donzéis, falcoeiros e moços de monte. Ao passar, ainda lhe ouvi estas palavras: «Olhai aqueles vilãos traidores como se ajuntam: certamente prender-me quiseram, se lá fora!» Não pude perceber mais nada. Que mais, porém, é preciso? Deixastes fugir a preia: agora catai-lhe o rasto.

– Traidor é ele, que nos há mentido, como um pagão! – bradou o tanoeiro, sopesando o montante. – Mas que se guarde de outra vez trazer a Lisboa a adúltera! Rainha ou barregã, arrancar-lhe-emos os olhos. A arraia-miúda foi escarnida; mas não o será em vão. Que dizes vós outros, honrados burgueses?

– Escarnidos, escarnidos! – respondeu com grande grito o tropel. – Mas, a fé que nunca a adúltera será rainha de Portugal. Morra a comborça!

E no meio da alarida, as portas das lanças e os largos ferros das almárcovas agitadas nos ares cintilavam aos raios do Sol oriental, como vasto brasido.

– A S. Domingos! – gritou mestre Bartolomeu. – Vamos, rapazes: já que não fazemos aqui nada, ao menos que o povo não seja por mais tempo burlado!

E, pondo o montante às costas, mestre Bartolomeu tomou por uma das ruas que davam para a banda de Valverde, seguido da turbamulta e sem fazer caso de Frei Roi, que procurava retê-lo, ponderando que ainda poderia alcançar el-rei e fazê-lo retroceder. O tanoeiro, porém, não tinha valor para afrontar-se face a face com D. Fernando, e por isso fingiu não ouvir o beguino, que dentro de alguns minutos se achou só no meio do terreiro calado e deserto.

Entretanto, junto a S. Domingos, se bem que a rixa começada entre os nobres partidários de D. Leonor e Fernão Vasques se houvesse desvanecido, a agitação dos populares, cujo número crescia continuamente, não tinha diminuído. Encostado a um dos pilares do alpendre, o alfaiate ora lançava os olhos de revés para os senhores da Corte e conselho, que, esperando por el-rei, passeavam de um para outro lado, ora os espreitava por aquele mar de vultos humanos, que ele sabia poder agitar ou tornar imóveis com uma palavra ou com um simples aceno. Semelhante à hora que precede a procela, em que apenas se vêem na atmosfera abafada os castelos encontrados de nuvens densas e negras, e se ouve o estoirar dos trovões roufenhos e prolongados, aquela hora que então passava era espantosa e ameaçadora de estragos, sobretudo quando, após um rugido terrível do tigre popular, se fazia na praça, apinhada de gente, um silêncio ainda mais temeroso e tétrico.

Foi numa destas interrupções do motim que um pajem, saindo ao galope do lado da Corredoura, veio appear-se junto ao alpendre e, tirando da cinta um pergaminho aberto, o entregou ao infante D. Dinis.

Este fitou os olhos na escritura, descorou subitamente e passou o pergaminho a Diogo Lopes, dizendo-lhe ao mesmo tempo, em voz baixa:

– estamos perdidos!

Diogo Lopes leu o conteúdo daquele escrito fatal e, no mesmo tom, respondeu ao infante:

–O caminho de salvação que nos resta é o de Santarém. Obediência e circunspecção⁸¹!

O pergaminho passou rapidamente de mão em mão: os fidalgos, letrados e cavaleiros fizeram um círculo no meio do alpendre: e, depois de o haverem lido, fitaram uns nos outros olhos desassossegados. Todos receavam falar. O manhoso Pacheco foi o primeiro que se atreveu a isso, aproveitando habilmente a hesitação dos outros fidalgos e conselheiros.

– Vistes a ordem de el-rei. Como um dos mais velhos entre vós, direi meu parecer. Embora o risco seja grande, achando-nos cercados de povo armado e furioso, o nosso dever é pôr a vida por obedecer a nosso senhor el-rei.

– Mas – atalhou o doutor Gil de Océm, que, por mui letrado e prudente, era ouvido como oráculo pelos cortesãos – o caso é grave: o povo, se nos vir retirar, enviar-

⁸¹ *Obediência e circunspecção!* : Obediência e prudência!

se-á a nós; se lhe dizemos o motivo da nossa partida, é capaz de desconcertos maiores que os já cometidos. Sua senhoria não devera ter-nos emprazado para este auto, se a sua intenção era não dar resposta aos populares.

Visivelmente, o doutor *em leis e degredos* estava tomado de medo, no que não levava vantagem à maior parte dos outros membros do conselho de el-rei.

O conde de Barcelos guardava silêncio. Não podia conceber como D. Leonor o não avisara a tempo, e por isso preocupava-o a indignação, ignorando que a resolução da fuga fora tomada mui tarde. Na véspera ele aconselhara a el-rei que cedesse a tudo quanto o povo quisesse; porque dissolvido o tumulto, fácil era chamar à Corte os senhores e cavaleiros de mais confiança, acompanhados de gente de guerra, com que seria sopitado qualquer motim, se os populares ousassem opor-se de novo à vontade de seu rei e senhor. D. Fernando aceitara o conselho, que, se não era o mais leal, era, ao menos, o mais seguro; mas as revelações do echacorvos, que o conde ignorava, tinham mudado, como o leitor viu, a situação do negócio.

A reflexão de Gil de Océm estava em todas as cabeças, e por isso os cortesãos ficaram outra vez em silêncio, como buscando um expediente para sair daquele dificultoso passo. A incerteza, o despeito, o receio pintavam-se nos rostos demudados de muitos.

E as vagas do oceano que ameaçava tragá-los encapelavam-se aos pés deles: o povo, vendo os fidalgos erguidos, calados e em círculo, apinhavam-se, cada vez mais basto⁸², ao redor da alpendrada. Isto fazia crescer o temor, e o temor perturbava de mais os ânimos para não poderem achar um expediente acertado.

Era por isso que esperava o astuto Pacheco.

– De um lado a cólera do povo; do outro os mandados de el-rei – disse, apertando com a mão a fronte, o velho conselheiro de Afonso IV. – Resta-nos só um arbítrio.

– Dizei, dizei! – clamaram a um tempo todos, à excepção do conde de Barcelos, que fitou nele os olhos desconfiados.

– É necessário que anunciemos a nova da partida de el-rei e que sejamos os primeiros a afeiar este procedimento: é necessário que vamos adiante da indignação dos peões. Depois, dir-lhes-emos que, burlados como eles, nada fazemos aqui. Então

⁸² *Cada vez mais basto*: Mais juntos; próximos.

apartar-nos-emos sem custo e sairemos da cidade como pudermos, na certeza de que não serei eu o último, apesar de velho, que cruze as portas da alcáçova de Santarém.

– Mas quem há-de falar em nosso nome? – perguntou Gil Océm.

– No vosso, mestre Gil das Leis! – interrompeu o conde de Barcelos. – Nem o receio das afrontas de alguns milhares de sandeus, nem o da própria morte me obrigaria a cuspir maldições sobre o nome daquele a quem uma vez jurei preito e leal menagem.

– *Vitam impendere vero nemo tenetur*⁸³ – replicou Gil Océm –, ou, como quem o dissesse por linguagem, ninguém é obrigado a deixar-se matar por amor da verdade ou de seu preito. Vós fazei o que vos aprouver. À autoridade de um latino, trazido assim a ponto tão insigne doutor, não havia resistir. Os fidalgos e conselheiros aprovaram, quase unânimemente, o alvitre de Diogo Lopes.

– Mas quem há-de falar ao povo? – insistiu o mestre em leis, que não parecia excessivamente inclinado a incumbir-se dessa gloriosa tarefa.

– Eu, se assim o quiserdes – replicou imediatamente Diogo Lopes.

O manhoso cortesão vira claramente que a partida de el-rei transtornava todos os seus desenhos: todavia calculara num momento como, sem suscitar a indignação de Fernão Vasques, e por consequência alguma revelação perigosa, podia salvar-se e ao infante. Logo que el-rei se esquivara à influência do povo, de cuja ousadia o velho esperava tudo, o casamento de D. Leonor era inevitável, e, ainda supondo, o que não era de esperar, que o tumulto fosse avante, e que Lisboa se rebelasse claramente contra D. Fernando, o resultado da guerra era civil tinha muito maior probabilidade de ser favorável a el-rei, senhor do resto de Portugal, que ao povo, desprovido naquela conjuntura dos principais meios com que poderia sustentar uma luta intestina. Assim, o alvitre que oferecera para a salvação dos cortesãos era só para se haver de salvar a si, conservando ao mesmo tempo a afeição dos cabeças da revolta, sem que o meio que para isso devia empregar o fizesse decair da graça de D. Fernando.

Para os cálculos de Diogo Lopes faltara, porém, um elemento: era a delação do beguino; e era justamente esta falta que os destruíra todos. Assim é a política.

O *sacrifício* de Diogo Lopes foi geralmente recebido com aprovação e agradecimento. Então ele, saindo do círculo, aproximou-se de Fernão Vasques, que, de quando em quando, volvia os olhos inquietos para a pinha dos fidalgos e cavaleiros.

⁸³ *Vitam impendere vero nemo tenetur*: Ninguém é obrigado a dedicar sua vida, do latim.

– Falhou a traça⁸⁴ – disse o velho cortesão em voz sumida ao alfaiate. – El-rei acaba de sair da cidade.

Fernão Vasques recuou, e pôs-se a olhar espantado para Diogo Lopes, como quem não acreditava o que ouvia.

– O que vos digo é verdade – continuou Pacheco.

– Mas não afrouxar! El-rei de Castela é por nós, e bom número de fidalgos portugueses o são também. Mais: são por nós a maior parte dos que ora aqui vedes presentes. Conservai o bom ânimo do povo, e fiai o resto de mim e... de quem vós sabeis.

Ao pronunciar estas palavras, Diogo Lopes lançou de relance os olhos para D. Dinis.

– Mas el-rei tomará por mulher D. Leonor – acudiu o alfaiate aterrado –, voltará a Lisboa com seus cavaleiros e homens de armas, e então, coitado de nós!

– Não temais: o matrimónio adúltero será condenado ao papa. Vós já tereis ouvido contar o que sucedeu a el-rei D. Sancho⁸⁵: a D. Fernando pode suceder o mesmo. Também os fidalgos de Portugal têm homens de armas. Podeis estar certo de que não vos abandonaremos. Agora resta uma cousa. Coube-me a mim dar esta triste nova aos bons e leais burgueses, que então ousadamente se opuseram à desonra da sua terra e de seu rei, e eu devo ser ouvido por eles. Mandai-lhes que façam silêncio.

Fernão Vasques obedeceu: o ruído dos populares, que não descontinuara durante esta cena, acalmou a um aceno do alfaiate.

Diogo Lopes fez então um largo discurso, com o qual não cansaremos os leitores, e cujo assunto fácil é de adivinhar. Misturando amargas repreensões contra D. Fernando com lisonjas aos populares, procurou persuadi-los, posto que indirectamente, de que toda a fidalguia estava cheia de indignação. Aludiu à resistência por armas que el-rei podia encontrar entre os ricos-homens de Portugal contra o casamento, e, no caso de vir este acabo, a probabilidade de ser anulado pelas censuras da Igreja. Enfim, sem nunca lhes dizer claramente que insistissem na revolta e tratassem, se fosse preciso, de defender a cidade contra o poder real, suscitou todas as ideias que podiam levar os

⁸⁴ *Falhou a traça*: Falhou o projeto; plano.

⁸⁵ Referência ao conflito ocorrido em 1208, entre o rei português D. Sancho I e o bispo D. Matinho, da cidade do Porto. Embate que sucedeu em virtude da contrariedade do bispo para com a união do herdeiro ao trono português, D. Afonso, e a infanta D. Urraca, de Castela. Resultando no interdito da cidade, em contrapartida, D. Sancho I perseguiu os adeptos de D. Martinho. Ao refugiar-se em Roma, o bispo conseguiu junto a Inocêncio III, ordem para excomungar o monarca e seus seguidores. Por ordem papal, o bispo de Zamora ameaçou excomungar o reinado, caso não fossem dadas reparações ao prelado ofendido.

populares a este excesso. Faltava o ponto dificultoso: o da partida dos fidalgos. Pacheco soube com a mesma ambiguidade dar esperanças aos peões de que se encaminhavam para suas alcaidarias e honras, com louvável intento de se aperceberem em socorro dos burgueses de Lisboa, e com tal arte o fez, que os senhores e cavaleiros que se achavam em S. Domingos, sem exceptuar o próprio conde de Barcelos, não viram nas suas palavras senão uma feliz inspiração para os salvar da cólera da arraia-miúda.

Durante aquela larga arenga, esta guardara silêncio, interrompido a espaços por um desses burburinhos que são como os anúncios das erupções do vulcão popular. Pacheco, enfim, concluiu; mas o espetáculo que tinha diante de si fê-lo ficar por alguns momentos; e estes foram terríveis. Aqueles centenares de olhos avermelhados, cintilantes de furor, cravados nele e nos outros fidalgos; aquelas bocas semiabertas, prestes a prorromper em brados de morte, eram como um pesadelo diabólico, como uma vertigem de loucura. Os populares pareciam ainda escutá-lo, e não poderem acreditar a deslealdade de D. Fernando de Portugal.

Os fidalgos aproveitaram esse instante de torpor moral que precedia a procela. Desceram da alpendrada e, montando nas suas possantes mulas, encaminharam-se vagarosamente para a banda da Corredoura. No meio da cavalgada, e rodeado dos cavaleiros mais benquistos do povo, ia o conde de Barcelos, e Diogo Lopes com os seus pajens fechava o séquito. Se houvessem atravessado a praça, o conde o teria corrido grande risco; porque, ao dobrar o ângulo do mosteiro, já os doestos grosseiros e violentos voavam contra ele do meio do povo apinhado, e, até, dois virotes de bèsta pareceu sibilarem por cima da sua cabeça. Mas, apertando os acicates, os cavaleiros seguiram ao longo da Corredoura, enquanto Diogo Lopes, vitoriado pelas turbas, a quem com sorrisos retribuía aquelas mostras de affecto, obstava a que as ondas populares rodeassem o diminuto número de cortesões, alguns dos quais tinham fundados motivos para recear a irritação desses ânimos ferozes, exaltados pela fuga de el-rei.

A cavalgada havia desaparecido, quando um troco de bèsteiros e peões desembocou do lado da Rua Nova. Eram mestre Bartolomeu e a sua gente, que vinham confirmar a nova dada por Diogo Lopes Pacheco.

Mas as palavras que Frei Roi dissera ter ouvido proferir a el-rei, lancadas entre os amotinados, como um facho sobre montão de lenha por onde lavra há muito fogo oculto, levaram o tumulto a ponto medonho. As afrontas, que até aí quase só se encaminhavam contra Leonor Teles e seus parciais, voltaram-se contra D. Fernando. As

maldições, as pragas, os nomes de traidor e covarde ajuntavam-se às mais violentas ameaças. Uns juravam que nunca mais ele entraria em Lisboa; outros propunham que se lançasse fogo aos paços reais. Debalde Fernão Vasques trabalhava por quietá-los; nem já escutavam seu ídolo. Furiosos, espalhavam-se pelas ruas, que atroavam com gritos, brandindo as armas; e por certo que, se neste momento D. Fernando lhes tivesse aparecido, não teriam, talvez, respeitado a vida do filho do seu tão querido D. Pedro I, o mais popular de todos os nossos reis, chamados da primeira dinastia⁸⁶.

Este motim sem objecto, sem resistência, e sem resultado, acalmou nesse mesmo dia. Ao anoitecer, a cidade tinha caído no seu habitual silêncio, e pouco a pouco, os fidalgos e cavaleiros, atravessando as Portas da Cruz, seguiam caminho de Santarém. O sistema militar dos antigos Partos dera a vitória a el-rei: ele vencera fugindo!

O povo adormeceu: os cabeças da revolta estavam irremediavelmente perdidos.

⁸⁶ *Dinastia*: Refere-se ao período de sucessão, que reis e rainhas, pertencentes a uma mesma família, permanecem no poder. A dinastia é perpetuada pela escolha do sucessor do trono, que automaticamente passa para o filho primogênito do rei ou rainha. Quando o soberano não deixa herdeiros, os demais membros da família entram para a linha de sucessão. A primeira dinastia portuguesa, a de *Borgonha*, compreende os reinados de D. Afonso Henriques (1128-1185), D. Sancho I (1185-1211), D. Afonso II (1211-1223), D. Sancho II (1223-1245), D. Afonso III (1248-1279), D. Dinis (1279-1325), D. Afonso IV (1325-1357), D. Pedro I (1357-1367) e D. Fernando (1367-1383).

VI

UMA BARREGÃ RAINHA

O Douro é bem carregado e triste! A sua corrente rápida, como que angustiada pelos agudos e escarpados rochedos que a comprimem, volve águas turvas e mal-assombradas. Nas suas ribas fragosas raras vezes podeis saudar um Sol puro ao romper da alvorada, porque o rio cobre-se durante a noite com o seu manto de névoas, e, através desse manto, a atmosfera embaciada faz cair sobre a vossa cabeça os raios do Sol semimortos, quase como um frio reflexo da Lua ou como a luz sem calor de tocha distante. É depois de alto dia, que esse ambiente, semelhante ao que rodeava os guerreiros de Ossian⁸⁷, vos desoprime os pulmões, onde muitas vezes tem depositado já os gérmes da morte. Então, se, trepando a um pináculo das ribas, espraiais os olhos para a banda do sertão, lá vedes uma como serpente imensa e alvacentas, que se enrosca por entre as montanhas, e cujo colo está por baixo de vossos pés. É o nevoeiro que se acama e dissolve sobre as águas que o geraram. O horizonte, até aí turvo, limitado, indistinto, expande-se ao longo: recortam-no os cimos franjados das montanhas, que parecem engastadas na cortina azul do céu, e a terra, a perder de vista, afigura-se-nos como um mar de verdura violentamente agitado; porque em desenhar as paisagens do Douro a natureza empregou um pincel semelhante ao de Miguel Ângelo⁸⁸: foi robusta, solene e profunda.

Como sobre um circo convertido em naumaquia, o Porto ergue-se em anfiteatro sobre o esteiro Douro e reclina-se no seu leito de granito. Guardador de três províncias e tendo nas mãos as chaves dos haveres delas, o seu aspecto é severo e altivo, como o de mordomo de casa abastada. Mas não o julgueis antes de o tratar familiarmente. Não façais cabedal de certo modo áspero e rude que lhe haveis de notar; trazei-o à prova, e achar-lhe-eis um coração bom, generoso e leal. Rudeza e virtude são muitas vezes companheiras; e entre nós, degenerados netos do velho Portugal, talvez seja ele quem guarde ainda maior porção da desbaratada herança do antigo carácter português no que tinha bom, que era muito, e no que tinha mau, que não passava de algumas demasias de orgulho.

⁸⁷ *Ambiente, semelhante ao que rodeava os guerreiros de Ossian*: Faz-se alusão ao lendário guerreiro do século III, e o ambiente frio, predominante na Irlanda e na Escócia. (Por VN).

⁸⁸ *Miguel de Ângelo*: Importante representante das artes plásticas do Renascimento italiano.

Nos fins do século décimo quarto, o Porto ia ainda longe da sorte que o aguardava. O fermento da sua futura grandeza estava no caráter dos seus filhos, na sua situação e nas mudanças políticas e industriais que depois sobrevieram em Portugal. Posto que nobre e lembrado como origem do nome desta linhagem portuguesa, os seus destinos eram humildes, comparados com os da teocrática Braga, com os da cavaleirosa Coimbra, com os de Santarém, a cortesã, com os de Évora, a romana e monumental, com os de Lisboa, a mercadora, guerreira e turbulenta. Quem o visse, coroado da sua catedral, semiárabe, semigótica, em vez de alcácer ameado; sotoposto, em vez de o ser a uma torre de menagem, aos dois campanários lisos, quadrangulares e maciços, tão diferentes dos campanários dos outros povos cristãos, talvez porque entre nós os arquitectos árabes quiseram deixar as almádenas das mesquitas estampadas, como ferrete da antiga servidão, na face do templo dos nazarenos; quem assim visse o *burgo* episcopal do Porto, pendurado à roda da igreja e defendido, antes por anátemas sacerdotais que por engenhos de guerra, mal pensaria que desse burgo submisso nasceria um empório de comércio, onde, dentro de cinco séculos, mais que em nenhuma outra povoação do reino, a classe, então fraca e não definida, a que chamavam burgueses, teria a consciência da sua força e dos seus direitos e daria a Portugal exemplos singulares de amor tenaz de independência e de liberdade.

A populosa e vasta cidade do Porto, que hoje se estende por mais de uma légua, desde o Seminário até além de Miragaia ou, antes, até a Foz, pela margem direita do rio, entranhando-se amplamente para o sertão, mostrava ainda nos fins do século décimo quarto os elementos distintos de que se compôs. Ao oriente, o Burgo do Bispo, edificado pelo pendor do monte da Sé, vinha morrer nas hortas que cobriam todo o vale onde hoje estão lançados a Praça de D. Pedro e as ruas das Flores e de S. João e que o separavam dos mosteiros de S. Domingos e de S. Francisco. Do poente, a povoação de Miragaia, assentada ao redor da ermida de S. Pedro, trepava já para o lado do Olival e vinha entestar pelo norte com o couto de Cedofeita e pelo oriente com a vila ou burgo episcopal. A Igreja, o Município e a Monarquia entre esses limites pelejaram por séculos suas baralhas de predomínio, até que triunfou a Coroa. Então a linha que dividia as três povoações desapareceu rapidamente debaixo dos fundamentos dos templos e palácios. O Porto constituiu-se a exemplo da unidade monárquica.

Era neste burgo eclesiástico, nesta cidade nascente, que por famosos dia de Janeiro da era de César de 1410 (1372) se viam varridas e cobertas de espanadas e flores as estreitas e tortuosas ruas que pela encosta do monte guiavam ao burgo primitivo

fundado ou restaurado pelos Gascões⁸⁹, se não mentem memórias remotas. Na Rua do Souto, já assim chamada, talvez pela vizinhança de algum bosque de castanheiros, como principal entrada da povoação, andavam as danças judengas e folias mouriscas com músicas e trebelhos ou jogos, por entre o povo vestido de festa, o que era indício evidente de que se esperava el-rei, cuja vinda a qualquer povoação era o único motivo legal para fazer dançar e foliar judeus e mouros, que, decerto, não folgavam nada com estes forçados e dispendiosos sinais de contentamento público.

Com efeito, uma numerosa e esplêndida cavalgada vinha da banda do bailado de Leça. El-rei D. Fernando ajuntara em Santarém os seus ricos-homens e conselheiros e, amestrado por Leonor Teles na arte de dissimular, recebera com todas as mostras de boa vontade o infante D. Dinis e Diogo Lopes Pacheco, ao qual, para maior disfarce, não escasseara mercês. Depois, em folgares e caçadas vagueara com D. Leonor, até que em Eixo⁹⁰ fizera um como manifesto da resolução que tomara de a receber por mulher, o que neste dia cumprira na antiga igreja daquela célebre comenda dos Hospitalário. Era, pois, para celebrar esse matrimónio adúltero, agoirado pelas maldições populares, que o bispo D. Afonso, menos escrupuloso que o povo de Lisboa acerca de adultérios, vestia de festa o seu mui canónico burgo.

A cavalgada que se vira descer ao longo do vale já atravessara o rio da vila pela ponte de Souto e encaminhava-se para uma antiga porta da povoação primitiva, porta conhecida ainda hoje, como então, pelo nome de Vandoma. Ao lado direito de el-rei ia D. Leonor, a rainha de Portugal: ele montado em um cavalo de guerra; ela em um palafrém branco, levado de rédea, desde a entrada da ponte, pelo infante D. João, que familiarmente falava e ria com a formosa cavaleira. Da banda esquerda, o bispo D. Afonso, curvado e enfraquecido pela velhice, oscilava e fazia cortesias involuntárias a cada passada da mansíssima e venerada mula episcopal. Junto ao velho prelado, o infante D. Dinis caminhava em silêncio, e no aspecto melancólico do mancebo divisava-se quão profunda tristeza lhe consumia o coração, vendo-se como atado ao carro triunfal da mulher que pouco a pouco se convertera em sua irreconciliável inimiga. Após estas principais personagens, via-se uma grande multidão de cavaleiros, clérigos, cortesãos, conselheiros, juízes da Corte; companhia esplêndida, por entre a qual brilhava o ouro, a para e as variadas cores dos trajes de festa, que sobressaíam no chão negro das

⁸⁹ *Gascões*: Naturais da região francesa, Gasconha.

⁹⁰ *Eixo*: Povoação antiga de Aveiro, onde, provavelmente, foi assinada a escritura nupcial de D. Fernando e D. Leonor Teles. (Por VN)

roçagantes dos magistrados e clérigos. Adiante de el-rei, as danças dos mouros e judeus volteavam rápidas, ao som da viola ou alaúde árabe, das trombetas e das soalhas. Segundo o antigo uso, seguiam-se às danças coros de donzelas burguesas, que celebravam com seus cantos o amor e a ventura dos noivos.

Mas esse canto tinha o que quer que era triste na toada. Triste era, também, o aspecto dos populares, que, sem um só grito de regozijo, se apinhavam para ver passar aquele préstito real. Mil olhos se cravavam no infante D. Dinis, cujo rosto melancólico revelava que os seus pensamentos eram acordes com os do povo, que por toda a parte não via neste consórcio senão um crime e uma fonte de desventuras. Os cortesãos, porém, fingiam não perceber o que passava à roda deles e pareciam transbordadas de alegria. Muitos eram daqueles que mais contrários haviam sido aos amores de el-rei, mas, que vendo, enfim, D. Leonor rainha, voltavam-se para o sol que nascia e calculavam já quantas terras e que soma de direitos reais lhes poderiam render parte de um rei pródigo a sua mudança de opinião.

Entre estes não se via o tenaz e astuto Pacheco. Habitado ao trato da Corte por largos anos, experimentado em todos os enredos dos paços, hábil em traduzir sorrisos e gestos, palavras avulsas e discursos fingidos, não tardara em perceber que as mercês e agrados de el-rei e de D. Leonor encobriam intentos de irrevogável vingança. Conhecendo que a sedição popular fora inútil e que, ainda renovada com mais fúria, não poderia resistir às armas de D. Fernando, havia-se afastado da Corte e, posto que só nos fins desse ano ele passasse a servir o seu antigo protector e amigo, D. Henrique de Castela, buscara entretanto esquivar-se ao ódio da nova rainha, conservando ao mesmo tempo a boa opinião entre o vulgo⁹¹.

Abandonado assim do seu guia, o infante D. Dinis sofrera resignado um sucesso que não podia embargar; mas, digno filho de D. Pedro, conservara intacta a sua má vontade a D. Leonor. Desamparado dos seus parciais, vendo se não traída, ao mesmo quase morta e inactiva a aliança de Pacheco, e, para maior desalento, seu irmão mais velho, o infante D. João, ligado com essa mulher, da qual este príncipe mal pensava então lhe viria a última ruína; no meio de tantos desenganos, o infante, a princípio tímido e irresoluto, sentira crescer a ousadia com os perigos; sentira girar-lhe nas veias o sangue paterno. Obrigado a seguir a Corte, nunca D. Leonor achara um sorriso nos seus lábios; nunca o vira conter diante dela um só sinal de desprezo. Assim, a cólera de

⁹¹ *Entre o vulgo*: Entre o povo.

el-rei contra seu irmão havia chegado ao maior auge, e os cálculos de fria e paciente vingança estavam resolvidos no ânimo de Leonor Teles.

A cavalgada tinha subido a encosta, atravessado a Porta de Vandoma, que em parte ainda subsiste, e passado em frente da Sé, junto da qual se dilatava os paços episcopais. Aí as danças e folias pararam e fizeram por um momento silêncio. Então o infante D. João, tomando nos braços a formosa rainha, apeou-a do palafrém⁹², e epós ela, el-rei saltou ligeiro do deu fogoso e agigantado ginete. Dentre em pouco toda a comitiva tinha desaparecido no profundo portal dos paços, e os donzéis conduziam os elegantes cavalos, as mulas inquietas e os mansos palafréns para as vastas e bem providas cavaliças do mui devoto e poderoso prelado da antiga Festabole.

O aposento principal dos paços, quadra vasta e grandiosa, estava de antemão ornado para receber os hóspedes reais do velho bispo D. Afonso. Um trono com dois assentos de espaldas indicava que a ele ia subir, também, uma rainha. D. Leonor entrou seguida das cuvilheiras e donzelas da sua câmara; el-rei de todos os principais cavaleiros. Viam-se entre estes o alferes-mor Airas Gomes da Silva, ancião venerável, que fora aio do rei quando infante, o orgulhoso mordomo-mor D. João Afonso Telo, Gil Vasques de Resende, aio do infante D. Dinis, o prior da Ordem do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, e muitos outros fidalgos que ou seguiam a Corte ou tinham vindo assistir às bodas reais.

Guiada por D. Fernando, Leonor Teles subiu com passo firme os degraus do trono. Como o navegante, que afrontando temporais desfeitos por mares incógnitos e aparcados e chegando ao porto longínquo, quase que não crê pisar a terra de seus desejos, assim esta mulher ambiciosa e audaz parecia duvidar da realidade da sua elevação. A alma sorria-lhe a mil esperanças; a vida trasbordava nela. A seu lado um rei, a seus pés um reino! Era mais que embriaguez; era delírio. Ela sentia um novo afecto, um como desejo de perdão aos seus inimigos! Tremeu de si mesma e, convocando todas as forças do coração, salvou a sua ferocidade hipócrita, que parecia querer abandoná-la. Era severo o seu aspecto quando esses pensamentos estranhos lhe passaram pelo espírito, mas o sorriso tornou a espriar-se-lhe no rosto quando o instinto de tigre pôde fazê-la triunfar desse momento em que a generosidade costuma acometer com violência as almas vingativas e ferozes, o momento em que se realiza a suma ventura por largo tempo sonhada.

⁹² *Apeou-a do palafrém*: Ajudou-a descer do cavalo.

Do alto do trono e em pé, D. Fernando estendeu a mão: o tropel de cortesões e cavaleiros, de donas e donzelas formaram aos lados da espaçosa sala fileiras esplêndidas, imóveis e silenciosas: el-rei volveu olhos lentos para um e outro lado e disse:

– Ricos-homens, infanções⁹³ e cavaleiros de Portugal, um dos mais nobres sacramentos que Deus neste mundo ordenou foi o matrimónio: como para os outros homens, para os reis se instituiu ele; porque por ele as Coroas se perpetuam na linhagem real. É por isso que eu desposei hoje a mui ilustre D. Leonor, filha de D. Afonso Telo, descendente dos antigos reis e ligada com os mais nobres dentre vós pelo dívido do sangue. Assim, a rainha de Portugal será mais um laço que vos una a mim como parentes, que de hoje avante sois meus. Leais, como tendes sido a vosso rei pelo preito que lhe fizestes, muito mais o sereis por este novo título. Em que pês a traidores⁹⁴, D. Leonor Teles é minha mulher! Fidalgos portugueses, beijai a mão à vossa rainha.

O velho alferes-mor, Airas Gomes, aproximou-se então do trono, à voz do seu moço pupilo; ajoelhou-se e beijou a mão a D. Leonor; mas o olhar que lançou para el-rei era como o de pedagogo que de mau humor se acomoda ao capricho infantil de um príncipe. Ao volver de olhos do ancião, D. Fernando corou e voltou o rosto.

O infante D. João, porém, dobrando o joelho aos pés da formosa rainha, parecia transbordar de alegria. Completando-o, Leonor Teles deixou assomar aos lábios um daqueles ambíguos e quase imperceptíveis sorrisos que, vindos dela, sempre tinham uma significação profunda. Porventura que no infante D. João ela já não via mais que o precursor da humilhação de D. Dinis, do seu capital inimigo.

Após o infante, os fidalgos vieram sucessivamente curvar-se ante D. Leonor. Boa parte deles eram como capitães vencidos seguindo ao Capitólio um triunfador romano. Podia com efeito dizer-se que, mau grado desses que se rojavam a seus pés, ela conquistara o trono.

Toda a comprida fila de nobres oficiais da Coroa tinha passado e ajoelhado no estrado real. Faltava um; e era este, que, menosprezava tantas fontes ilustres por valor ou ciência, por fidalguia ou riqueza, inclinadas perante ela, a mulher orgulhosa e implacável esperava, cogitando no momento em que o mancebo ainda impúbere, sem renome, sem poderio, célebre só por seu berço e pelo desgraçado drama da morte de D.

⁹³ *Infanções*: Inferior à classe dos ricos-homens, e que designava o nobre de linhagem não revestido de autoridade judicial ou administrativa.

⁹⁴ *Em que pês a traidores*: Por muito que pese a traidores.

Inês, viesse tributar homenagem à que representava um papel análogo ao daquela desventurada, salvo na sinceridade do amor e na inocência da vida.

Mas esse para quem D. Leonor mais de uma vez vovera rapidamente os olhos considerava com os braços cruzados naquele espetáculo em perfeita imobilidade de que unicamente saíra quando Gil Vasques de Resende, que estava a seu lado, se afastara, cainhando para os degraus do estrado. O mancebo apertara a mão do idoso aio, trémula idade, com a mão ainda mais trémula de cólera. Na conta de pai o tinha; venerava-o como filho, e a ideia de o ver prostituir os seus cabelos brancos aos pés de uma adúltera o levava a esse movimento involuntário; involuntário, porque ele, naquela postura e naquela hora, não fazia senão coligir todas as forças da alma para salvar a honra do nome de seus avós, do nome dos reis portugueses, esquecida por um de seus irmãos e, talvez, mercadejada por outro em troca de valimento infame. O velho entendeu o que significava este convulso apertar de mão: duas lágrimas lhe caíram pelas faces; mas obedeceu a el-rei.

Só faltava D. Dinis, que continuara a ficar imóvel. Houve um momento de silêncio sepulcral na vasta sala, e este silêncio era para todos indefinido, mas terrível.

D. Fernando pôs-se a olhar fito pra seu irmão, enleado, ao que parecia, em cismar profundo.

Dentro de pouco, poder-se-ia crer que todos os fidalgos que povoaram aquela vasta quadra estavam convertidos em pedra semelhante à das colunas góticas que sustinham as voltas pontiagudas do tecto, se não fosse o respirar ansiado e rápido que lhes fazia ranger sobre os peitos e ombros os seus ricos briaes.

Os lábios de el-rei tremeram, como a superfície do mar encrespada pela leve e repentina aragem que precede imediatamente o tufão. Depois, entreabrindo-os, com os dentes cerrados murmurou:

– Infante D. Dinis, beijai a mão à vossa rainha. Foi um só o volver de todos os olhos para o moço infante: o sussurro das respirações cessara.

D. Dinis não respondeu; encaminhou-se para o meio do aposento: parou defronte do trono e, olhando em redor de si, perguntou com um sorriso de amargo escárnio:

– Onde está aqui a rainha de Portugal?

– Infante D. Dinis! – disse o el-rei, cujo rosto o furor mal reprimido desmudara.
– Sofredor e bom irmão tenho sido por largo tempo: não queirais que seja hoje só juiz inflexível do filho querido daquele que também me gerou! Infante D. Dinis! Beijai a

mão da mui nobre e virtuosa D. Leonor Tele, como fez vosso irmão mais velho, de quem deveríeis haver vergonha.

– Nunca um neto de D. Afonso do Salado – replicou o infante, com aparente tranquilidade – beijará a mão da que el-rei seu irmão e senhor quer chamar rainha. Nunca D. Dinis de Portugal beijará a mão da mulher de João Lourenço da Cunha. Primeiro ela descerá desse trono e virá a meus pés; que de reis venho eu, não ela.

– De joelhos, do traidor! – gritou D. Fernando, pondo-se em pé e descendo dois degraus do estrado. – De joelhos, vil parceiro de revéis sandeus! Se a taberna de Folco Taca vos ouviu fazer preto infame aos peões de Lisboa, quebrá-lo-eis diante de vosso rei: quebrá-lo-ei, que vo-lo digo eu!

D. Dinis viu então que todos os seus passos estavam descobertos: achava-se, por isso, à borda de um abismo. Hesitou um momento; mas lembrou-se de que era neto do herói do Salado e precipitou-se na voragem.

– Vil é a mulher barregã e adúltera, e essa é ambas as cousas. Traidor seria um rei de Portugal que assentasse o adultério no trono, e vós o fizestes, rei desonrado e maldito de vosso povo! Quem neste lugar é o vil e o traidor?

O infante, acabando de proferir estas palavras, abaixou a cabeça e deixou descair os braços. Ele bem sabia que se seguia o morrer.

Apenas el-rei se alevantara, D. Leonor, cujas faces se haviam tingindo da amarelidão da morte, tinha-se erguido também. Naquele rosto, semelhante ao de uma estátua de sepulcro, apenas se conhecia o viver no profundar, cada vez maior, das duas rugas frontais que se lhe vinham ajuntar entre os sobrolhos.

Ouvindo as derradeiras e fulminantes palavras de D. Dinis, el-rei soltara um destes rugidos de desesperação e cólera humanas que nem o rugido da mais brava fera pode igualar; grito de ventríloquo, que é como o estridor de todas as fibras do coração que se despedaçam a um tempo; gemido como o do rodado ao primeiro giro do instrumento do suplício; rugido, grito, gemido, conglobados num só hiato, fundidos num som único pela raiva, pelo ódio, pela angústia: brado que só terá eco pleno no bramido que há-de soltar o réprobo quando no derradeiro júizo o Julgador dos mundos lhe disser: para ti as penas eternas.

O brado de D. Fernando fizera tremer os mais esforçados cavaleiros que se achavam presentes: o movimento que o seguiu fez gelar o sangue em todas as veias.

Como um relâmpago ele tinha arrancado da cinta o agudo bulhão e, com os olhos desvairados, encaminhava-se para o meio da sala, onde seu irmão o esperava imóvel, com a mão sobre o peito, como se dissesse: *aqui!*

Mas D. Fernando não pôde oferecer nas aras do adultério um fratricídio: uma barreira se tinha alevantado a seus pés. Era um velho de fronte calva e de longas melenas brancas e desbastadas pelos anos: era aquele que lhe fora mais que pai e que ele respeitava mais que a memória deste; era o seu alferes-mor, o venerável Airas Gomes, que, ajoelhado, lhe clamava com vozes truncadas de soluços e lágrimas:

– Senhor! Que é vosso irmão!

– É um covarde traidor, que deve morrer! Irmão!? Mentos, velho! Ele já o não é!

À palavra *mentos!* Um relâmpago de vermelhidão passou pelas faces cavadas do antigo cavaleiro: abaixou os olhos e correu-os pela espada. Fora esta a primeira vez que ela ficara na bainha depois de tão funda afronta. Mas aquele era o momento dos grandes sacrifícios. Airas Gomes replicou, alimpando as lágrimas:

– Nunca vos menti, senhor, nem quando éreis na puerícia, nem depois que sois meu rei. Sabei-lo. Criminoso ou inocente, D. Dinis é filho de meu bom senhor D. Pedro. A vosso pai servi com lealdade; por vós já me andou arriscada a vida. Hoje tendes por defensores todos os cavaleiros de Portugal; ele é que não tem, talvez, um só. Senhor rei, ficai certo de que, para assassinar vosso irmão, vos é mister passar por cima do cadáver de vosso segundo pai.

Atalhado assim o primeiro ímpeto, o caráter do moço monarca revelou-se inteiro neste momento. Comoveu-o a postura do venerando ancião, que pela primeira vez via a seus pés, e, com a irresolução pintada nos olhos, fitou-os em Leonor Teles.

Por uma reflexão instantânea, a hiena previra que o sangue derramado pelo fratricida não cairia somente sobre a cabeça deste, mas também sobre a dela. Naquele rosto, então semelhante ao de uma estátua, D. Fernando não pôde ler a sentença do infante, bem que lá no fundo do coração ela estivesse escrita com sangue.

Entretanto os cortesãos, que no furor rompente de el-rei haviam ficado estupefactos e quedos, vendo-o vacilar, rodearam o infante. O velho Gil Vasques de Resende, que ia interpor-se também, parara ao ver a heróica resolução dos alferes-mor; mas, ao hesitar de D. Fernando, correra a abraçar-se com o seu pupilo, que, no meio de tantos ânimos agitados por paixões diversas, era quem unicamente parecia tranquilo e alheio ao terror que se pintava em todos os semblantes.

Finalmente, el-rei meteu vagarosamente o punhal no cinto e, com voz pausada, mas trémula e presa, disse:

– Que esse mal-aventurado saia de diante de mim.

O tom em que estas poucas palavras foram proferidas fez vergar o ânimo de D. Dinis, cujo coração, antes disso, parecera de bronze. Os olhos arrasaram-se-lhe de água. Sentira que, até então, era uma cólera cega, repentina, insensata, que o ameaçava; agora, porém, no modo e na expressão de D. Fernando vira claramente que era um amor de irmão que expirara.

Com a cabeça pendida em cima do ombro de Gil Vasques de Resende, saiu do aposento.

Era, talvez, o velho o único amigo que lhe restava no mundo.

D. Leonor levou ambas as mãos ao rosto, e via-se-lhe arquejar o colo formoso, agitado por mal contido suspiro.

«Coração compadecido e generoso!», pensou lá consigo o alferes-mor, que havia pouco a tratara de perto pela primeira vez.

«Hora maldita e negra, em que perdi metade de minha tão esperada vingança », pensava Leonor Teles, e o choro rebentou-lhe com violência.

– Não te aflijas, Leonor – disse D. Fernando, apertando-a ao peito. – Que nunca mais eu o veja, e viva, se puder, em paz!

Mas as lágrimas correram ainda com mais abundância e amargura.

O resto daquele dia foi triste: triste o banquete e o sarau. A atmosfera em que respirava a nova rainha tinha o que quer que fosse pesado e mortal, que resfriava todos os corações.

À meia-noite, por um claro luar de céu limpo de Inverno, uma barca subia com dificuldade a corrente rápida do Douro: à popa viam-se reluzir, nas toucas e mantos negros de dois cavaleiros que aí iam assentados, as orlas e bordaduras de ouro e prata; um dos remeiros cantava uma cantiga melancólica, a que respondia o companheiro, e dizia assim:

Mortos me são padre e madre:

Eu tamanino fiquei.

Irmãos meus mal me quiseram:

Eu mal não lhes quererei.

Vou-me correr esse mundo;

Sabe Deus se o correrei!
A alma deixa-a cá presa;
O corpo só levarei.
De meus avós maternos nos solares
Nasci: dois dias passei:
Meus irmãos, nada vos tenho
Senão o nome que herdei.

Esta cantiga, cuja toada monótona repercutia nos rochedos apumados das margens, foi interrompida por doloroso suspiro. Um dos cavaleiros o dera.

Os remeiros calaram-se: arrancaram da voga com mais ânsia e, depois, continuaram:

Se fui rico, ora sou pobre:
Choro hoje, se já folguei:
Vilas troquei por desvios:
Muito fui: nada serei.
Sem padre, madre ou irmãos,
A quem me socorrerei?
A ti, meu Senhor Jesus:
Senhor Jesus, me acorrei!

Um gemido mais angustiado, que saiu envolto em soluços, cortou de novo a cantiga: era o do mesmo que já a interrompera. O seu companheiro bradou aos barqueiros, com a voz trémula e cansada de um ancião:

– Calai-vos aí com vossas trovas malditas!

Os remeiros vogaram em silêncio; mas pensaram lá consigo que muito danadas deviam ser as almas de cavaleiros que assim maldiziam tão devoto trovar.

Repararam, porém, que dos dois desconhecidos, o que suspirava e gemera lançara os braços ao pescoço do que falara, e que este, afagando-o, lhe dizia:

– Quando todos, senhor, vos abandonarem não vos abandonarei eu; que o devo ao amor com que vos criei e à esclarecida e santa memória de vosso virtuoso pai.

Então os barqueiros, bem que rudes, desconfiaram de que podia muito bem ser que não fossem duas almas danadas aquelas, mas sim mal-aventuradas.

VII

JURAMENTO, PAGAMENTO

Passara mais de um ano depois do casamento de el-rei. Este casamento, que explicava o repúdio da infanta de Castela, não bastara, em verdade, para ascender a guerra entre D. Henrique e D. Fernando, estando já de algum modo previsto nos capítulos adicionais do trato de Alcoutim⁹⁵. Mas, como se o desgosto que semelhante ofensa deveria gerar no ânimo do rei castelhano não fosse assaz forte para servir de fermento a futuras guerras, D. Fernando suscitara novos motivos de sérias desavenças, que não particularizaremos aqui, por não virem a nosso intento. Baste saber-se que, de inúteis mensagens e queixas, D. Henrique de Castela, entrando súbitamente em Portugal e tomando muitas terras fortificadas, atravessara rapidamente a Beira, passara junto aos muros de Coimbra, onde se achava D. Leonor Teles, e, vindo oferecer batalha a el-rei D. Fernando, que estava em Santarém e que não aceitou o combate, se encaminhara para Lisboa, cujos habitantes despercebidos apenas tiveram tempo de se acolherem aos antigos muros do tempo de Afonso III, de cujas torres e adarves viram os castelhanos saquearem e queimarem o bairro mais povoado e rico da cidade, sem lhes poderem pôr obstáculo. No meio deste apertado cerco, desamparados de el-rei, que apenas lhes enviara alguns dos seus cavaleiros, os moradores de Lisboa não tinham desanimado. Com vária fortuna, haviam resistido aos cometimentos dos castelhanos e, o que mais duro era de sofrer, à fome, à sede e, até, ao receio de traições de seus naturais. Finalmente, D. Fernando fizera uma paz vergonhosa, depois de ter suscitado uma injusta guerra, e Lisboa viu afastar dos seus muros o exército de el-rei de Castela, que a tivera durante quase dois meses.

Era nos fins de Maio de 1373, pela volta da tarde de um formoso dia de Primavera. O ar estava tépido e o céu limpo. Pelos campos e vales via-se verdejar a relva; a madressilva e as rosas bravias, enredadas pelos valados, embalsamavam a atmosfera. Mas estes eram os únicos sinais que, nos arredores de Lisboa, revelavam aquela estação suave no seu clima suavíssimo. Tudo o mais contratava horrivelmente com eles. Os extensos e bastos olivedos e azinhais que nessas eras a rodeavam jaziam

⁹⁵ *Trato de Alcoutim*: Acordo de paz, celebrado em 1371, entre Portugal e Castela. As negociações contaram com a intervenção papal. Nesta aliança, D. Fernando prometia casar com D. Leonor, filha de Henrique II.

aqui e ali por terra, como se por lá tivesse passado foice gigante meneada por braço de ferro. Pelos outeirinhos, coroados pouco havia de vinhas frondosas, viam-se espalhadas as videiras cobertas de folhas ressecadas antes do tempo ou enegrecidas pelo fogo, assemelhando-se a gandra coberta de urzes que foi desbravada por fins de Outono. As vastas hortas que se derramavam por Valverde, trilhadas pelos pés dos cavalos, estavam incultas e abandonadas. Mas, sobre este mal-assombrado e triste chão do painel, mas melancólica e aflita avultava ainda a figura principal, a cidade.

O populoso bairro chamado o Arrabalde, onde, dantes, era contínuo o ruído discorde de tracto imenso, achava-se convertido em montão de ruínas. Para os lados do sul e poente, não se viam, desde os antigos muros (cujo perímetro pouco mais abrangia do que o castelo e o bairro a que hoje damos geralmente o nome de Alfama), senão edifícios queimados, ruas entulhadas, praças desfeitas, vestígios de sangue, peças de armadura aboladas ou falsadas, hastilhas e ferros partidos de virotes, de lanças e de espadas e, aqui e acolá, cadáveres fétidos, não só de cavalos, mas também de homens, cujas carnes, meio devoradas pelos cães ou pelo tempo, lhes deixavam branquejar as ossadas. Sobre os entulhos apareciam como fantasmas os servos mouros, revolvendo as pedras derrocadas, em busca de alguma preciosidade que tivesse escapado às chamas e ao inimigo; e junto às paredes negras da sinagoga os mercadores judeus, olhando para o seu bairro assolado, depenavam as barbas à roda dos rabis, que recitavam em tom de pranto os versículos hebraicos dos Trensos.

Por meio deste vasto quadro de assolação rompia uma numerosa companhia de cavaleiros e damas, de donas e escudeiros, de donzelas e pajens, brilhante cavalgada que descia da banda de Santo Antão para S. Domingos e tomava pela Corredoura para a Porta do Ferro. A formosura e o luxo das mulheres, as figuras atléticas e os rostos varonis dos cavaleiros, o branido das armas, o loução dos trajos, o rico arreios, tudo, enfim, dava clara mostra de que naquela cavalgada vinha a mais nobre gente de Portugal. Os risos das damas, os ditos galantes e agudos dos fidalgos, o rinchar alegre dos corcéis briosos e dos delicados palafréns, as doidices dos donzéis, que, ora correndo à rédea solta, ora sofrendo os cavalos, ao perpassar pelas mulas pacíficas dos cortesãos letrados, os faziam vacilar e debruçar sobre os arçães, o bater das asas dos nebris e gerifaltes empoleirados nos punhos dos falcoeiros, o latir dos galgos e alãos, que, atrelados, forcejavam por se atirarem acima daqueles centenares de habitações derrocadas, donde saía de vez em quando uma exalação de carniça: este rir, este folgar, este ruído de contentamento, este matiz de reflexos metálicos, de cores variegadas,

passando, como turbilhão, através daquele silêncio sepulcral, parecia rasgar o véu de tristeza que cobria a vasta área da cidade destruída e revocá-la a uma nova existência.

Mas o povo, apesar disso, continuava a estar triste.

A cavalgada chegou ao terreiro da Sé. Um engenho de arremessar pedras estava assentado no meio dele, e os grossos madeiros de que era construído viam-se ainda manchados de rastros de sangue. Uma dama que vinha na frente da comitiva parou: um cavaleiro de boa idade e gentil-homem, que caminhava a seu lado, parou também. A dama apontou para o engenho, disse algumas palavras ao cavaleiro e, depois, desatou a rir.

Era ela a mui nobre e virtuosa rainha D. Leonor; ele o mui excelente e esclarecido rei D. Fernando de Portugal.

D. Leonor tinha razão para rir.

Durante o cerco de Lisboa, uma voz, verdadeira ou falsa, se espalhou de que vários moradores da cidade estavam preteados com el-rei de Castela para lhe abrirem uma das portas. Dava força a tais suspeitas o acharem-se no campo castelhano Diogo Lopes Pacheco e D. Dinis, que com ele se haviam ajuntado na sua entrada em Portugal, e as desconfianças recaíam naturalmente sobre aqueles que, dois anos antes, tinham seguido o partido contrário a D. Leonor, de que o infante e o velho privado de D. Afonso IV eram cabeças. Assim a população dos parciais de D. Dinis tinha diminuído consideravelmente, porque o povo, em vez de atribuir a sua ruína a causas remotas, às paixões insensatas de D. Leonor e à imprudência de el-rei, só nas sugestões de Diogo Lopes e do infante via agora a origem de todos os males presentes, e o ódio que contra os dois concebido se estendera a todos os que cria serem-lhe afeiçoados.

Apenas, portanto, se divulgou a notícia da intentada traição, o povo furioso correu às moradas daqueles que, como fica dito, lhe eram maus suspeitos. Seguiu-se uma festa de canibais, festa de vulgacho em qualquer tempo e lugar que ele reine. Aqueles que não puderam provar de modo inegável a sua inocência foram metidos aos mais cruéis tormentos, onde nenhum se confessou culpado. Um desgraçado, contra o qual eram mais veementes as desconfianças, foi arrastado pelas ruas e feito depois em pedaços; «outro – diz o cronista – tomarom e pozeromno na fumda d’huum engenho, que estava armado ante a porta da see; e quando desfechou lançou em çima dessa igreja antre duas torres dos sinos que hi há, e quando cachio acharomno vivo; e tomaromno outra vez e pozeromno na fumda do engenho, e deitouho contra o mar, omde elles desejavom, e assi acabou sua vida».

Era por isso que D. Leonor olhara para o engenho e se rira. O próprio povo tinha pagado uma parte das arras do seu casamento.

A noite descera entretanto. A cavalgada parou no terreiro de S. Martinho, e à luz de muitas tochas parte daquela multidão escoou-se, pouco a pouco, por diversas ruas, enquanto outra parte subia à sala principal ou se derramava pelos aposentos dos paços, cujo silêncio de quase dois anos, depois da fuga de el-rei com D. Leonor Teles, era a primeira vez interrompido pelo ruído de uma Corte numerosa, mas bem diferente da antiga. A rainha havia quase exclusivamente chamado a ela os seus parentes ou aqueles fidalgos que lhe tinham dado provas não equívocas de sincera afeição e substituíra à severidade antiga do paço todo o brilho de luxo insensato e, o que mais era, a dissolução dos costumes, que quase sempre acompanha esse luxo. Depois de uma ceia esplêndida, como o devia ser nesta Corte voluptuária, apenas ficara na câmara real D. Fernando e a sua mulher, o conde de Barcelos D. João, D. Gonçalo Teles, irmão de D. Leonor, e um donzel da rainha, filho bastardo de outro bastardo, do prior do Hospital Álvaro Gonçalves Pereira, donzel que ela mais que nenhum estimava. Estas personagens achavam-se reunidas no mesmo aposento onde, dois anos antes, o beguino Frei Roi viera revelar à então amante de D. Fernando os intentos de seus inimigos. Era deste aposento que ela saíra fugitiva e amaldiçoada do povo. Mas era aí, também, que D. Leonor vinha, depois de tantos sustos, de tantas dificuldades vencidas, de tanto sangue derramado por sua causa, repousar triunfadora, segura já na frente a coroa real. Tudo estava do mesmo modo, salvo as personagens, que, em parte, eram diversas e em diversa situação.

El-rei, habitualmente alegre, assentara-se triste na cadeira de espadas, único móvel do aposento, e encostara a cabeça sobre o punho cerrado; D. Leonor, posto que naturalmente loquaz⁹⁶, assentada no estado defronte de D. Fernando, conservava-se, também, em silêncio; em pé, um pouco atrás da cadeira de el-rei, o donzel querido de D. Leonor, com os olhos fitos nela, esperava atento as determinações de sua senhora; ao longo da sala o conde de Barcelos e D. Gonçalo Teles passeavam lentamente, conversando em voz submissa e pausada.

Mas a taciturnidade⁹⁷ de cada uma das duas personagens principais tinha bem diferentes motivos.

⁹⁶ *Loquaz*: Alguém que fala muito.

⁹⁷ *Taciturnidade*: Tristeza.

A imagem da sua capital destruída havia-se embebido na alma de el-rei, como remorso cruel. Pelas sugestões de seu tio adoptivo, consentira que D. Henrique viesse livremente destruir a opulenta Lisboa. Ele, neto de Afonso IV, rejeitara os socorros de seus valorosos vassallos, que, ao esvoaçar dos pendões inimigos, de toda a parte haviam corrido, lança em punho, para combaterem debaixo da signa real; ele, cavaleiro, fora vil instrumento de vingança covarde; ele, rei de Portugal, fora o destruidor do seu povo; ele, português, recebera o nome de fraco de um castelhano, sem que ousasse desmentir a afronta! Estas ideias, que o tinham assaltado ao atravessar as ruínas dos arrabaldes, tomavam maior vulto e força na solidão e no silêncio. O pobre monarca, bom, mas excessivamente brando e irresoluto, tinha sobeja razão de estar triste. A Lua, que começava a subir, dava de chapa, através da janela oriental do aposento, no rosto de D. Fernando, como dois anos antes, quase a essa hora, lhe alumiará, também, as faces demudadas de aflição. Este lugar, esta luz e esta hora eram para ele funestas!

Nesse momento, passos mais rápidos e mais pesados que os dois fidalgos começaram a soar na sala contígua: quem quer que era passeava também.

Dos olhos de D. Fernando saíam dois ténues reflexos: eram os raios da Lua que se espalhavam em duas lágrimas.

A rainha, alevantando-se então, disse ao donzel:

– Nun'Álvares Pereira, vede quem está nessa sala.

Nun'Álvares abriu a porta e, alongando a cabeça, voltou imediatamente e disse:

– O corredor da Corte.

Os dois fidalgos pararam na extremidade do aposento, calaram-se e conservaram-se imóveis.

A rainha fez sinal com a mão a Nun'Álvares para que esperasse: o donzel ficou à porta sem pestanejar.

D. Leonor encaminhou-se então para el-rei, que embebido no seu profundo cismar, não vira, nem ouvira o que se fazia ou dizia. Curvando-se e firmando o cotovelo no braço da cadeira de el-rei, encostou a cabeça sobre o ombro dele, com a face unida à sua.

– Que tens tu, Fernando? – perguntou ela, com essa inflexão de voz que só sabem os lábios de esposa que muito ama, mas com que também soubera atinar esta mulher sublime de hipocrisia.

– Nada!... nada! – respondeu el-rei, lançando-lhe o braço ao redor do pescoço e apertando a face incendiada àquele rosto de anjo, que dissimulava um coração de demónio.

Os dois ténues reflexos da Lua tinham esmorecido nos olhos de D. Fernando: o hábito de Leonor Teles queimara as lágrimas de compaixão e do remorso.

– Enganas-me ou enganas-te a ti próprio, Fernando! – replicou a rainha. – Tu és infeliz, e eu sei porque o és. Aborreces já a pobre Leonor Teles.

O tom com que estas palavras foram proferidas era capaz de partir um coração de mármore.

– Enlouqueceste, Leonor? – replicou el-rei. –Aborrecer-te? Sem ti, este mundo fora para mim soledade, a coroa martírio, a vida maldição de Deus. Como nos primeiros dias de nossos amores, no leito da morte amar-te-ei ainda. Glória, riqueza, poderio, tudo te sacrifiquei; não me pesa. Mil vezes que tu o queiras to sacrificarei de novo.

– Ah, prouvera Deus que o teu amor fosse metade do que dizes: fosse metade do meu!

– Busca, inventa, aponta-me algum modo de provar o que digo, e verás se as minha palavras são sinceras!

– Há um, rei de Portugal! – replicou Leonor Teles, em cujos olhos cintilava o contentamento.

Dizendo isto, ela se afastara de el-rei. O seu aspecto tomou subitamente a expressão grave e sincera de uma rainha. A um gesto que fez, Nun'Álvares ergueu o reposteiro, e o carregador da Corte entrou. Trazia na mão um pergaminho aberto. Chegou ao pé de Leonor Teles, ajoelhou e entregou-lho.

A rainha pégou nele e apresentou-o a el-rei: o donzel trouxe uma das tochas que estavam nos ângulos do aposento e colocou-se à esquerda da cadeira de D. Fernando.

– A prova do que dissestes, rei de Portugal, está em estampardes no fim desse pergaminho o vosso selo de pureza.

D. Fernando recebeu o pergaminho e começou a ler: a cada uma das extensas linhas, que o obrigavam a descrever com a fronte uma curva, o tremor das mãos tornava-se-lhe mais violento e as contracções do rosto mais profundas. Antes de acabar de ler, atirou o pergaminho ao chão e, com voz terrível, exclamou, cravando os olhos reluzentes em Leonor Teles:

– Mulher, que me pedes tu?

– Justiça e as minhas arras.

Era a primeira vez que el-rei ousava resistir à vontade de Leonor Teles. Ela ainda não o cria. Habituada a ser obedecida pelo pobre monarca, estas últimas palavras foram proferidas com a insolência de uma resolução incontestável.

– Justiça? Contra quem a pedes? Contra cadáveres e moribundos. As tuas arras? Tiveste em dote as mais formosa vilas dos meus senhorios; tiveste o que mais desejavas, as arras de sangue e ruínas. Para te contentar, deixei Lisboa entregue ao furor de inimigos; para te contentar, fui vil e fraca; para te contentar, dos patíbulos já têm pendido sobejos cadáveres. E, ainda não satisfeita, pretendes que, antes de dormir uma única noite na minha capital assolada, confirme uma sentença de morte? Leonor! Tu eras digna de seres filha de meu implacável pai!

D. Leonor repelira o olhar, entre colérico e tímido, de D. Fernando, que mal acreditava a própria audácia, com um olhar em que se misturava a indignação e o desprezo. Ela ouvira as suas palavras sem mudar de aspecto; mas, apenas el-rei acabou, encaminhou-se para a janela onde batia o luar e estendeu a mão para o céu:

– Há dois anos, senhor rei, que neste aposento, a estas mesmas horas, um cavaleiro jurava a uma dama, de quem pretendia quanto mulher pode ceder a desejos de homem, que a amaria sempre; jurava-o pelo Céu, pelos ossos de seus avós, pela sua fé de cavaleiro – e o cavaleiro mentiu. As bocas de homens vis vomitavam contra essa mulher e a sua mesma hora os nomes de adúltera, de barregã, de prostituta, e pediam a sua morte. O cavaleiro sabia que tais afrontas escrevem-se para sempre na fronte de quem as recebe, se o sangue de quem as proferiu não as lava um dia. O cavaleiro ofereceu a sua alma aos demónios, se não as lavasse com sangue – e esse cavaleiro blasfemou e mentiu. Senhor rei, diante do Céu que ele invocou, perto dos ossos de seus avós, pelos quais jurou, à luz da Lua, que o alumia, dir-vos-ei: aquele cavaleiro foi perjuro, blasfemo, desleal e covarde, e eu a sua vítima. É contra ele que ora vos peço justiça. Rei de Portugal, justiça!

Esta última palavra restrugiu horrivelmente pelo aposento. El-rei, que, durante o discurso de Leonor, se erguera pouco a pouco, fascinado pelo seu gesto diabólico e pelo seu olhar fulminante, caiu outra vez, arquejando, sobre a cadeira. O desgraçado cobriu a cara com ambas as mãos e, depois de um momento de silêncio, murmurou:

– Mas, como punir aqueles que, talvez, são cadáveres? A guerra e a fúria popular os puniram!

D. Leonor triunfara.

– Nem todos! – prosseguiu a astuta e sanguinária pantera, acometendo o último entrincheiramento em que D. Fernando, já debalde, procurava defender-se. – Os seus mais vis inimigos ainda respiram e, porventura, ainda sonham vingança. Corregedor da Corte, lede os nomes escritos em vossa sentença.

O corregedor da Corte levantou o pergaminho, afastando-o dos olhos e interpondo a mão aberta entre estes e a tocha que Nun'Álvares segurava; tossiu das vezes, inclinou para trás a cabeça e, com o tom cheio e solene de um mestre em degredos, leu:

–« Item: Fernão Vasques, peom, alfayate, cabeça e propoedor dos ssusodictos rreveis.

Aqui abriu o peitilho da garnacha, tirou a sua ementa particular e leu a seguinte cota:

– «Vivo; muy malferido dhuña ffrechada com herva no ffecto de meirinho-moor; quando hos da cidade llevarom os castellãos de vencida até mêm rrua nova.

Lida esta observação, o corregedor continuou a ler sucessivamente os nomes dos réus e as respectivas cotas.

– « Item: Stevom Martins Bexigosso, mercador, peom, capitão dhuñ corpo dos ssusodictos rreveis. – Dizia a ementa: – Mortos de ssua door naturall.

« Item: Bertolameu Martijs, ourives, peom, dizidor de palavras de desacatamento contra sua rreal ssenhoria e de grão ssamdiçe e desavergonhamento. – Dizia a ementa: – Morto dhuñ emgenho dos imiguos.

«Item: Joham Laboeira, escudeiro, homem darmas, acostado do alcaide moor que ffoy do castello desta lyal çidade, capitão dos besteiros que fforom a Ssam domingos. – Dizia a cota: – Foi cativo dhos castellãos: dado em rrendiçom, e a boõ rrequado na pryssom Dalçaçova.

« Item: Bertolameu Chambão, peom, tanoeiro, cabeça da beestaria do concelho, deputado pera ffazer viltá e afronta a sua rreal ha muy excellente e muy vertuosa de grandes vertudes, rrainha dona llyanor. – Rezava a ementa: – Morto dhuñ lamçada aa porta dho fferro.

« Item: Ayras Gil, petintal, capitão dos rreveis, guarliotes, arraizes e pesquisadores Dalfama. – Dizia a cota: – Ffogado com os castellãos.

« Item: Frei Roy, dalcunha Zambrana, beguino, ffolliom, jograll de sseu officio, bevedo, assoalhador de palavras e dictos devedados e scuitta dhos rreveis. – Notava a ementa: – Enssandeçeu na pryssom ao ller da ssemtemça.

Pobre Frei Roi! Vendo-se condenado à morte, desesperado, revelara o que tinha sido na sedição – um espia de Leonor Teles. A cota da ementa fora tudo o que tirara das suas revelações. O corregedor, homem agudo, como o melhor mestre em leis ou em degredos, deduzira das suas palavras que o beguino *endoidecera*. Frei Roi trocava as ideias. Tinha sido espia, mas dos sediciosos.

Alevantando o cerco de Lisboa, o corregedor da Corte fora o primeiro presente que a nova rainha enviara à cidade. Àquele perspicaz e diligente magistrado poucos dias haviam bastado para preparar um sarau digno dela, uma sentença de morte. A prova da sua perspicácia e diligência estava em ter já no caminho da forca os desgraçados cuja sentença vinha trazer à confirmação real. Numa execução nocturna não havia a reear tumultos populares, e a brevidade que a rainha lhe recomendara neste negócio lhe fazia crer que não seria desagradável a sua real senhoria imediata execução dos réus.

Quando acabou a leitura, el-rei tirou da bolsa que trazia no cinto o selo de camafeu⁹⁸ e, sem dizer palavra, entregou-lhe ao corregedor. Este pegou na tocha de Nun'Álvares, deixou cair alguns pingos de cera no fundo do pergaminho, assentou-lhe em cima um fragmento de papel que tirara da ementa e cravou neste selo. As armas de el-rei ficaram aí estampadas. O corregedor fizera isto com a prontidão e o asseio que o mais hábil algoz enforcaria o seu próximo.

Depois o honesto magistrado entregou o selo a el-rei, cujo tremor nervoso se renovara durante a fatal cerimónia. Ao pegar-lhe, o pobre monarca deixou-o cair no chão. O selo foi rolando e parou aos pés de D. Leonor Teles. Ela empalideceu. Porquê? Talvez se lhe figurou uma cabeça humana que rolava diante dela.

O corregedor fez uma profunda vénia e perguntou em voz sumida à rainha:

– Quando, senhora?

No mesmo tom, D. Leonor respondeu:

– Já.

O destro e activo corregedor tinha dado no vinte. O *já* da rainha seria mais *já* do que ela própria pensava.

O corregedor saiu.

A um aceno de D. Leonor, o donzel meteu a tocha no anel de ferro embebido na parede donde a tinha tirado e encaminhou-se para junta da porta. Ali ficou de braços cruzados, olhos no chão, e imóvel como estátua. Desde este dia, o formoso donzel odiou

⁹⁸ *Camafeu*: Pedra preciosa de duas cores sobrepostas em que se esculpiu uma figura em alto-relevo.

no fundo da alma a sua mui nobre senhora, aquela que lhe cingira a espada. O generoso Nun'Álvares conhecera que debaixo desse rosto suave se escondia um instinto de besta-fera.

Os dois fidalgos continuaram a passear de um para outro lado, conversando em voz baixa, e como alheios à cena que ali se passava.

El-rei tomara a primeira postura em que estava, com o cotovelo firmado no braço da cadeira, e a cabeça encostada no punho; mas os seus olhos, revolvendo-se-lhe nas órbitas, incertos e espantados, exprimiam a dolorosa alienação daquela alma tímida, atormentada por mil affectos opostos.

Ouvia-se apenas o *cicio*⁹⁹ dos dois que conversavam. E, por largo espaço, aquele murmúrio e o respirar alto e convulso de D. Fernando foram o único ruído que interrompeu o silêncio do vasto aposento.

El-rei, com a mão esquerda pendente sobre os joelhos, deixava-se ir ao som das ideias tenebrosas que lhe ofuscavam o espírito e que, *protraídas*¹⁰⁰, o levariam bem próximo das raias de completa loucura. A imagem de Leonor Teles aparecia-lhe como composto monstruoso de vulto de anjo e de olhar de demónio. Um amor infinito arrastava-o para essa imagem; o horror afastava-o dela. Via-a como um simulacro das virgens que, na infância, imaginava, ao ouvir ler ao bom de seu aio Airas Gomes as lendas de mártires; mas logo cuidava ouvi-la dar risada infernal, passando por cima das ruínas da cidade deserta. O patíbulo e os delírios amorosos; o cheiro do sangue e o hálito dos banquetes misturavam-lhe no sendo íntimo: e o pobre monarca, nos seus desvarios, perdera a consciência do lugar, da hora e da situação em que se achava naquele terrível momento.

Mas um beijo ardente, dado nessa mão que tinha estendida, e lágrimas ainda mais ardentes, que a regavam, foram como faísca elétrica, revocando-o à razão e à realidade da vida.

A comoção indizível e misteriosa que sentira fez-lhe abaixar os olhos: a rainha estava a seus pés; era ela quem lhe cobria a mão de beijos e lhe regava de lágrimas.

D. Fernando afastou-a suavemente de si: ela alevantou o rosto celeste orvalhado de pranto; era, de feito, a imagem de uma das mártires que ele via no seu imanar da infância. D. Leonor ergueu as mãos suplicantes, com um gesto de profunda angústia: então, era mais formosa que elas.

⁹⁹ *Cicio*: murmúrio de palavras produzido em tom muito brando.

¹⁰⁰ *Protraídas*: Retraídas; tiradas para fora.

– Ah! – murmurou el-rei – porque é o teu coração implacável, ou porque te amei eu tanto?!

– Desgraçada de mim! – acudiu D. Leonor entre soluços. – O teu amor era como o íris do céu: era a minha paz, a minha alegria, a minha esperança; mas desvaneceu-se e passou: a vida de Leonor Teles desvanecer-se-á e passará com ele!

– É porque sabes que esse amor não pode padecer; que esse amor é como fado escrito lá em cima – interrompeu D. Fernando – que tu me fazes tingir as mãos de sangue, para satisfazer as tuas cruéis vinganças: é porque sabes que esgoto sempre o cálix das ignomínias quando as tuas mãos mo apresentam, que me sacias de desonra. Terás, acaso, algum dia piedade daquele que fizeste teu servo, e que pode esquivar-se a ser tua vítima.

– Aí quanto és injusto, Fernando, e quão mal me conheces! – exclamou Leonor Teles, limpando as lágrimas. – Foi a tua dignidade real, a tua justiça, o teu nome que eu quis salvar da tua própria brandura. Aos mesquinhos que me ofenderam perdoei de todo o coração; mas tu, que eras rei e juiz, não o podia fazer. Se o nome de teu virtuoso pai ainda hoje lembra a todos com veneração e amor, é porque teu pai foi implacável contra os criminosos, e aquilo em que pões a desonra e a ignomínia é a coroa de glória imortal que cerca o seu nome. Se as minhas palavras te constrangeram a escolher entre a confirmação dessa fatal sentença e a deslealdade e a blasfémia, que não cabem em coração e lábios de cavaleiro, foi por te salvar de ti mesmo. Se crês que nisto fui culpada, dize-me só: « Leonor, já não te amo!», e eu ficarei punida; porque nessas palavras estará escrita minha sentença de morte! Possas tu depois perdoar-me e proferir sobre a campa da pobre Leonor uma expressão de piedade!

As lágrimas e os soluços pareciam não a deixarem prosseguir. Reclinou a cabeça sobre os joelhos de el-rei, apertando-lhe a mão entre as suas com movimentos convulso.

Formosa, querida, humilhada a seus pés, como resistiria o pobre monarca? Unindo a face àquela fronte divina, só lhe disse: «Oh Leonor, Leonor!», e as suas lágrimas misturavam-se com as dela.

Durante esta luta de dor e da hipocrisia, em que, como sempre acontece, a última triunfava, o conde de Barcelos e D. Gonçalo Teles tinham-se encostado á janela fatal que dava para o rio e que, também, dominava grande porção do arrabalde ocidental da cidade. O espetáculo da noite era de melancólica magnificência.

A Lua caminhava nos céus limpos de nuvens, e pela face da Terra nem suspirava uma aragem. A claridade do luar refrangia-se nas águas, mas esmorecia

batendo na povoação, uma parede branqueada, uma pedra alva, onde espelhar-se, ou um sussurro de festa acorde com as suas harmonias. O incêndio e o ferro passado por lá, e Lisboa era um caos de ruínas, um cemitério sem lápides. Apenas, no extremo do seu, dantes, mais rico e povoado arrabalde, amarelejava, polido pelo tempo, o gótico Mosteiro de S. Francisco, junto de sua irmã mais velha a Igreja dos Mártires. No vale que ficava em meio a luz de cima embebia-se inútilmente na povoação que jazia extinta. A bela lua de Maio, tão fagueira para esta cidade querida, assemelhava-se à leoa que, voltando ao antro, acha o seu cachorrinho morto. A pobre fera ameiga-o como se fosse vivo, e vendo-o quedo, indiferente e frio, não crê, e vai e volta muitas vezes, renovando os seus inúteis afagos. Lisboa era um cadáver, e a Lua passava e sorria-lhe ainda!

Mais no meio daquele chão irregular, negro, calado, viam-se, aqui, acolá, luzinhas que se meneavam de um para o outro lado, ao que parecia, sem rumo certo. Era que os frades de S. Francisco e de S. Domingos faziam procurar por entre os entulhos as relíquias dos mortos, para lhes darem sepultura cristã. Neste piedoso trabalho, que seguiam sem descontinuar havia muito tempo, eram acompanhados por alguns do povo, que, para se esforçarem, cantavam uma cantiga pia, cujas coplas, bem que interrompidas, vinham, com tristes som, bater de vez em quando nos ouvidos dos dois cavaleiros. Rezavam as coplas:

*D'amigos e imigos,
Que aí são deitados,
Levemos os ossos
Ao chão dos finados.
Ave Maria!
Santa Maria!
Madre gloriosa,
Dess'alta ventura
Demovei os olhos
À nossa tristura.
Ave Maria!
Santa Maria!
Ao bento Jesus,
E ao padre eternal
Pedi que perdoe*

A quem morreu mal.

Ave Maria!

Santa Maria!

Esta longínqua toada perdeu-se no som de outra bem diversa, que se alevantou mais perto dos dois cavaleiros. Uma voz esganiçada dava o seguinte pregão:

– ... Justiça que manda el-rei em Fernão Vasques, João Lobeira e Frei Roi: que morram na forca, sendo ao primeiro as mãos decepadas em vida.

Os cavaleiros abaixaram os olhos para o lugar donde subira a voz: era no terreiro próximo; os três padecentes e o algoz, cercados de alguns bêteiros, aproximavam-se do cadafalso: vários vultos negros fechavam o préstito; daquela pinha partira uma voz do pregoeiro.

Este pregão, dado a horas mortas e numa praça deserta, parecia um escárnio. Mas o corregedor da Corte era afamado jurisconsulto, e nós temos ouvido a alguns que na execução das leis as formas são tudo. Assim piamente o cremos.

Duas se tinham, porém, esquecido: os desgraçados morriam, como aqueles que o salteador assassina na estrada, pela alta noite, e sem um sacerdote que os consolasse na extrema agonia.

O algoz empurrou brutalmente um dos padecentes par uma espécie de marco escuro que estava ao pé do patíbulo. Daí a nada, os cavaleiros viram reluzir duas vezes um ferro: ouviram sucessivamente dois golpes, dado como em vão, seguindo-se a cada um deles um grito de terrível angústia.

O conde de Barcelos quis rir-se, mas a risada gelou-se-lhe na garganta e, como Gonçalo Teles, recuou involuntariamente.

O grito que restrugira chegara aos ouvidos de el-rei.

– Que bradar de homem que matam é este? – perguntou ele.

– Justiça de sua senhoria que se executa – respondeu o conde, que neste momento retrocedia da janela.

– Oh desgraçados! Tão breve! – disse el-rei, passando a mão pela fronte, donde manava o suor da aflição e do terror. Olhando então para Leonor Teles, acrescentou:

– Até a derradeira mealha estão pagas vossas arras, rainha de Portugal! Que mais pretendeis de mim?

E deixou pender a cabeça sobre o peito.

D. Leonor não respondeu.

D. Gonçalo Teles aproximou-se então da cadeira de D. Fernando e curvou um joelho na terra.

El-rei levantou os olhos e perguntou-lhe:

– Que me quereis?

– Senhor – respondeu o honrado e nobre cavaleiro –, se vossa senhoria consentisse neste momento em ouvir a súplica de um dos seus mais leais vassallos!...

– Falai – replicou D. Fernando.

– João Lobeira acaba de receber prémio de sua traição – prosseguiu D. Gonçalo. – O desleal escudeiro possuía avultados bens, que ficam pertencendo à Coroa real. Por vossa muita piedade, podeis fazer mercê deles a seu filho Vasco Lobeira; mas o pobre moço ensandeceu há tempos! Tresleu com livros de cavalarias¹⁰¹, e tão varrido está que não fala em al¹⁰², senão um em que anda imaginando e a que pôs o nome Amadis. Para um mesquinho parvo e sandeu pouco basta, e vossa real senhoria bem sabe que minha escassa quantia mal chega...

– Calai-vos, calai-vos; que isso é negro e vil – bradou el-rei, redobrando-lhe o horror que tinha pintado no rosto. –Deixai, ao menos, que a sua alma chegue perante o trono de Deus!

– Apenas cinquenta maravedis! – murmurou D. Gonçalo, erguendo-se, e abaixando os olhos, aflito com a lembrança de sua extrema pobreza.

A 6 de Junho da era de César de 1411 (1373), em um dos andares da torre do castelo, o veador da Chancelaria¹⁰³, Álvaro Pires, passeando de um para outro lado, ditava a um mancebo, vestido de garnacha preta, o qual tinha diante de si tinteiro, penas e folhas avulsas de pergaminho, a seguinte nota:

– « Item. Pera se spreuer a ffolhas cento e vinte-oyto do llivro pymeiro da Chançalaria. Delrrey nosso senhor: Doaçam dos beës de rraiz e moviis de Joham Lobeira, confisquado e morto por treedor contra ho serviço de ssua rreal senhoria, ao muy noble D. Gonçaalo Tellez, per ho muyto divedo que cõ elrrey há, e pelos mytos serviços que del teẽ rreçebido e ao deante espera de rreçeber.

E o povo?... Oh, este sim! Mostrava-se agradecido e bom no meio de tantas infâmias e crimes.

¹⁰¹ *Tresleu com livros de cavalarias*: Enlouqueceu por ler de mais os livros de cavalarias.

¹⁰² *Falar em al*: Não falar em outra coisa, do latim.

¹⁰³ *Veador da Chancelaria*: Indivíduo responsável em selar os documentos.

Os populares que, na manhã imediata àquela horrível noite dos fins de Maio, passava pelo terreiro maldito onde pendiam da forca os três cadáveres, meneavam a cabeça e, seguindo avante, diziam:

– Boa e prestes foi a justiça de el-rei nos traidores. Alcácer por sua senhoria.

O CASTELO DE FARIA

(1373)

A breve distância da vila de Barcelos, nas faldas do Franqueira, alveja ao longe um convento de franciscanos. Aprazível é o sítio, sombreado árvores. Sentem-se ali o murmurar das águas e a bafagem suave do vento, harmonia da natureza, que quebra o silêncio daquela solidão, a qual, para nos servirmos de uma expressão de Frei Bernardo de Brito¹⁰⁴, com a saudade de seus horizontes parece encaminhar e chamar o espírito à contemplação das cousas celestes.

O monte que se alevanta ao pé do humilde convento é formoso, mas áspero e severo, como quase todos os montes do Minho. Da sua coroa descobre-se ao longe o mar, semelhante a mancha azul entornada na face da Terra. O espectador colocado no cimo daquela eminência volta-se para um e outro lado, as povoações e os rios, os prados e as fragas, os soutos e os pinhais apresentam-lhe o panorama variadíssimo que se descobre de qualquer ponto elevado da província de Entre Douro e Minho.

Este monte, ora ermo, silencioso e esquecido, já se viu regado de sangue: já sobre ele se ouviram gritos de combatentes, ânsias de moribundos, estridor de habitações incendiadas, sibilar de setas e estrondo de máquinas de guerra. Claros sinais de que aí viveram homens; porque é com estas balizas que eles costumam deixar assinalados sítios que escolheram para habitar na Terra.

O Castelo de Faria, com suas torres e ameias, com sua barbacã e fosso, com seus postigos e alçapões ferrados, campeou aí como dominador dos vales vizinhos. Castelo real da Idade Média, a sua origem some-se nas trevas dos tempos que já lá vão há muito; mas a febre lenta que costuma devorar os gigantes de mármore e de granito, o tempo, coou-lhe pelos ombros, e o antigo alcácer das eras dos reis de Leão desmoronou-se e caiu. Ainda no século dezassete, parte da sua ossada estava dispersa por aquelas encostas: no século seguinte já nenhuns vestígios dele restavam, segundo o testemunho de um historiador nosso. Um eremitério, fundado pelo celebre Egas Moniz, era o único eco do passado que aí restava. Na ermida servia de altar uma pedra trazida de Ceuta pelo primeiro duque de Bragança, D. Afonso. Era esta lájea a mesa em que costumava

¹⁰⁴ Frei Bernardo de Brito chamava-se, antes de se tornar religioso, Baltasar Brito de Andrade. Monge cisterciense, foi doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, cronista da sua congregação e cronista-mor do reinol nomeado por Filipe II, em 1616, por morte de Francisco de Andrade. (Por V.N)

comer Salat, último senhor de Ceuta¹⁰⁵. D. Afonso, que seguira seu pai D. João I na conquista daquela cidade, trouxe esta pedra entre os despojos que lhe pertenceram, levando-a consigo para a vila de Barcelos, cujo conde era. De mesa de banquetes mouriscos converteu-se essa pedra em ara do Cristianismo. Se ainda existe, quem sabe qual será o seu futuro?

Serviram os fragmentos do Castelo de Faria para se construir o convento edificado ao sopé do monte. Assim se converteram em dormitórios as salas de armas, as ameias das torres em bordas de sepulturas, os umbrais das balhasteiras e postigos em janelas claustrais. O ruído dos combates calou no alto do monte, e nas faldas dele alevantaram-se a harmonia dos salmos e o sussurro das orações.

Este antigo castelo tinha recordações de glória. Os nossos maiores, porém, curavam mais de praticar façanhas do que de conservar os monumentos delas. Deixaram, por isso, sem remorsos, sumir nas paredes de um claustro pedras que foram testemunhas de um dos mais heróicos feitos de corações portugueses.

Reinava entre nós D. Fernando. Este príncipe, que tanto degenera de seus antepassados em valor e prudência, fora obrigado a fazer paz com os Castelhanos, depois de uma guerra infeliz, intentada sem justificados motivos, e em que se esgotaram inteiramente os tesouros do Estado. A condição principal, com que se pôs termo a esta luta desastrosa, foi que D. Fernando casasse com a filha de el-rei de Castela: mas, brevemente, a guerra se acendeu de novo; porque D. Fernando, namorado de D. Leonor Teles, sem lhe importar o contrato de que dependia o repouso dos seus vassallos, a recebeu por mulher, com afronta da princesa castelhana. Resolveu-se o pai a tomar vingança da injúria, ao que o aconselhavam ainda outros motivos. Entrou em Portugal com um exército e, recusando D. Fernando aceitar-lhe batalha, veio sobre ele Lisboa e cercou-a. Não sendo o nosso propósito narrar os sucessos deste sítio, volveremos o fio do discurso para o que sucedeu no Minho.

O adiantado¹⁰⁶ de Galiza, Pedro Rodriguez Sarmiento, entrou pela província de Entre Douro e Minho com um grosso corpo de gente de pé e de cavalo, enquanto a maior parte do pequeno exército português trabalhava inútilmente ou por defender ou por descercar Lisboa. Prendendo, matando e saqueando, veio o adiantado até as imediações de Barcelos, sem achar quem lhe atalhasse o passo; aqui, porém, saiu-lhe ao encontro D. Henrique Manuel, conde de Seia e tio de el-rei D. Fernando, com a gente

¹⁰⁵ *Salat, último senhor de Ceuta*: Chefe mouro vencido em Batalha.

¹⁰⁶ *Adiantado*: Termo que se refere ao Governador da província.

que pôde ajuntar. Foi terrível o conflito; mas, por fim, foram desbaratados os portugueses, caindo alguns nas mãos dos adversários.

Entre os prisioneiros contavam-se o alcaide-mor do Castelo de Faria, Nuno Gonçalves. Saíra este com alguns soldados para socorrer o conde de Seia, vindo, assim, a ser companheiro na comum desgraça. Cativo, o valoroso alcaide pensava em como salvaria o castelo de el-rei seu senhor das mãos dos inimigos. Governava-o em sua audiência um seu filho, e era de crer que, vendo o pai em ferros, de bom grado desse a fortaleza para o libertar, muito mais quando os meios de defesa escasseavam. Estas considerações sugeriram um ardil a Nuno Gonçalves. Pediu ao adiantado que o mandasse conduzir ao pé dos muros do castelo; porque ele, com suas exortações, faria com que o filho o entregasse, sem derramamento de sangue.

Um troço de bêteiros e de homens de armas subia a encosta do monte da Franqueira, levando no meio de si o bom alcaide Nuno Gonçalves. O adiantado de Galiza seguia atrás com o grosso da hoste, e a costaneira ou ala direita, capitaneada por João Rodriguez de Viedma, estendiam-se, rodeando os muros pelo outro lado. O exército vitorioso ia tomar posse do Castelo de Faria, que lhe prometera dar nas mãos o seu cativo alcaide.

De roda da barbacã alvejavam as casinhas da pequena povoação de Farias: mas silenciosas e ermas. Os seus habitantes, apenas enxergaram ao longe as bandeiras castelhanas, que esvoaçavam soltas ao vento, e viram refulgir cintilante das armas inimigas, abandonando os seus lares, foram aconselhar-se no terreiro que se estendia entre os muros negros do castelo e a cerca exterior ou barbacã.

Nas torres, os atalaias vigiavam atentamente a campanha, e os almocadéns corriam com a rolda¹⁰⁷ pelas quadrelas do muro e subiam aos cubelos colocados nos ângulos das muralhas.

O terreiro onde se haviam acolhido os habitantes da povoação estava coberto de choupanas colmadas, nas quais se abrigava a turba dos velhos, das mulheres e das crianças, que ali se julgavam seguros da violência de inimigos desapiedados.

Quando o troço dos homens de armas que levavam preso Nuno Gonçalves vinha já a pouca distância da barbacã, os bêteiros que coroavam as ameias encurvavam as béstas, e os homens dos engenhos preparam-se para arrojar sobre os contrários os seus

¹⁰⁷ Roldas e sobrerroldas eram os soldados e oficiais encarregados de rodearem os postos e atalaias. (Por AH)

quadrelos e virotões, enquanto o clamor e o choro se alevantavam no terreiro, onde o povo inerme estava apinhado.

Um arauto saiu do meio da gente da vanguarda inimiga e caminhou para a barbacã; todas as béstas se inclinaram para o chão, e o ranger das máquinas converteu-se num silêncio profundo.

–Moço alcaide, moço alcaide! – bradou o arauto – teu pai, cativo do mui nobre Pacheco Rodriguez Sarmiento, adiantado de Galiza pelo muito excelente e temido D. Henrique de Castela, deseja falar contigo, de fora do teu castelo.

Gonçalo Nunes, o filho do velho alcaide, atravessou então o terreiro e, chegando à barbacã, disse ao arauto:

–A Virgem proteja meu pai: dissei-lhe que eu o espero.

O arauto voltou ao grosso de soldados que rodeavam Nuno Gonçalves, e, depois de breve demora, o tropel aproximou-se da barbacã. Chegados ao pé dela, o velho guerreiro saiu de entre os seus guardadores e falou com o filho:

–Sabes tu, Gonçalo Nunes, de quem é esse castelo, que, segundo o regimento de guerra, entreguei à tua guarda quando vim em socorro e ajuda do esforçado conde de Seia?

–É – respondeu Gonçalo Nunes – de nosso rei e senhor D. Fernando de Portugal, a quem por ele fizeste preito e menagem.

–Sabes tu, Gonçalo Nunes, que o dever de um alcaide é de nunca entregar, por nenhum caso, o seu castelo a inimigos, embora fique enterrado debaixo das ruínas dele?

–Sei, oh meu pai! – prosseguiu Gonçalo Nunes em voz baixa, para não ser ouvido dos castelhanos, que começavam a murmurar. –Mas não vês que a tua morte é certa, se os inimigos percebem que me aconselhaste a resistência?

Nuno Gonçalves, como se não tivera ouvido as reflexões do filho, clamou então:

–Pois se o sabes, cumpre o teu dever, alcaide do Castelo de Faria! Maldito por mim, sepultado sejas tu no Inferno, como Judas o traidor, na hora em que os que me cercam entrarem nesse castelo, sem tropeçarem no teu cadáver. –

–Morra! – gritou o almocadém¹⁰⁸ castelhano – Morra o que nos atraçou. – E Nuno Gonçalves caiu no chão atravessado de muitas espadas e lanças.

–Defende-te, alcaide! –foram as últimas palavras que ele murmurou.

¹⁰⁸ *Almocadém*: Denominação usada para o comandante de infantaria nos exércitos árabe e português.

Gonçalo Nunes corria como louco ao redor da barbacã, clamando vingança. Uma nuvem de frechas partiu do alto dos muros; grande porção dos assassinos de Nuno Gonçalves misturaram o próprio sangue com o sangue do homem leal ao seu juramento.

Os castelhanos acometeram o castelo; no primeiro dia de combate o terreiro da barbacã ficou alastro de cadáveres tismados e de colmos e ramos reduzidos a cinzas. Um soldado de Pedro Rodriguez Sarmiento tinha sacudido com a ponta da sua longa chuca um colmeiro incendiado para dentro da cerca; o vento suão soprava nesse dia com violência, e em breve os habitantes da povoação, que haviam buscado o amparo do castelo, pereceram juntamente com suas frágeis moradas.

Mas Gonçalo Nunes lembrava-se da maldição de seu pai; lembrava-se de que o vira moribundo no meio dos seus matadores, e ouvia os momentos o último grito do bom Nuno Gonçalves: «Defende-te, alcaide!»

O orgulhoso Sarmiento viu a sua soberba abatida diante dos torvos muros do Castelo de Faria. O moço alcaide defendia-se como um leão, e o exército castelhano foi constringido a levantar o cerco.

Gonçalo Nunes, acabava a guerra, era altamente louvado pelo brioso procedimento e pelas façanhas que obrara na defesa da fortaleza cuja guarda lhe fora encomendada por seu pai no último trance da vida. Mas a lembrança do horrível sucesso estava sempre presente no espírito do moço alcaide. Pedindo a el-rei o desonerasse do cargo que tão bem desempenhara, foi depor ao pé dos altares a cervilheira e o saio de cavaleiro, para se cobrir com as vestes pacíficas do sacerdócio. Ministro do santuário, era com lágrimas e preces que ele podia pagar a seu pai o ter coberto de perpétua glória o nome dos alcaides de Faria.

Mas esta glória, não há hoje aí uma única pedra que a ateste. As relações dos historiadores foram mais duradouros que o mármore.

A ABÓBADA

(1401)

I

O CEGO

O dia 6 de Janeiro do ano da Redenção 1401 tinha amanhecido puro sem nuvens. Os campos, cobertos aqui de relva, acolá de searas, que cresciam a olhos vistos com o calor benéfico do Sol, verdejavam ao longe, ricos de futuro para o pegureiro e para o lavrador. Era um destes formosíssimos dias de Inverno mais gratos que os do Estio, porque são de esperança, e a esperança vale mais do que a realidade; destes dias, que Deus só concedeu aos países do Ocidente, em que os raios do Sol, que começa a subir na eclíptica, estirando-se vívidos e trémulos por cima da terra enegrecida pela humidade, e errando por entre os troncos pardos dos arvoredos despídos pelas geadas, se assemelham a um bando de crianças, no primeiro viço da vida, a folgar e a rolar-se por cima da campa, sobre a qual há muito sussurrou o último ai da saudade, e que invadiram os musgos e abrolhos do esquecimento. Era um destes dias antipáticos aos poetas ossiânico-regelo-nevoentos¹⁰⁹, que querem fazer-nos aceitar como cousa mui poética

*Esses gelos do Norte, esses brilhantes
Caramelos dos topos das montanhas;*

sem se lembrarem de que

*Do sol do Meio-Dia aos raios vívidos,
Parvos! – se lhes derretem: a brancura
Perdem coa nitidez, e se convertem
De lúcidos cristais em água chilre;*

destes dias, enfim, em que a Natureza sorri como a furto rasgando o denso véu da estação das tempestades.

No adro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgarmente chamado da Batalha¹¹⁰, fervia o povo, entrando para a nova igreja, que de mui pouco tempo servia

¹⁰⁹ *Poetas ossiânico-regelo-nevoentos*: Alusão aos cantos épicos dos bardo-gaélicos, das terras de Irlanda e Escócia, cobertas de nevoeiros densos.

¹¹⁰ *Mosteiro de Santa Maria da Vitória*: Construído próximo ao local da batalha entre Portugal e Castela, em Aljubarrota. Antes deste combate, D. João I, o mestre de Avis, promete erguer um mosteiro se os portugueses alcançassem a vitória contra Castela. O que de fato aconteceu, o monarca ordenou a construção do edifício.

para as solenidades religiosas. Os frades dominicanos, a quem el-rei D. João I tinha doado esse magnífico mosteiro, cantavam a missa do dia debaixo daquelas altas abóbadas, onde repercutiam os sons do órgão e os ecos das vozes do celebrante, que entoavam os *quíries*¹¹¹.

Mas não era para ouvir a missa conventual que o povo se escoava pelo profundo portal do templo para dentro do recinto sonoro daquela maravilhosa fábrica; era para assistir ao auto da adoração dos reis, que com grande pompa se havia de celebrar nesta tarde dentro da igreja e diante do rico presepe que os frades tinham alevantado junto do arco da Capela do Fundador, então apenas começada. A concorrência era grande, porque os habitantes da Canoeira, de Aljubarrota, de Porto de Mós e dos mais lugares vizinhos, desejosos de ver tão curioso espetáculo, tinham deixado desertas as povoações para vir povoar por algumas horas o ermo do mosteiro. Aprazível cousa era o ver, descendo dos outeiros para o vale por sendas torcidas, aquelas multidões, vestidas de cores alegres e semelhantes, no seu complexo, a serpente imensa, que, transpondo as assomadas, se rolassem pelas encostas abaixo, reflectindo ao longe as cores variegadas da pele luzidia e lúbrica. Atravessando a pequena planície onde avultava o mosteiro, passava o rio Lena, cuja corrente tinham tornado caudal as chuvas da primeira metade da estação invernososa.

No campo contíguo ao edifício, aqui e acolá, alevantavam-se casarias irregulares, algumas fechadas com suas portas, outras apenas cobertas de madeira e abertas para todos os lados, à maneira de simples telheiros. As casas fechadas e reparadas contra as injúrias do tempo eram as moradas dos mestres e artífices que trabalhavam no edifício: debaixo dos telheiros viam-se nuns pedras só desbastadas, noutros algumas onde se começavam a divisar labores, noutros, enfim, pedaços de cantaria, em que os mais hábeis escultores e entalhadores já tinham estampado os primores dos seus delicados cinzéis. Mas o que punha espanto era a inumerável porção de pedras, lavradas, polidas e prontas para serem colocadas em seus lugares, que jaziam espalhadas pelo terreiro que, ao redor do edifício, se alargava para todos os lados: mainéis rendados, peças dos fustes, capitéis góticos, laçarias de bandeiras, cordões de arcadas, aí estavam tombados sobre grossas zorras ou ainda no chão, endurecido pelo contínuo perpassar de trabalhadores, oficiais e mais obreiros desta maravilhosa fábrica. Quem de longe olhasse para aquele extenso campo, alastrado de tantos primores de

¹¹¹ *Entoavam os quíries*: Momento durante a missa em que Deus é invocado três vezes.

escultura, julgara ver o assento de uma cidade antiquíssima, arrasada pelas mãos dos homens ou dos séculos, de que só restava em pé um monumento, o mosteiro. E todavia, esses que pareciam restos de uma antiga Balbek¹¹² não eram senão algumas pedras que faltavam para o acabamento dum convento de frades dominicanos, o Convento de Santa Maria da Vitória, vulgarmente chamado a Batalha!

Um quadrante de pedra, assentado em um canto do adro, apontava meio-dia. A igreja tinha sorvido dentro do seu seio desmesurado os habitantes das próximas povoações, e de todo o ruído e algazarra que poucas horas antes soava por aqueles contornos, apenas transpassavam pelas frestas e portas do templo os sons do órgão, soltando a espaços as suas melodias, que sussurravam e morriam ao longe, suaves como pensamento do Céu.

Não estava, porém, inteiramente ermo o terreiro da frontaria do edifício. Assentado sobre um troço de fuste, com os pés ao sol e o resto do corpo resguardado dos seus ardentes raios pela sombra de um telheiro, a qual se começava a prolongar para o lado do oriente, via-se um velho, venerável de aspecto, que parecia embrenhado em profundas meditações. Pendia-lhe sobre o peito uma comprida barba branca: tinha na cabeça uma touca foteada, um gibão escuro vestido, e sobre ele uma capa curta ao modo antigo. A luz dos olhos tinha-lha de rodo apagado a velhice; mas as suas feições revelavam que dentro daqueles membros trémulos e enrugados morava um ânimo rico de alto imagina. As faces do velho eram fundas, as maçãs do rosto elevadas, a fronte espaçosa e curva e o perfil do rosto quase perpendicular. Tinha a testa enrugada, como quem vivera vida de contínuo pensar, e, correndo com a mão os labores da pedra sobre que estava assentado, ora carregando o sobrolho, ora deslizando as rugas da fronte, repreendia ou aprovava com eloquência muda os primores ou as imperfeições do artífice que copiara à ponta de cinzel aquela página do imenso livro de pedra a que os espíritos vulgares chamam simplesmente o Mosteiro da Batalha.

Enquanto o velho cismava sozinho e palpava o canto, subtilmente lavrado, sobre que repousava os membros entorpecidos, à portaria do mosteiro, que perto dali ficava, outras figuras e outra cena se viam. Dois frades estavam em pé no limiar da porta e altercavam em voz alta: de vez em quando, pondo-se nos bicos dos pés e estendendo os pescoços, parecia quererem descobrir no horizote, que as cumeadas dos montes fechavam, algum objeto; depois de assim olharem um pedaço, encolhiam os pescoços e,

¹¹² *Balbek*: Antiga cidade da Círia.

voltando-se um par o outro, tratavam de novo renhida disputa, que levava seus visos de não acabar.

– Oh homem! – dizia um dos dois frades, a quem a tez macilenta e as barbas e cabelos grisalhos davam certo ar de autoridade sobre o outro, que mostrava nas faces coradas e cheias e na cor negra da barba povoada e revolta mais vigor de mocidade. – Já disse a vossa reverência que el-rei me escreveu, de seu próprio punho, que viria assistir ao auto da adoração dos reis e, de caminho, veria a Casa do Capítulo, a que ontem mestre Ouguet mandou tirar os simples que sustentavam a abóbada.

– E nego eu isso? – replicou o outro frade. – O que é que me parece impossível que el-rei venha, de feito, conforme a vossa paternidade prometeu em sua carta. Há muito que lá vai o meio-dia: daqui a pouco tocará a vésperas, e às duas por três é noite. Não vedes, padre-mestre, a que horas virá a acabar o auto? E este povo, este devoto povo que aí está, que aí vem, há-de ir como o escuro por esses descampados e serras, com mulheres, com raparigas...

– Tá, tá – interrompeu o prior. Temos luar agora, e vão de consum. O caso não é este, padre-procurador, o caso é se está tudo aviado para agasalharmos el-rei e os de sua companhia.

– Oh lá, quanto a isso, nada falta. Desde ontem que tenho tido tanto descanso como hoste ou cavalgada de castelhanos, diante das lanças do Condestável; o pior é que, segundo me parece, e dissei o que quisesdes, *opus et oleum peridi*¹¹³.

– Não falta quem tarde: el-rei não quebrará a palavra ao seu antigo confessor. O que quero é que todos os noviços e coristas que têm de fazer suas representações no auto estejam a ponto e vestidos, para ele começar logo que sua senhoria chegue.

– Nada receeis, que tudo está preparado; do que duvido é de que comecemos, se por el-rei houvermos de esperar.

O frade mais velho fez, a estas palavras, um gesto de impaciência e, sem dar resposta ao seu pirrónico interlocutor, estendeu outra vez o gasnate para a banda da estrada, fazendo com a extremidade do hábito uma espécie de sobrecéu para resguardar os olhos dos raios do Sol, que, já muito inclinado para o ocidente, batia de chapa no portala onde os dois reverendos estavam altercando.

¹¹³ *Opus et oleum peridi*: Perdi o azeite e o trabalho, do latim; Expressão proverbial.

Porém, meio descoroçoado, o dominicano logo abaixou os olhos: nem o mínimo vulto se enxergava no horizonte; e neste abaixar de olhos viu o cego, que estava ainda assentado sobre o fuste da coluna.

Para escapar, talvez, às reflexões de seu confrade, o reverendo bradou ao velho:

– Oh lá, mestre Afonso Domingues, bem aproveitais o conselheiro! Não vos quero eu mal por isso; que um bom sol de Inverno vale, na idade grave, mais que todos os remédios de longa vida que em seus alforges trazem por aí os físicos.

Dizendo e fazendo, o reverendo desceu os degraus do portal e encaminhou-se para o cego.

– Quem é que me fala? – perguntou este, alçando a cabeça.

– Frei Lourenço Lampreia, vosso amigo e servidor, honrado mestre Afonso. Tão esquecida anda já minha voz em vossas orelhas, que me não conheceis pela toada?

– Perdoai-me, mui devoto padre-prior – atalhou o velho, tentando com os pés o chão para erguer-se, no momento em que Frei Lourenço Lampreia chegava junto dele, seguido do seu confrade Frei Joane, procurador do mosteiro. – Perdoai-me! Foi-se o ver, vai-se o ouvir. Em distância, já não certo a distinguir as falas.

– Estai quedo; estai quedo, mestre Afonso – disse Frei Lourenço, segurando o cego pelo braço. – O indigno prior do Mosteiro da Vitória não consentirá que o mui sabedor arquitecto e imaginador Afonso Domingues, o criador da oitava maravilha do mundo, o que traçou este edifício, doado pelo virtuoso de grandes virtudes rei D. João à nossa Ordem, se alevante para estar de pé diante do pobre frade...

– Mas esse religioso – interrompeu o cego – é o mais abalizado teólogo de Portugal, o amigo do mui excelente doutor João das Regras e do grande Nun'Álvares, e privado e confessor de el-rei; Afonso Domingos é apenas uma sombra de homem, um troço de capitel partido e abandonado no pó das encruzilhadas, um velho tonto, de quem já ninguém faz caso. Se vossa caridade e humilde condição vos movem a doer-se de mim e a lembrar-vos de que fui vivo, não achareis nisso muitos de vossa igualha.

– De merencório humor estais hoje – disse o prior, sorrindo. – Não só eu vos amo e venero: el-rei me fala de vós em suas cartas. Não sois cavaleiro de sua casa? E a avultada tença que vos concedeu em paga da obra que traçastes e dirigistes, enquanto Deus vos concedeu vista, não prova que não foi ingrato?

– Cavaleiro!?! – bradou o velho. – Com sangue comprei essa honra! Comigo trago a escritura. – Aqui mestre Afonso, puxando com a mão trémula as atacas do gibão, abriu-o e mostrou duas largas cicatrizes no peito. – Em Aljubarrota foi escrito o

documento à ponta de lança por mão castelhana: a essa mão devo meu forro, que não o Mestre de Avis. Já lá vão quinze anos! Então ainda estes olhos viam claro, e ainda para este braço a acha de armas era brinco. El-rei não foi ingrato, dizeis vós, venerável prior, porque me concedeu uma tença!? Que a guarde em seu tesouro; porque ainda às portas dos mosteiros e dos castelos dos nobres se reparte pão por cegos e por aleijados.

Proferindo estas palavras, o velho não pôde continuar: a voz lhe tinha ficado presa na garganta, e dos olhos embaciados caíam-lhe pelas faces encovadas duas lágrimas como punhos. A Frei Lourenço também se arrasaram os olhos de água. Frei Joane, esse olhou fito para o cego durante algum tempo, com o olhar vago de quem não o compreendia. Depois, a ideia da tardança de el-rei e da tardança do auto, que, entrando pelas horas de ceiar e dormir, iria fazer uma brecha horrorosa na disciplina monástica, veio despertá-lo como espinho pungente. Começou a bufar e a bater o pé, semelhante ao corredor brioso *do Livro de Job*¹¹⁴ e da *Eneida*¹¹⁵. Entretanto, o arquitecto havia-se posto em pé: um pensamento profundamente doloroso parecia reverberar-lhe pela fronte nobre e turbada, e houve um momento de silêncio. Por fim, segurando com força a manga do hábito de Frei Lourenço, disse-lhe:

– Sois letrado, reverendo padre: deveis ter visto algum traslado da *Divina Comédia* do florentino Dante¹¹⁶.

– Li já, e mais de uma vez – respondeu o prior. – É obra-prima, daquelas a que os Gregos chamavam *epos, id est, enarratio et actio*¹¹⁷, segundo Aristóteles; e se não houvesse nesta escritura algumas ousadias contra o papa...

– Pois saabei, reverendo padre – prosseguiu o arquitecto, atalhando o ímpeto erudito do prior –, que este mosteiro que se ergue diante de nós era a minha *Divina Comédia*, o cântico da minha alma: concebi-o eu; viveu comigo largos anos, em sonhos e em vigílias: cada coluna, cada mainel, cada fresta, cada arco era uma página de canção imensa; mas canção que cumpria se escrevesse em mármore, porque só o mármore era digno dela. Os milhares de louvores que tracei em meu desenho eram milhares de

¹¹⁴ *Livro de Job*: Livro bíblico que narra a história de Jó, homem bom, rico e feliz, mas Deus permitiu que, por obra de Satanás, da noite para o dia, perdesse os filhos e tudo o que tinha e que fosse atacado por uma doença dolorosa, porém tem tudo restituído por vontade de Deus, devido a postura de fidelidade de Jó. Esse episódio, que se desenvolve em Uz, região que posteriormente veio a ser o território de Edom, localizada a sudeste do mar Morto, ou norte da Arábia, tem como foco narrativo o sofrimento humano.

¹¹⁵ *Eneida*: Poema épico, de Virgílio, poeta latino do século I a.C., sintetiza através da visão gloriosa do passado romano a importância das reformas propostas por Augusto no início do Principado. Os ideais augustanos estão representados através da composição do herói Eneias, proveniente da Tróia e destinado a fundar a Nova Tróia que viria a ser Roma.

¹¹⁶ *Divina Comédia* do florentino Dante:

¹¹⁷ *epos, id est, enarratio et actio*: Épica, isto é, narração e ação.

versos; e porque ceguei arrancaram-me das mãos o livro, e nas páginas em branco mandaram escrever um estrangeiro! Loucos! Se os olhos corporais estavam mortos, não o estavam os do espírito. O estranho a quem deram meu cargo não me entendia, e ainda hoje estes dedos descobriram nessa pedra que o meu alento não a bafejara. Que direito tinha o Mestre de Avis para sulcar com um golpe do seu montante a face de um arcanjo que eu citaria? Que direito tinha para me espremer o coração debaixo dos seus sapatos de ferro? Dava-lho o ouro que tem despendido? O ouro!... Não! O Mestre de Avis sabe que o ouro é vil; só é nobre e puro o génio do homem. Enganaram-no: vassalos houve em Portugal que enganaram seu rei! Este edifício era meu; porque o geri; porque o alimentei com a substância da minha alma; porque necessitava de me converter todo nestas pedras, pouco a pouco, e de deixar, morrendo, o meu nome a sussurrar perpétuamente por essas colunas e por baixo dessas arcarias. E roubaram-me o filho da minha imaginação, dando-me uma tença!... Com uma tença paga-se a glória e imortalidade? Agradeço-vos, senhor rei, a mercê!... Sois em verdade generoso... mas o nome de mestre Ouguet enredar-se-á no meu ou, talvez, sumirá este no brilho de sua fama mentida...

O cego tremia de todos os membros: a veemência com que falara exaurira-lhe as forças: os joelhos vergaram-lhe, e assentou-se outra vez em cima do fuste. Os dois frades estavam em pé diante dele.

– Estais mui perturbado pala paixão, mestre Afonso – disse Frei Lourenço, depois de larga pausa –, por isso menoscabais mestre Ouguet, que era, talvez, o único homem que aí havia capaz de vos substituir. Quanto a vós, pensaram os do conselho de el-rei que deviam propor-lhe vos desse repouso sustentamento para os cansados dias. Ninguém teve em mente ofender o mais sabedor e experto arquitecto de Portugal, cuja memória será eterna e nunca ofuscada.

– Obrigado – atalhou o velho – aos conselheiros de el-rei pelos bons desejos que em meu prol têm. São políticos, almas de lodo, que não compreendem senão proveitos materiais. Dão-me o repouso do corpo e assassinam-me o da alma! Acerca de mestre Ouguet, não serei eu quem negue suas boas manhas e ciência de edificar: mas que ponha ele por suas traças, e deixem-me a mim dar vulto às minhas. E demais: para entender o pensamento do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, cumpre ser português; cumpre ter vivido com a revolução que pôs no trono o Mestre de Avis¹¹⁸; ter tumultuado

¹¹⁸ *Revolução que pôs no trono o Mestre de Avis*: Levante popular contra a coroação de D. Beatriz irmão do rei D. Fernando, casada com D. João I, rei de Castela, e a favor do D. João, filho de D. Pedro e D. Inês

com o povo defronte dos paços da adúltera¹¹⁹; ter pelejado nos muros de Lisboa; ter vencido em Aljubarrota. Não é este edifício obra de reis, ainda que por um rei me fosse encomendado seu desenho e edificação, mas nacional, mas popular, mas da gente portuguesa, que disse: *não seremos servos do estrangeiro* e que provou seu dito. Mestre Ouguet, escolar na sociedade dos irmãos obreiros, trabalhou nas sés de Inglaterra, de França e de Alemanha, e aí subiu ao grau de mestre; mas a sua alma não é aquecida à luz do amor da pátria; nem, que o fosse, é para ele pátria esta terra portuguesa. Por engenho e mãos de portugueses devia ser concebido e executado, até seu final remate, o monumento da glória dos nossos; e eis aí que ele chamou de longes terras oficiais estranhos, e os naturais lá foram mandados adornar de primorosos labores a igreja de Guimarães. Sei que não seriam nem eu quem pusesse esse remate; mas nós deixaríamos sucessores que conservassem puras as tradições da arte. Perder-se-á tudo; e, porventura, tempo virá em que, nesta obra de séculos, não haja mãos vigorosas que prossigam os labores que mãos cansadas não puderam levar a cabo. Então o livro de pedra, o meu cântico de vitória, ficará truncado. Mas Afonso Domingues tem uma pensão de el-rei...

Em uma das casas que ficavam mais próximas, daquelas de que fizemos menção no princípio deste capítulo, ergueu-se a adufa de uma janela no momento em que o cego preferia as últimas palavras, e uma velha, em cuja cabeça alvejava uma toalha mui branca, gritou da janela:

– Mestre Afonso, quereis recolher-vos? Está pronta a ceia, e começa a cair a orvalhada, que a tarde vai nevoenta.

– Vamos lá, vamos lá, Ana Margarida; vinde guiar-me.

E Ana Margarida, ama de mestre Afonso Domingues, saiu da porta com a roca ainda na cinta, e o fuso espetado entre olhinho e o ourelo que o apertava. Chegando ao pé do velho, tocou-lhe com o braço, em que ele se firmou, tornando a erguer-se.

– Boas tardes, padre-prior – disse a ama, fazendo sua mesura, seguida de um lambe de dedos e de dois puxões nas barbas da estriga quase fiada.

– Vá na graça do Senhor, filha – respondeu Frei Lourenço, e acrescentou ao cego:

– Meu irmão, Deus aceita só ao homem, em desconto de grande dívida, a dor calada e sofrida. Resignai-vos na sua divina vontade.

de Castro, Mestre da Ordem de Avis. Eleito, pelo povo de Lisboa, regedor e defensor do reino, aclamado rei nas cortes de Coimbra em 1385.

¹¹⁹ *Adúltera*: Refere-se a D. Leonor Teles, que recebeu esse epíteto por ter sido esposa do fidalgo João Lourenço antes de casar-se com o rei D. Fernando.

– Na dele estou eu resignado há muito: na dos homens é que nunca me resignarei.

E Ana Margarida, que tinha a ceia ainda no lume, foi puxando o cego para a porta da casa.

– Ai, Afonso Domingues, Afonso Domingues! Vai-se-te após a vista o siso. Aborrida cousa é a velhice. Não vos parece, Frei Joane?

Isto dizia o prior, voltando-se para o outro frade, que supunha estaria atrás dele; mas Frei Joane tinha desaparecido dali manso e manso. Alongando os olhos ao redor de si, Frei Lourenço viu-o em pé sobre uma pedra a alguma distância.

O prior ia a pergunta-lhe o que fazia ali, quando o reverendo procurador saltou a correr, bradando:

– Ganhastes, padre-prior; ganhastes!... Eis el-rei que chega.

E, com efeito, Frei Lourenço, volvendo os olhos para o cimo de um outeiro, viu uma lustrosa companhia de cavaleiros, que com grande açodamento, descia para o vale do mosteiro.

II

MESTRE OUGUET

Uma das inumeráveis questões que, em nosso entender, eternamente ficarão por decidir, é a que versa sobre qual dos dois ditados *Voz do povo é voz de Deus* ou *Voz do povo é voz do Diabo* seja o que exprima a verdade. É indubitável que o povo tem uma espécie de presciência inata, de instinto divinatório. Quantas vezes, sem que se saiba como ou porque, ocorre voz entre o povo que tal navio saído do porto, tão rico de mercadorias como de esperanças, se perdeu em tal dia e a tal hora em praias estranhas. Passa o tempo, e a voz popular realiza-se com exacção espantosa. Assim de batalhas; assim de mil factos. Quem dá estas notícias? Quem as trouxe? Como se derramaram? Mistério é esse que ainda ninguém soube explicar. Foi um anjo? Foi um demónio? Foi algum feiticeiro? Mistério. Não há, nem haverá, talvez, nunca, filósofo que o explique; salvo se tal fenómeno é uma das maravilhas do magnetismo animal. Esse meio ininteligível de dar solução a tudo o que não entende é acaso a única via de resolver a dúvida. Se o é, os sábios explicarão o que nesse momento ocorria na Igreja de Santa Maria da Vitória.

Foi o caso: quando a cavalgada de que fizemos menção no fim do antecedente capítulo vinha descendo a encosta sobranceira à planície do mosteiro, entre o povo que estava dentro da igreja, impaciente já pela demora do auto, começou-se a espalhar um sussurro, que cada vez crescia mais. O motivo dele, não era fácil sabê-lo: nenhuma novidade ocorrera; ninguém tinha entrado ou saído. De repente, toda aquela multidão se agitou, remoinhou pela igreja e principiou a borbulhar pelo portal fora, como por bico de funil o líquido deitado de alto. Tinham sabido que el-rei chegava, e todos queriam vê-lo descavalgar, porque D. João I, plebeu por herança materna, nobre por ser filho de D. Pedro I, rei eleito por uma revolução e confirmado por cinquenta vitórias, era o mais popular, o mais amado e o mais acatado de todos os reis da Europa. Vinha montado em uma possante mula, e, assim, em outras os fidalgos e cavaleiros de sua casa. Trazia vestida sobre o brial uma jórnea de veludo carmesim, monteira preta, e nebri em punho, em maneira caçada. Chegando à porta do mosteiro, onde o esperava já Frei Lourenço com parte da comunidade, apeou-se de um salto e, com rosto risonho e a mão no barrete, agradeceu sua cortesia e aquelas mostras de amor aos populares, que gritavam, apinhados à roda dele: « Viva D. João I de Portugal; morram os castelhanos! », grito absurdo, mas semelhante aos vivas de todos os tempos; porque o povo, bem como o

tigre, mistura sempre com o rugido de amor o bramido que revela a sua índole sanguinária.

Por baixo daquelas soberbas arcadas desapareceu brevemente el-rei da vista da multidão, que tornou a sumir-se no templo para ver o auto, que não podia tardar.

– Mui receoso estava de que vossa real senhoria nos não honrasse nosso auto; porque o Sol não tarda a sumir-se no poente – dizia Frei Lourenço a el-rei, a cujo lado ia para o guiar ao seu aposento.

– Bofé¹²⁰, mui devoto padre-prior, que, por pouco estive a ponto de ter que levar a vossos pés mais uma mentira, como os outros pecados, que me não falecem, se amanhã me quisesse confessar ao meu antigo confessor – tornou-lhe el-rei, sorrindo-lhe.

– E certo estou de que, entre todos os pecados de que teríeis de vos acusar, este não fora o menos grave, e de que eu a muito custo absolveria vossa mercê – retrucou o prior, que tinha aprendido ainda mais depressa as manhas cortesãs no paço, do que a teologia no noviciado da sua Ordem.

– Mas, para onde me guias, reverendíssimo prior? – disse el-rei, parando antes de subir uma escada, para a qual Frei Lourenço o encaminhava.

–Ao vosso aposento, real senhor; por que tomeis alguma refeição e repouseis um pouco do trabalho do caminho.

– Não foi grande o feito, para tomar repouso – acudiu el-rei–, que de Santarém aqui é uma corrida de cavalo; muito mais para quem, em vez de cota de malha, arnês e braçais, traz vestidos de seda. Despi-los-ei bem depressa, já que el-rei de Castela quer jogar mais lançadas, e não vieram a conclusão de tréguas o Mestre de Sant'Iago com o Condestável. Mas vamos, meu doutíssimo padre; mostrai-me a Casa do Capítulo, a que mestre Ouguet acabou de pôr seu fecho e remate. Onde está ele? Quero agradecer-lhe a boa diligência.

– Beijo-vos as mãos pela mercê – disse mestre Ouguet, que, sabendo da chegada de el-rei, e certo de que ele desejaria ver aquela obra, tinha corrido ao mosteiro, e estava entre os da comitiva. – Se quereis ver a Casa do Capítulo, vamos para a banda da crasta.

Dizendo isto, sem cerimónia tomou a dianteira e encaminhou-se ao longo de um dos cobertos do claustro.

David Ouguet era um irlandês, homem mediano em quase tudo; em idade, em estatura, em capacidade e em gordura, salva na barriga, cujos tegumentos tinham

¹²⁰ *Bofé*: Expressão que significa abertamente ou à boa-fé; honestamente.

sofrido grande distensão em consequência da dura vida que a tirania do filho de Erin¹²¹ lhe fazia padecer havia bem vinte anos. Desde muito moço que começara a produzir grande impressão no seu espírito a invectiva do apóstolo contra os escravos do próprio ventre, e, para evitar essa condenável fraqueza, resolvera trazê-lo sempre sopeado. Não lhe dava tréguas. Se em Inglaterra o fizera muitos anos vergar sob o peso de dez atmosferas de cerveja, em Portugal submetia-o aos, mais fadigoso mister de canjirão permanente. Mortificava-o assim, para que não lhe acudissem soberbas e veleidades de senhorio e dominação. De resto, David Ouguet era bom homem, excelente homem: não fazia aos seus semelhantes senão o mal absolutamente indispensável ao próprio interesse; nunca matara ninguém, e pagava com pontualidade exemplar ao alfaiate e ao merceeiro. Prudente, positivo, e prático do mundo, não o havia mais: seria capaz de se empoleirar sobre o cadáver de seu pai para tocar a meta de qualquer desígnio ambicioso. Com três lições de frases ocas, dava pano para se engenharem dele dois grandes homens de estado. Tendo vindo a Portugal como um dos cavaleiros do duque de Lancastre, procurou obter e alcançou a proteção da rainha D. Filipa, que havendo Afonso Domingues cegado, o fez nomear mestre das obras do Mosteiro da Batalha, mostrando ele por documentos autênticos ter na sua mocidade subido ao grau de mestre na cidade secreta dos obreiros edificadores.

Esta é, em breve resumo, a história de David Ouguet, tirada de uma velha crónica, que em tempos antigos, esteve em Alcobaça encadernada em um volume juntamente com os traslados autênticos das Cortes de Lamego¹²², do Juramento de Afonso Henriques sobre a aparição de Cristo, da Carta de feudo a Claraval¹²³, das Histórias de Laimundo e Beroso¹²⁴, e de mais alguns papéis de igual veracidade e importância que, por pirraça às nossas glórias, provavelmente os Castelhanos nos levaram durante a dominação dos Filipes.

O lanço da crasta, fronteiro ao coberto por onde ia el-rei estava ainda por acabar. Apenas D. João I entrou naquele magnífico recinto, olhou para lá e, voltando-se para mestre Ouguet, disse:

¹²¹ *Erin*: Refere-se ao nome dado antigamente a Irlanda. (Por VN).

¹²² *Cortes de Lamego*: Refere-se a um documento falso surgido no século XVII, escrito no cartório do Mosteiro de Alcobaça, com pretensões de ser cópia de um documento do século XII, que testemunhava a existência de Cortes reunidas em Lamego, na Igreja de Santa Maria de Almacave, em 1143, para aclamar e coroar D. Afonso Henriques rei e estabelecer leis sobre herança e sucessão do reino. (Por VN)

¹²³ *Juramento de Afonso Henriques sobre a aparição de Cristo, da Carta de feudo a Claraval*: Referências a dois documentos falsos. (Por VN)

¹²⁴ *Laimundo e Beroso*: Supostos autores das crônicas que Frei Bernardo de Brito cita em abono de afirmações que faz. (Por VN)

– Parece-me que não vão tão aprimorados os labores daquelas arcarias como os destas. Que me dizeis, mestre Ouguet?

– Seguiu-se à risca nesta parte – tornou o arquitecto – o desenho geral do edifício, feito por mestre Afonso Domingues; porque seria grave erro destruir a harmonia desta peça: mas se vossa mercê mo permite, antes de entrardes no Capítulo tenho alguma cousa que vos dizer acerca do que ides presenciar.

– Falai desassombradamente – respondeu el-rei –, que eu vos escuto.

– Tomei a ousadia – prosseguiu mestre Ouguet – de seguir outro desenho no fechar da imensa abóbada que cobre o Capítulo. O que achei na planta geral contrastava as regras da arte que aprendi com os melhores mestres de pedraria. Era, até, impossível que se fizesse uma abóbada tão achatada, como na primitiva traça se delineou: eu, pelo menos, assim o julgo.

– E consultastes o aquitecto Afonso Domingues, antes de fazer essa mudança no que ele havia traçado? – interrompeu el-rei.

– Por escusado o tive – replicou David Ouguet. – Cego, e por isso inabilitado para levar a cabo a edificação, porfiaria que o seu desenho se pode executar, visto que hoje ninguém o obriga a prova-lo por obras. Sobra-lhe orgulho: orgulho de imaginador engenhoso. Mas que vale isso sem a ciência, como dizia o venerável mestre Villhelmo de Wykeham?¹²⁵ Menos engenho e mais estudo, eis do que havemos mister.

Dizendo isto, o arquitecto metera ambas as mãos no cinto, estendera a perna direita excessivamente empertigada e, com fronte arecta, vovera os olhos solene e lentamente para os circunstantes.

– Mestre Ouguet – acudiu el-rei, com aspecto severo–, lembrai-vos de que Afonso Domingues é o maior arquitecto português. Não entendo de vossas distinções de ciência e de engenho: sei só que o desenho de Santa Maria da Vitória causa assombro a vossos próprios naturais, que se gabam de ter no seu país os mais afamados do mundo: e esse mestre Afonso, de quem vós falais com pouco respeito, foi o primeiro aquitecto da obra que a vosso cargo está hoje.

– Vossa mercê me perdoe – tornou mestre Ouguet, adocicando o tom orgulhoso com que falara. – Longe de mim menoscabar mestre Domingues: ninguém o venera mais do que eu; mas queria dar a razão do que fiz, seguindo as regras do mui excelente

¹²⁵ *Villhelmo de Wykeham*: Importante arquiteto inglês nascido em Wykeham, também chegou a ocupar a cadeira episcopal em Winchester, sendo responsável pela reconstrução, em estilo gótico, da nave românica da catedral de Winchestria, que havia sido demolida. (Por V. N)

mestre Vilhelmo de Wykeham, a quem devo o pouco que sei, e cuja obra da Catedral de Winchestria tamanho ruído tem feito no mundo.

Com este diálogo chegou aquela comitiva ao portal que dava para a Casa do Capítulo. Frei Lourenço Lampreia, como o dono da casa, correu o ferrolho com certo ar de autoridade, e encostado ao umbral cortejou a el-rei no momento de entrar e aos mais fidalgos e cavaleiros que o acompanhavam. Mestre Ouguet, como pessoa também principalíssima naquele lugar, colocou-se junto do umbral fronteiro, repetindo com aspecto sobranceiro-risonho as medidas do mui devoto padre-prior.

Quando el-rei entrou dentro daquela espantosa casa, apenas através da grande janela que a alumia entrava uma luz frouxa, porque o Sol estava no fim de sua carreira, e o tecto profundo mal se divisava sem se afirmar muito a vista. Mestre Ouguet à porta, mas Frei Lourenço tinha entrado.

– Reverendo prior – disse el-rei, voltando-se para Frei Lourenço–, vim tarde para gozar desta maravilhosa vista: vamos ao auto da adoração, e amanhã voltaremos aqui a horas do sol.

E seguiu para a banda da sacristia, cuja porta lhe foi abrir o prior.

Mestre Ouguet entrou na Casa do Capítulo, quando já os últimos cavaleiros do séquito real iam saindo pelo lado oposto, caminho da igreja. Com as mãos metidas no cinto de couro preto que trazia, e a passo medido, o architecto caminhou até o meio daquela desconforme quadra. O som dos passos dos cavaleiros tinha-se desvanecido, e mestre Ouguet dizia consigo, olhando para a porta por onde eles haviam passado:

– Pobres ignorantes! Que seria o vosso Portugal sem estrangeiros, senão um país sáfaro e inculto? Sois vós, homens brigosos, capazes dos primores das artes ou, sequer, de entendê-los?... Lá vão, lá vão os frades celebrar um auto! Não serei eu que assista a ele: eu que vi os mistérios de Covêntria e de Widkirk¹²⁶! Miseráveis selvagens, antes de tentardes representar mistérios, fora melhor que mandásseis vir alguns irmãos da Sociedade dos Escrivães de Paróquia de Londres, que vos ensinassem os verdadeiros momos, ademanes e trejeitos usados em semelhantes autos.

Mestre Ouguet estava embebido neste mundo solilóquio em louvor da nação que lhe dava de comer, e, o que deveria pesar-lhe ainda mais na consciência, da nação que lhe dava de beber, quando, erguendo-se casualmente os olhos para a maciça abóbada

¹²⁶ *Covêntria e de Widkirk*: Coleções de autos ingleses, em acordo com a literatura eclesiástica apresentam figuras abstratas, aproximando-os de outra espécie de dramas medievais.

que sobre ele se arqueava, fez um gesto de indizível horror e, como doido, correu a bom correr pela crasta solitária, apertando a cabeça entre as mãos, e gritando a espaços:

– Oh, mal-aventurado de mim!

III

O AUTO

Junto a uma das colunas da Igreja de Santa Maria da Vitória estava alevantado um estrado, sobre o qual se via uma grande e maciça cadeira de espaldas, feita de castanho e lavrada de curiosidade bestiães e labores. Era este o lugar onde el-rei devia assistir ao auto da adoração dos reis. No mesmo estrado havia vários assentos rasos, para neles se assentarem os fidalgos e cavaleiros que o acompanhavam. Defronte do estrado e colocado ao pé do arco da Capela do Fundador, corria para um e outro lado da parede um devoto presépio, meio arguido do chão e representando serranias agrestes, ao sopé das quais estavam armada uma espécie de choça, onde, sobre a tradicional manjadoura, se via reclinado o Menino Jesus e, de joelhos dele, a Virgem e S. José acompanhados de vários anjos, em acto de adoração. Diante da cabana e no mesmo nível, corria um largo e grosseiro cadafalso de muitas tábuas, para o qual, por um dos lados, davam serventia duas grossas e compridas pranchas de pinho, por onde deviam subir as personagens do auto.

Tanto que el-rei saiu da porta do cruzeiro que dá para a sacristia, encaminhou-se pela igreja abaixo e veio assentar-se na cadeira de espaldas, conduzido por Frei Lourenço, que, com todos os modos de homem cortesão, ofereceu os assentos aos demais cavaleiros e fidalgos.

Pela mesma porta da sacristia saíram logo as primeiras figuras do auto, as quais, descendo ao longo da nave, subiram ao cadafalso pelas pranchas de que fizemos menção.

Estas primeiras figuras eram seis, formando uma espécie de prólogo ao auto. Três que vinham adiante representavam a Fé, a Esperança e a Caridade, após elas, vinham a Idolatria, o Diabo e a Soberba; todas com suas insígnias mui expressivas e a ponto; mas o que enlevava os olhos da grande multidão dos espectadores era o Diabo, vestido de peles de cabra, com um rabo que lhe arrastava pelo tablado e seu forçado na mão, mui vistoso e bem-posto. Feitas as vénias a el-rei, a Idolatria começou seu arazoado contra a Fé, queixando-se de que ela a pretendia esbulhar da antiga posse em que estava de receber cultos de todo o género humano, ao que a Fé acudia com dizer

que, *ab initio*¹²⁷, estava apontado o dia em que o império dos ídolos devia acabar, e que ela Fé não era culpada de ter chegado tão asinha esse dia. Então o Diabo vinha, lamentando-se de que a Esperança começasse de entrar nos corações dos homens; que ele Diabo tinha jus antiquíssimo de desesperar toda a gente; que se dava ao demo por ver as perrarias que a Esperança lhe fazia; e, com isto, careteava com tais momos e trejeitos, que o povo ria a rebentar, o mais devotamente que era possível. Ainda que o Diabo fizesse de truão da festa, nem por isso a sua contendora, a Esperança, dava descargo de si com menos compostura do que a tão honrada virtude cumpria, dizendo que ela obedecia ao Senhor de tôdalas cousas, e que este, vendo e considerando os grandes desvaios que pelo mundo iam, e como os homens se arremessavam desacordadamente no Inferno, a mandara para lhes apontar direito o caminho do Céu; e por aqui seguia com razões mui devotas e discretas, que moveriam a devotadíssimas lágrimas os ouvintes, se a devoto riso os não movesse o Diabo com seus trejeitos e esgares, como, com bastante agudeza, reflecte o autor da antiga crónica de que fielmente vamos transcrevendo esta verídica história. A Soberba, que estava impando, ouvidas as razões da Esperança, travou dela mui rijo e, com voz torvada e rosto aceso, começou de bradar que esta dona era sandia, porque entendera enganar os homens com vaidades de incertos futuros e sustenta-los com fumo; que pretendia, contra toda a ordem de boa razão, que a gente vil houvesse igual quinhão no Céu com os senhores e cavaleiros, o que era descomunal ousadia e fora da geral opinião e direito, indo por aqui discursando com remoques mui orgulhosos, como a Soberba que era. Não sofreu, porém, o ânimo da Caridade tão descomposto razoar da sua figadal inimiga, e lho atalhou com tomar a mão naquele ponto e notar que os filhos de Adão eram todos uns aos olhos do Todo-Poderoso; que a Soberba inventara as vãs distinções entre os homens, e que à vida eternal mais amorosamente eram os pequenos e humildosos chamados, do que os potentes, o que provou claramente à sua contrária com bastos textos das santas escrituras, de que a Soberba ficou mui corrida, por não ter contra tão grande autoridade resposta cabal. E acabado o dizer da Caridade, um anjo subiu ao cadafalso, para sua sentença, que foi mandar recolher ao abismo a Idolatria, o Diabo e a Soberba, e anunciar às três virtudes que as ia elevar ao Céu, onde reinariam em glória perdurável. Então o Diabo, fazendo horribilíssimos biocos, pegou pela mão às suas companheiras e fugiu pela igreja fora, com grandes apupos e doestos dos espectadores.

¹²⁷ *Ab initio*: Desde o início, em latim.

Guiando as três virtudes, o anjo (por uma daquelas liberdades cénicas que ainda hoje se admitem, quando, nas vistas de marinha, o actor que vem embarcado desce dois ou três degraus das ondas de papelão para a terra de soalho), em vez de subir ao Céu, como anunciara, desceu pelas pranchas que davam para o pavimento da igreja, e, caminhando ao longo da nave, se recolheu à sacristia, acompanhado da Fé, Esperança e Caridade, tão vitorizadas pelos espectadores, como apupados tinham sido o Diabo e as suas infernais companheiras.

Ainda bem não eram recolhidas estas figuras, quando, pela mesma porta do cruzeiro, saíram os três reis magos, ricamente vestidos ao antigo, com roupas talares de fina tela, mantos reais, e coroas na cabeça. Adiante vinha Baltasar, homem já velho, mas bem disposto de sua pessoa, com aspecto grave e autorizado e com umas barbas, posto que brancas, bem povoadas; logo após ele, vinha o rei Belchior, e a este seguia-se Gaspar. Traziam todos suas bocetas, em que eram guardados os preciosos dons que ao recém-nascido vinham de longes terras ofertar. Subindo ao cadafalso, disseram como uma estrela os guiara até Jerusalém e como desta cidade, depois de muito trabalhado e duvidoso caminho, tinham acertado em vir a Belém e, com grande folgança, encontravam aí o presepe, para fazer seu ofertório, o que, em verdade, era cousa mui piedosa de ouvir. O rei Baltasar, como mais velho e sisudo, foi o primeiro que ajoelhou junto do presepe e, com voz mui entoada e depondo ante o Menino seus presentes, disse:

Santo filho de David,
Divinal
Salvador da triste raça
Humanal,
Que descestes lá do assento
Celestial;
Vós da glória imperador
Eternal,
Aceitai este ofertório
Não real,
Pobre si. É quanto posso:
Não hei al.
O que fora compridoiro
De auto tal

*Bem o sei. Andei más vias,
 Por meu mal;
 Que dez dias prantei tendas
 De arraial
 Nas soidões fundas d'Arabia.
 Mui fatal.
 Meus camelos há tisnado
 Sol mortal;
 E um, de vento do deserto,
 Vendaval.
 O presente que aí vedes
 Pouco val;
 É sòmente algum incenso
 Oriental;
 Que o tesouro que eu trazia,
 Mui cabal,
 Soterrou-mo a tempestade
 No areal.*

E com isto, o venerável rei Baltasar, depois de fazer sua oração em voz baixa, ergueu-se, e o rei Belchior, ajoelhando e depondo a urna que trazia nas mãos ante o presepe, disse:

*Vindo sou lá do Cataio
 A adorar-vos, alto infante,
 Redentor:
 Não me pôs na alma desmaio
 Ser de terra tão distante
 Rei, senhor!
 É bem torva a minha face:
 Minhas mãos tingidas são
 De negrura;
 Mas na terra onde o Sol nasce
 Mais se cobre o coração*

De tristura;
Porque o torpe Mafamede
Sua crença mui sandia
Mandou lá,
E não há quem dela arrede
Essa gente, que aperfia
Em ser má.
Real tronco de Jessé,
Mui fermoso, se eu pudera,
Vos levará,
E, convosco, à vossa fé
Os incréus eu converterá,
E os salvará.
Ora quero ver se peito
São José, que é vosso padre...

Um sussurro, que começara no momento em que o rei preto ajoelhou e que mal deixara ouvir a precedente loa (obra mui prima de certo leigo, afamado jogral daquele tempo), cresceu neste momento a tal ponto, que o corista que fazia o papel de Belchior não pôde continuar, com grande dissabor do poeta, que via murchar a coroa de louros que neste auto esperava obter. O povo agitava-se, e do meio dele saíam gritos descompostos, que aumentavam o tumulto. El-rei tinha-se erguido, e juntamente os demais cavaleiros e fidalgos: todos indagavam a origem do motim; mas não havia acertar com ela. Enfim, um homem, rompendo por entre a multidão, sem touca na cabeça, cabelos desgrenhados, boca torcida e coberta de escuma, olhos esgazeados, saltou para dentro da teia, que fazia um claro em roda do tablado. Apenas se viu dentro daquele recinto, ficou imóvel, com os braços estendidos para o tecto, as palmas das mãos voltadas para cima, e a cabeça encolhida entre os ombros, como quem, cheio de horror, via sobre si desabar aquelas altíssimas e maciças arcarias.

– Mestre Ouguet! – exclamou el-rei espantado.

– Mestre Ouguet! – gritou Frei Lourenço, com todos os sinais de assombro.

– Mestre Ouguet! – repetiram os cavaleiros e fidalgos, para também dizerem alguma cousa.

– Quem fala aqui no meu nome? – rosnou David Ouguet, com voz comprimida e sepulcral. – Malvados! Querem assassinar-me?! Querem arrojarem sobre mim esse montão de pedras, como se eu fora um cão judeu, que merecesse ser apedrejado?! Oh meu Deus, salvai a minha alma! – E depois de breve silêncio, em que pareceu tomar fôlego: – Não vos chegueis aí! – bradou ele. – Não vedes essas fendas, profundas como o caminho do Inferno? São escuras: mas, através delas, lá enxergo eu o luar! Vós não, porque vossos olhos estão cegos... porque o vosso bom nome não se escoa por lá!... Cegos?... Não vós!... mas ele! Ele é que se ri e folga na sua orgulhosa soberba! Vede como escancara aquela boca hedionda; como revolve, debaixo das pálpebras cobertas de vermelhidão, aqueles olhos embaciados!... Maldito velho, foge diante de mim!... Maldito, maldito!... Curvada já no centro... senti-a escaliçar e ranger... Estavas tu assentado em cima dela? Feiticeiro!... Anda, que eu bem ouço as tuas gargalhadas!... Não há um raio que te confunda?... Não!

Dizendo isto, mestre Ouguet cobriu a cara com as mãos e ficou outra vez imóvel.

El-rei, os cavaleiros, os padres mais dignos que estavam de roda do estrado real, os reis magos, os populares, todos olhavam pasmados para o arquitecto, que assim interrompera a solenidade do auto. Silêncio profundo sucedera ao ruído que a aparição daquele homem desvairado excitara. Milhares de olhos estavam fitos nesse vulto, que semelhava uma larva de condenado saída das profundezas para turbar a festa religiosa. Por mais de um cérebro passou este pensamento; em mais de uma cabeça os cabelos se eriçaram de horror; mas, dos que conheciam mestre Ouguet, nenhum duvidou de que fosse ele em corpo e alma. Que proveito tiraria o demónio de tomar a figura do arquitecto para fazer uma das suas irreverentes diabruras? Só uma suposição havia que não era inteiramente desarrazoada: David Ouguet podia estar possesso, em consequência de algum grave pecado; pecado que, talvez, tivesse omitido na última confissão, que fizera na véspera de Natal. Isto era possível e, até, natural; que não vivia ele a mais justificada vida. Supor que endoidecera parecia grande despropósito; porque nenhum motivo havia para tal lhe acontecer, quando merecera os gabos de el-rei de todos, por ter levado a cabo a grandiosa obra que lhe estava encomendada. Estes e outros raciocínios, hoje ridículos, mas, segundo as ideias daquela época, bem fundados e correntes, fazia o reverendo padre-procurador Frei Joane, que tinha vindo assistir ao auto e estava em pé atrás do estrado, perto de Frei Lourenço Lampreia. Revolvendo tais pensamentos, no meio daquele silêncio ansioso em que todos estavam, não pôde ter-

se que, pé ante pé, se não chegasse ao prior e lhos comunicasse em voz baixa, ao ouvido.

– Não vou fora disso – respondeu o prior, que, enquanto o outro frade lhe falara, estivera dando à cabeça, em sinal de aprovação.– O olhar espantado, o escumar, o estorcer os membros e o falar não sei de que feiticeiro, tudo me induz a crer que o demónio se chantou naquele miserável corpo, como vós aventais. Se assim é, pouco juízo mostrou desta vez o diabo em vir com os seus esgares e tropelias atalhar o mui devoto auto da adoração. Examinemos se assim é, e eu vo-lo darei bem castigado.

Dizendo isto, Frei Lourenço chegou-se a el-rei e disse-lhe o que quer que fosse. Ele escutou-o atentamente e, tanto que o prior acabou, assentou-se outra vez na sua cadeira de espaldas e fez sinal com a mão aos fidalgos e cavaleiros para que também se assentassem.

Frei Lourenço, acompanhado de mais alguns frades, subiu pela igreja acima e entrou na sacristia. Todos ficaram esperando, silenciosos e imóveis como mestre Ouguet, o desfecho desta cena, que se encaixava no meio das cenas do auto.

Tinham passado obra de três credos, quando, saindo outra vez da porta da sacristia, Frei Lourenço voltou pela igreja abaixo, revestido com as vestes sacerdotais, chegou à teia, abriu-a e encaminhou-se para mestre Ouguet. Depois, olhando de roda e fazendo um aceno de autoridade, disse:

– Ajoelhai, cristãos, e orai ao Padre Eterno por este nosso irmão, tomado de espírito imundo.

A estas palavras, rei, cavaleiros, frades, povo, tudo se pôs de joelhos. E ouvia-se ao longo das naves o sussurro das orações.

Só mestre Ouguet ficou sem se bulir, com o rosto metido entre as mãos.

O prior lançou a estola à roda do pescoço do possesso e queria atar os três nós do ritual; mas o paciente deu um estremeção e, tirando as mãos da cara, fez um gesto de horror e gritou:

– Frade abominável, também tu és conluiado com o cego?

– Não há dúvida! – disse por entre os dentes o prior. – Mestre Ouguet está endemoninhado.

Tirando então da manga um pergaminho, em que estavam escritas várias cousas de doutrina, pô-lo sobre a cabeça do mestre, fazendo sobre ele três vezes o sinal-da-cruz.

David Ouguet soltou então uma destas risadas nervosas que horrorizam e que tão frequentes são, quando o padecimento moral sobrepuja as forças da natureza.

– Cão tihoso – bradou Frei Lourenço –, espírito das trevas, enganador, maldito, luxurioso, insipiente, ébrio, serpe, víbora, vil e refece demónio; enfim, castelhano. Em nome do Criador e senhor de tôdalas as cousas, te mando que repitas o credo ou saias deste miserável corpo.

Mestre Ouguet ficou imóvel e calado.

– Não cedez?! – prosseguiu o prior. – Recorrerei ao sétimo, ao mais terrível exorcismo. Veremos se poderás ao teu salvo escarnecer das criaturas feitas à imagem e semelhança de Deus.

Depois de várias cerimónias e orações, Frei Lourenço chegou-se ao pobre irlandês e começou a repetir o conjuro, fazendo-lhe uma cruz sobre a testa, a cada uma das seguintes palavras, que proferia lentamente:

– Hel – Heloym – Heloa – Sabaoth – Helyon – Esereheye – Adonay – Iehova
– Ya – Thetagrammaton – Saday – Messias – Hagios – Ischiros – Otheos – Athanatos –
Sother – Emanuel – Agla...

– Jesus! – bradou a uma voz toda a gente que estava na igreja.

– Diabo! – gritou mestre Ouguet; e caiu no chão como morto.

E houve um momento de angústia e terror, em que todos os corações deixaram de bater, e em que todos os olhos, braços e pernas ficaram fixos, como se fossem de bronze.

Um ruído, semelhante ao de cem bombardas que se houvessem disparado dentro do mosteiro e que soara da banda da sacristia, tinha arrancado aquele grito de mil bocas e convertido em estátuas essa multidão de povo.

Há situações tão violentas que, se durassem, a morte se lhes seguiria em breve; mas a providente Natureza parece restaurar com dobrada energia o vigor físico e espiritual do homem depois destes abalos espantosos. Então, melhor que nunca, ele sente em si que, posto que despenhado, não perdeu a sublimidade da sua origem divina. A reação segue a ação; e quanto mais tímido o indivíduo se mostrou, mais viva é a consciência da própria força, que, depois disso, renasce com o destemor e ousadia.

Foi o que sucedeu a D. João I, aos cavaleiros do seu séquito e ao povo que estava na Igreja de Santa Maria, passado aquele instante de sobrenatural pavor. A terribilidade da cerimónia que Frei Lourenço executava, o ruído inesperado que rompera o exorcismo, o grito blasfemo do arquitecto, no momento de cair por terra, o lugar, a

hora, eram cousas que, reunidas, fariam pedir confissão a uma grande manada de enciclopedistas e que, por isso, não é de admirar fizessem impressão vivíssima em homens de um século, não só crente, mas também supersticioso. Todavia, o ânimo indomável do Mestre de Avis brevemente fez cobrar alento a todos os que aí estavam.

– É, em verdade, descomunal maravilha o que temos visto e ouvido – disse ele com voz firme, voltando-se para os que o rodeavam –; mas cumpre indagar donde procede o ruído que veio interromper o mui devoto padre-prior no exercício do seu ministério tremendo. Soou esse medonho estampido da banda do claustro; vamos examinar o que seja: se diabólico, estamos na casa de Deus, e a Cruz é nosso amparo; se natural, que haverá no mundo capaz de pôr espanto em cavaleiros portugueses?

Dizendo isto, el-rei desceu do estrado e encaminhou-se para a sacristia. Os cavaleiros da comitiva, os frades, os três reis magos (que ainda estavam em pé sobre o tablado) e grande parte do povo tomaram o mesmo caminho.

El-rei ia adiante, e o prior era o que mais de perto o seguia. Cruzaram o arco gótico que dava comunicação para a sacristia: aí tudo estava em silêncio; uma lâmpada que pendia do tecto dava luz frouxa e mortiça, e, a esta luz incerta e baça, encaminharam-se para a porta do Capítulo. Ao chegar a ela, todos recuaram de espanto, e um segundo grito soou e veio morrer sussurrando pelas naves da igreja quase deserta:

– Jesus!

As portas haviam estoirado nos seus grossíssimos gonzos, e muito cimento solto e pedras quebradas tinham rolado pelo portal fora, entulhando-lhe quase um terço da altura. Olhando para o interior daquela imensa quadra, não se viam senão enormes fragmentos de cantos lavrados, de laçarias, de cornijas, de voltas e de relevos: a Lua, que passava tranquila nos céus, reflectia o seu clarão pálido sobre este montão de ruínas, semelhantes aos monumentos irregulares de um cemitério cristão; e, por cima daquele temeroso silêncio, passava o frio leste da noite e vinha bater nas faces turbadas dos que, apinhados na sacristia, contemplavam este lastimoso espectáculo.

Dos olhos de el-rei e de Frei Lourenço caíram algumas lágrimas, que eles debalde tentavam reprimir.

A abóbada do Capítulo, acabada havia vinte e quatro horas, tinha desabado em terra!

IV

UM REI CAVALEIRO

Em uma quadra das que serviam de aposentos reais no Mosteiro da Batalha, à roda de um bufete de carvalho de lavor antigo, cujos pés, torneados em linha espiral, eram travados por uma espécie de escabelo, que pelos topos se embebia neles, estavam assentadas várias personagens daquelas com quem o leitor já tratou nos antecedentes capítulos. Eram estas D. João I, Frei Lourenço Lampreia e o procurador Frei Joane. El-rei estava à cabeceira da mesa, e no topo fronteiro o prior, tendo à sua esquerda Frei Joane. Além destes, outros indivíduos aí estavam, que as pessoas lidas nas crónicas deste reino também conhecerão: tais eram os doutores João das Regras e Martim de Océm, do conselho de el-rei, cavaleiros mui graves e autorizados, e, afora eles, mais alguns fidalgos que D. João I particularmente estimavam. Atrás da cadeira de el-rei, um pajem esperava, em pé, as ordens do seu real senhor. O quadrante do terrado contíguo apontava meio-dia.

Em cima do bufete estava estendido um grande rolo de pergaminho, no qual todos os olhos dos circunstantes se fitavam: era a traça ou desenho do mosteiro que delineara mestre Afonso Domingues, onde, além dos prospectos gerais do edifício, iluminados primorosamente, se viam todos os cortes e alçados de cada uma das partes dessa complicada e maravilhosa fábrica. El-rei tinha a mão estendida e os dedos sobre o risco da casa capitular, ao passo que falava com o prior:

– Parece impossível isso; porque natural desejo é de todos os homens alcançarem repouso e pão na velhice, e não vejo razão para mestre Afonso se doer da mercê que lhe fiz.

– Pois a conversação que vos relatei, tive-a com ele ainda ontem, pouco antes de vossa mercê aqui chegar.

– E como vai David Ouguet? – perguntou el-rei.

– Com grande melhoria – respondeu o prior. – Dormiu bom espaço e acordou no seu juízo. Contou-me que, entrando ontem após nós na Casa do Capítulo e afirmando a vista na abóbada, conhecera que tinha gemido e estava a ponto de desabar; que sentira apertar-se-lhe o coração e que, com a sua aflição, correria pela crasta fora, como doido; que no céu se lhe afigurava um relampaguear incessante e medonho; que via... nem ele

sabe o que via, o pobre homem. Depois disso, diz que perdera o tino, e de nada mais se recorda.

– Nem dos exorcismos? – perguntou em meia voz Martim de Océm, com um sorriso malicioso.

– Nem dos exorcismos – retrucou Frei Lourenço no mesmo tom, mas subindo-lhe ao rosto a vermelhidão da cólera. – A propósito, doutor. Dizem-me que Anequim é morto, e que el-rei proveu o cargo num dos do seu conselho. Seria verdadeira esta mercê singular?

E o frade media o letrado de alto a baixo, com os olhos irritados. Este preparava-se para vibrar ao prior uma nova injúria indirecta, naquele jogo de alusões que era as delícias do tempo, quando el-rei acenou ao pajem, dizendo-lhe:

– Álvaro Vaz de Almada, ide depressa à morada de Afonso Domingues, dizei-lhe que eu quero falar-lhe e guiai-o para aqui. Fazei isso com tento: lembrai-vos de que ele é um antigo cavaleiro, que militou com o vosso muito esforçado pai.

O pajem saiu a cumprir o mandado de el-rei.

– Dizeis vós – prosseguiu este, dirigindo-se a João das Regras e a Martim de Océm – que talvez Afonso Domingues se enganasse em supor que era possível fazer uma abóbada tão pouco erguida, como é a que ele traçou para o Capítulo. Não creio eu que tão entendido architecto assim se enganasse: mais inclinado estou a persuadir-me de que o lastimoso successo de ontem à noite procedesse da grave falta cometida por mestre Ouguet nesta edificação.

– E que falta foi essa, se a vossa mercê apraz dizer-mo? – replicou João das Regras.

– A de não seguir de todo o ponto o desenho de mestre Afonso – tornou el-rei.

– E se a execução da sua traça fosse impossível? – acudiu o doutor.

– Impossível?! – atalhou el-rei. – E não contava ele com levá-la a efeito, se Deus o não tolhesse dos olhos?

– E é disso que mais se dói mestre Afonso – interrompeu o prior. – A sua grande canseira é que ninguém saberá continuar a edificação do mosteiro ou, como ele diz, prosseguir a escritura do seu livro de pedra, porque ninguém é capaz de entender o pensamento que o dirigiu na concepção dele.

– Roncarias e feros são esses próprios de quem foi homem de armas de Nun'Álvares – disse o chanceler João das Regras. – Todos os da sua bandeira são como

ele. Porque sabem jogar boas lançadas, têm-se em conta de príncipes dos discretos; e o cego não se esqueceu ainda de que comeu da caldeira do Condestável.

João das Regras, émulo de Nun'Álvares, não perdeu esta oportunidade de lhe pôr pecha; mas D. João I, que conhecia serem esses dois homens as pedras angulares do seu trono, escutava-os sempre com respeito, salvo quando falavam um do outro; posto que o Condestável, homem mais de obras que de palavras, raras vezes menoscabava os méritos do chanceler, contentando-se com lançar na balança em que João das Regras mostrava o grande peso da sua pena o montante com que ele Nun'Álvares tinha, em cem combates, salvado a pátria do domínio estranho e a cabeça do chanceler das mãos do carrasco, de que não o livrariam nem os graus de doutor de Bolonha, nem os textos das leis romanas.

– Deixai lá o Condestável, que não vem ao intento – disse el-rei –; o que me importa é ouvir mestre Afonso sobre este caso. Quisera antes perder um recontro com castelhanos do que cuidar que o Capítulo de Santa Maria da Vitória ficará em ruínas. Mestre Ouguet com a sua arte deixou-lhe vir ao chão a abóbada: se Afonso Domingues for capaz de a tornar a erguer e deixá-la firme, concluirei daí que vale mais o cego que o limpo de vista: e digo-vos que o restituirei ao antigo cargo, ainda que esteja, além de cego, sopo e mouco.

Neste momento entrava o velho arquitecto, agarrado ao braço de Álvaro Vaz de Almada, que o veio guiando para o topo da desmesurada banca de carvalho, à roda da qual se travara o diálogo que acima transcrevemos.

– Dom donzel, onde é que está el-rei? – dizia Afonso Domingues ao pajem, caminhando com passos incertos ao longo do vasto aposento.

D. João I, que ouvira a pergunta, respondeu em vez do pajem:

– Agora nenhum rei está aqui, mas sim o Mestre de Avis, o vosso antigo capitão, nobre cavaleiro de Aljubarrota.

– Beijo-vos as mãos, senhor rei, por vos lembrardes ainda de um velho homem de armas que para nada presta hoje. Vede o que de mim mandais; porque, de vossa ordem, aqui me trouxe este bom donzel.

– Queria ver-vos e falar-vos; que do coração vos estimo, honrado e sabedor arquitecto do Mosteiro de Santa Maria.

– Arquitecto do Mosteiro de Santa Maria, já o não sou: vossa mercê me tirou esse encargo; sabedor, nunca o fui, pelo menos muitos assim o crêem, e alguns o dizem.

Dos títulos que me dais só me cabe hoje o de honrado; que esse, mercê de Deus, é meu, e fora infâmia roubá-lo a quem já não pode pegar em montante para defendê-lo.

– Sei, meu bom cavaleiro, que estais muito torvado comigo por dar a outrem o cargo de mestre das obras do mosteiro: nisso cria eu fazer-vos assinalada mercê. Mas, venhamos ao ponto: sabeis que a abóbada do Capítulo desabou ontem à noite?

– Sabia-o, senhor, antes do caso suceder.

– Como é isso possível?

– Porque todos os dias perguntava a alguns desses poucos obreiros portugueses que aí restam como ia a feitura da casa capitular. No desenho dela pusera eu todo o cabedal do meu fraco engenho, e este aposento era a obra-prima da minha imaginação. Por eles soube que a traça primitiva fora alterada e que a juntura das pedras era feita por modo diverso do que eu tinha apontado. Profetizei-lhes então o que havia de acontecer. E – acrescentou o velho, com um sorriso amargo – muito fez já o meu sucessor em por tal arte lhe pôr o remate que não desabasse antes das vinte e quatro horas.

– E tínheis vós por certo que, se a vossa traça se houvera seguido, essa desmesurada abóbada não viria a terra?

– Se estes olhos não tivessem feito com que eu fosse posto de banda como uma carta de testamento antiga, que se atira, por inútil, para o fundo de uma arca, a pedra de fecho dessa abóbada não teria de vir esmigalhar-se no pavimento antes de sobre ela pesarem muito séculos; mas os do vosso conselho julgaram que um cego para nada podia prestar.

– Pois, se ousais levar a cabo vosso desenho, eu ordeno que o façais, e desde já vos nomeio de novo mestre das obras do mosteiro, e David Ouguet vos obedecerá.

– Senhor rei – disse o cego, erguendo a fronte, que até ali tivera curvada –, vós tendes um ceptro e uma espada; tendes cavaleiros e besteiros; tendes ouro e poder: Portugal é vosso, e tudo quanto ele contém, salvo a liberdade dos vossos vassallos: nesta nada mandais. Não!... vos digo eu: não serei quem torne a erguer essa derrocada abóbada! Os vossos conselheiros julgaram-me incapaz disso: agora eles que a alevantem.

As faces de D. João I tingiram-se do rubor do despeito.

– Lembrai-vos, cavaleiro – disse-lhe –, de que falais com D. João I.

– Cuja coroa – acudiu o cego – lhe foi posta na cabeça por lanças, entre as quais reluzia o ferro da que eu brandia. D. João I é assaz nobre e generoso, para não se esquecer de que nessas lanças estava escrito: os vassallos portugueses são livres.

– Mas – tornou el-rei – os vassallos que desobedecem aos mandados daquele em cuja casa têm acostamento, podem ser privados da sua moradia...

– Se dizeis isso pela que me destes, tirai-ma; que não vo-la pedi eu. Não morrerei de fome; que um velho soldado de Aljubarrota achará sempre quem lhe esmole uma mealha; e quando haja de morrer à minguá de todo humano socorro, bem pouco importa isso a quem vê arrancarem-lhe, nas bordas da sepultura, aquilo porque trabalhou toda a vida: um nome honrado e glorioso.

Dizendo isto, o velho levou a manga do gibão aos olhos baços e embebeu nela uma lágrima mal sustida. El-rei sentiu a piedade coar-lhe no coração comprimido de despeito e dilatar-lho suavemente. Umas das dores de alma que, em vez de alacerar, a consolam, é sem dúvida a compaixão.

– Vamos, bom cavaleiro – disse el-rei pondo-se em pé –, não haja entre nós doestos. O architecto do Mosteiro de Santa Maria vale bem o seu fundador! Houve um dia em que nós ambos fomos pelejadores: eu tornei célebre o meu nome, a consciência mo diz, entre os príncipes do mundo, porque segui avante por campos de batalha; ela vos dirá, também, que a vossa fama será perpétua, havendo trocado a espada pela pena com que traçastes o desenho do grande monumento da independência e da glória desta terra. Rei dos homens do aceso imaginar, não desprezeis o rei dos melhores cavaleiros, os cavaleiros portugueses! Também vós fostes um deles; e negar-vos-eis a prosseguir na edificação desta memória, desta tradição de mármore, que há de recordar aos vindouros a história dos nossos feitos? Mestre Afonso Domingues, escutai os ossos de tantos valentes que vos acusam de trairdes a boa e antiga amizade. Vem de todos os vales e montanhas de Portugal o soído desse queixume de mortos; porque, nas contendas da liberdade, por toda a parte se verteu sangue e foram semeados cadáveres de cavaleiros! Eia, pois: se não perdoais a D. João I uma suposta afronta, perdoai-a ao Mestre de Avis, ao vosso antigo capitão, que, em nome da gente portuguesa, vos cita para o tribunal da posteridade, se refusais consagrar outra vez à pátria vosso maravilhoso engenho, e que vos abraça, como antigo irmão nos combates, porque, certo, crê que não querereis perder na vossa velhice o nome de bom e honrado português.

El-rei parecia grandemente comovido, e, talvez involuntariamente, lançou um braço ao redor do pescoço do cego, que soluçava e tremia sem soltar uma só palavra.

Houve uma longa pausa. Todos se tinham posto em pé quando el-rei se erguera e esperavam ansiosos o que diria o velho. Finalmente este rompeu o silêncio:

– Vencestes, senhor rei, vencestes!... A abóbada da casa capitular não ficará por terra. Oh meu Mosteiro da Batalha, sonho querido de quinze anos de vida entregues a pensamentos, a mais formosa das tuas imagens será realizada, será duradoura, como a pedra em que vou estampá-la! Senhor rei, as nossas almas entendem-se: as únicas palavras harmoniosas e inteiramente suaves que tenho ouvido há muitos anos, são as que vos saíram da boca: só D. João I compreende Afonso Domingues; porque só ele compreende a valia destas duas palavras formosíssimas, palavras de anjos: pátria e glória. A passada injúria, aos vossos conselheiros a atribuí sempre, que não a vós, posto que de vós, que éreis rei, me queixasse; varrê-la-ei da memória, como o entalhador varre as lascas e a pedra moída pelo cinzel de cima do vulto que entalhou em gárgula de cimalha rendada. Que me restitua os meus oficiais e obreiros portugueses; que português sou eu, portuguesa a minha obra! De hoje a quatro meses podeis voltar aqui, senhor rei, e ou eu morrerei ou a casa capitular da Batalha estará firme, como é firme a minha crença na imortalidade e na glória.

El-rei apertou então entre os braços o bom do cego, que procurava ajoelhar aos seus pés. Era a atracção de duas almas sublimes, que voavam uma para a outra. Por fim, D. João I fez um sinal ao pajem, que se aproximou:

– Álvaro Vaz, acompanhai este nobre cavaleiro a sua pousada. E vós, mestre muito sabedor, ide repousar: dentro de quinze dias vossos antigos oficiais terão voltado de Guimarães para cumprirem o que mandardes. Mui devoto padre-prior – continuou el-rei, voltando-se para Frei Lourenço –, entendei que de ora avante Afonso Domingues, cavaleiro da minha casa, torna a ser mestre das obras do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, enquanto assim lhe aprouver.

O prior fez uma profunda reverência.

A alegria tinha tolhido a voz do arquitecto: diante de toda a Corte el-rei o havia desafrontado, e já, sem desdouro, podia aceitar o encargo de que o tinham despojado. Com passos incertos, e seguro ao braço do pajem, saiu do aposento, feita vénia a el-rei.

Este deu imediatamente ordem para a partida. Quando todos iam saindo, o prior chegou-se ao velho chanceler e disse-lhe em tom submisso:

– Doutor Johannes a Regulis, espero que narreis fielmente à rainha o que sucedeu e a certifiqueis de quanto me custa ver tirada a régua magistral a mestre Ouguet...

– Foi – tornou o político discípulo de Bártolo – mais uma façanha de D. João I: começou por brigar com um louco, e acabou abraçando-o, por lhe ver derramar uma

lágrima. Bem trabalho por fazer do Mestre de Avis um rei; mas sai-me sempre cavaleiro andante. Não lhe sucedera isto, se, em vez de passar a mocidade em pelejas, a houvera passado a estudar em Bolonha. Tenho-lhe dito mil vezes que é preciso lisonjear os ingleses porque carecemos deles: a tudo me responde com dizer que, com Deus e o próprio montante, tem em nada Castela; todavia a gente inglesa ufanava-se de ser David Ouguet o mestre desta edificação. E que importava que ela fosse mais ou menos primorosa, a troco de contentarmos os que connosco estão liados? Quanto a vós, reverendo prior, ficai descansado; tudo fia a rainha da vossa prudência, que é muita, posto que não vistes Bolonha. Vamos, reverendíssimo.

A Corte já tinha saído: os dois velhos seguiram-na ao longo daquelas arcadas, conversando um com o outro em voz baixa.

V

O VOTO FATAL

Rica de galas, a Primavera tinha vestido os campos da Estremadura do viço de suas flores: a madressilva, a rosa agreste, o rosmaninho e toda a casta de boninas teciam um tapete odorífero e imenso, por charnecas, cômoros e sapais e pelo chão das matas e florestas, que agitavam as frentes sonolentas com a brisa de manhã puríssima, mostrando aos olhos um baloiçar de verdura compassado com o das searas rasteiras, que, mais longe, pelas veigas e outeiros, ondeavam suavemente. Eram 7 de Maio da era de 1439 ou, como os letrados diziam, do ano da Redenção 1401. Quatro meses certos se contavam nesse dia, depois daquele em que, numa das quadras do aposento real no Mosteiro da Batalha, se passara a cena que no antecedente capítulo narrámos e que extraímos do famoso manuscrito mencionado no capítulo II, com aquela pontualidade e verdade com que o grande cronista Frei Bernardo de Brito citava só documentos inegáveis e autores certíssimos, e com aquela imparcialidade e exacção com que o filósofo de Ferney referia e avaliava os factos em que podia interessar a religião cristã.

Assistiu o leitor à promessa que mestre Afonso Domingues fez a D. João I de que dentro de quatro meses lhe daria posto o remate na abóbada da casa capitular de Santa Maria da Vitória, e lembrado estará de como el-rei lhe prometera, também, mandar ir de Guimarães todos os oficiais portugueses que, despedidos da Batalha por mestre Ouguet, como menos habilitados que os estrangeiros, haviam sido mandados para a obra, posto que grandiosa, menos importante, de Santa Maria da Oliveira, hoje desaportuguesada e caiada e dourada e mutilada pelo mais bárbaro abuso da riqueza e da ignorância clerical. A palavra do Mestre de Avis não voltara atrás, não por ser palavra de rei, mas por ser palavra de cavaleiro português daqueles tempos, em que tão nobres affectos e instintos havia nos corações dos nossos avós que de bom grado lhes devemos perdoar a rudeza. Tendo partido de Alcobaça para Guimarães, onde nesse ano se juntavam cortes, apenas aí chegara tinha mandado partir para Santa Maria da Vitória os oficiais e obreiros mais entendidos, que vieram apresentar-se a mestre Afonso.

Este, resolvido, também, a cumprir o prometido, metera mãos à obra. O

Capítulo foi desentulhado: aproveitaram-se as pedras da primeira edificação que era possível aproveitar, lavraram-se outras de novo, armaram-se os simples¹²⁸ e, muito antes do dia aprazado, o fecho ou remate da abóbada repousava no seu lugar.

Durante estes quatro meses os sucessos políticos tinham trazido D. João I a Santarém, onde se fizera prestes com bom número de lanças, bêteiros e peões para ir juntar-se com o Condestável, e entrarem ambos por Castela, cuja guerra tinha recommençado, por se haverem acabado as tréguas. Para esta entrada se aparelhara el-rei com uma lustrosa companhia dos seus cavaleiros e, caminhando pela margem direita do Tejo, acampara junto a Tancos, onde se havia de construir uma ponte de barcas, para passar o exército e seguir avante até o Crato, que era o lugar aprazado com o Condestável, para juntos irem dar sobre Alcântara.

Em Val de Tancos estava assentado o arraial da hoste de el-rei: os petintais que tinham vindo de Lisboa trabalhavam na ponte de barcas que se devia lançar sobre o Tejo; os bêteiros alimpavam suas béstas e folgavam em lutas e jogos; os cavaleiros corriam pontas, atiravam ao tavolado, monteavam ou matavam o tempo em banquetes beberrias. Tinham chegado àquele sítio a 5 de Maio, e no dia seguinte el-rei partira aferradamente para a Batalha, porque não se esquecera de que os quatro meses que pedira Afonso Domingues para alevantar a abóbada eram passados, e fora avisado por Frei Lourenço de que a obra estava acabada, mas que o architecto não quisera tirar os simples senão na presença de el-rei.

Antes de partir de Lisboa, D. João I mandara sair dos cárceres em que jaziam com número de criminosos e de cativos castelhanos, que, com grande pasmo dos povos, e rodeados por uma grossa manga de bêteiros, tomaram o caminho da Batalha, sem que ninguém aventasse o motivo disto. Todavia, ele era óbvio: el-rei pensou que, assim como a abóbada do Capítulo desabara, da primeira vez, passadas vinte e quatro horas depois de desamparada, assim podia agora derrocar-se em cima dos obreiros, no momento de lhe tirarem os prumos e traveses sobre que fora edificada. Solícito pela vida dos seus vassallos, parente do povo pela sua mãe, e crendo por isso que a morte de um popular também tinha seu trance de agonia e que lágrimas de órfãos pobres eram tão amargas ou, porventura, mais que as de infantes e senhores, não quis que se arriscassem senão vidas condenadas, ou pela guerra ou pelos tribunais, e que, naquela, se tinham remido pela covardia e, nestes, pela piedade ou, antes, pelo esquecimento dos juizes.

¹²⁸ *Armaram-se os simples*: Armação de madeira ou metal destinada a suportar os materiais dos arcos ou abóbadas durante a sua execução.

E se da primeira vez lhe não ocorrera esta ideia, fora porque, também, na memória de obreiros portugueses não havia lembrança de ter desabado uma abóbada apenas construída.

Seguido só por dois pajens, D. João I atravessou a vila de Ourém pelas horas mortas do quarto de modorra, e antes do meio-dia apeou-se à portaria do mosteiro.

Os oficiais que trabalhavam em vários lavores, pelos telheiros e casas ao redor do edifício, viram passar aquele cavaleiro e os dois pajens, mas não o conheceram: D. João I vinha coberto de todas as peças e, ao galgar o ginete pelo outeiro abaixo, tinha descido a viseira.

– *Benedicite!*¹²⁹ – dizia el-rei, batendo devagarinho à porta da cela de Frei Lourenço.

– *Pax vobis, domine!*¹³⁰ – respondeu o prior, que logo reconheceu el-rei e veio abrir a porta.

– Não vos incomodeis, reverendíssimo – disse D. João, entrando na cela e sentando-se em um tamborete –, deixai-me resfolegar um pouco e dai-me uma vez de vinho.

– Não vos esperava tão de salto – tornou Frei Lourenço; e, abrindo um armário, tirou dele uma borracha e um canjirão de madeira, que encheu de vinho e, pegando com a esquerda em uma escudela de barro de Estremoz, cheia de uma espécie de bolo feito de mel, ovos e flor de farinha, apresentou a el-rei aquela colação.

– Excelente almoço – dizia el-rei, descalçando o guante ferrado e cravando a espaços os dedos dentro da escudela, donde tirava bocados do bolo, que ajudava com alentados beijos dados no canjirão. Depois que cessou de comer, limpando a mão ao forro do tonelete, pôs-se em pé, enquanto Frei Lourenço guardava os despojos daquela batalha.

– Bofé – disse D. João I, rindo – que não ando ao meu talante, senão com o arnês às costas! Cada vez que o visto, parece-me que torno à mocidade e que sou o Mestre de Avis ou, antes, o simples cavaleiro que, confiado só em Deus, corria solto pelo mundo, monteando edomas inteiras, e tendo sobre a consciência só os pecados de homem e não os escrúpulos de rei.

– E então – atalhou o prior – o vosso confessor Frei Lourenço era um pobre frade, cujos únicos cuidados se encerravam em saber as horas do coro e em ler as

¹²⁹ *Benedicite!* Abençoi! Em Latim.

¹³⁰ *Pax vobis, domine!* : A paz esteja com você, senhor! Em latim.

sagradas escrituras, porém que hoje tem de velar muitas noites, pensando no modo de não deixar afrouxar a disciplina e boa governança de tão alteroso mosteiro. Mas, segundo vosso recado, que ontem recebi, vindes para assistir ao tirar dos simples da mui famosa abóbada, o que mestre Domingues aporfia em só fazer perante vós?

– A isso vim, porém de espaço; que não será nestes cinco dias que esteja pronta a ponte de barcas que mandei lançar no Tejo, para passar minha hoste. Durante eles, com os vossos mui religiosos frades me aparelharei para a guerra, entesourando orações e recebendo absolvição dos meus erros.

– Os príncipes pios – acudiu o prior, com gesto de compunção – são sempre ajudados de Deus, principalmente contra hereges e cismáticos, como os perros dos Castelhanos, que a Virgem Maria da Vitória confunda nos infernos.

– Ámen! – respondeu devotamente el-rei.

– Avisarei, pois, mestre Afonso da vossa vinda, para que ponha tudo em ordenança de se tirarem os simples. Pediu-me que o mandasse chamar apenas fôsseis chegado.

Frei Lourenço saiu e, daí a pouco, voltou acompanhado do architecto, que um rapaz guiava pela mão.

– Guarde-vos Deus, mestre Afonso Domingues! – disse el-rei, vendo entrar o cego. – Aqui me tendes para ver acabada a feitura da mirífica abóbada do Capítulo de Santa Maria, cujos simples não quisestes tirar senão na minha presença.

– Beijo-vo-las, senhor rei, pela mercê: dois votos fiz, se levasse a cabo esta feitura; era esse um deles...

– E o outro? – atalhou el-rei.

– O outro, dir-vo-lo-ei em breve; mas, por ora, permiti que para mim o guarde.

– São negócios de consciência – acudiu o prior. – El-rei não quer, por certo, fazer-vos quebrar vosso segredo.

D. João I fez um sinal de assentimento ao parecer do seu antigo padre espiritual.

El-rei, o prior e o architecto ainda se demoraram um pedaço, falando acerca da obra e do que cumpria fazer no prosseguimento dela; mas o cego dissera o que quer que fora, em voz baixa, ao rapaz que o acompanhava, o qual saíra imediatamente, e que só voltou quando os três acabavam a conversação.

– Fernão de Évora – disse o cego, sentindo-o outra vez ao pé de si –, fizeste o que te ordenei, e deste ao teu tio Martim Vasques o meu recado?

– Senhor, sim! Envia-vos ele a dizer que tudo está prestes.

– Então vamos a ver se desta feita temos mais perdurável abóbada.

Isto dizia el-rei, saindo da cela de Frei Lourenço e seguindo ao longo do claustro. Já a este tempo se tinha espalhado no mosteiro a nova da sua chegada, e os frades começavam de juntar-se para o cortejarem. Do mosteiro rompera a notícia, espalhando-se pela povoação, aonde concorrera muita gente dos arredores, principalmente de Aljubarrota, por ser dia de mercado: de modo que, quando el-rei desceu à crasta, já ali se achavam apinhados homens e mulheres que queriam vê-lo e, ainda mais, saber se desta vez a abóbada vinha ao chão, para terem que contar aos vizinhos e vizinhas da sua terra.

As portas da Casa do Capítulo estavam abertas: via-se dentro dela tal máquina de prumos, traveses, andaimes, cabrestantes, escadas, que bem se pudera comparar a composição daqueles simples à fábrica do mais delicado relógio. À porta que dava para a crasta estava um homem em pé, que desbarretou apenas viu el-rei, a cuja direita vinha o architecto, seguido por Frei Lourenço e por outros frades.

O pequeno Fernão de Évora disse algumas palavras a Afonso Domingues, o qual lhe respondeu em voz baixa. Então o rapaz acenou ao homem desbarretado, que se chegou tímidamente ao cego. Era um mancebo, que mostrava ter de idade, ao mais, vinte e cinco anos; de rosto comprido, tez queimada, nariz aquilino, olhos pequenos e vivos. Chegando-se ao cego, este o tomou pela mão e, voltando-se para el-rei, disse:

– Aqui tendes, senhor, a Martim Vasques, o melhor oficial de pedraria que eu conheço; o homem que, com mais alguns anos de experiência, será capaz de continuar dignamente a série dos architectos portugueses.

– E debaixo do meu especial amparo estará Martim Vasques – respondeu el-rei –, que por honrado me tenho com haver em meus senhorios homens que vos imitem.

Ainda bem não eram acabadas estas palavras, sentiu-se um sussurro entre o povo, que girava livremente pela crasta e que se enfileirou aos lados: chegava a gente que devia tirar os simples.

Entre duas alas de bêteiros, vinha um bom número de homens, magros, pálidos, rotos e descalços; o porte de alguns era altivo, e em seus farrapos se divisava a razão disso: eram bêteiros castelhanos que em diversos recontros e pelejas tinham caído nas mãos dos portugueses. As guerras entre Portugal e Castela assemelhavam-se às guerras civis de hoje: para vencidos não havia nem caridade, nem justiça, nem humanidade: ser metido em ferros era então uma ventura para o pobre prisioneiro; porque os mais deles morriam assassinados pelo povo desenfreado, em vingança dos maus tratos que em

Castela padeciam os cativos portugueses. Com os castelhanos vinham de envolta vários criminosos condenados à morte pelas suas malfeitorias.

– Misericórdia! – bradou toda aquela multidão, ao passar por el-rei: e caíram de bruços sobre as lájeas do pavimento.

– Convosco a tenho, mesquinha gente – disse el-rei comovido. – Se tirardes os simples, que vedes acolá, e a abóbada não desabar sobre vós, soltos e livres sereis. Erguei-vos, e confiai na ciência do grande arquitecto que fez essa mirífica obra. Mandar-vos comprar vossa soltura a custo de tão leve risco, quase que é o mesmo que perdoar-vos.

Os presos ergueram-se; mas a tristeza lhes ficou embebida no coração e espalhada nas faces; o terror fazia-lhes crer que já sentiam ranger e estalar as vigas dos simples e que, às primeiras pancadas, as pedras desconformes da abóbada, desatando-se da imensa volta, os esmagariam, como o pé do quinteiro esmaga a lagarta enrascada na planta viçosa do horto.

Neste momento quatro forçosos obreiros chegaram à porta do Capítulo, trazendo sobre uma paviola uma grande pedra quadrada. Martim Vasques, que já lá estava, gritou ao cego arquitecto:

– muito sabedor mestre Afonso, que quereis se faça do canto que para aqui mandastes trazer?

– Assentai-o bem debaixo do fecho da abóbada, no meio desse claro, que deixam os prumos centrais dos simples.

Os obreiros fizeram o que o arquitecto mandara; este então voltou-se para el-rei e disse:

– Senhor rei, é chegado o momento de vos declarar meu segundo voto. Pelo corpo e sangue do Redentor jurei que, assentado sobre a dura pedra, debaixo do fecho da abóbada, estaria sem comer nem beber durante três dias, desde o instante em que se tirassem os simples. De cumprir meu voto ninguém poderá mover-me. Se essa abóbada desabar, sepultar-me-á em suas ruínas: nem eu quisera encetar, depois de velho, uma vida desonrada e vergonhosa. Esta é a minha firme resolução.

Dizendo isto, o cego travou com força do braço de Fernão de Évora, e encaminhou-se para a porta do Capítulo.

– Esperai, esperai! – bradou el-rei. – Estais louco, dom cavaleiro? Quem, se vós morrerdes, continuará esta fábrica, tão formosa filha do vosso engenho?

– Mestre Ouguet – disse o cego, parando. – Não sou tão vil que negue seu saber e habilidade. Se a abóbada desabar segunda vez, ninguém no mundo é capaz de a fechar com uma só volta, e para a firmar sobre uma coluna erguida ao centro, mestre Ouguet o fará. Quanto ao resto do edifício, faizei senhor rei que se prossiga meu desenho: é o que ora vos peço tão-somente.

E o velho e o seu guia sumiram-se por entre as bastas vigas que sustinham as traves dos simples: el-rei, Frei Lourenço e os mais frades ficaram atónitos e calados.

– Que tão honrado mestre corra parelhas no risco com esses perros castelhanos, cousa é que não pode sofrer-se; mas o voto é voto, senão...

Estas palavras partiam da boca de uma gorda velha, cuja tez avermelhada dava indícios de compleição sanguínea e irritável, e que de mãos metidas nas algibeiras, na frente de uma das alas do povo, presenciava o caso.

– Tendes razão, tia Brites de Almeida; e por ser voto me calo eu – acudiu el-rei, voltando-se para a velha. Mas juro a Cristo, que estou espantado de só agora vos ver! Porque me não viestes falar?

– Perdoe-me vossa mercê – replicou a velha. – Eu vim trazer pão à feira, e aí soube da chegada da vossa real senhoria. Corri... se eu correria para vos falar! Mas estes bocas-abertas não me deixaram passar. Abrenúncio! Depois estive a olhar... Parecíeis-me carregado de rosto. Que é isso? Temos novas voltas com os excomungados Castelhanos? Se assim é, tosquiai-mos outra vez por Aljubarrota, que a pá não se quebrou nos sete que mandei de presente ao diabo, e ainda lá está para o que der e vier.

Soltando estas palavras, a velha tirou as mãos das algibeiras e, cerrando os punhos, ergueu os braços ao ar, com os meneios de quem já brandia a tremebunda e patriótica pá de forno que hoje é glória e brasão da gótica vila de Aljubarrota.

– Podeis dormir descansada, tia Brites – respondeu el-rei, sorrindo-se. – Bem sabeis que sou português e cavaleiro, e a gente da nossa terra é cortês; el-rei de Castela veio visitar-nos várias vezes: agora ando eu na demanda de lhe pagar com usura suas visitas.

Enquanto este diálogo se passava entre o herói de Aljubarrota e a sua poderosa aliada, Martim Vasques tinha posto tudo a ponto; e, dando as suas ordens da porta, as primeiras pancadas de martelo, batendo nos simples, ressoaram pelo âmbito da casa capitular. Fez-se um grande silêncio, e todos os olhos se cravaram em Martim Vasques.

Passada uma hora, aquele montão de vigas, barrotes, tábuas, cambotas, cabrestantes, réguas e travessas tinha passado pela crasta fora em colos de homens, e os

presos tinham sido postos em liberdade, com grande raiva da tia Brites, ao ver ir soltos os bêteiros castelhanos. Apenas no centro da ampla quadra se via uma pedra, sobre a qual, mudo e com a cabeça pendida para o peito, estava assentado um velho.

A este velho rogava el-rei, rogavam frades, rogava o povo, sem todavia se atreverem a entrar, que saísse dali; mas ele não lhes respondia nada. Desenganados, enfim, foram-se, pouco a pouco, retirando da crasta, onde, ao pôr do Sol, começou a bater o luar de uma formosa noite de Maio.

Três dias se passaram assim. Mestre Afonso, assentado sobre a pedra fria, nem sequer cedera às rogativas de Ana Margarida, que, obrigada pela boa amizade que tinha ao seu amo, se atrevera a cruzar os perigosos umbrais do Capítulo, para ver se o movia a tomar alguma refeição. Tudo recusou o cego: a sua resolução era inabalável. Também a abóbada estava firme, como se fora de bronze. No terceiro dia à tarde, el-rei, que tinha passado o tempo em aparelhar-se para a guerra com actos de piedade, desceu à crasta, acompanhado de Frei Lourenço e de outros frades, e, chegando à porta do Capítulo, viu Martim Vasques e Ana Margarida junto à pedra fria de Afonso Domingues, e este, pálido e com as pálpebras cerradas, encostado nos braços deles.

O mancebo e a velha choravam e soluçavam, sem dizerem palavra.

– Que temos de novo? – perguntou el-rei, chegando à porta e vendo aqueles dois estafermos. – Completam-se ora os três dias de voto: ainda mestre Afonso teimará em estar aqui mais tempo?

– Não senhor – respondeu Martim Vasques, com palavras mal articuladas –, não estará aqui mais tempo; porque o seu corpo é herança da terra; a sua alma repousa com Deus.

– Morto!?! – bradaram a uma voz el-rei e Frei Lourenço, e correram para o cadáver do architecto, olhando, todavia, primeiro para a abóbada com um gesto de receio.

– Nada temais, senhores – disse Martim Vasques. – As últimas palavras do mestre foram estas: «A abóbada não caiu... a abóbada não cairá!»

O architecto, gasto da velhice, não pôde resistir ao jejum absoluto a que se condenara. No momento em que, ajudado por Martim Vasques e Ana Margarida, se quis erguer, pendeu moribundo nos braços deles, e aquele génio de luz mergulhou-se nas trevas do passado.

El-rei derramou algumas lágrimas sobre os restos do bom cavaleiro, e Frei Lourenço rezou em voz baixa uma oração fervente pela alma generosa que, até ao último arranco, escrevera sobre o mármore o hino dos valentes de Aljubarrota.

Na pedra sobre a qual mestre Afonso expirara ordenou el-rei se tirasse, parecido quanto fosse possível retratando-se um cadáver, o vulto do honrado arquitecto, e que esta imagem fosse colocada num dos ângulos da casa capitular, onde, durante mais de quatro séculos, como as esfinges monumentais do Egipto, tem dado origem às mais desvairadas hipóteses e conjecturas. À pobre Ana Margarida, que ficava sem arrimo, doou D. João I, também, as casas em que o mestre morava, fazendo-lhe, além disso, assinaladas mercês.

Mestre Ouguet, pelo que o cego dissera a el-rei acerca da sua capacidade para o substituir, e porque, enfim, era estrangeiro, foi logo restituído ao cargo que ocupara, e quando, nos serões do mosteiro, alguém falava nos méritos de Afonso Domingues e na sua desastrada morte, cortava o irlandês a conversação, dizendo com riso amarelo:

– Olhem que foi forte perda!

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abirão 93
 Abraão 91
 Afonso Domingues: 141,141, 144, 144, 145, 145, 148, 149, 149,149, 161,162, 162, 163, 165, 166, 166, 168, 169, 171, 172, 175.
 Afonso IV 71, 100, 118, 119
 Airas Gil 59, 59, 62, 63, 78, 78, 78, 78
 Airas Gomes da Silva 109
 Alcântara 169
 Alenquer 74, 74
 Aljubarrota 138, 141, 144, 163, 165, 172, 172, 174, 174, 174, 176
 Almafala 77, 80
 Álvaro Gonçalves Coutinho 61
 Álvaro Gonçalves Pereira 109, 119
 Álvaro Vaz de Almada 162, 163
 Ana Margarida 144, 144, 145, 175, 175
 Anequim 162
 Arrabalde, 72, 77, 117, 120, 126, 127

B

Bairro de Almirante 77, 80, 80
 Bairro dos Judeus 73
 Barcelos 81, 82, 83, 83, 84, 86, 88, 100, 100, 101, 103, 103, 119, 119, 126, 128, 131, 132, 132
 Bartolomeu Chambão 58, 93, 95
 Bartolo 166
 Belzebu 95
 Bispo D. Afonso

Braga

C

Canoeira, região 138
 Casa do capítulo 140, 147, 147, 150, 150, 150, 161, 172
 Castela 59, 60, 60, 61, 63, 64, 65, 101, 107, 115, 117, 131, 133, 146, 166, 171, 172, 173
 Castelo de Faria 131, 131, 132, 133, 133, 134, 135
 Castelo de Óbidos 74, 74
 Ceuta 131, 132
 Conde de Seia 132, 133, 134
 Coré 93

D

D. Afonso (bispo) 107, 107, 109
 D. Afonso do Salado 112
 Datão 93
 D. Beatriz 81
 Deus 54, 63, 68, 70, 72, 74, 78, 78, 82, 86, 89, 89, 91, 92, 93, 95, 101, 107, 108, 110, 112, 114, 121, 121, 129, 137, 141, 145, 146, 156, 159, 160, 162, 163, 167, 170, 171, 171, 171, 175
 D. Dinis 60, 64, 65, 69, 95, 98, 101, 106, 107, 107, 108, 109, 110, 110, 110, 110, 110, 111, 111, 111, 112, 113, 117
 D. Inês de Castro 60, 65, 82

D. Filipa 148

Diogo Lopes Pacheco 60, 64, 69, 81, 102, 106

D. Gonçalo 119, 119, 126, 128, 129, 129

D. Henrique de Castela 61, 108, 116, 134

D. Henrique Manuel 132

D. João Afonso Telo 81, 82, 84, 109

D. João I 81, 82, 84, 84, 84, 88, 107, 108, 109, 109, 110, 110, 119, 131, 137, 141, 146, 146, 148, 159, 161, 161, 163, 164, 164, 164, 165, 166, 166, 168, 169, 169, 170, 170, 171

D. Judas 86, 86, 87, 89, 89, 89, 91, 91, 92, 92, 93, 93

D. Leonor Teles 59, 60, 60, 63, 65, 68, 71, 72, 73, 73, 74, 75, 77, 77, 80, 81, 88, 88, 90, 102, 106, 108, 108, 109, 109, 112, 113, 115, 118, 119, 120, 120, 120, 120, 122, 123, 124, 124, 125, 127, 131

D. Maria Teles 81

D. Ordonho de Leão 75

Douro 55, 88, 91, 105, 1095, 105, 114, 131, 132, 135, 136, 165, 166

D. Pedro I 55, 104, 146

E

Egas Moniz 131

Espanhas 73

Évora 106, 171, 172, 173

F

Fernão Lopes 61

Fernão Vasques 58, 58, 58, 59, 59, 59, 61, 62, 62, 64, 64, 64, 65, 65, 69, 70, 78, 78, 78, 79, 82, 83, 83, 83, 85, 87, 96, 98, 100, 100, 101, 103, 122, 127

Ferney (filósofo) 168

Filhos de Belial 95

Folco Taca 55, 55, 55, 56, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 96, 111

Frades Dominicanos 138, 139

Franqueira 133

Frei Bernardo Brito 131, 148, 168

Frei Joane 141, 142, 145, 145, 157, 161, 161

Frei Lourenço Lampreia 141, 141, 150, 161

Frei Roy Zambrana 59, 60, 63, 64, 68, 78, 85, 92, 93, 94, 95, 97, 97

G

Galiza 132, 133, 134

Garciordonez 79

Gil Vasques Resende 109, 111, 113, 114

Gonçalo Nunes 134, 134, 134, 135, 135, 145

Guerreiros de Ossian 105

I

Infanta D. Beatriz 81

J

Jeroboão Abarbanel 92
 João Lobeira 128, 129
 João Lourenço Bubal 63, 65, 70, 70
 João Lourenço da Cunha 58, 60, 60, 80,
 111
 João Rodriguez de Viedma 133

L

Lançarote de Pessanha 55, 56, 76
 Leão 75, 81
 Lisboa 54, 55, 56, 62, 63,63, 63, 65, 67,
 67, 68, 69, 69, 70, 74, 74, 74, 75, 86,
 95, 96, 97, 97, 100, 101, 102, 103, 105,
 106, 111, 115, 115, 115, 117, 118, 121,
 123, 125, 126, 131, 131, 143, 168, 168,
 168

M

Martim de Océm 161, 162, 162
 Martim Vasques 171, 172, 172, 173,
 174, 175, 175, 175, 175
 Mestre Ouguet 140, 143, 143, 143, 144,
 146, 147, 147, 148, 149, 149, 149, 149,
 150, 150, 150, 150, 156, 156, 156, 157,
 157, 158, 158, 158, 158, 159, 162, 163,
 166, 168, 174, 174, 176
 Mestre Vilhelmo de Wykeham 150
 Miguel de Ângelo 105
 Minho 131, 131, 132, 132
 Misse Folco Taca 55, 55, 64, 66, 68, 70,
 96, 111
 Mosteiro de Santa Maria da Vitória 70,
 81, 88, 116, 132, 137, 139, 139, 146,

148, 161, 165, 166, 166, 168, 168, 169,
 169, 137, 143, 166, 170

Mosteiro de São Francisco 72, 125

N

Nazareno 193, 106
 Nun'Álvares 120, 120, 120, 121,123,
 124, 125, 141, 162, 163, 163
 Nuno Gonçalves 133, 133, 133, 133,
 134, 134, 134, 135, 135

O

Óbidos 74, 74
 Olisipo 73
 Olival 106

P

Paços da Alcáçova 55
 Paços de Santa Clara 65
 Paços de S. Martinho 54, 62, 63, 67, 69,
 77, 85, 93, 118
 Paços do Concelho 55, 95
 Papa: 102, 142.
 Pedreira 77, 77, 80
 Pedro Coelho 61
 Pedro Rodriguez Sarmiento 132, 135
 Porta de Ferro 55, 65, 85, 116
 Porta de Vandoma 107, 109
 Porto de Mós 138
 Praça D. Pedro

R

Rio Lena 138
 Rua de Gil Eanes 80, 80

Rua do Solto 107

Rua Nova 57, 76, 78, 102, 122

Rute 87

S

Sacavém 72

Salado 74, 112

Salat 132

Santa Maria da Oliveira 169

Santarém 88, 89, 90, 91, 92, 96, 99,
101, 104, 106, 107, 116, 147, 169

Seia 132, 133, 134

Sintra 74, 74

T

Tejo 72, 169, 169, 171

Tia Dordia 82

Torre da Sé 54, 66

V

Val de Tancos 169

Vale da mouraria 77

Valverde 77, 77, 80, 98, 17

Vila Viçosa 74, 74

GLOSSÁRIO

Abóbada: Estrutura arqueada, geralmente de pedra, tijolo ou de concreto, que, apoiada sobre paredes ou colunas, serve para cobrir um espaço.

Absorto: Imerso num pensamento e alheio ao que lhe rodeia; alheado; distraído.

Adelgaçar: Tornar menos grosso; diminuir de espessura.

Ademã: Gesto feito com as mãos para expressar algo; aceno.

Ademanes: Sinônimo de *ademã*.

Adiantado: Governador de província com poderes civis e militares.

Aduela: cada uma das tábuas, geralmente encurvadas, que formam o corpo de uma pipa ou vasilha semelhante.

Afear: Tornar feio; comprometer o nome ou a fama de algo ou alguém.

Aforrados: Disfarçado; incógnito.

Aio: Indivíduo encarregado da educação doméstica de filhos de pessoa de grande tratamento; servos responsáveis pela proteção dos filhos de seus senhores.

Alãos: Cachorros de grande porte.

Alcáçar: Antiga fortaleza ou castelo fortificado.

Alcácer: Sinônimo de *alcáçar*.

Alcáçova: Fortaleza principal de um castelo; parte mais alta do convés nas naus ou navios antigos.

Alcaidaria: Dignidade ou função de alcaide; local de atendimento do alcaide.

Alcaide-mor: Antigo governador de castelo ou província; antigo oficial de justiça.

Alçando: Flexão de alçar. O mesmo que altear, erguer ou levantar.

Alçapões: Espécie de porta praticada no soalho, que fecha de cima para baixo, serve para comunicar com o pavimento inferior.

Alfagemes: Fabricante ou polidor de armas brancas.

Alfama: Bairro habitado por judeus.

Alfonsins: Moeda portuguesa de D. Afonso VI.

Algoz: Pessoa que inflige castigos físicos ou pena de morte; carrasco; pessoa cruel.

Aljavas: Bolsa ou recipiente para flechas, geralmente transportado ao ombro.

Aljubeta: Capa que desce, normalmente, quase até aos pés, com capuz, usada antigamente pelos clérigos.

Almadraque: Almofada usada como assento ou para encostar a cabeça; travesseiro.

Almocadéns: Antigo chefe militar ou comandante.

Alquimia: Espécie de química ainda não científica, praticada na Idade Média pelos Árabes e depois pelos Ocidentais, a qual procurava obter, principalmente pela transmutação dos corpos, o ouro, a panaceia e a chamada pedra filosofal

Altercavam: Disputavam acaloradamente.

Alvitre: Proposta; sugestão; conselho.

Alvorotado: Em alvoroço; em rebuliço; agitado.

Amadis: Amante muito fiel; homem galanteador.

Ameado: Guarnecido de ameias, cada uma das estruturas retangulares salientes no alto das muralhas, castelos e fortificações, de onde se avistava o inimigo.

Apoquentarão: Estar aflito; preocupado.

Arções: Parte anterior ou posterior da sela.

Arnês: Armadura completa dos antigos guerreiros.

Arrabaldes: Localidade situada perto de uma cidade, da qual depende; subúrbio; arredor.

Arras: Bens dotais que eram assegurados pelo noivo à noiva no caso de esta lhe sobreviver; sinal dado para segurança de um contrato.

Arrás: Tapeçaria antiga para ornar paredes de salas ou galerias

Ascumas: Pequena lança antiga, para arremesso.

Assuada: Ajuntamento de pessoas para provocarem desordem ou delitos; arruaça, motim; barulho resultante da sobreposição de muitas vozes; algazarra.

Atagantados: Açoitados.

Atalaias: Pessoas que vigiam; posição ou postura que permite estar a espreitar ou alerta para algo; sentinelas.

Aviado: Preparado.

Azerados: Da cor de aço.

Azinhagas: Caminhos rústicos e estreitos entre muros; ruas estreitas.

Azinhais: Terreno plantado de azinheiras, árvore da família das Fagáceas, que fornece madeira apreciada, e é cultivada e também espontânea, sobretudo no Sul de Portugal.

Barbaça: Obra de fortificação avançada, geralmente construída sobre uma porta ou ponte de acesso, que protegia a entrada de uma cidade ou castelo medieval.

Barregã: Mulher que vive uma vida conjugal com um homem, mas que não é casada com o mesmo perante a lei; concubina.

Barreguices: Concubinato; estado do que vive com barregã; mancebia.

Barretes: Peça de malha que se ajusta à cabeça; carapuça.

Bártolo: Bartolomeu.

Bestas: Armas antigas, compostas por um arco e por um cabo muito tenso, com que se arremessavam flechas e balas de pedra.

Bèsteiros: Soldados armados de bestas; fabricantes de bestas.

Briais: Plural de brial.

Brial: Espécie de camisola que os cavaleiros armados vestiam sobre as armas ou, quando desarmados, sobre o fato interior.

Briosos: Cheios de brio; pundonoroso; generoso, bom; corajoso, valente. Diz-se do cavalo garboso, fioso.

Broquel: Escudo redondo e pequeno.

Bufete: móvel de sala de jantar, com prateleiras e portas, geralmente comprido, estreito, sobre o qual se colocam as travessas com os alimentos, garrafas e outros utensílios que possam vir a ser necessários durante a refeição.

Bulha: Confusão de ruídos, de gritos; barulho, gritaria; estrondo, estampido; desordem; desavença; motim. Fazer bulha, atribuir grande importância a alguma coisa, alardeá-la.

Burburinho:

Burel: Tecidos de lã simples, hábito de frade ou freira, geralmente feito desse tecido.

Burgueses: Plural de burguês, habitante de burgo, povoação que se desenvolveu sob a proteção de um castelo ou mosteiro; originalmente o termo burguês era usado para se referir a estas pessoas que residiam nos burgos, mas aos poucos, o termo passou a ser usado para designar todo um grupo que começava a se estabelecer como força econômica, a transformar os meios de produção e que se dedicava às atividades comerciais com o objetivo de lucro; prática que por muito tempo foi condenada pela Igreja Católica, a maior potência da época, e vista como desonesta pela maioria das culturas e civilizações do ponto de vista ético.

Cadafalso: Patíbulo; estrutura provisória de madeira sobre a qual os condenados à morte eram executados. Forca; instrumento usado para execução dos condenados a estrangulamento.

Camal: Antiga peça de armadura, que, cobrindo o elmo, descaía sobre os ombros.

Camândulas: Rosários de contas grossas. As contas são as esferas utilizadas para fazer os rosários.

Cantochão: Canto litúrgico tradicional da Igreja católica.

Capitéis: Parte superior da coluna; remate de uma pilastra.

Capitólio: Triunfo; esplendor; glória.

Carrego: Encargo; responsabilidade.

Caudilhos: Indivíduo influente; chefe de partido ou de bando armado (que defende uma ideia).

Cervilheira: Capacete de malha de aço que protegia a cabeça e a nuca.

Clérigo: Indivíduo da classe eclesiástica; religioso que faz parte do clero; padre.

Colmeiro: Molho de palha.

Colunelos: Colunas pequenas.

Comborça: Concubina; barregã; amante de homem casado ou de homem com outra amante.

Conde: Título de nobreza ou denominação meramente de destaque ou elevação, situada abaixo de marquês e acima de visconde; autoridade ou senhor de um condado durante a Idade Média.

Condestável: Antigamente, primeiro dignitário do reino, comandante do exército.

Corcéis: Cavalos de batalha.

Corredoura: Rua larga e direita.

Corte: Conjunto de pessoas que rodeia habitualmente o soberano; paço; cidade ou localidade em que reside o soberano.

Cotas: Porções determinadas de algo; parcela com cada pessoa contribuiu para determinado fim; a parte que toca a cada um.

Coudel: Antigo capitão de cavalaria.

Cubelos: Espécie de torre das antigas fortalezas, em forma de cubo.

Cuvilheiras: Camareiras de damas nobres; que ou quem trata do serviço de quarto de pessoas nobres; encarregadas do serviço particular de uma pessoa real ou nobre.

Descaro: Perder a vergonha, tornar-se descarado; atrevido; imprudente.

Desoras: Fora de horas; muito tarde; inoportunamente.

Desvão: Lugar escondido; esconderijo.

Dinastia: Poder, senhorio e comando.

Dobras: Antigas moedas de prata e de ouro.

Doestos: Insulto; injúria; acusação injuriosa.

Donzel: Filho de reis e fidalgos, na época medieval; rapaz nobre antes de ser armado cavaleiro.

Dote: Bens ou dinheiro que a mulher levava para o casamento.

Echacorvos: Homem que percorria as pequenas povoações, para pregar e recolher esmola; pessoa que pratica imposturas ou embustes; impostor.

Encetar: Estrear algo ou dar início a; começar a gastar.

Engenhos: Armas coletivas pesadas do conjunto de tropas, que constituem o grosso do exército que combatem a pé, e têm por missão a conquista, a ocupação e a defesa do terreno, para o que dispõem desses armamentos.

Enxó: Utensílio de carpinteiro para desbastar peças grossas de madeira.

Eremita: Religioso que vive no ermo, isolado, longe da cidade.

Erma: Deserta.

Escabelo: Banco comprido e largo, de assento móvel, que constitui uma caixa a que o assento serve de tampa; arquibanco.

Escudela: Tigela feita de madeira.

Esculcas: Sentinelas; vigias.

Esgare: Deformação momentânea do rosto.

Esguias: Longas e estreitas.

Esparto: Planta gramínea, de cujos caules se fabricam cordas.

Estola: Paramento em forma de tira larga que o sacerdote traz em volta do pescoço.

Falcoeiros: Tratador e adestrador de falcões para a caça.

Feros: Feroz; bravo; indômito; áspero.

Festabole: Nome antigo dado ao Porto; povoação antiga do Porto. No tempo dos suevos, Festabole, significava *Porto Chão*, praia nova.

Fidalgos: Indivíduos que têm títulos de nobreza; nobres.

Fojo: Cova funda com cobertura disfarçada; espécie de armadilha feita para capturar inimigo em tempo de guerra.

Fólio: Conjunto de duas páginas (frente e verso) de uma folha de papel em livro numerado por folhas e não por páginas.

Foro: Direito; privilégio.

Fosso: Escavação profunda e regular feita à volta de fortificações para impedir o acesso ou o ataque do inimigo.

Fratricídio: Designação do crime cometido por quem mata um irmão ou uma irmã.

Fustes: Parte da coluna entre a base e o capitel; haste.

Galé: Antiga embarcação de velas e remos.

Galeotes: Remadores de galé.

Galgos: Raça de cão, de corpo esguio, focinho afilado e pernas longas, que por ser muito veloz é muito utilizado na caça à lebre.

Gandra: Terreno arenoso pouco produtivo ou estéril.

Gargantóice: Abuso de comida; glotonaria.

Garnacha: Veste de sacerdotes e de magistrados.

Garrucha: Pau curto com que se armavam as bestas (armas).

Gasnate: Zona do pescoço imediatamente abaixo da boca e do queixo.

Gerifaltes: Ave de rapina, diurna, da família dos Falconídeos, raríssima em Portugal.

Gibão: Parte da vestidura que antigamente cobria o corpo dos homens, desde o pescoço até à cintura.

Ginete: Cavalo pequeno, de boa raça, esbelto e ligeiro.

Gonzo: Mecanismo constituído por duas peças metálicas unidas por um eixo, uma presa a um objeto fixo e a outra a um objeto móvel, tal como uma porta ou uma janela, permitindo o movimento do segundo objeto.

Gorja: Garganta; pescoço.

Gualdrapas: Manta que se estende na garupa do cavalo, por baixo da sela.

Hediondez: Qualidade de hediondo; procedimento moralmente condenável que suscita repulsa ou repugnância; asquerosidade; sordidez.

Hospitalário: Cavaleiro da Ordem de Malta ou da Ordem do Hospital.

Hoste: Conjunto de soldados; tropa; multidão; bando.

Jórnea: Antiga veste, manto largo aberto aos lados e sem mangas; veste que cobria a cota de armas.

Jurisconsulto: Aquele que é versado em leis e que, no exercício da sua profissão, dá pareceres sobre questões jurídicas, jurista, jurisperito; jurisprudente.

Lagareiro: Dono do lagar; aquele que trabalha em lagares, espécie de tanque onde se espremem ou pisam certos frutos; casa com aparelhagem para fazer vinho ou azeite.

Lódão: Designação comum a diversas plantas aquáticas, da família das Ninfeáceas, sendo o nenúfar uma das espécies mais comum; loto.

Magotes: Grandes números de pessoas; multidão.

Mainel: Corrimão; pequeno pilar que divide verticalmente uma fresta.

Maravedis: Antiga moeda portuguesa e espanhola

Matronas: Mulher casada, entre os antigos romanos; mulher respeitável devido à idade e ao modo de proceder; mãe de família.

Menagem: Promessa de fidelidade; prova de veneração, admiração ou reconhecimento.

Mendicidade: Qualidade de mendigo.

Mercês: Benefício concedido, graça; favor, serviço prestado por amizade ou amabilidade.

Merencório: Melancólico; triste.

Minguante: Que diminui ou sofre diminuição; falho.

Minguar: Tornar-se menor ou menos intenso, diminuir, decrescer.

Miragaia: De *mira Gaia*, “local de onde se vê Gaia”, aplicado ao topónimo original, havendo vários outros no Norte do País que talvez se expliquem por ali habitarem pessoas idas de Miragaia.

Mírficar: Causar admiração a, espantar, maravilhar.

Miúdo: Que dedica uma grande atenção aos pormenores; minucioso.

Moleiros: Dono de moinho.

Momperle: Fita grossa.

Mortiço: Que está a morrer; prestes a apagar-se; sem energia nem vivacidade.

Nanja: Não; nunca.

Naumaquia: Representação de um combate naval entre os romanos; local onde se dava esse combate.

Nebri: Falcão treinado para a caça; manso; domesticado.

Nebri: Plural de *nebri*.

Nicho: Cavidade aberta numa parede para colocação de uma imagem, estátua, vela, etc.

Olival: Terreno plantado de oliveiras.

Olivedos: Ver *olival*.

Oráculo: Pessoa ou entidade cujas palavras são muito respeitadas.

Outeirinhos: Pequena elevação de terreno.

Pajens: Rapaz nobre que acompanhava um príncipe ou um fidalgo na guerra.

Palafrem: Cavalo adestrado e elegante, particularmente destinado a uma senhora; cavalo em que os soberanos e nobres montavam quando faziam a sua entrada nas cidades.

Patíbulo: Lugar de execução da pena de morte.

Paviola: Espécie de tabuleiro retangular com dois varais paralelos, destinado a transportes.

Peitilho: Peça de vestuário ou parte de peça de vestuário que se coloca sobre o peito

Pejavam: Carregavam; enchiam.

Pelourinho: Coluna levantada em lugar público, onde outrora se expunham e se castigavam os criminosos.

Penedias: Conjunto ou séries de rochedos; rochas.

Peroração: Parte final de um discurso; epílogo.

Perro: Denominação insultuosa que se atribuíra principalmente a mouros e judeus; que não cede; teimoso; obstinado; pessoa desprezível.

Petintal: Antigo despenseiro que servia a bordo das galés; fabricante de embarcações.

Pirrónico: Caprichoso; teimoso.

Plebe: Conjunto das pessoas pertencentes às classes mais baixas de uma sociedade.

Pojeia: Moeda antiga de pouco valor.

Polé: Qualquer coisa que aflige ou atormenta.

Postigos: Pequena abertura ou pequena janela em porta grande ou janela.

Preito: Tributo de vassalagem; testemunho de veneração.

Promontório: Terra que sobressai da linha da costa marítima formada por uma elevada montanha.

Quadrela: Lado (de edifício); muro; parede.

Quadrelos: Flecha de quatro faces que se atirava com besta (arma).

Quíries: Parte da missa em que Deus é invocado três vezes.

Roqueiro: Diz-se do castelo construído sobre rochas.

Rossio: Praça pública.

Safa: Exprime admiração ou repugnância.

Saiões: Dizia-se de pessoas insolentes, petulantes.

Saraus: Festa noturna em que há dança; música; canto.

Sazão: Tempo propício para alguma coisa; ocasião favorável.

Semigótica: Diz-se do estilo arquitetural que participa do gótico e de outro.

Soldos: Antiga moeda portuguesa.

Sopo: Coxo.

Tanoeiro: Que faz ou conserta vasilhas de aduelas, para melhoramento de vinhos por meio de mistura com outros.

Taracenas: Casa ou compartimento onde se depositam ou guardam cereais em grão; celeiro à beira do rio ou perto de um cais.

Terecenas: Casas.

Tez: Pele da face de uma pessoa.

Tonelete: Parte da armadura que descia da cinta até ao joelho.

Trebelhos: Dança; folia; folguedo.

Trenos: Cantos lamentosos, entrecortados de suspiros; lamentações.

Tresleu: Perder o juízo por ler de mais.

Trons: Nome dado às primeiras peças de artilharia.

Tropel: Grande número de pessoas.

Tufão: Vento tempestuoso e repentino que corre com grande fúria todos os rumos.

Turbamulta: Grande número de gente desordenada ou em tumulto; *tropel*.

Urzes: Nome vulgar extensivo a diversas plantas da família das Ericáceas, espontâneas, ramosas, de folhas lineares e sem pilosidade, flores pequenas dispostas em grupos axilares e raízes grossas; arbusto.

Vassalo: Súdito de um soberano; subordinado a algo ou alguém.

Vilta: Injúria; ação ou dito ofensivo.

Virotões: Grande virote; flecha curta, forte e grossa.

Vociferar: Dizer em voz alta e iradamente; berrar, clamar, bradar.

Vulgacho: Camada mais baixa da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ediouro, 1990.

AZEVEDO, Philipe Luiz Trindade. *A identidade nacional portuguesa no século XIX a partir dos contos literários de Alexandre Herculano*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Maranhão, 2014. São Luiz. 95f. Disponível em: <http://www.ppghis.ufma.br/wp-content/uploads/2015/05/Dissertacao-Philipe-Luiz-Trindade-de-Azevedo.pdf> Acesso em 13/10/2015.

BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

BORGES, Telma. *A problemática da Identidade na Literatura contemporânea – o caso Nael*. Água da Palavra: Revista de Literatura e Teorias, [S.l.], nº 3, p. 1-19, mar. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/philipe/Downloads/Telma+Borges.pdf>. Acesso em: 02/11/2015.

CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina M. Baleiras S. *Leonor Teles, uma mulher de poder?* 2008. 259 f. Dissertação (Mestrado em História Medieval de Portugal) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1751/1/21996_ulfi062047_tm.pdf>. Acesso em: 19/09/ 2015.

COELHO, Antonio Lopes. (Org.). *Portugal na Espanha árabe*. 4 vol. Lisboa: Seara Nova, 1984.

CRUZ, Carlos Eduardo da. *Ficção Histórica no Liberalismo Português: História, Anacronismos e Fabulação*. Espéculo, Madrid, n. 44, março-junho, 2010. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero44/ficcaohi.html>>. Aceso em: 02/11/2015.

CUNHA, Murilo Bastos da. Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília: Livros, 2008.

DURIGAN, Jesus Antonio. *Alexandre Herculano*. São Paulo: Abril, 1982.

FERREIRA, Maria Ema Tarracha. Prefácio In: *Lendas e Narrativas*. Alexandre Herculano. Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1988.

GIL, José. *Portugal, o medo de existir*. Porto: Relógio D'Água, 2007.

HERCULANO, Alexandre. Arras por foro de Espanha. In: *Lendas e Narrativas*. Tomo II. Lisboa: Bertrand, 1970. p. 53-185.

_____. O Castelo de Faria. In: *Lendas e Narrativas*. Tomo II. Lisboa: Bertrand, 1970. p. 187-197.

_____. A Abóbada. In: *Lendas e Narrativas*. Tomo II. Lisboa: Bertrand, 1970.p. 200-267.

_____. *História de Portugal*. Lisboa, 1980. Livraria Bertrand.

_____. *O Monge de Cister ou A Época de D. João I*. Ed.Tecnoprint S.A. São Paulo, 1964.

_____. O Bobo. Coleção Clássicos da Literatura Portuguesa Porto Editora, s.d p. Disponível em: https://cld.pt/dl/download/521d1d45-c10a-487b-af9e-b5beee19457b/portoeditora_herculano_obobo.pdf acesso 09/10/2015

KASCHEL, Werner; ZIMMER, Rudi. *Dicionário da Bíblia de Almeida*. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. 2ª. ed. São Paulo : Perspectiva, 2005.

Le GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

_____. *Para uma outra Idade Média*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

_____. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 2007.

LOPES, Fernão. *Crónica de El-Rei D. João*. Lisboa, Gradiva. 1993.

_____. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Biblioteca de Classicos Portuguezes, 1896.

LOURENÇO, Eduardo. “Da literatura como interpretação de Portugal.” In: *O labirinto da saudade – Psicanálise mítica do destino português*. 4ª ed. Lisboa: D. Quixote, 1991.

_____. *Mitologia da saudade: Seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELÃO, Dulce Helena M. R. *Medievalismo(s) a duas vozes: acordes românticos de Herculano e Ruskin*. In: FACULDADE de Letras Univ. Porto. I Encontro de Estudos Românticos. 1ª ed. Cidade do Porto: Eduardo & Nogueira Lda, 2003. p. 141-151.

Disponível em:

<file:///C:/Users/philipe/Downloads/nobracompletaestudosromanticos000121576.pdf>

Acesso em: 22/ 09/ 2015.

MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Lisboa: Campo das Letras, 1999.

MATTOSO, José. *A formação da Nacionalidade*. In: TENGARRINHA, José. (Org). História de Portugal. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 31-141.

_____. *História de Portugal: Antes de Portugal*, vol I. Editorial Estampa, 1997.

MENEZES, Hugo Lenes. *A formação da prosa moderna em língua portuguesa: o lugar de Garrett e Herculano* / Hugo Lenes Menezes. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005. Disponível em: < libdigi.unicamp.br/document/?down=vtls000352018>. Acesso em: 08/07/2014.

MIRÂNDOLA, Sônia Maria Machado; COSTA, Sueli Silva Gorricho. *Intertextualidade: Um diálogo entre a ficção e a história*. Revista Nucleus, Ituverava, SP, v.1, n. 1, p. 125- 133, out.-abr. 2003. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/EdilsonAlvesdeSouza1/intertextualidadeumdialogoentreaficcao_eahistoriadialnet>. Acesso em: 19/09/ 2015.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista. *O restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. De 1840 a 1900*. Mestrado em História da Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1990. Disponível em: dited.bn.pt/29723/733/1135.pdf. Acesso em 13/10/2015.

NOGUEIRA, Júlio Taborba Azevedo. *Idade Média e Romantismo: contribuição para o estudo da corrente medievalista no movimento romântico português*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa (sécs. XII a XIV)*. Cascais: Patrimonia Historica, 2000. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 1997. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/As_representa%C3%A7%C3%B5es_da_mulher_na_cron%C3%ADs.html?id=edIQAQAAMAAJ>. Acesso em: 24/10/ 2015.

PEREIRA, Leonardo de Atayde. *A escrita cosmopolita de Alexandre Herculano: Ecletismo e interpretações românticas*. Revista Athena vol. 05, nº 2, 2013. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../8/.../LEONARDO_ATAYDE_PEREIRA.pdf. Acesso em 10/11/2015

RENAN, Ernest. Que é uma nação? Plural, Sociologia, USP-São Paulo: 4: 154-175,1, sem. 1997. Disponível em: www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf. Acesso em: 13/10/2015.

RODRÍGUEZ, Ricardo Veléz. *Alexandre Herculano (1810-1877): Espírito doutrinário e romantismo literário*. [S.l.], [21--?]. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/HERCULANO.pdf>>. Acesso em: 22/ 09/ 2015.

SANTOS, Clementina Moreira dos. *O Lidador, entre a genealogia e o romance: glosas de um retrato ficcional*. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/4047/1/4414.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

SARAIVA, António José. *As Crónicas de Fernão Lopes*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 1993.

_____. *Herculano Desconhecido*. ed. 2ª. Lisboa: Europa-América, 1972.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17ª ed. Portugal: Porto Editora, 2005.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação*, vol I. 3ª ed. 1979.

SILVA, Anderson Pires da; MAGALDI, Carolina Alves. *A Epopéia Romântica: Narrativa, Totalidade e Nacionalismo*. Revista Verbo de Minas, Juiz de Fora, v. 10, n. 18, p. 71-82, jul.–dez., 2010. Disponível em: http://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/2011_1/05_ANDERSON.pdf Acesso em: 22/ 09/ 2015.

SILVA, Beatriz da. *Ecdótica uma abordagem panorâmica dos principais tipos de edição*. SOLETRAS, Ano X, Nº 19, jan./jun.2010. São Gonçalo: UERJ, 142 2010 – Suplemento Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/download/15835/11987>>. Acesso em: 25/ 09/ 2015.

SILVA, José Pereira da. *Como se faz a edição de um livro?*. Cadernos do CNLF, Vol. XVI, Nº 03–Livro de Minicursos e Oficinas. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/min_ofic/15.pdf>. Acesso em: 25/ 09/ 2015.

SILVA, Teresa Cerdeira da. *José Saramago “Entre a História e a Ficção: Uma Saga de Portugueses”*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

SOARES, Bárbara Margarida Dias de Almeida Rodrigues. *O Romance da raposa: Uma edição anotada para crianças*. Dissertação de Mestrado em Edição de Textos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/11918/1/TRABALHO%20DE%20PROJETO%20-%20O%20Romance%20da%20Raposa%20-%20Uma%20edicao%20anota.pdf>> Acesso em: 25/ 09/ 2015.

SOBRAL, José Manuel. *Da casa à Nação: passado, memória, identidade*. Etnográfica, Lisboa, v. III, n. 1, p. 71-86, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N1/Vol_iii_N1_71-86.pdf>. Acesso em: 25/ 10/ 2015.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: Crítica textual*. São Paulo, Cultrix, 1977. Disponível em <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/34723/mod_resource/content/1/SPINA_Introdu%C3%A7%C3%A3oEdotica.pdf>. Acesso em: 25/ 09/ 2015.

TREVISAN, Mariana Bonat. *O silêncio de Inês de Castro e a voz de Leonor Teles: representações femininas nas crônicas de Fernão Lopes (Portugal – sécs. XIV e XV)*.

Revista Tempo de Conquista, [S.l.], p. 1-21, 2010. Disponível em: <<http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC7/MARIANABONATTREVISAN.pdf>>. Acesso em: 24/10/ 2015.

VIANA, Liene Cunha. *O castelo de Faria*: Resistência à perda do passado e da identidade Nacional. Itinerários, Araraquara, nº 10, 1996. p -155-166. Disponível: www.teses.usp.br/teses/.../8/.../LEONARDO_ATAYDE_PEREIRA.pdf. Acesso em 10/11/2015.

OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, João Ferreira de. *Bíblia de estudo pentecostal: Antigo e Novo testamento*. CPAD: 2011, São Paulo.

BAKHTIN, MikhailMikhailovitch, 1895-1975. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Maria Emsantina Galvão G Pereira. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BEIRANTE, Cândido, CUSTÓDI, Jorge. *Alexandre Herculano: Um homem e uma ideologia na construção de Portugal*. Portugal: Bertrand, 1978.

BELL, Aubrey F. G. *A Literatura Portuguesa. História e Crítica*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. SP: Brasiliense, 1994. p. 224.

BERARDINELLI, Cleonice. Apresentação. In: PESSOA, Fernando. *Mensagem*. BERARDINELLI, Cleonice; MATTOS, Mauricio. (Org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

CHAVES, Castelo Branco. *O Romance Histórico no Romantismo Português*. Portugal: Bertrand, 1980. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em 15/09/2014.

Dicionário Online Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/>. Acesso em: 11/11/2015.

Dicionário da Língua Portuguesa Porto Editora, Léxico: dicionário de português online. Disponível em: <http://www.lexico.pt/fratricidio/>. Acesso em: 11/11/2015.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. Disponível: <http://www.portuguesaebraileira.com/>. Acesso em: 11/11/2015.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

Le GOFF & SCHMITT, Jean Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. 2 vol. Bauru-SP: Edusc, 2006.

LYON, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães editores, 1991.

MATTOSO, José. *A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal: séculos XIII-XIV*. In: Portugal medieval: novas interpretações. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

_____. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1998. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/5546519/Jose-Mattoso-A-identidade-nacional-pdfrev>>.

Acesso em: 25 nov. 2013.

OLIVEIRA, Tatiana Carvalho Ferreira. *Um breve passeio pela crítica textual edição, seus tipos e possibilidades*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/iijnflp/textos/Um_breve_passeio_pela_Cr%C3%ADtica_TATIANA.pdf>. Acesso em: 11/11/2015.

SILVA, Beatriz da. *Ecdótica uma abordagem panorâmica dos principais tipos de edição*. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/download/15835/11987>. Acesso em: 11/11/2015.